

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA

Anielle Kelly Vilela Freitas

**Bento Rodrigues:
Paisagem Cultural Minerária**

Belo Horizonte
2018

Anielle Kelly Vilela Freitas

**Bento Rodrigues:
Paisagem Cultural Minerária**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

F866b

Freitas, Anielle Kelly Vilela.

Bento Rodrigues [manuscrito] : paisagem cultural minerária / Anielle Kelly Vilela Freitas. - 2018.

235 f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Paisagem cultural – Teses. 2. Patrimônio cultural – Teses. 3. Minas e recursos minerais – Teses. 4. Bento Rodrigues, Mariana (MG) – Teses. 5. Planejamento regional. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 351.8098151

Anielle Kelly Vilela Freitas

**Bento Rodrigues:
Paisagem Cultural Minerária**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de pesquisa: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2018

Anielle Kelly Vilela Freitas

"Bento Rodrigues: Paisagem Cultural Minerária ", Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (Mestrado) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota (orientador)



Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro



Profa. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa EA/UFMG

Belo Horizonte, 09 de julho de 2018.

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA Anielle Kelly Vilela Freitas , nº de matrícula 2016676439 DO CURSO DE MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às treze horas na sala 200 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Bento Rodrigues: Paisagem Cultural Minerária ", requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Bens Culturais, Tecnologia e Território". Abrindo a sessão, o orientador professor doutor Leonardo Barci Castriota , após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final, pediu para a aluna iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão reuniu-se sem a presença da mestranda e do público para julgamento e expedição do seguinte resultado:

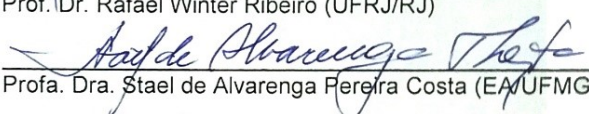
- Aprovação
 Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de 30 dias.
 Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pelo Presidente da Comissão.

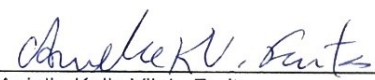
Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:


Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro (UFRJ/RJ)


Profa. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa (EA/UFMG)

Ciente:


Anielle Kelly Vilela Freitas

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

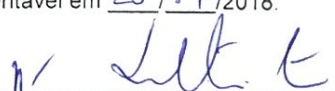
Belo Horizonte, 09 de julho de 2018.

Orientador:


Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em 20/07/2018.

Coordenadora:


Profa. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves "ad referendum"

Agradecimentos

Aos meus colegas do PPGACPS, em especial Angélica, Edson, Guilherme, Luciana, Samantha e Vilmar, obrigada por todas as conversas e trocas durante esses anos.

À Karol, obrigada pela ajuda na reta final; à Thaís, obrigada pelo auxílio durante a pesquisa, e a Rafa, obrigada pelas inúmeras pequenas revisões e pelas palavras me acalmando.

Aos amigos e familiares, muito obrigada por entenderem a ausência.

Ao meu orientador, Leonardo Castriota, obrigada pelo apoio, pelos ensinamentos, pelos conselhos, pela colaboração nessa empreitada e pela confiança depositada.

RESUMO

A região compreendida pelo povoado de Bento Rodrigues e seu território adjacente, localizada em Minas Gerais, Brasil, ficou reconhecida internacionalmente devido ao desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos minerários de Fundão, se rompeu, lançando mais de 30 milhões de m³ de lama na Bacia do Rio Doce, causando um dos maiores desastres socioambientais do Brasil. Este trabalho busca analisar essa região a partir dos conceitos de paisagem cultural e patrimônio industrial, marcos conceituais dentro da área do patrimônio cultural, que buscam analisar as interações do homem e natureza sobre o território e a preservação e conservação dos bens oriundos da industrialização, respectivamente. Além disso, foi utilizada para a análise, a questão da significância cultural e a análise a partir dos valores, que ampliam ainda mais a discussão, buscando torná-la menos tecnocientífica, ao tentar ampliar a participação nos processos aos demais atores envolvidos com os bens e paisagens estudados. Afim de encontrar exemplos que pautassem esta análise foi realizado um levantamento dos bens e paisagens industriais reconhecidos internacionalmente e nacionalmente, visando entender os objetivos e metodologias utilizados para seu reconhecimento e valorização, para então se decidir pelos procedimentos a serem utilizados neste trabalho. A partir disso, a análise e caracterização da área da paisagem cultural de Bento Rodrigues foi realizada a partir de um processo baseado principalmente na *Análise da paisagem britânica* e nas metodologias de acesso aos valores e significados desenvolvidos pelo *Getty Conservation Institute*, demonstrando a aplicabilidade deste método à situação brasileira, estando esse de acordo com os conceitos defendidos por este estudo.

Palavras-chave: Paisagem Cultural. Patrimônio industrial. Chancela da Paisagem. Caracterização da Paisagem.

ABSTRACT

The region comprised by the settlement of Bento Rodrigues and its adjacent territory, located in Minas Gerais, Brazil, was internationally recognized due to the disaster that occurred on November 5, 2015, when the dam of Fundão mineral tailings was broken, releasing more than 30 million of m³ of mud in the Rio Doce Basin, causing one of the biggest socio-environmental disasters in Brazil. This work seeks to analyze this region from the concepts of cultural landscape and industrial patrimony, key concepts within the area of cultural heritage, which seek to analyze the interactions of man and nature over the territory, and the preservation and conservation of goods from industrialization, respectively. Moreover, it was used for the analysis, the issue of cultural significance and analysis based on values, which further expand the discussion, trying to make it less techno-scientific, trying to broaden participation in the processes to other actors involved with the goods and landscapes studied. In order to find examples to guide this analysis, a survey of industrial properties and landscapes recognized internationally and nationally was carried out, aiming to understand the objectives and methodologies used for their recognition and valuation, for then decide the procedures to be used in this work. From this, the analysis and characterization of the area of the Bento Rodrigues Cultural Landscape was carried out based on a process derive on the analysis of the British landscape and the methodologies of access to values and meanings developed by the Getty Conservation Institute, demonstrating the applicability of this method to the Brazilian situation, which is in accordance with the concepts defended by this study.

Keywords: Cultural Landscape. Industrial heritage. Landscape assessment. Landscape Characterization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Localização da área analisada da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues	15
FIGURA 2 Pintura de vaso grego de 520-510a.C. no qual a natureza é representada apenas pela presença de uma videira ao fundo. Ainda não há a noção de paisagem estruturada.....	23
FIGURA 3 Detalhe para pintura parietal de antiga vila romana em Herculano- Itália, com a representação da natureza como jardim na parte à direita da pintura.	23
FIGURA 4 Pintura bizantina, Museu do Vaticano. Nota-se o fundo neutro sobre o qual as imagens são representadas.....	24
FIGURA 5 Raby Castle, a sede do Conde de Darlington. William Turner, 1817, Inglaterra.	26
FIGURA 6 Paisagem com moinho de vento, perto de Abcoude. William Roelofs, 1870, Holanda.	26
FIGURA 7 Mina de cobre abandonada em Burra (Austrália).	59
FIGURA 8 Mina de Águas Claras em Nova Lima/MG. Ao fundo, a Serra do Curral e a cidade de Belo Horizonte/MG.	59
FIGURA 9 Paisagem Minerária da Bacia de Nord Pas de Calais com seus típicos montes de rejeito minerário.....	61
FIGURA 10 Ilustração do jornal <i>Le petit journal</i> de 26 de março de 1906 a respeito da catástrofe	61
FIGURA 11 Vale da Lua em Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros/GO, sítio Patrimônio Mundial da UNESCO.	66
FIGURA 12 Ruínas da Antiga Vila de Gongo Soco, Barão de Cocais/MG, patrimônio minerário de Minas Gerais.	66
FIGURA 13 Congonhas vista desde o Santuário de Bom Jesus do Matozinhos, patrimônio cultural do IPHAN.....	71
FIGURA 14 Igreja de Nossa Senhora da Conceição e casario em Ouro Preto/MG, patrimônio cultural do IPHAN.....	71
FIGURA 15 Ruínas da Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar-MG.	72
FIGURA 16 Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André/SP, patrimônio industrial do IPHAN.....	72
FIGURA 17 Construções da Vila Serra do Navio, no Amapá, cidade planejada e erigida entre as décadas de 1950 e 1960.....	73
FIGURA 18 Fachada do Porto de Vitória com processo de Instrução aberto no IPHAN desde 2015.	73
FIGURA 19 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri em 1946, quando a fábrica ainda estava ativa.	75
FIGURA 20 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri nos anos 2000.....	76
FIGURA 21 Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça antes de serem submersas.	76
FIGURA 22 Ruínas da antiga Vila de Gongo Soco em Barão de Cocais.....	77
FIGURA 23 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão.....	77
FIGURA 24 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão.....	78
FIGURA 25 Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada com o Forte Brumadinho ao fundo no centro da foto.	79
FIGURA 26 Serra dos Cristais em Diamantina.....	79
FIGURA 27 Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade.....	80
FIGURA 28 Povoado de Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem de rejeitos, em 20 de julho de 2015.....	83

FIGURA 29 Povoado de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de rejeitos, em 11 de novembro de 2015.	83
FIGURA 30 Capela Nsa. Sra. do Rosário a época do tombamento, quando essa se encontrava em péssimo Estado de conservação, sendo possível avistar a sede da empresa mineradora no alto ao fundo.....	85
FIGURA 31 Ermida de Santa de Efigênia e edificação industrial da mineradora ao alto a direita na foto.	85
FIGURA 32 Trecho da Serra do Caraça avistado desde a estrada de acesso à Bento Rodrigues.	87
FIGURA 33 Caracterização histórica da paisagem da área de Brodugan - Cornualha, Inglaterra.	94
FIGURA 34 Antigas instalações da Big Pit	96
FIGURA 35 Ruínas da Blaenavon Ironworks.....	96
FIGURA 36 Centro histórico de Blaenavon	98
FIGURA 37 Keeper's Pond, antigo reservatório construído em 1817 para fornecer água para as indústrias de Blaenavon, sendo desativado dessa função já em 1860.	99
FIGURA 38 Mina Levant, com seu sistema primitivo de motor a vapor.	102
FIGURA 39 Mina Levant, um dos lugares pertencentes a paisagem cultural da Cornualha e West Devon.	103
FIGURA 40 Patrimônio Mundial Owles and Edward, um dos lugares pertencentes a paisagem cultural da Cornualha e West Devon.	103
FIGURA 41 Paisagem minerária de Rio Tinto	105
FIGURA 42 Localização da Paisagem minerária de Rio Tinto.	108
FIGURA 43 Paisagem minerária de Rio Tinto classificada por suas unidades de paisagem do Atlas de paisagem espanhol	109
FIGURA 44 Paisagem minerária de Rio Tinto classificada por seus tipos de paisagem do Atlas de paisagem espanhol	110
FIGURA 45 Paisagem cultural do Pyrénées - Mont Perdu.....	112
FIGURA 45 Paisagem Cultural da Serra da Tramuntana.....	113
FIGURA 47 Paisagem Cultural de Aranjuez.	113
FIGURA 48 Paisagem minerária de Cartagena - La Unión.	114
FIGURA 49 Paisagem minerária do Vale do Ariño	114
FIGURA 50 Conjunto minerário de San Cristobal e Los Perules	115
FIGURA 51 Paisagem das minas de chumbo de Bellmunt del Priorat.....	115
FIGURA 52 Território analisado da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues	118
FIGURA 53 Quadrilátero Ferrífero - Minas Gerais.....	127
FIGURA 54 Carta da Capitania de Minas Gerais entre o Rio Paraopeba e Ribeirão do Carmo, elaborada por Padre Diogo Soares (1684-1748) em 1734/1735. É possível visualizar os nomes dos povoados de (Ribeirão do) Carmo (atual Mariana), Camargos, Bento (Rodrigues), Inficionado e Antônio Pereira.	130
FIGURA 55 Capela de São Bento a direita e “Bar da Sandra” a esquerda.....	132
FIGURA 56 Catas Altas, Rugendas, 1834. Ao fundo, avista-se trecho da Serra do Caraça, pertencente a cadeia da Serra do Espinhaço.	133
FIGURA 57 Rancho na região da Serra do Caraça. Spix & Martius, 1817.	133
FIGURA 58 Localização das barragens de rejeito de Germano e Fundão, barragem de água de Santarém e o povoado de Bento Rodrigues em 20 de julho de 2015.	138
FIGURA 59 Bento Rodrigues logo após o rompimento da barragem, em 2015.	138

FIGURA 60 Bento Rodrigues logo após o rompimento da barragem, em 2015.	139
FIGURA 61 Bento Rodrigues um ano após o rompimento da barragem, em 2016.	139
FIGURA 62 Localização dos diques S3 e S4 em relação ao povoado de Bento Rodrigues.	140
FIGURA 63 Dique S4 e povoado de Bento Rodrigues ao fundo, dois anos após o rompimento da barragem.	140
FIGURA 64 Dique S4 e povoado de Bento Rodrigues a esquerda da imagem, dois anos após o rompimento da barragem.	140
FIGURA 65 Neblina no amanhecer em Bento Rodrigues	142
FIGURA 66 Pontos referenciais da área da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.	145
FIGURA 67 Sítios arqueológicos e locais de interesse histórico da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018 e PRISTINO; NUCAM; MPMG, 2016. Elaborado pela autora.	146
FIGURA 68 Mapa Geológico da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais. CPRM – Serviço geológico do Brasil, 2003. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/5016	147
FIGURA 69 Usos da terra da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pela autora.	148
FIGURA 70 Mapa topográfico/hidrografia da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do mapa topográfico Topographic-map. Disponível em: http://pt-br.topographic-map.com/places/Minas-Gerais-1337808/	149
FIGURA 71 Unidades de paisagem de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pela autora.	150
FIGURA 72 Área da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues. Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.....	151
FIGURA 73 Perfil da formação rochosa antropomórfica que dá nome ao Caraça.....	154
FIGURA 74 Serra do Caraça vista desde o Santuário do Caraça ao centro na parte inferior da fotografia.	155
FIGURA 75 Pintura do Santuário do Caraça encomendada por D. Pedro II à Georg Grimm em 1885	155
FIGURA 76 Mina da Alegria, Complexo Germano-Alegria.....	159
FIGURA 77 Mina da Alegria, Complexo Germano-Alegria.....	159
FIGURA 78 Barragem de Germano a frente, e ao fundo, trecho da Mina da Alegria.	163
FIGURA 79 Barragem de Germano e cava onde localizava-se a Barragem de Fundão a direita.	163
FIGURA 80 Edificação de Bento Rodrigues saqueada após o desastre em 2016.	167
FIGURA 81 Área de Bento Rodrigues com edificações que não foram atingidas pelo desastre.....	167
FIGURA 82 Edificações atingidas de Bento Rodrigues em 2016.....	171
FIGURA 83 Dique S4 a direita, e povoado de Bento Rodrigues a esquerda da imagem, dois anos após o rompimento da barragem.	172
FIGURA 84 Dique S4	172
FIGURA 85 Inscrição nas paredes das edificações remanescentes: “Jesus ama o povo de Bento Rodrigues” e “SAMARCO queria nos matar, mas Jesus nos salvou”	172
FIGURA 86 Árvores remanescentes do terreno	172
FIGURA 87 Ruínas da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento	176

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Bens relacionados à mineração e à indústria das listas de patrimônio protegido da UNESCO, do IPHAN, IEPHA e IPACMG	67
TABELA 2 Evolução do método de Análise de Caracterização da Paisagem britânico.....	89
TABELA 3 Elementos que compõem a paisagem de acordo com a Análise de Caracterização da Paisagem.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 WHC	64
GRÁFICO 2 IPHAN	64
GRÁFICO 3 IEPHA	64
GRÁFICO 4 IPACMG	64
GRÁFICO 5 Bens relacionados à mineração e à indústria das listas de patrimônio protegido da UNESCO, do IPHAN, IEPHA e IPACMG	70

ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Preservação Ambiental

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo

CPCB - Chancela da Paisagem Cultural Brasileira

CPRM - Serviço Geológico Brasileiro

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material

ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório

EU - União Europeia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

ICMM – Conselho Internacional de Mineração e Metais

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites (Cômite Internacional de Monumentos e Sítios)

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPACMG - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ONU – Organização das Nações Unidas

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RR (95)9 - Recomendação R (95) 9 Europeia

SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUPRAM – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TICCIH – Comitê internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial

UFMG – Universidade Federal De Minas Gerais

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

WH – Patrimônio Mundial

WHC – Comitê do Patrimônio Mundial

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	4
Resumo	5
Abstract	6
Lista de ilustrações.....	7
Lista de tabelas	10
Lista De Gráficos	11
Abreviaturas e siglas	12
Sumário	13
1 Introdução	14
2 Paisagem cultural minerária	20
2.1. A construção da noção de paisagem e sua consolidação na pintura.....	21
2.2. A paisagem através da geografia cultural	27
2.3. Patrimônio, patrimônio cultural e patrimônio industrial	32
2.4. Novas visões do patrimônio, novas análises sobre a paisagem	40
2.5. Onde a paisagem encontra a industrialização	56
3 Paisagens e patrimônio industrial nas práticas nacionais e internacionais	60
3.1. Reconhecimento e valorização	62
3.2. Paisagens culturais minerárias europeias: planos e políticas públicas nacionais	87
4 Paisagem Cultural de Bento Rodrigues.....	117
4.1. Acessando valores e a significância cultural de uma paisagem.....	122
4.2. Análise e caracterização da paisagem.....	126
5 Considerações finais	177
Referências	183
Apêndice A – Lista de Paisagens e Patrimônios Industrias e Minerários da UNESCO	194
Apêndice B – Lista de Paisagens e Patrimônios Industrias e Minerários do IPHAN.....	201
Apêndice C – Lista de Paisagens e Patrimônios Industrias e Minerários do IEPHA.....	212
Apêndice D – Lista de Paisagens e Patrimônios Industrias e Minerários do IPACMG	215
Anexo A - Critérios para inscrição na lista do Patrimônio Mundial desde 2005	232
Anexo B - Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention (2008).....	233

1 INTRODUÇÃO

O Quadrilátero Ferrífero, região¹ com área aproximada de 7200 km², localizado no centro do Estado de Minas Gerais, é uma área cuja trajetória está profundamente ligada à história da mineração no Brasil. Vários são os personagens e as localidades que marcaram a história de ocupação da região, assim como do desenvolvimento da atividade de mineração no Estado, sendo essa atividade tão importante para sua formação, que culminou na inspiração para seu nome: Minas Gerais.

A atividade minerária é marcada num primeiro momento por um ciclo de exploração aurífera, com a vinda de diversos aventureiros em busca de riquezas a partir do final do século XVII, o que proporcionou a ocupação da região e o surgimento de diversos povoados e cidades. O período ficou caracterizado pela sua rica produção arquitetônica colonial, principalmente de igrejas e capelas, motivada pela instalação das ordens religiosas católicas e pela intensa atividade minerária, chegando ao seu ápice durante os anos de 1739 a 1758 quando se extraíam aproximadamente 9ton/ano de ouro.³ Com a exaustão das minas de ouro, ao final do século XVIII, dá-se início a um novo ciclo, com o incentivo de Dom João VI para a criação de indústrias siderúrgicas e para a exploração do minério de ferro, encontrado em grande quantidade na região do Quadrilátero Ferrífero, como se pode observar pela própria toponímia da área.

A partir disto, este trabalho buscará analisar uma porção desta região, aqui denominada “Paisagem Cultural de Bento Rodrigues”, que não se restringirá a apenas o território delimitado legalmente pelo povoado de Mariana homônimo, mas abarca a região adjacente, sendo a porção mais ao sul compreendida pelo povoado de Antônio Pereira, a nordeste pelo distrito de Santa Rita Durão, a sudeste por Camargos e sendo delimitado a oeste pela Serra do Caraça (FIGURA 1). A escolha da região deu-se por considerá-la exemplar dentro do Quadrilátero Ferrífero, com sua história marcada por diversas fases da mineração, ditando o desenvolvimento dos povoados e culminando, naquilo que a tornou única dentro do contexto do Quadrilátero, sua parcial destruição devido ao rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão, em 05 de novembro de 2015. Ainda, a respeito da delimitação da área de estudo, foi realizado um recorte do território analisado, que não necessariamente

¹ O termo região será usado neste trabalho a partir da definição de Milton Santos (2014) que diz que “uma região é, (...), o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”, sendo assim, a cada momento histórico de uma sociedade, convencionou-se chamar de região, uma parte do espaço nacional total, em que aparecem reunidos certos tipos de atividades que a caracterizam das demais.

² CPRM, 2007

³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2016

corresponde aos limites e bordas das paisagens que serão identificadas e caracterizadas posteriormente. As paisagens analisadas transpassam suas bordas definidas, mas apenas aquelas contidas nesta área serão caracterizadas.

FIGURA 1 Localização da área analisada da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues



Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.

É fato que a questão da preservação, conservação e proteção do patrimônio cultural, assim como das paisagens culturais, é bastante complexa, sendo ainda mais, quando um bem está ligado à fortes determinantes econômicas, como ocorre no caso do patrimônio relacionado à indústria e neste caso, à indústria da mineração. De um lado há o capital internacional, que explora a terra e leva a matéria prima para ser beneficiada e transformada em objetos de consumo fora do país, deixando o capital e o conhecimento tecnológico por lá. Do outro lado, estão as paisagens exploradas, que muitas vezes em troca de um dito desenvolvimento, vivenciam a destruição de suas terras e da paisagem, ocasionada pela própria criação das lavras (em geral de superfície na região em questão), pela destruição de seus cursos d'água com o lançamento de rejeitos minerários ou devido à captação de água para o abastecimento

dos minerodutos, ou ainda à desastres tecnológicos⁴, como o ocorrido em Bento Rodrigues. Essas regiões têm seus ciclos de vida ditados pela existência de suas lavras, tornando-se muitas vezes dependentes economicamente desta atividade, seja direta ou indiretamente, estando sujeita assim sua sobrevivência à sua exploração, num jogo não igualitário, no qual um lado sairá ganhando.

A partir disto, a região da “Paisagem Cultural de Bento Rodrigues” será analisada e caracterizada através do conceito de paisagem cultural e da perspectiva do patrimônio industrial, sendo o primeiro, marco conceitual dentro do patrimônio cultural, compreendido na contemporaneidade como o resultado da interação entre homem e natureza, sendo diretamente dependente da interpretação dos sujeitos e das ligações subjetivas que esses possuem com o lugar. Assim, sua delimitação pode ser variável de acordo com o tempo e os valores da época, ultrapassando a definição do senso comum que, de acordo com Ribeiro (2007, p.14), entende a paisagem tanto como “testemunho do trabalho do homem, de sua relação com a natureza, como um retrato da ação humana sobre o espaço”, como “panorama ou cenário”. O segundo conceito, patrimônio industrial, vem trazer a análise de uma tipologia do patrimônio cultural que passou a ser valorizada a partir da ampliação do conceito de patrimônio e da superação da barreira temporal da Revolução Industrial, como será abordado em capítulo próximo. Para isto, buscar-se-á compreender em que momento ambos os conceitos e linhas de pensamento do patrimônio cultural (paisagem cultural e patrimônio industrial) convergem e criam diálogos, possibilitando uma nova forma de abordagem e análise da paisagem.

Como forma de construir este diálogo entre os conceitos e visões, será analisada a construção da noção de paisagem dentro da história da sociedade ocidental, sua consolidação através da pintura e posteriormente sua incorporação aos estudos da geografia cultural, que abordam o termo de forma mais aprofundada e embasada teoricamente, gerando um conceito que

⁴ De acordo com o Sistema Nacional de Defesa Civil que estabelece o conceito de desastre como “Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL 2010), estes podem ser classificados quanto a origem, periodicidade, evolução e intensidade. Deste modo, são classificados como Desastres Tecnológicos “aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos” (BRASIL 2012). Ainda pode ser sub-classificado como: 2. Tecnológico/ 2.4. Relacionado a Obras Civis/ 2.4.2 Rompimento/Colapso de Barragens.

procura abordar a análise do território⁵ de forma ampliada, buscando articular os diversos agentes do espaço e suas interações.

No Brasil, em 2009, foi estabelecida a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (CPCB), através da Portaria N°127 de 30 de abril, com a finalidade de “contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal”⁶. Com isso, a Chancela passou a ser o instrumento legal que vem tratar da paisagem cultural em nível nacional e que mostrou não ser capaz até o momento, de instituir paisagens culturais brasileiras da maneira como é dada a Portaria da Chancela, conciliando o poder público, os órgãos de preservação, empresas e a população, através de um pacto e um plano de gestão.

Além disso, considera-se na contemporaneidade, através dos avanços nas discussões do campo do patrimônio cultural, tanto no meio acadêmico quanto nos órgãos de proteção ao patrimônio, de que de nada adianta propor a preservação de um bem de interesse cultural quando a ação parte apenas do poder público, sem o envolvimento dos diversos atores que atuam diretamente sobre o bem. O que se vê nesse tipo de caso é justamente o contrário do que se buscava: quando uma proteção é imposta, quando não envolve a comunidade desde o primeiro momento, a chance de que essa rechace a proposta de proteção é bem alta, devido à falta do sentimento de pertencimento e relação do bem com a sociedade, podendo este acabar desaparecendo por ação direta (demolição, destruição, etc...), ou indiretamente, como quando a responsabilidade de sua gestão e conservação recai apenas sobre o poder público, em grande parte sobrecarregado e sem recursos, não sendo capaz de zelar sobre os mesmos.

Portanto, considera-se que é necessário realizar uma revisão do conceito de paisagem cultural proposto pelo atual instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, bem como nos moldes que se dá o instrumento atualmente, de maneira para que este possa ser a importante ferramenta imaginada de planejamento e gestão regional, de articulação e envolvimento da sociedade na preservação do patrimônio e de articulação dos instrumentos de preservação e conservação já existentes, levando sempre em consideração a questão da dinamicidade das paisagens e da sociedade.

Em busca de uma abordagem que consiga criar este diálogo entre os dois campos do patrimônio e que enriqueça a discussão a respeito da Chancela, será incorporada a análise

⁵ O termo território será compreendido neste trabalho como uma área delimitada sob uma posse, sob uma jurisdição, bem como para quando analisadas as relações entre espaço e poder, envolvendo principalmente o Estado.

⁶ IPHAN, 2009

da paisagem a partir da noção dos valores, já apresentados por Alois Riegl em seu texto de 1903, *O culto moderno aos monumentos*, e atualizados através da perspectiva apresentada pela *Carta de Burra*, desde sua primeira versão em 1979, constantemente atualizada, datando a última versão de 2013. Tal decisão se faz perante a constatação da necessidade de atualização dos instrumentos e metodologias de proteção e preservação nacionais, de maneira que, acompanhem melhor os debates da ampliação que o termo patrimônio cultural tem atualmente. Além disso, o uso desse novo enfoque põe em discussão novas possibilidades para a análise dos bens e paisagens, com uma prática ainda não corriqueira e bem aceita por toda comunidade científico-acadêmica brasileira. Portanto, usá-la, traz novos desafios tanto na aceitação da abordagem da construção da análise, quanto dos seus resultados.

Em busca de questionar as diversas possibilidades que podem resultar do uso de um instrumento voltando à proteção e à preservação das paisagens analisadas sob a ótica dos valores, este trabalho procura, a partir da investigação histórica da construção do conceito de paisagem e de patrimônio cultural, além da análise pela perspectiva dos valores, justificar a classificação da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues como uma Paisagem Cultural Minerária. A partir deste exercício, busca-se também questionar o atual instrumento brasileiro de Chancela da Paisagem Cultural, de forma que possam ser abertas discussões para novas possibilidades de adaptação do instrumento e da posterior elaboração de diretrizes para a gestão destas paisagens, a partir da mudança do foco de análise inicial, de maneira que o conceito de paisagem cultural consiga abarcar também aquelas paisagens que estão intimamente ligadas ao desenvolvimento industrial e principalmente da mineração, e que, não são necessariamente paisagens harmônicas ou que se encaixam dentro de uma compreensão holística.

Assim, o primeiro capítulo pretende estabelecer o conceito de Paisagem Cultural Minerária, elemento estruturante para o entendimento e construção do trabalho que se segue. Esta construção dar-se-á através da análise de algumas vertentes: a evolução do conceito de paisagem vista através da análise da evolução da pintura desde a Antiguidade, principalmente no mundo ocidental e como o termo se concretiza a partir do surgimento da técnica da perspectiva no século XV; a criação e evolução do conceito de paisagem cultural, termo cunhado pela Geografia a partir do século XX, principalmente pelas linhas de pesquisa da chamada geografia cultural, desenvolvida e trabalhada principalmente por teóricos de origem anglo-saxônica e francesa.

Juntamente à construção do conceito de paisagem cultural, será feita uma retrospectiva da evolução do entendimento do que é patrimônio cultural, da concepção de monumento, à

noção contemporânea que compreende que o patrimônio cultural é formado por mais do que elementos físicos, sendo melhor compreendido, se levado em conta que esse é constituído por referências culturais às quais um determinado grupo social atribui significados e valores, sendo eles mais do que apenas os valores históricos e artísticos.

Na sequência, o segundo capítulo irá realizar um levantamento das práticas já realizadas de proteção à paisagem e patrimônio industrial em nível estadual (proteções municipais fomentadas pelo ICMS Cultural e proteções estaduais através do IEPHA), em nível nacional (proteções realizadas pelo IPHAN), e em nível internacional (restringindo-se neste caso as práticas realizadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial, e a análise de dois países signatários da Convenção Europeia da Paisagem: Grã-Bretanha e Espanha). Este levantamento busca mostrar como a prática de valorização do patrimônio industrial vem se ampliando ao longo dos anos e como ela vem sendo associada com a da paisagem cultural em muitas experiências, devido à necessidade de análise destes sítios e bens, em conjunto com o meio com o qual estão inseridos.

Por fim, o terceiro capítulo, caracterizará a área objeto de discussão deste trabalho: a Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, a partir da metodologia britânica de caracterização de paisagens, juntamente com as metodologias de acesso aos valores de um bem, desenvolvida pelo *Getty Conservation Institute*, baseados nos valores da Carta de Burra. A área foi escolhida dentre tantas outras, dentro do contexto do Quadrilátero Ferrífero, devido à sua importância histórica como região que vivenciou diversos ciclos relacionados com a mineração no Estado, tendo como diferencial de outras localidades o fato de ter sido o povoado, que dá nome a paisagem cultural, o primeiro atingido pelo rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão, em 5 de novembro de 2015, tornando-se símbolo desse desastre tecnológico, que causou grande impacto socioeconômico e ambiental à grande parte da Bacia do Rio Doce.

2 PAISAGEM CULTURAL MINERÁRIA

A terra permanece, mas o homem morre; ele se torna fraco e é nela enterrado. Aqui vivemos por um breve instante, mas a terra fica para sempre. (FLIRTH, 1936 apud LYNCH, 2011, p. 139).⁷

A escolha da análise de Bento Rodrigues a partir da perspectiva da paisagem cultural deve-se à atualidade do conceito, que busca unir em sua definição como cerne no reconhecimento das paisagens culturais, o resultado das interações do homem com a natureza. O conceito aparece mais profundamente dentro das discussões do campo do patrimônio mundial a partir dos anos 1980, se consolidando em 1992 durante a 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial através da inclusão desta tipologia dentro das diretrizes da lista do patrimônio mundial. O termo é consolidado no mesmo período em que outros temas como a sustentabilidade e o uso responsável da terra também estavam em discussão em nível mundial.

O conceito da paisagem cultural trouxe consigo a tentativa de uma nova abordagem sobre o patrimônio, analisado diversas vezes no passado como cultural ou natural estando ambos desvinculados, vistos como objetos isolados, sem levar em consideração a ação dos diversos atores, bem como a questão da interdependência do bem com seu meio e sua mutabilidade no tempo e espaço. Anne Cauquelin (2007) afirma que assim como os territórios se mesclam e suas fronteiras já não são mais bem definidas na contemporaneidade, o conceito de paisagem também se ampliou, compreendendo também noções como a de meio ambiente, incorporando outras versões de representações perceptuais como as paisagens digitais, ampliação que não representa uma relegação a segundo plano da paisagem mas, é fruto de um longo e contínuo aprendizado, que é influenciado por diversos setores de atividades.

Kevin Lynch em *A imagem da cidade* (2011), afirma que a paisagem também possui importante papel social, sendo suporte para lembranças e símbolos comuns que unem um determinado grupo social, permitindo que esses comuniquem entre si. Ainda completa que, a partir de estudos oriundos da Antropologia, se conclui que desde o homem primitivo somos profundamente ligados à paisagem em que vivemos. No caso das culturas tradicionais, onde o meio ambiente é parte fundamental do cotidiano, no qual as pessoas “trabalham, criam e

⁷ FLIRTH, Raymond. *We, the Tikopia*. Londres: Allen and Unwin Ltd., 1936 apud LYNCH, 2011, p. 139

interagem em harmonia com sua paisagem”, ela se torna referência, possuindo estas comunidades forte identificação com o lugar que habitam, relutando em deixá-los, pois representam “a continuidade e a estabilidade em mundo incerto”⁸.

2.1. A construção da noção de paisagem e sua consolidação na pintura

Se tal conjunto de árvores, montanhas, águas e casas a que chamamos paisagem é belo, não é por si mesmo, mas por mim, por minha própria graça, pela ideia ou sentimento que a ele atribuo. [...]. Sim, a imaginação faz a paisagem. (BAUDELAIRE, 1859 in BAUDELAIRE, RUSKIN e KERN, 2010, p.51.)⁹

Quando falamos em paisagem, logo criamos imagens, nas quais podemos compor diversos tipos de cenas: desde montanhas verdes com riachos reluzentes à luz do sol, a grandes planícies de pastagens onde os animais se alimentam tranquilamente, a cenas de “choupanas pobres, em ruínas umas - tetos de sapé caídos sobre montes de terras e paus, roliços; [...] exíguas roças maltratadas, à beira dos córregos apaulados”¹⁰; ou de uma “terra longa e rugosa, de montes pós montes: morros e corovocas. Serras e serras, por prolongação. [...] Tudo calcáreo”¹¹, até imagens de uma cidade onde “as casas são de bambu e de zinco, com muitos bailéus e balcões, [...] transpostos por belvederes cobertos por alpendres cônicos, caixas de reservatório de água, cata-ventos, desdobrando roldanas, linhas e guindastes”¹².

Para Anne Cauquelin, filósofa e crítica de arte, a noção¹³ de paisagem foi culturalmente construída ao longo do tempo e tem como função auxiliar a percepção do homem do tempo e do espaço, estando-os submetidos “a poderosas imagens criadas durante a infância [que] habitam nossa memória subjetiva” de modo que auxiliam no “modo como deciframos e percebemos o mundo ao nosso redor”.¹⁴ Para a autora, a construção da paisagem ocorre através de um enquadramento realizado através de inúmeros fatores a partir de nossas

⁸ LYNCH, 2011, p. 139

⁹ BAUDELAIRE, Charles. *Salão de 1859: a paisagem*, 1859 In BAUDELAIRE, RUSKIN e KERN, 2010, p.51.

¹⁰ CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos. Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995 p.208 apud FIGUEIREDO, 2002.

¹¹ ROSA, João Guimarães. *O Recado do morro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

¹² CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

¹³ Quando tratado da “noção” da paisagem, essa se refere a ideia vaga, geral e compreendida pelo senso comum; enquanto o “conceito” de paisagem refere-se à interpretação baseada na noção, porém defendida a partir de bases teóricas consolidadas.

¹⁴ CAUQUELIN, 2007, p. 29

percepções de distância, orientação, pontos de vista, situação, escala, entre outras, estando sujeita a inúmeras convenções pictóricas e literárias, sendo essa percepção bastante influenciada pela cultura do momento. Logo, a paisagem, se trata de um “conjunto de valores ordenados em uma visão”¹⁵, surgindo como termo no mundo ocidental, juntamente com a pintura de paisagem, por volta de 1415 na Holanda e Itália e se estabelecendo como conceito a partir da elaboração das leis da perspectiva; pois, para Cauquelin, a paisagem só vem se consolidar a partir do momento em que se torna possível ordenar os elementos no espaço e organizá-los sobre a tela. Só assim seria possível entender e delimitar a paisagem.

A autora ainda afirma que na Grécia não havia uma noção de paisagem considerada, sendo a natureza retratada através de objetos animados ou inanimados, não sendo ela vista como paisagem (FIGURA 2). Existe muito mais uma noção de *logos*, no qual a atenção para a imagem narrada “não está voltada para as manifestações territoriais singulares, mas para o acontecimento que solicita sua presença”.¹⁶ Já na Roma Antiga, a natureza sempre se manifesta civilizada, artificializada e dominada na forma dos jardins que tentam recriar os elementos encontrados na natureza de forma domesticada, proporcionando “o ócio e o lazer num lugar contido, seguro, longe da natureza selvagem e perigosa”¹⁷ (FIGURA 3). Já a Idade Média ignora a paisagem e a natureza em suas pinturas e mosaicos, e se atém aos personagens deixando-os sobre fundo opaco e neutro. Os ícones representados não são reproduções do real, são imagens do divino, e, portanto, não devem ser contextualizados em noções reais (paisagem/natureza)¹⁸ (FIGURA 4).

Yanci Maria em sua dissertação *Paisagem: entre o sensível e o factual. Uma abordagem a partir da geografia cultural*, de 2010, destaca a contribuição do geógrafo e filósofo francês Augustin Berque (1942-) a respeito desta construção da noção de paisagem. Berque, em seu texto *Landscape and the overcoming of modernity* (2000), diz que, embora a noção de paisagem possa ter surgido no mundo ocidental moderno apenas no século XV, tal noção já existia no mundo oriental desde o século IV, momento no qual há o primeiro tratado sobre pintura de paisagem *Hua shanshui xu* (Introdução a pintura da paisagem), escrito por Zong Bing (375-443) na China, que escreve já nas suas primeiras linhas que a paisagem é “uma forma/substância visível, que tende ao espírito”¹⁹.

¹⁵ CAUQUELIN, 2007, p. 16

¹⁶ CAUQUELIN, 2007, p. 49

¹⁷ CAUQUELIN, 2007, p. 66

¹⁸ CAUQUELIN, 2007, p. 75

¹⁹ “Zhi yu shanshui, zhi you er qu ling” Tal conceito é conhecido como “Princípio de Zong Bing”. (BERQUE 2000, p.3.)

FIGURA 2 Pintura de vaso grego de 520-510a.C. no qual a natureza é representada apenas pela presença de uma videira ao fundo. Ainda não há a noção de paisagem estruturada.



Fonte: Staatliche Antikensammlungen, 2018.

FIGURA 3 Detalhe para pintura parietal de antiga vila romana em Herculano- Itália, com a representação da natureza como jardim na parte à direita da pintura.



Fonte: Anielle Freitas, 2013.

FIGURA 4 Pintura bizantina, Museu do Vaticano. Nota-se o fundo neutro sobre o qual as imagens são representadas.



Fonte: Museu do Vaticano. Foto: Anielle Freitas, 2013.

Berque também cita Santo Agostinho (354-430), contemporâneo de Zong Bing, mostrando que em suas obras ele dizia que o homem medieval não deveria admirar o espetáculo da natureza exterior e sim focar no seu interior, pois, é lá onde Deus habita. A partir disto, para o homem medieval, assim como anteriormente para os gregos e romanos, não havia a necessidade de se ter uma noção de paisagem, pois não se falava sobre ela; só se torna necessário criar nomes e conceitos, a partir do momento em que estas “coisas” existem e nomeá-las se torna necessário à comunicação e à cultura. Tal situação irá se reverter apenas no Renascimento, quando o homem e conseqüentemente toda a cultura de um período passam por intensas transformações desde a economia, política, religião, às artes, filosofia e ciências.

John Ruskin (1819-1900) será outro teórico que irá falar sobre este surgimento da noção de paisagem, assim como da pintura de paisagem. O autor, assim como Cauquelin, diz que, tanto os medievais, quando os gregos, nunca pintavam paisagem ou elementos naturais, a menos que estes fossem compor o pano de fundo, ou servir de suporte ao aparecimento de algum elemento místico religioso, como anjos ou deuses. A relação com a paisagem para estas culturas é apenas ser pano de fundo para a história; importam-se os fatos e não onde estes ocorreram.

Em seu texto *Pintores Modernos: Sobre a novidade da paisagem* (1845)²⁰, Ruskin cria um personagem fictício de um visitante da exposição de *Old Water-Colour Society*, e em sua visita este se dá conta que até aquele momento ninguém antes havia se importado em pintar "montanhas azuis, claros lagos, castelos e catedrais em ruínas", chegando a conclusão final de que os gregos e romanos não se dedicavam às paisagens, explicando em seu texto como aos poucos o homem foi perdendo interesse na representação da figura, constantemente invocada num momento em que os homens se preocupavam com os deuses, com suas próprias formas, cultuando o corpo humano como uma representação divina, até o momento em que o homem moderno, em sua leitura, "descrente de Deus, da beleza e da guerra, volta-se para o estudo das leis da natureza e dos objetos inanimados em geral"²¹. Ele, o homem, deixa de se ver como uma criatura de existência elevada e passando então a se tornar descrente de sua divindade, modificando sua relação com a busca pelo progresso, através da procura em alcançar a perfeição de corpo e mente, passando a noção de progresso, a não ser mais relacionada ao progresso do ser e sim ao progresso do mundo externo.

Ruskin ainda fala sobre o fato de que, quando olhamos as imagens modernas vemos que o interesse em representar o humano, muitas vezes desapareceu por completo. As formas da natureza, representadas por montanhas, ravinas, florestas passam a ser destaque nas composições e não mais apenas planos de fundo as representações divinas. A necessidade da presença humana, muitas vezes é relegada a apenas uma aparição singela, na qual "um viajante com um chapéu caído, um pedinte com um manto escarlate, ou, na falta destes, mesmo uma garça ou um pato selvagem" suprem a necessidade de elementos "vivos" a composição. De acordo com autor, o homem moderno procura na natureza externa e na história, a satisfação que já não encontra mais na vida comum, num período marcado por grandes mudanças nos grandes centros europeus como Paris, com seus planos de urbanização e modernização liderados por Napoleão III e o Barão de Haussmann, e as Exposições Universais, em Paris em 1855 e em Londres em 1851, que construíram grandes palácios para abrigar as novas invenções do homem moderno.

²⁰ BAUDELAIRE, RUSKIN e KERN, 2010

²¹ BAUDELAIRE, RUSKIN e KERN, 2010, p. 18

FIGURA 5 Raby Castle, a sede do Conde de Darlington. William Turner, 1817, Inglaterra.



Fonte: <http://art.thewalters.org/detail/2067>

FIGURA 6 Paisagem com moinho de vento, perto de Abcoude. William Roelofs, 1870, Holanda.



Fonte: <https://www.japantimes.co.jp/culture/2014/05/14/arts/vividness-france-came-simplicity-holland/>

2.2. A paisagem através da geografia cultural

A paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos. Ela constitui desta maneira um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado. (CLAVAL, 1999, p. 14.)

Diversos são os autores que desde o final do século XIX abordam o tema das paisagens: Alexander Von Humboldt (1769-1859), Friedrich Ratzel (1844-1904), Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Otto Schluter (1872-1959), Siegfried Passarge (1866-1958), Carl Ortwin Sauer (1889-1975), Eric Dardel (1899-1967), Aziz Ab'Saber (1924-2012), Yi-Fun Tuan (1930-), Paul Claval (1932-), Augustin Berque (1942-), Denis Cosgrove (1948-2008), dentre outros.

Como convenção, tem-se que o termo paisagem surge no campo da geografia, no século XIX, aparecendo sob a influência de duas correntes: de um lado a racionalista positivista, e a do romantismo e idealismo, do outro²². A partir da primeira perspectiva, a paisagem se dá a partir de uma racionalização objetiva, mais ligada à ciência, apreende-se visualmente os “objetos vestidos de formas e passíveis de descrição fisiológica”. A partir da segunda perspectiva, “a apreensão e a descrição dos objetos da paisagem dependem da subjetividade do sujeito”²³, estando assim sujeita às capacidades dos indivíduos e de sua formação cultural e social, de apreender o espaço.

Friedrich Heinrich Alexander, o barão de Humboldt, geógrafo e naturalista e explorador alemão será considerado por muitos como um dos fundadores dos estudos da paisagem na Geografia, a partir de uma perspectiva naturalista. O autor introduz o conceito no qual as paisagens são mais do que simples associações relacionadas com o sentido estrito de paisagem como “espaço que se abarca com o olhar”, conceito relacionado com as técnicas de representação do espaço no período renascentista e da pintura de cavalete. Para ele, a paisagem passou a uma compreensão de que corresponde a mais do que “a vista alcança”, sendo porções de espaço amplas, que se destacam pelas suas características físicas e culturais de forma que se faça uma leitura homogênea deste conjunto e assim assumem certa

²² BARBOSA; GONÇALVES, 2014.

²³ BARBOSA; GONÇALVES, 2014, p.95.

individualidade, uma identidade. Também, a noção de paisagem como vista até finais do século XIX, já estaria superada para as artes na contemporaneidade, de acordo com Myanaki.

Para as artes, o conceito do gênero de paisagem na pintura há muito não se traduz mais na representação e exaltação dos elementos da natureza. A paisagem pintada urbanizou-se, desorganizou-se, afastou-se da perspectiva, amalgamou sentidos e superou a noção de que é só o que é visível, enfim, abstraiu. (MYANAKI 2008, p.11.)

Já outros pesquisadores, como Rafael Winter Ribeiro (2007), apesar de não contestarem a influência de Humboldt, consideram Carl Sauer, geógrafo americano criador da chamada Escola de Berkeley, como o definidor do conceito formal para a paisagem dentro dos estudos no campo da Geografia. Sauer é o criador do subcampo de estudos, chamado geografia cultural, que irá abordar entre outros temas a questão da influência da cultura sobre a paisagem. A partir de uma análise através da ótica morfológica e da matéria, publica em 1925, *The morphology of Landscape*, no qual apresenta diretrizes para aquilo que considera necessário ao estudo da geografia cultural e neste, cunha sua famosa frase: “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado”.²⁴

Dois pontos são importantes para entender a visão de Sauer a respeito do conceito de paisagem cultural: primeiramente o conceito de cultura por ele adotado e em segundo as bases de que para o autor, *Landscape*, equivaleria à expressão alemã de *Landschaft*, que corresponderia a uma “área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais”.²⁵ Quanto ao conceito de cultura, bastante influenciado pelo seu contato com o antropólogo cultural Alfred Kroeber²⁶, Sauer, irá enfatizar a questão da cultura como determinante, sendo ela, vista de forma ampla como “o conjunto de criações humanas” e modelada pelo historicismo. Correia (2014) enfatiza que existia uma forte predisposição de Sauer a opor-se ao determinismo ambiental²⁷, e isto irá influenciar profundamente seu trabalho. Para Carsalade (2017), a discussão se é o meio que influencia o homem, ou o

²⁴ SAUER, C. O. The morphology of Landscape. In: AGNEW, J. LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (org). Human Geography: an essential anthology. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p.296-315 apud RIBEIRO, 2007. p.19.

²⁵ SAUER, C. O. The morphology of Landscape. In: AGNEW, J. LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (org). Human Geography: an essential anthology. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p.296-315 apud RIBEIRO, 2007. p.19.

²⁶ Para mais informações ver MINTZ, 2009 e CORREIA, 2014.

²⁷ O determinismo ambiental pode ser definido brevemente através da concepção de que o meio molda o homem tanto psicologicamente quanto fisiologicamente, através do estabelecimento de relações de causa e efeito. O termo é bastante influenciado pela teoria evolucionista da obra de Charles Darwin *A origem das espécies*.

homem que influencia o meio na questão da criação das paisagens culturais, só será superada anos mais tarde com a fenomenologia que dirá que, homem e natureza se influenciam mutuamente, “o homem se cria culturalmente pela influência da natureza que o cerca, modifica esta natureza constantemente e a valoriza de maneira significativa para o patrimônio”²⁸.

Na década de 1970, Milton Santos, geógrafo brasileiro, chegará a novas considerações que serão reproduzidas ao longo dos anos seguintes, ajudando a aprimorar o conceito de paisagem. Em 1978 ele fala sobre as possibilidades de uma geografia baseada nas percepções individuais e de grupo, e como a análise do espaço²⁹ poderia se tornar rica a partir desta ótica. Em seu livro, *Por uma geografia nova*, de 1986, Santos cita P.W. Brian (1933) que diz: “A Terra seria um conjunto de formas específicas de utilização do território – de áreas culturais (paisagens) – resultado do trabalho de sociedades diferentes com base na diversidade cultural.” No mesmo texto, o autor afirma que Vidal de La Blache e Ratzel, geógrafos que também tratam a respeito do termo paisagem cultural, foram “principistas” em suas teorias, ou seja, ainda estavam buscando princípios para nortear a recém-criada disciplina da geografia e que suas teorias e conceitos deveriam ou já estariam superadas. A geografia vidalina, trabalhando a partir de análises particularistas e relativistas, “possibilistas”, com a ideia do estudo de “gêneros de vida”³⁰ em substituição de cultura e a geografia ratzeliana, a partir de ideais antropogênicas, “demonstrando que (a paisagem) é o resultado do distanciamento do espírito humano do seu meio natural”³¹.

Paisagens são, em quase todas as abordagens dos séculos XIX e XX, entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base

²⁸ CARSALADE, 2017, p.174.

²⁹ Para SANTOS (2014), o espaço “é um *fator* da evolução social, não apenas uma condição”, sendo uma instância da sociedade que ao mesmo tempo *contém* e *está contida* nas demais instâncias como na economia e nas questões culturais ideológicas. “A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia.” (p.12). Este ainda é um produto social em permanente processo de transformação, e para compreendê-lo é necessário entender como a sociedade se relaciona de modo geral, pois sempre que esta “sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções” (p.67), modificam-se os valores, e assim modifica-se o espaço.

³⁰ “O gênero de vida definido por Vidal de La Blache (...) pode ser definido como um conceito dinâmico que resume um processo: é a forma específica de cada grupo, sua “maneira de ser”; esses grupos realizam uma adaptação ao meio a partir de uma herança cultural e instrumental, transmitida pelo hábito. La Blache se afasta de qualquer tentativa de determinação de leis universais para o estudo geográfico.” NAME, 2010, p.166.

³¹ SCHIER, 2003, p. 82.

nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes. (SCHIER, 2003, p. 82.)

Voltando a Santos (2008), para ele, as formas criadas sobre a paisagem são respostas dadas às necessidades do presente de uma sociedade, sendo necessário certo grau de adaptação da paisagem preexistente para se adequar às novas necessidades e deste modo continuar a existir no espaço sob novo aspecto.

Face à durabilidade das formas, a construção da paisagem converte-se em um legado aos tempos futuros. Por isso, as transformações da sociedade são, em certa medida, limitadas e dirigidas pelas formas preexistentes. (...) cada objeto permanece na paisagem, cada campo cultivado, cada caminho aberto, poço de mina ou represa constitui uma objetificação concreta de uma sociedade e de seus termos de existência. As gerações vindouras não podem deixar de levar em conta essas formas (...). No entanto, quanto mais o homem altera o espaço para criar uma paisagem repleta de artefatos e construções, tanto mais rígida se torna a paisagem (...). Nesse sentido, o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos, embora estes apareçam integrados ao sistema social presente, pelas funções e valores que podem ter sofrido mudanças drásticas. (SANTOS, 2008, p.73-74.)

De forma contrária a algumas ideias de Santos, sendo consideradas como uma evolução das ideias de Sauer, Cosgrove, durante a década de 1970, vem dizer que a paisagem está intimamente ligada à cultura, aparecendo como lugar simbólico, mas, sem ser apenas uma “reprodução da lógica econômica e social do capitalismo”. Neste caso, o espaço e consequentemente a paisagem, seriam apenas “o resultado final das lutas sociais e das contradições do sistema capitalista, reproduzindo-se através das desigualdades regionais”³². Para Cosgrove, a paisagem se faz através “da criação de uma unidade visual onde seu caráter é determinado pela organização de um sistema de significação. O lugar é então, complexo, com múltiplos patamares de significados”³³.

Já dentro das discussões de teóricos mais recentes, Berque (2000), vem dizer que a paisagem pode assumir claramente duas faces: uma voltada para as ciências naturais, quando se estuda a morfologia do ambiente e a outra aplicada à geografia humana, o que leva a um

³² SCHIER, 2003, p.84.

³³ SCHIER, 2003, p.84.

impasse quanto à definição do termo quando analisado por esta perspectiva, pois, é necessário primeiramente entender como essa ou aquela sociedade interpretam o seu meio ambiente e como o habitam. Além disso, cabe entender como os sistemas simbólicos e as palavras influenciam nossa percepção; mas, também como a percepção está condicionada à como interpretamos os símbolos que nos são dados, para os quais desenvolvemos sistemas semânticos. Assim, a interpretação do que é paisagem tem significados diferentes para grupos sociais diferentes pois, os valores que os regem são distintos.

A partir desta ideia, de que os sistemas semânticos influenciam na percepção, podemos contrapor os diversos nomes que a paisagem recebe, tendo o termo francês *paysage*, sua origem do radical medieval *pays*, que significa ao mesmo tempo “habitante” e “território”; *paesaggio*, no italiano, tem sua origem a partir de *paese*, que significa uma porção habitada do território; assim, da mesma forma surge *paisagem* em português, derivada do termo francês. Na outra linha linguística, temos a origem a partir de *landschaft* em alemão, referindo-se a uma associação entre o sítio e seus habitantes, morfológica e cultural. Dela, deriva *landscap* em holandês, termo comumente associado às pinturas de paisagem realistas no século XVIII, e posteriormente, *landscape* em inglês, traduzido como “aquilo até onde se pode ver” ou “panorama”, analisando mais pelo aspecto estético³⁴.

Por fim, voltando a Berque, a partir de seus estudos sobre a cultura oriental, o autor nos leva a entender que, o conceito que buscamos contemporâneo de paisagem no Ocidente, já existia no Oriente desde os primeiros séculos depois de Cristo, como já dito no capítulo anterior, quando é citado o tratado de Zon Bing para a pintura de paisagem, no século IV na China.

Em outras palavras, a paisagem é o que Zong Bing tinha antecipado: ela é tanto uma substância (um sujeito), quanto é mais do que uma substância (isto é, um atributo). Isto para dizer que, para estudar as paisagens, e o ecumene³⁵ de forma geral, temos que superar a moderna redução da realidade ao real. Como a própria física chegou a mostrar, o real é incognoscível, porque é imprevisível. A realidade supõe o real, mas também está sujeita pela existência humana. A paisagem é um exemplo perfeito desta relação

³⁴ NAME, 2010.

³⁵ O termo Ecumene deriva do grego οἰκουμένη, que indica uma porção da Terra conhecida e habitada pelo homem, podendo ter dois significados mais usuais: como o mundo conhecido de forma geral geograficamente, ou um significado de cunho filosófico religioso, que designa o pertencimento a um grupo em particular, que segue uma fé ou uma doutrina filosófica.

complexa, e é por isso que, excepcionalmente, mostra o caminho além da modernidade. (BERQUE, 2000, p.9.)³⁶

2.3. Patrimônio, patrimônio cultural e patrimônio industrial

O patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. Ultrapassam-se a monumentalidade, a excepcionalidade e mesmo a materialidade como parâmetros de proteção, para abranger o vernacular, o cotidiano, a imaterialidade [...] passa-se a valorizar não somente os vestígios de um passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, a produção. [...] O patrimônio cultural, considerado em toda a amplitude e complexidade, começa a se impor como um dos principais componentes no processo de planejamento e ordenação da dinâmica de crescimento das cidades e como um dos itens estratégicos na afirmação de identidade de grupos e comunidades. (SANTOS, 2001. p.43-44)

De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra patrimônio, do latim *patrimonium*, pode ser definida como uma herança paterna, bens de família, ou ainda quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade. Assim, pode se relacionar com distintas áreas de estudos, como patrimônio genético, cultural, natural, etc..., estando a palavra sempre conexas a algo que é passado entre gerações, e, portanto, de certo modo, compõem parte da memória, seja ela individual ou coletiva.³⁷

A evolução do termo patrimônio, passando por “patrimônio histórico” até culminar em “patrimônio cultural” e ainda em sua subcategoria “patrimônio cultural industrial” e o nascimento das políticas de preservação e conservação destes, tem seu longo trajeto iniciado, de acordo com Choay (2006), na Revolução Francesa (1789-1799), e conseqüentemente com o surgimento do mundo moderno, que irá romper com todo o pensamento vigente de uma época. Para Castriota (2009), o entendimento atual de patrimônio cultural é fruto de uma “relação reflexiva com o passado e com a tradição”³⁸, uma tentativa de se ligar à uma

³⁶ Tradução nossa.

³⁷ GONDAR, 2008.

³⁸ Para o autor, tradição não se resume em uma experiência cultural estática, pois “o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis, e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo”, estando a tradição sujeita à transformações internas, resultantes do desenvolvimento interno do grupo social, e externas, resultantes do contato com outros grupos (CASTRIOTA, 2009, p.22).

identidade ou a um passado estável, constante e conhecido, em uma sociedade pautada pela constante substituição de valores e modelos. Marx, citado pelo autor³⁹, aponta que “tudo que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado” dentro desta sociedade, sendo que “o foco (já) não é mais aqui o passado ou a eternidade, mas o futuro, “o tempo que ainda não é, que sempre está a ponto de ser”⁴⁰. Castriota⁴¹ ainda cita Eduardo Subirats, autor de *Da Vanguarda ao Pós-moderno*, dizendo que o moderno sempre aponta para o novo, para a renovação, assim, estariam a época e o indivíduo moderno, fadados a não terem uma identidade, sendo necessário recorrer ao passado para encontrá-la.

Retornando a Choay, em sua clássica obra *A alegoria do patrimônio* (2006), a autora diz que se torna ainda necessário voltar no tempo para compreender a distinção entre monumento e monumento histórico, termos e diferenciação também defendidos por Riegl já no início do século XX em seu texto *O culto aos monumentos modernos* (2016), quando este defende a existência de monumentos “intencionados” a “não-intencionados”. Choay diz que em outra época, falar de monumento histórico seria o mesmo que falar de patrimônio histórico, mas, ambos se diferenciam muito quanto a amplitude de seus significados, sendo o primeiro fortemente ligado à uma materialidade arquitetônica, enquanto o segundo já possui uma maior abertura a outras materialidades, já incorporando objetos ou mesmo cidades.

Choay (2006) afirma que o monumento (intencional) está presente em quase todas as culturas, sejam elas dotadas de escrita ou não, tendo como função tocar pela emoção uma memória viva, selecionada no tempo passado, de forma a garantir a rememoração de um fato ou momento, preservando a identidade de um grupo social⁴². Ele é criado com a distinta função já pensada *a priori*, enquanto que os monumentos históricos (ou não intencionais) adquirem esta função posteriormente, a partir dos valores que a sociedade lhe confere. “Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico, sem que para isso tenha tido na origem, uma destinação memorial”⁴³. E por estarem sujeitos aos valores que damos a eles, em dado momento, estes se tornam também sujeitos ao tempo e ao conseqüente desaparecimento, esquecimento e deterioração, caso não façam mais sentido à sociedade em determinada época.

³⁹ CASTRIOTA, 2009, p.39

⁴⁰ CASTRIOTA, 2009, p.47.

⁴¹ CASTRIOTA, 2009, p.57.

⁴² CHOAY, 2006, p.18.

⁴³ CHOAY, 2006, p.26.

Quanto aos valores que podemos atribuir aos bens do patrimônio cultural, de acordo com Riegl (2016), estes poderiam ser classificados em dois grandes grupos: os valores de rememoração, ligados ao passado do bem e os valores de contemporaneidade, referentes aos valores do presente. Tais valores, ainda se dividem nas seguintes categorias:

- Valores de rememoração (ligados ao passado):
 - Valor de ancianidade;
 - Valor Histórico;
 - Valor de rememoração intencionado.
- Valores de contemporaneidade (relacionados ao presente):
 - Valor de uso;
 - Artístico;
 - De novidade;
 - Relativo.

O valor de ancianidade residiria no aspecto antigo do bem, marcado pela passagem do tempo. Tal valor pode ser observado de imediato, percebido e compreendido pela grande massa, sem a necessidade explicações prévias. É o valor que “comove” quando se observam ruínas de antigas edificações corroídas pelo tempo (edifícios arruinados através de uma “quebra” no tempo, como grandes tragédias, não teriam tal reconhecimento do valor, visto a distância temporal das marcas que este possui). O valor histórico seria compreendido como o poder que o bem tem em transmitir as gerações futuras parte da história da humanidade, sendo ilustrativo de uma determinada etapa. Diferente do valor de ancianidade, o valor histórico independe das marcas do tempo no bem, podendo em realidade, tais marcas serem incômodas e desagradáveis. Por fim, entre os valores relacionados ao passado, temos o valor de rememoração intencionado, que corresponderia a um valor que já é dado ao bem no momento de sua criação. Se o valor histórico é adquirido com o tempo e o de ancianidade corresponde às marcas do tempo, o valor de rememoração intencionado já independe dele. O bem com este valor é criado com a clara intenção de lembrar, de transmitir uma mensagem ou contar uma história.

Quanto aos valores do presente, o valor de uso pode ser compreendido facilmente, pois está relacionado com a possibilidade de uso que o bem possui no momento presente, de forma que, a passagem do tempo nele, não coloque em risco ou perigo a vida do ser humano. Assim, um bem com valor de uso pode em realidade não ter o mesmo uso que lhe era dado no passado, mas cumpre a função de prover espaço físico, podendo muitas vezes o uso atual diverso do inicial, ser a garantia de sua existência.

Por fim, o valor artístico, diretamente relacionado à estética no presente do bem, pode ser dividido em valor de novidade e valor relativo. O primeiro, corresponderia a um valor quase antagônico ao valor de ancianidade, sendo as marcas do tempo não bem vistas no bem. Este valor, amplamente defendido pelas grandes massas dispensaria conhecimentos históricos para apreciação e refere-se ao desejo de ver as obras da mão humana, intactas e resistindo à deterioração do tempo. O segundo, valor relativo, já teria seu valor definido por formas sutis de valorização, atendendo às necessidades “do espírito”. Corresponderia à “vontade de arte” do momento no qual o bem/monumento foi produzido e sua capacidade de ainda sensibilizar o homem contemporâneo, mesmo que, os valores artísticos sobre os quais foi criado não correspondem aos valores contemporâneos do que seria arte. Vale ressaltar, que para Riegl (2016) não existe um valor artístico absoluto e pelo fato de o valor artístico ser um valor do presente, ele está fadado a mudar com o tempo e com as gerações.

Assim, como os valores mudam com o passar do tempo e das gerações, os bens de que são interesse manter para o Estado, ou por uma geração, também mudam. Políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural, de acordo com Castriota (2009), trabalham com a dialética do lembrar x esquecer, definindo o que deve ser preservado e conseqüentemente qual é a história oficial que será contada, e logo qual a memória coletiva que permanecerá, criando ou completando as memórias individuais ou até mesmo modificando as perspectivas de análise sobre um fato, sendo que, “indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade, senão, pela duração e pela memória”.⁴⁴

Trabalhando com esta perspectiva, de que as diversas etapas que compõem a história formadora de um país necessitam salvaguarda, o primeiro Estado ocidental a criar a sua legislação própria de proteção ao patrimônio histórico será a França, durante a Revolução Francesa, através da criação da *Commission des Monument Historiques*. Tal comissão tinha como objetivo principal salvar bens símbolos da monarquia de sua completa destruição durante a Revolução, a partir da ideia de que agora esses possuíam posse coletiva, tornando-os patrimônio no sentido literal da palavra, de todos os franceses. Tais normas e documentos produzidos por esta comissão, iniciados por volta de 1790, são a “invenção da conservação do monumento histórico com seu aparelho jurídico e técnico”⁴⁵ no modo como hoje conhecemos no Brasil.

⁴⁴ CHOAY, 2006, p.113. Para maiores informações a respeito de memória coletiva e memória individual ver GONDAR, 2008.

⁴⁵ CHOAY, 2006, 95.

No que concerne as políticas de preservação em nível internacional, a Carta de Atenas de 1931, escrita e assinada apenas por países europeus é o primeiro exemplo que encontramos de um tratado elaborado por técnicos da área de conservação e preservação de bens culturais, que busca encontrar valores comuns entre todos os países, para a preservação de seus bens. Data da mesma época (1936) o anteprojeto da política de proteção ao patrimônio brasileiro elaborado por Mário de Andrade, para a criação do então SPHAN, que será tratado em tópico a seguir.

Já a primeira normativa internacional talvez seja o Tratado de Haia de 1954, emitido a partir da Convenção de Haia da UNESCO, que diz respeito ao posicionamento e aos protocolos a que os países do mundo devem seguir em relação à proteção de bens culturais em caso de conflito armado, de forma a evitar diversos problemas ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial⁴⁶.

A carta internacional seguinte à Atenas, elaborada por técnicos da área da conservação e preservação e que tratará sobre os bens culturais e sua proteção, será então a Carta de Veneza de 1964, que já inclui a participação de países não-europeus como Tunísia, México e Peru⁴⁷ em sua elaboração. Essa pequena ampliação entre um tratado e outro, vai de acordo com aquilo que Choay (2006) defende como um dos processos de expansão do conceito do patrimônio hoje. Para ela, há uma tripla expansão do patrimônio – tipológica, cronológica e geográfica, pois, num primeiro momento, escolhia-se para salvaguarda, no mundo ocidental, bens que consistiam basicamente em exemplos da antiguidade clássica, grandes edifícios religiosos e públicos, alguns castelos e em sua grande maioria construções do mundo europeu. Tal condição, só vem a mudar após a década de 1960, com a inclusão e valorização das ditas “artes menores”, passando também a serem considerados “patrimônios” a arquitetura vernacular, a arquitetura industrial e outras formas não monumentais. Vale ressaltar, que, ainda neste período só são considerados patrimônio pelo mundo ocidental, aquilo que possui matéria, não sendo valorizadas ou reconhecidas as manifestações e tradições de cunho imaterial para salvaguarda através de políticas públicas.

Choay (2006), diz que a expansão tipológica se dá com a incorporação da dita arquitetura menor ao direito da conservação: nem grandes edifícios, nem memoriais, mas a casa tradicional, urbana ou rural, valorizados a partir do surgimento dos estudos das técnicas tradicionais e da arqueologia. Já a expansão geográfica abre as discussões e a participação

⁴⁶ BRASIL, 1958.

⁴⁷ CHOAY, 2006, p.14.

de países não-europeus ao debate e à adoção das políticas públicas de patrimônio cultural. Enquanto a expansão cronológica se dá graças aos avanços da arqueologia e das ciências humanas fazendo com que se ultrapasse a “intransponível barreira” da era industrial, tornando o passado cada vez mais próximo do presente, fazendo com que os “produtos técnicos da indústria adquiram os mesmos privilégios e direitos à conservação que as obras de arte arquitetônicas e as laboriosas realizações da produção artesanal”⁴⁸.

O patrimônio industrial é entendido como o conjunto de sistemas móveis e imóveis, e de sociabilidade, relacionados à cultura do trabalho que foram gerados pelas atividades de extração, transformação, transporte, distribuição e gestão geradas pelo sistema econômico que emergiu da "Revolução Industrial". (MECD, 2018.)⁴⁹

A partir dessa expansão cronológica, passam então os países a incorporarem a preservação do patrimônio industrial às suas políticas públicas. É antagônico se não no mínimo irônico, pensar que tenha sido a Grã-Bretanha, o primeiro país a buscar preservar seus bens oriundos da era da industrialização, o lar de um dos grandes teóricos a respeito da memória e da preservação dos monumentos, o britânico John Ruskin (1819-1900), que era tão incansável inimigo e crítico deste mesmo período.

A incorporação desta nova categoria de bens, trouxe além da discussão por parte da grande massa sobre sua conservação ou não, novos problemas quanto à sua preservação. Muitos edifícios haviam sido feitos para findar ou por terem sido construídos com novos materiais para suas épocas, como as cascas de concreto ou as estruturas em ferro e vidro, encontravam-se deteriorados já pouco tempo após suas construções.

Além disso, surgem novos desafios, como lidar com territórios e áreas degradadas, com longos históricos de exploração e dificuldades econômicas por parte dos Estados em investir na preservação destes lugares, devido ao abandono ou fechamento de suas instalações industriais e consequente deslocamento do capital e da população destes locais.

As “marcas anacrônicas, que são os terrenos baldios, os poços das minas desativadas e as respectivas áreas em que se depositavam os minérios, as escórias dos altos-fornos, as docas e os estaleiros abandonados têm, antes de tudo, um valor afetivo de memória para aqueles que, por muitas gerações, tinham neles seu território e horizonte e que se esforçavam para que não lhes

⁴⁸ CHOAY, 2006, p.209.

⁴⁹ Tradução nossa.

sejam subtraídos. Para os outros, elas têm um valor de documento sobre uma fase da civilização industrial, documento em escala regional, que a memória fotográfica haverá de conservar, mas cuja preservação real parece ter se tornado ilusória por suas próprias dimensões, numa época de urbanização e de reorganização dos territórios.” (CHOAY, 2006, p.220.)

Surtem então, juntamente à valorização deste tipo de patrimônio, novas áreas de estudos, como a arqueologia industrial⁵⁰ e os estudos sobre a memória industrial. De acordo com Rodrigues da Silva (2013) a reconstrução da história, por exemplo, das vilas operárias e suas memórias associadas, pode ser realizada a partir da análise dos documentos de suas empresas criadoras, sejam elas instituições públicas ou privadas e a partir deles, busca-se estudar as relações sociais estabelecidas entre empresa e comunidade, por meio da qual se reconstrói a memória e a história industrial de um período delimitado.

Rodrigues da Silva (2012) ainda afirma que é necessária uma maior atenção com relação ao patrimônio industrial, sua promoção, conservação, inventário, documentação, investigação e valorização, além do fomento à difusão do conhecimento a respeito, para que suas implicações nos processos da vida do homem e da construção da sociedade atual sejam melhor compreendidas. Pois, ao se lidar com a memória industrial deve se levar em consideração que a construção desta influencia e é influenciada por questões políticas, sociais, culturais, tanto internas ao país, quanto na escala global e tem sua construção pautada por “fatores materiais (as empresas em si) e imateriais (as memórias dos trabalhadores), tangíveis (maquinários e tecnologia) e intangíveis (know-how e savoir faire)”⁵¹.

Por fim, a expansão de patrimônio histórico para patrimônio cultural viria a ocorrer no mundo ocidental, e em suas políticas globais de preservação ao patrimônio, já nos anos de 1980. Estando o patrimônio histórico diretamente ligado à matéria, principalmente à arquitetura e outras artes em geral (pintura, escultura, etc.), as discussões na academia e dentro dos órgãos de preservação, que ampliam esta visão, se iniciam por volta da década de 1970, com a incorporação de outras áreas de estudos humanos e sociais às discussões patrimoniais, antes quase que de exclusiva atribuição de arquitetos. Assim, graças à incorporação de outras ciências sociais e humanas aos órgãos de preservação, também são incorporadas nas

⁵⁰ Por arqueologia industrial entende-se a “metodologia interdisciplinar (que) estuda e valoriza os vestígios materiais e imateriais como testemunhos históricos dos processos produtivos. Seu estudo nos aproxima de uma melhor compreensão das estruturas e processos que geraram o desenvolvimento das sociedades técnico-industriais, suas fontes de energia, seus lugares e espaços de trabalho, sua organização produtiva e sua maneira de responder a uma economia baseada em na mecanização dos processos produtivos.” Tradução nossa. TICCIH-ES, 2018.

⁵¹ RODRIGUES DA SILVA, 2012, p.3.

práticas de salvaguarda do patrimônio cultural os saberes tradicionais, as celebrações, manifestações e as formas de expressão dos povos.

No Brasil, o ápice desta ampliação, ocorreria com a Constituição de 1988, ao estender a salvaguarda do patrimônio brasileiro também aos bens de natureza imaterial, ao dizer que compunham o patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial”, dentro de seu Art. 216; constituindo esta definição, na materialização da tripla expansão da definição de patrimônio defendida por Choay.

Seu texto diz que é dever comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”⁵², assim, como também proteger o patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; constituindo como patrimônio cultural brasileiro

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁵³

Ainda é também na década de 1980, que a publicação da primeira versão da Carta de Burra (2013), irá retomar a discussão a respeito dos valores de um bem cultural, podendo ser esses estéticos, históricos, científicos ou sociais que, juntos, moldam aquilo que confere sua significância cultural, que será abordada posteriormente no tópico 4.1.2.6 *Valores*. Ao mesmo tempo, os estudos relacionados ao meio ambiente serão incorporados à discussão do patrimônio cultural, como será visto posteriormente no tópico 2.4.2 *Criação do Comitê do Patrimônio Mundial e da tipologia da paisagem cultural* e como já percebido na Constituição Brasileira de 1988, ampliando ainda mais, o termo patrimônio e seu significado e incorporando a questão da paisagem à discussão.

⁵² BRASIL, 1988.

⁵³ BRASIL, 1988. Grifo nosso.

Por fim, é válido comentar sobre a criação do TICCIH no ano de 1978 durante a III Conferência Internacional sobre a Conservação de Monumentos Industriais que ocorreu na Suécia. O grupo hoje está implantado em mais de quarenta países nos cinco continentes e tem como objetivo principal promover a cooperação internacional no campo da conservação, preservação, investigação, documentação, valorização e reconhecimento do patrimônio industrial, mantendo vínculos com outras instituições internacionais como a UNESCO e o ICOMOS.

2.4. Novas visões do patrimônio, novas análises sobre a paisagem

A partir da ampliação do conceito de patrimônio, incorporando a questão da imaterialidade e do meio ambiente em suas práticas de preservação, chega-se a questão da paisagem cultural. Como já abordado, o termo é fruto de uma longa expansão da compreensão do que é paisagem, iniciando esta discussão no campo das artes, até chegar nas discussões dentro do campo da Geografia, que realiza a junção de paisagem e cultura sob um mesmo conceito. Levando isto em consideração faz-se necessária a análise dos instrumentos diretamente relacionados aos conceitos de paisagem e paisagem cultural, para compreender como a evolução do termo e ampliação do conceito do próprio patrimônio, lidam e lidaram ao longo da história, com esta tipologia tão ampla, sujeita à diversas interpretações e polêmicas quanto à sua abordagem.

Assim, escolheu-se trabalhar com alguns marcos jurídicos, que influenciaram e influenciam na questão da Paisagem Cultural no Brasil. Cronologicamente, o primeiro marco será a criação do *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, no momento da criação do SPHAN (atual IPHAN), em 1937.

Posteriormente, temos como marco a criação da *lista do Patrimônio Mundial* (WH), em 1972, que considera patrimônio da humanidade tanto bens de origem natural, quanto de origem cultura ou mistos, numa fusão de ambos; que a partir de 1992, adota a classificação de Paisagem Cultural entre seus bens, divididas entre três grandes categorias: paisagens criadas e desenvolvidas intencionalmente pelo homem, paisagens organicamente evoluídas e paisagens associativas.

Por fim, como marcos mais recentes, a *Convenção Europeia da Paisagem*, que ocorreu em Florença-Itália, no ano de 2000, e a *Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*, marco jurídico brasileiro a respeito das paisagens culturais, criado em 2009 através de uma portaria do IPHAN, e sobrerrestado no ano de 2014.

2.4.1. O livro do tomo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico e a Constituição de 1988

A história dos instrumentos jurídicos de preservação do patrimônio brasileiro está intrinsicamente ligada ao movimento Moderno do país. Ao SPHAN, criado 15 anos após a Semana do Movimento Moderno de 22, coube elaborar aquilo que seria o “Documento de Identidade da Nação Brasileira”⁵⁴, possuindo em seu primeiro corpo técnico diversos artistas, arquitetos e críticos do movimento Moderno, que já desde antes de 1922 buscavam criar ou traduzir, o que era o Brasil, o que era o brasileiro, o que era/ou deveria ser, a arte genuinamente brasileira.

Com sua criação em 1937 juntamente ao reconhecido *Decreto Lei 25/1937*, o SPHAN teve seu surgimento precedido por alguns movimentos em busca da preservação das cidades históricas mineiras, dos sítios arqueológicos nacionais, do patrimônio artístico nacional (com a lei que visava proibir a saída do país das obras de arte brasileiras de 1924), juntamente à criação de algumas inspetorias estaduais de monumentos nacionais (Bahia e Pernambuco). Para sua instituição foi requisitado um anteprojeto à Mário de Andrade⁵⁵, para a estruturação deste novo órgão, sob a tutela do Ministério da Educação e Saúde Pública, então sob o comando de Gustavo Capanema.

Em 24 de março de 1936⁵⁶, Mário de Andrade conclui o anteprojeto e em 19 de abril do mesmo ano, o Presidente da República autorizou o início do funcionamento do órgão em caráter experimental, sendo nomeado o advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade como diretor deste. De acordo com Andrade (1984), o anteprojeto de Mário de Andrade de 1936, não abarcava toda as nuances necessárias para a proteção de paisagens e áreas naturais como entendemos hoje ser necessário; em realidade somente as considerou quando classificadas as paisagens, sob algumas condições. Efetivamente, no capítulo II do documento, Mário de Andrade diz que constituem Patrimônio Artístico Nacional “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais ou particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”. Sendo enquadradas em oito categorias: arte

⁵⁴ SPHAN, 1987.

⁵⁵ A época diretor do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo. IPHAN, 2002.

⁵⁶ SPHAN, 1987.

arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras⁵⁷. Andrade (1984) ainda afirma, que no que tange as duas primeiras categorias, seriam inclusas nelas tanto objetos, monumentos, quanto paisagens, “não deixando dúvidas sobre a ênfase atribuída à paisagem ou ao quadro natural enquanto suporte de atividades humanas de interesse cultural, sobretudo do ponto de vista da Arqueologia e Antropologia⁵⁸. Mário de Andrade exemplifica essas paisagens como sendo:

Das artes arqueológica e ameríndia: (...)

c) Paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra for determinada definitivamente pela indústria humana dos Brazis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.

Da arte popular: (...)

c) Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mucambos no recife, etc. (ANDRADE, 1936.)

Bastante amplo em seu objetivo inicial, o anteprojeto de Mário⁵⁹ abarcava extensas áreas de pesquisa, tanto geográficas quanto tipológicas para mapeamento do patrimônio brasileiro. No entanto, para a criação do SPHAN, o anteprojeto foi reduzido e adaptado, dando ênfase inicial aos bens de natureza material, principalmente obras de arte e objetos arquitetônicos, que seriam protegidos através do instrumento do tombamento, em quatro Livros do Tombo, através do *Decreto Lei 25/1937*.

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

⁵⁷ IPHAN, 2002.

⁵⁸ MEC-SPHAN-pró-Memória, “Mário de Andrade: cartas de trabalho”. Brasília, 1981, p.41 apud ANDRADE, 1984.

⁵⁹ Vale ainda ressaltar que o anteprojeto de Mário de Andrade cita sobre a necessidade de salvaguarda do patrimônio industrial ao dizer que deveria ser criado um Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, sendo o museu responsável pela exibição dos bens pertencentes ao Livro do Tombo das Artes Aplicadas, valorizando as criações tecnológicas do homem em determinadas áreas como a indústria do café, do açúcar, da extração de ouro, do ferro, a locomotiva, etc... O museu deveria ter caráter essencialmente pedagógico, com documentação textual e fotográfica de todos os processos de cada uma das áreas da industrialização brasileira eleitas para exposição.

(...)

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e **paisagens** que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido **dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana**.

(...)

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (BRASIL, 1937.)⁶⁰

É importante ainda observar o uso das palavras monumento e notável nesta lei, demonstrando que só seriam merecedores da proteção federal, bens excepcionais, relegando a segundo plano as coisas tipificadas como comuns ou populares, como pretendido por Mário de Andrade em seu anteprojeto. Neste primeiro momento de atuação do SPHAN, sobressaem-se os valores e aspectos formais, bem como o valor histórico, sendo os primeiros tombamentos de paisagem realizados, justificados devido à inegável beleza paisagística que possuíam (morros do Rio de Janeiro) ou por seu valor histórico associado (colina de Guararapes)⁶¹.

⁶⁰ Grifo nosso.

⁶¹ ANDRADE, 1984.

Sobre a primeira fase de atuação do IPHAN, Ribeiro (2007) cita que, de modo geral há um certo padrão entre as inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, quando se analisa os bens que foram inscritos sob o valor de paisagem, descartando-se os bens com valores arqueológicos ou etnográficos. Ele cita que os bens acautelados pelo valor paisagístico seguem basicamente quatro padrões, sendo eles jardins e bens diretamente ligados ao paisagismo, conjuntos, monumentos junto à aspectos da natureza que os emolduram e áreas cujo panorama seja importante para as populações que vivem nos arredores.⁶²

Outro movimento predecessor à criação do SPHAN, que vale ainda ser destacado, foi a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza⁶³, realizada em abril de 1934, citada por Raimundo Lopes (Museu Nacional) no primeiro volume da Revista do Patrimônio⁶⁴ do SPHAN em 1937. Nessa conferência discutiu-se a necessidade da proteção da natureza e sua importância para fazer o pano de fundo a certos bens culturais, além de sustentar a preservação de comunidades tradicionais, como tribos indígenas ou sítios arqueológicos, como os dos sambaquis.

Fala-se geralmente da proteção à natureza, da restauração dos monumentos históricos e das outras elevadas manifestações de nosso idealismo civilizado; para muitos, porém, não se evidencia o laço íntimo que as liga; entanto, o próprio princípio básico da proteção à natureza e aos monumentos pressupõe um escopo antropogeográfico e uma finalidade social, pois é “para o bem do comum e aproveitância da terra” que se conservam as relíquias do passado e raridades da natureza, nem se pode, ao estabelecer a proteção a um planta, a um animal ou a um tipo de paisagem, esquecer os interesses econômicos, turísticos, artísticos, cívicos e até religiosos, que tal medida beneficiará a região. (LOPES, 1937. p.77-78)

Posteriormente já em 1984, Andrade em seu texto *O tombamento na preservação de áreas naturais*, para a 19ª edição da Revista do Patrimônio, afirma que já não é plausível insistir no tombamento como o instrumento adequado para fazer frente e responder a altura à preservação de sítios urbanos, podendo também ser claramente ligado à preservação das paisagens devido ao caráter dinâmico de ambos. A respeito do tombamento da Serra do Mar em São Paulo durante a década de 1980, Andrade reafirma a inadequação do uso do

⁶² RIBEIRO, 2007.

⁶³ LOPES, 1937.

⁶⁴ A revista foi criada juntamente com o SPHAN em 1937, tendo como objetivo publicar artigos e textos relacionados ao patrimônio cultural, tanto teóricos quanto técnicos.

instrumento do tombamento para a proteção desta área tão grande, com diversos núcleos urbanos e de atividades agrícolas e industriais, influenciando em sua dinâmica de proteção. Tal anseio constatado na década de 1980, só viria a ser em parte resolvido, quase 30 anos depois, com a criação do instrumento da Chancela da Paisagem em 2009, que será abordado no tópico 2.4.4 Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

2.4.2. Criação do Comitê do Patrimônio Mundial e da tipologia da paisagem cultural

A *Convenção do Patrimônio Mundial*, criada no ano de 1972⁶⁵, conhecida como “Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural e natural mundial”, foi pioneira ao tentar unificar num mesmo pensamento global, a proteção e as diretrizes para tal, dos bens de natureza arqueológica, artística e histórica⁶⁶, juntamente como os de natureza paleontológica, biológica e ecológica, estabelecendo uma simbiose entre as áreas cultural e natural e sua necessidade de preservação conjunta para a salvaguarda da história e desenvolvimento da humanidade.

A *Convenção* não foi a primeira a falar sobre tais assuntos, mas foi a primeira a uni-los em uma mesma discussão e em um mesmo tratado mundial com grande participação dos Estados Nacionais. É importante ressaltar que a *Convenção* teve como característica principal a mundialização de valores e referências ocidentais ao mundo, principalmente de origem eurocêntrica, não incorporando em sua primeira versão diversas nuances, como por exemplo, do mundo oriental, aos valores escolhidos para difusão. Precedida por uma Convenção sobre patrimônio natural de interesse mundial⁶⁷, e por duas convenções sobre patrimônio cultural⁶⁸, o Comitê do Patrimônio Mundial surge da junção de dois movimentos que atuaram fortemente durante a década de 60.

De um lado, temos a grande mobilização mundial para a salvação do templo de Abu Simbel, na Núbia-Egito, de ser submerso pela construção da barragem de Assuã. Com a ajuda da UNESCO e conseqüentemente de seus países signatários, o templo foi trasladado para

⁶⁵ O Brasil é signatário da Convenção desde 01 de setembro de 1977. UNESCO, 2018.

⁶⁶ UNESCO, 1992.

⁶⁷ Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional, em 1971, conhecida como Convenção de Ramsar, assinada por 142 Estados.

⁶⁸ Convenção para proteção de propriedades de interesse histórico em caso de conflito armado, conhecida como Convenção de Haia (1954) e Convenção sobre os meios de proibição e prevenção da importação, exportação, e transferência ilícita de propriedade de bens culturais (1970).

outro local, sendo assim, salvo de desaparecer. É necessário salientar que, tal comoção mundial foi de extrema importância para a salvação do templo, visto que, Egito e Sudão não tinham recursos suficientes para realizar uma “obra emergencial” deste porte, sozinhos. Essa mobilização mundial fez com que se chegasse à conclusão da necessidade da criação de um conceito comum de patrimônio da humanidade, além da noção de que a humanidade como um todo deve dividir as responsabilidades por esse patrimônio, promovendo solidariedade internacional e cooperação entre os países.⁶⁹

Do outro lado, os movimentos em defesa do meio ambiente e a proteção dos sítios naturais, que levaram a criação de marcos políticos importantes a respeito do tema, com os quais se chegaram as conclusões de que também as propriedades naturais do mundo constituíam patrimônio mundial, e sua proteção também era absolutamente necessária, pois elas são “indissociáveis da história da humanidade”, e importantíssimas para o futuro desta⁷⁰.

Deste modo, estabeleceu-se com a *Convenção* que seriam reconhecidos como patrimônio cultural da humanidade:

- I. Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- II. Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- III. Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972.)⁷¹

Vinte anos mais tarde, o ano de 1992 se torna um novo marco temporal dentro do campo do patrimônio mundial. Após realização de um mapeamento de análise da atuação das duas primeiras décadas do Comitê do Patrimônio Mundial, contata-se a baixa representatividade de certas tipologias de patrimônios dentro da lista, como os de caráter industrial e a eventual necessidade de inclusão destes, de forma que a lista tenha uma representação mais variada,

⁶⁹ UNESCO, 1992.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Tradução nossa.

tanto temporalmente quanto estilisticamente. Sobre o assunto, o órgão de preservação inglês (English Heritage, 2006, p.23) comenta:

Em 1992, o patrimônio industrial e as paisagens culturais foram identificados como sub-representados na Lista de Patrimônios da Humanidade. Os sítios industriais atualmente representam menos de 5% da lista. Dos 788 inscritos até agora (julho de 2004), 36 foram indicados, no todo ou em parte, por sua importância industrial. Desses, apenas nove possuem associações de mineração não ferrosa e todos representam diferentes tradições históricas, tecnológicas e culturais.

Esta sessão ainda marca a criação do primeiro instrumento legal internacional de proteção às paisagens culturais⁷². Depois de muitos anos de discussões em torno do desenvolvimento sustentável e dos desdobramentos de disciplinas como a ecologia política, cria-se a tipologia que busca analisar a paisagem sem a dissociação do natural e do cultural⁷³, mesmo que, de certo modo controverso, os dez critérios para inscrição na lista sejam divididos entre cultural e natural e os bens, mesmo que sejam paisagens culturais, são classificados como bens culturais, naturais ou mistos, além de ser necessário demonstrar a autenticidade e integridade da paisagem para sua inscrição.

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas devem ser selecionadas com base tanto pelo seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO, 2008.)⁷⁴

As paisagens culturais da UNESCO ainda são sub-classificadas em três categorias: paisagens artificiais, projetadas e criadas intencionalmente pelo homem; paisagens

⁷² CASTRIOTA, 2009

⁷³ A unificação dos critérios anteriormente Culturais e Naturais, só irá ocorrer no ano de 2005. UNESCO, 2018.

⁷⁴ Tradução nossa.

organicamente evoluídas, podendo ser sub-classificadas como paisagem relíquia ou fóssil, ou paisagem contínua, e por último, a paisagem cultural associativa, fortemente ligada a sítios religiosos⁷⁵. De acordo com Ribeiro (2007), a primeira categoria está fortemente ligada à tradição da arquitetura e do paisagismo; a segunda categoria tem forte matriz saueriana, através da perspectiva evolucionista e historicista, enquanto a terceira categoria está mais ligada à linha da geografia cultural, após seu movimento de renovação no início da década de 1980.

Dez anos após a criação da tipologia, é realizada uma análise por Peter Fowler, intitulada *World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002: A Review and Prospect*, sobre os bens até então inscritos como paisagens culturais⁷⁶, verificando-se a inscrição de 30 bens na tipologia, sendo destes dois relacionados à indústria e mineração⁷⁷, em sua maioria inscritos sob o critério (iv)⁷⁸, e ainda a existência de entorno de outros 100 bens dentro da lista, passíveis de mudarem de classificação se tornando também paisagens culturais. Tal pesquisa, ainda levantou o fato de que um maciço número de paisagens culturais estejam localizadas na América do Norte e Europa e a baixa representatividade de paisagens de outras áreas de mundo e de exemplos mais diversos, sendo certas tipologias bastante recorrentes como montanhas, locais sagrados e assentamentos humanos relacionados a técnicas de agricultura tradicional, ainda existentes ou não. Ou seja, na maioria dos exemplos, a relação do homem com a natureza é de certa forma harmônica⁷⁹, resultando num jogo de *soma não-zero*⁸⁰.

Hoje, 26 anos após a criação da tipologia, o número de paisagens inscritas subiu para 102, estando mais diversamente espalhadas pelo globo, sendo quatro transfronteiriças e uma paisagem tendo sido deslistada⁸¹. O Brasil figura na lista com duas paisagens culturais: o

⁷⁵ Ver Anexo - Anexo B - Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention (2008)

⁷⁶ FOWLER, 2002.

⁷⁷ Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape (1997) na Áustria e Blaenavon Industrial Landscape (2000) na Grã-Bretanha.

⁷⁸ Ver Anexo - 0A - Critérios para inscrição na lista do Patrimônio Mundial desde 2005.

⁷⁹ De acordo com o dicionário Michaelis, *Harmonia* pode ser definido como a "combinação de elementos ligados por uma relação de pertinência, que produz uma sensação agradável e de prazer" e "ausência de conflitos; paz, concórdia".

⁸⁰ O termo utilizado na teoria dos jogos, ramo da matemática aplicado que estuda comportamento econômicos, representa uma estratégia de resolução de conflitos, na qual há cooperação, compartilhamento e fraternidade entre os participantes do jogo, no qual nenhum se "dá bem" às custas de outra parte.

⁸¹ Dresden Elbe Valley, na Alemanha, deslistado em 2009. Cultural Landscapes...UNESCO, 2018.

Conjunto Moderno da Pampulha, inscrito no ano de 2015, sob os critérios (i)(ii) e (iv), e a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, inscrita no ano de 2012, sob os critérios (v) e (vi).

2.4.3. Convenção Europeia da Paisagem

A *Convenção Europeia da Paisagem*, realizada em Florença (Itália), aparece no ano de 2000, dentro do contexto da unificação da União Europeia e de sua campanha “Europa, um patrimônio comum”⁸², como uma das tentativas de estabelecer políticas públicas em comum entre os países do conjunto a partir de diretrizes e conceitos unificados.⁸³ De tal modo, ela buscou incentivar a criação de planos nacionais de paisagem nos Estados-parte, como será visto em capítulo a seguir, no qual alguns casos serão analisados.

Como dito por Monedaire (2010, p.1.):

Uma de suas maiores contribuições consiste na definição jurídica de paisagens a serem protegidas, reabilitadas ou geridas: trata-se não apenas de paisagens notáveis, grandiosas, sublimes, mas também paisagens do cotidiano, comuns. Essa opção holística do conceito de paisagem confere à Convenção uma dimensão democrática, chamando a atenção para os vínculos que unem os homens às suas paisagens.

Deste modo, seu Art. 1º define:

- a) “Paisagem” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos;
- b) “Política da paisagem” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adopção de medidas específicas tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento da paisagem;
- c) “Objetivo de qualidade paisagística” designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida;
- d) “Proteção da paisagem” designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo

⁸² PÉREZ-MONEO; BENZ; ESPINOSA, 2001.

⁸³ RIBEIRO, 2007, p.55.

seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana;

e) “Gestão da paisagem” designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais;

f) “Ordenamento da paisagem - designa as ações com forte carácter prospectivo visando, a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens. (CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM, 2000)

Sendo suas discussões iniciadas em 1994, de acordo com Ribeiro (2007), a *Convenção Europeia Da Paisagem* foi precedida por diversas leis nacionais sobre a questão da paisagem, nos Estados-parte, como na Dinamarca em 1805, França em 1906, Suíça em 1916, Bélgica em 1911 e Espanha 1916. Porém, a paisagem na maioria destes casos, era vista e analisada como meio ambiente, como natureza, diretamente ligada à preservação de sua diversidade de fauna, flora, etc.⁸⁴ Posteriormente, temos a *Recomendação R(95)9*, fruto das discussões dentro do Conselho Europeu no início da década de 1990, que diferente dos casos das leis específicas nacionais, quase sempre apenas focados nos aspectos ambientais ou estéticos da paisagem, já trará em sua definição e nas suas diretrizes, aquilo que anos mais tarde pode-se compreender como o texto base da *Convenção Europeia Da Paisagem*.

Paisagem – expressão formal das numerosas relações existentes em determinado período entre o indivíduo, ou uma sociedade, e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado da ação, ao longo do tempo, dos fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

A paisagem possui um triplo significado cultural, considerando-se isto: é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a moldar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Áreas de paisagem cultural: partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu

⁸⁴ RIBERIO, 2007, p.50.

estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (CONSELHO DA EUROPA 1995.)

Naquilo que concerne o que tanto a *Recomendação R(95)9* quanto a *Convenção Europeia Da Paisagem*, vem agregar à discussão das paisagens, além da definição, é que ambas buscam com que as políticas públicas que sejam criadas posteriormente nos Estados-parte, procurem a harmonia entre “as necessidades da população, o uso de recursos naturais e a organização das atividades humanas em determinada área”, o que não implica que no momento da definição e reconhecimento destas paisagens, estas necessitem ter uma situação coesa, mas que em sua gestão futura, busquem-se essas relações harmônicas entre os diversos atores e seus interesses culturais, estéticos, ecológicos, econômicos e sociais.

O que ambos os textos também vêm trazer é o consenso de que a paisagem cultural é o resultado da ação do homem sobre o território e os países devem ser livres para criar suas metodologias de análise, classificação e gestão delas. Mesmo assim, ambos os documentos dão certas diretrizes, enfatizando pontos como a necessidade de conseguir transformar as paisagens em fonte de economia local e criação de emprego às suas comunidades relacionadas, o incentivo à práticas de pesquisa científica nas paisagens e sobre as paisagens, além da questão da necessidade do acesso público, mas com um controle do fluxo de visitantes e turistas, de modo a equilibrar o impacto sob a área.

A respeito do caráter jurídico que a *Convenção Europeia Da Paisagem* provocou nos Estados-parte, Monediaire (2010) narra que ela colocou como objetivos globais: a proteção, remetendo à ideia estrita de conservação; a gestão, que implica “ações coerentes com os objetivos tradicionais do desenvolvimento sustentável e convida pensar na evolução das paisagens”⁸⁵ e o planejamento, que implica em igualmente pensar-se ações, desde a própria “restauração” de uma paisagem degradada ou sua transformação em equipamento de lazer, por exemplo. Além disso, como medidas diretas, obrigava os Estados-parte a criarem dentro de seu aparato legal a definição de paisagem de acordo com o texto da *Convenção Europeia Da Paisagem*, garantindo a partir da questão jurídica a governança das paisagens europeias.

⁸⁵ MONEDIAIRE, 2010.

Ainda, Monedraire (2010) diz que, com a *Convenção Europeia Da Paisagem*, “Apreende-se (...), que a paisagem é uma componente essencial do contexto de vida das populações, que exprime a diversidade de seu patrimônio comum cultural e natural e que é o fundamento de sua identidade”.

Por fim, como assinala Scazzosi⁸⁶, a *Convenção Europeia Da Paisagem* provocou algumas reflexões no campo do patrimônio como a consciência de que precisamos melhorar os métodos de leitura da paisagem, integrando os estudos históricos com os visuais, além do fato de que as paisagens não devem ser compreendidas apenas como uma soma de objetos num determinado espaço, mas sim, como um “sistema de relações visuais, espaciais, simbólicas e também funcionais e ambientais”⁸⁷, e que, ainda é necessário desenvolver metodologias de análise da paisagem que consigam entender seu significado simbólico, pois, em relação à estudos quanto à sua materialidade, já se encontram diversos trabalhos a respeito, como uma série de mapeamentos desenvolvidos posteriormente à *Convenção Europeia Da Paisagem* pelos Estados-Parte, como o Atlas de Paisagens da Espanha, ou os Estudos de Caracterização da Paisagem na Grã-Bretanha.

2.4.4. Chancela da Paisagem Cultural Brasileira

70 anos após o pedido de elaboração à Mário de Andrade, de um anteprojeto para a criação da lei de proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro, o arquiteto paisagista, Carlos Fernando de Moura Delphim encaminhou ao presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, o documento *Paisagem cultural brasileira*⁸⁸, encomendado por este, que serviria posteriormente para a elaboração da *Portaria nº127/2009*, que institucionaliza a criação da *Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*.

A construção de uma política pública para o Brasil lidar com suas paisagens culturais já vinha sendo discutida dentro do IPHAN desde a década de 1990, sendo intensificada nos anos 2000,⁸⁹ pois, julgava-se necessário criar uma forma específica para lidar com as paisagens, para além dos instrumentos da legislação ambiental e que completasse os instrumentos e

⁸⁶ SCAZZOSI, Lionella. Le paysage, un document et um monument. *Naturopa*, n. 99, 2003, p. 30-31. Apud RIBEIRO, 2007.

⁸⁷ SCAZZOSI, Idem. apud RIBEIRO, 2007 p.56.

⁸⁸ SCHLEE, 2017.

⁸⁹ RIBEIRO, 2007, p.110.

categorias dos “monumentos naturais, sítio e paisagens”, do *Decreto Lei nº25/1937*, “monumentos arqueológicos ou pré-históricos”, da *Lei nº3.924/1961* e dos “lugares”, do *Decreto nº3.551/2000*.⁹⁰

Discutida durante a ocasião da 50ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2006, observa-se a partir das transcrições das falas apresentadas por Schlee em seu texto introdutório dos *Anais do 1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural* (2010), que o foco não seria a criação de um novo instrumento em si, mas, apenas o reconhecimento de porções territoriais e a aplicação conjunta dos instrumentos já vigentes, de inventário, registro e tombamento. Também pela fala do então diretor do órgão Dalmo Vieira, apresentada no texto, observa-se que a ideia da paisagem cultural ainda não estava bem assimilada pelos técnicos do IPHAN, visto que dizem sobre “a possibilidade de atribuir a essas áreas protegidas e aos seus entornos a denominação de paisagens culturais”⁹¹, reconhecendo a partir desta fala, que a paisagem ainda era vista como uma junção de objetos no território, ou mesmo a natureza como pano de fundo à um bem, e não a paisagem cultural como o bem em si, reconhecendo nela sua significância cultural, a partir das ligações entre elementos naturais e culturais, materiais e imateriais, e seus respectivos valores.

Um ano após a reunião do Conselho, seria então publicado o livro *Paisagem Cultural e Patrimônio*, do geógrafo Rafael Winter Ribeiro, através da Série de Pesquisa e Documentação do IPHAN. O livro, lançado dois anos antes da *Portaria nº127/2009*, é ainda hoje, o maior referencial teórico dentro do campo no Brasil, apresentando um panorama das práticas e teorias relacionadas à paisagem no Brasil e no Mundo.

De acordo com Ribeiro (2007, p.106) “de um modo geral, historicamente a paisagem tem sido tratada muito mais a partir da ideia de panorama e vinculada a outros bens culturais, a partir dos quais é atribuído valor a ela.” Definida como “porção peculiar do território”⁹² pela *Portaria nº127/2009*, a paisagem cultural dentro da nova normativa brasileira ainda carecia de certo tipo de excepcionalidade para ser referendada pelo órgão federal, diferente do que foi observado na *Convenção Europeia Da Paisagem*, que ocorrera poucos anos antes.

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio

⁹⁰ SCHLEE, 2017.

⁹¹ Dalmo Vieira Filho apud SCHLEE, 2017, p.6.

⁹² BRASIL, 2009.

natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. (BRASIL, 2009.)

Parte fundamental da Portaria, além da definição de paisagem, foi a obrigatoriedade de se criar um pacto de gestão prévio entre os atores envolvidos. Por exigir este pacto, além de demandar uma série de estudos, nenhuma paisagem chegou realmente a ser chancelada, sendo o instrumento sobrearrestado na ocasião da reunião do Conselho Consultivo do IPHAN do ano de 2014, quanto no momento haviam sete processos de chancela em andamento e outros dezoito estudos técnicos e inventários sendo realizados.⁹³

Um dos questionamentos levantados da não eficiência da *Chancela*, principalmente devido ao seu pacto, reflete a clara dificuldade brasileira em articular políticas públicas em nível de gestão territorial regional, ultrapassando os limites governamentais pré-estabelecidos sobre as regiões nas quais as paisagens culturais se localizam. A paisagem cultural não segue limites municipais ou estaduais e a municipalização da administração pública, ampliada pela Constituição de 88, auxilia, em conjunto com as disputas políticas partidárias, com que seja realmente difícil conciliar agendas políticas com a administração regional, criando soluções duradouras e abrangentes, à municípios próximos.

No contexto interno do IPHAN para a elaboração da *Portaria nº 127/2009*, esta foi elaborada em conjunto entre a Coordenação de Patrimônio Natural, o presidente do IPHAN, a Procuradoria Jurídica, o Departamento de Patrimônio Imaterial, o Departamento de Articulação e Fomento e cinco superintendências estaduais. Como já dito anteriormente, sua função seria apenas de ser um instrumento de reconhecimento, “ato administrativo que motiva o trabalho interinstitucional, uma construção coletiva para a gestão compartilhada”⁹⁴. A *Portaria* também buscava criar uma forma de analisar a paisagem, e posteriormente geri-la considerando seu contexto mutável, já que o instrumento do tombamento era bastante rígido. Ironia ou não, no momento de criação da *Chancela*, há a participação do Departamento de Patrimônio Imaterial, mas, posteriormente, a Coordenação de Paisagem Cultural funcionaria junto ao DEPAM (Departamento de Patrimônio Material). Este pequeno fato, pode ser apenas um mero detalhe, mas, mostra mesmo que de forma subjetiva, como já refletido nas falas dos técnicos dos órgãos apresentadas anteriormente, que a paisagem cultural ainda era entendida pelo IPHAN através da sua materialidade e não através de suas ligações subjetivas, considerando o patrimônio imaterial em conjunto para sua gestão posterior. Uma análise

⁹³ SCHLEE, 2017, p.7.

⁹⁴ WEISSHEIMER, 2010.

sujeita ao DEPAM, querendo ou não, seria uma análise que favorecia o patrimônio material frente ao patrimônio imaterial.

Um ano após a instituição da *Portaria*, iniciam-se diversos eventos científicos pelo país, para a discussão aprofundada do tema como o *Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural* em Belo Horizonte, organizado pelo IPHAN, a Universidade Politécnica de Madrid, a Universidade Federal de Minas Gerais, através do seu curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável e o IEDS – Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável. Além dos eventos técnico-científicos, são levados a cabo estudos e projetos que passam a se utilizar do conceito de paisagem cultural em suas abordagens, principalmente para delimitar as porções territoriais que irão trabalhar, como o trabalho do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Cariri e a revisão do Plano Diretor e da Legislação Urbanística de Campinas.

Atualmente, o que se tem claro a respeito da questão da paisagem cultural no Brasil é que, não faltam métodos de leitura e identificação para a paisagem, mas, assim como já identificado na década de 1980 por Andrade, os instrumentos que possuímos não dão conta de lidar com as subjetividades e abrangência do termo e o instrumento criado, a *Chancela*, ainda não alcançou seu real objetivo, a partir do conceito que dá de paisagem cultural, seguindo a linha da UNESCO, pensando em sua excepcionalidade. Além disso, ele não alcança a questão da governança, ao não conseguir dentro do aparato político brasileiro, articular o pacto prévio para que a *Chancela* ocorra.

Outro ponto importante a ser ressaltado a respeito do pacto é que, para este, deve-se ou pode-se envolver “o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada”⁹⁵. A respeito disto, observa-se desde a década de 1980 ocorre a criação de diversas instâncias de participação popular no Brasil, sendo várias dentro da área da cultura, mas, estas ainda existem em pequeno número dentro do campo do patrimônio cultural no país. Talvez, a única e breve participação popular que temos de ação direta e consolidação em nível nacional é a necessidade do envolvimento dos detentores dos bens de natureza imaterial, na requisição de seu registro nos livros do patrimônio imaterial desde o ano de 2000 e na sua reprodução/recriação ao longo do tempo.

⁹⁵ BRASIL, 2009.

Vale ainda ressaltar que no caso dos Conselhos Públicos surgidos a partir da redemocratização do país em 1988, assim como na gestão da *Chancela*, o que é levado em conta como a participação popular na maioria das vezes refere-se à sociedade civil organizada, representada por membros de entidades não governamentais por exemplo, como ocorre nos Conselhos Deliberativos do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, nos quais obrigatoriamente metade dos membros devem ser da sociedade civil⁹⁶.

2.5. Onde a paisagem encontra a industrialização

Após a apresentação das diversas linhas de pensamento que direcionaram a ampliação do patrimônio cultural e sua culminância na proteção dos bens de origem industrial e nas paisagens culturais, faz-se necessário delimitar qual é o conceito que irá nortear o andamento deste trabalho através da convergência entres tais pensamentos previamente apresentados.

Primeiramente, ao unir as duas linhas teóricas, do patrimônio industrial e da paisagem cultural, chegamos às paisagens culturais industriais. A partir delas, poderíamos listar inúmeras subclassificações, mas, para este trabalho será delimitada a questão da mineração; assim, as paisagens culturais relacionadas a estas práticas serão chamadas de paisagens culturais minerárias. Afirma-se ainda, que todas as paisagens culturais minerárias são paisagens culturais industriais, não sendo necessário chamá-las de paisagens culturais industriais minerárias, pois acredita-se que isto seria uma redundância, visto que a mineração é fruto de uma prática industrial.

Quanto à definição de paisagem, tem-se que essa corresponde a muito mais do que apenas o resultado no espaço de uma relação harmônica do homem com a natureza e o território⁹⁷, pois, não devem ser delimitados quais os tipos de interação o homem deve ter com o seu meio, para que, o resultado delas configure em paisagem. Além disso, tem-se a clara definição de que território e paisagem diferem quanto ao seu significado, pois, para o primeiro, entende-se que implicam-se delimitações formais, político e econômicas para sua delimitação, enquanto que, para a paisagem, esta delimitação se torna subjetiva, dependendo do sujeito,

⁹⁶ De acordo com MARX (2006) “a Sociedade civil organizada é a parcela da Sociedade civil que se constitui e se organiza atuando como força política na procura de soluções para os conflitos sociais. É a estrutura moldando-se em superestrutura para defender interesses da maioria, ou mesmo parciais, atuando em conjunto com o Estado e as forças de mercado, na ‘busca maior’, qual seja, a de uma melhor simbiose com a Sociedade civil”

⁹⁷ Ver nota 5, p.14.

de sua ligação com o lugar, do tempo e dos valores da época, podendo a paisagem variar, enquanto o território permanece⁹⁸.

Além disso, como já dito por Monedaire (2010), já são reconhecidas dentro do Direito as paisagens quando citadas como “do cotidiano” ou “degradadas”, sendo elas muito bem-vindas à discussão, não só neste campo sobre a paisagem, mas nas diversas áreas que a discutem.

O reconhecimento explícito da paisagem banal, na qualidade de espaço digno de interesse, contribui discretamente à passagem do Direito da paisagem, implicitamente dedicado às paisagens que tenham sido objeto de uma distinção em direção a um direito à paisagem. Este último não pode ser considerado de maneira extravagante, como conferindo qualquer direito subjetivo de viver no seio de um paraíso estético, mas muito mais como introduzindo uma exigência legítima de todos: a de não serem obrigados a viver na fealdade. Daí o interesse pelas paisagens degradadas, que são hoje (se quisermos ser, por um segundo, sinceros conosco mesmos), uma legião. (MONEDIAIRE, 2010. p.7)

Assim, observa-se que o interesse pelo estudo das paisagens “banais” e “degradadas” não é um interesse novo, e já vem sendo trabalhado em diversos campos, dando-se destaque às ações na Europa pós *Convenção Europeia Da Paisagem*, que fizeram com que alguns países criassem programas específicos para lidarem com a paisagens culturais minerárias, figurando algumas já na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade como Blaenavon e Cornwall and West Devon, ambas na Grã-Bretanha, frutos de um mapeamento prévio das paisagens britânicas através do *Landscape Character Study*.

Ainda, sobre a importância do estudo das interações das indústrias com o homem sobre o território é importante ressaltar, como dito por Carsalade (2017. p.184), que:

Quando as condicionalidades industriais estão no cerne do desenvolvimento territorial e comunitário, são (elas) formadoras de fortes símbolos de identidade e memória para as comunidades nascidas em seu entorno. O cotidiano dos grupos sociais que trabalham em tais espaços e os habitam vai

⁹⁸ O território também pode variar, visto que limites municipais, estaduais e nacionais, ou controlados por certos tipos de grupos administrativos, também podem sofrer modificações, porém, estas variações não são tão comuns ou fáceis de ocorrerem, à excessão de áreas de conflitos armados, por exemplo.

se registrando no espaço físico, quer por seu labor industrial, quer pelo suporte urbano a essas atividades que se constitui.

Sendo ainda, a questão das relações geradas entre empresa-homem-território, forte criadora de “enclaves dissociados” e pontos de tensão e confronto no território, “reforçando uma posição de autonomia e provocando processos tanto de exclusão como de desterritorialização, agravados pelas relações internacionais de mercado para as quais, as mineradoras voltam-se quase exclusivamente”⁹⁹, não sendo portanto, as paisagens culturais minerárias, um tema simples de ser trabalhado, devido às grandes divergências que existem entre os atores que atuam sobre este tipo de paisagem, além das diversas outras dificuldades já citadas, tanto em relação ao patrimônio industrial, quanto às paisagens culturais de modo geral.

Assim, tendo em vista que a paisagem é dada pelas relações estabelecidas entre os meio natural e cultural, material e imaterial, e delimitada espacialmente a partir da percepção que um grupo social tem do que corresponderia à ela, como visto na *Convenção Europeia da Paisagem*, a paisagem cultural compreenderá no resultado das relações e interações entre o homem e seu meio, atribuindo-lhe valores e significados, sendo o meio influenciado pelo o homem e o homem condicionado pelo seu meio.

Com isso, a paisagem cultural minerária, ainda terá como grande e principal agente transformador a mineração, sendo ela considerada como uma prática da cultura vigente da sociedade contemporânea, que explora a terra em busca da geração de capital, sendo um agente

(...) muito representativ(o), uma vez que é uma atividade que exerce grande alteração na paisagem e no espaço, principalmente no caso de lavras a céu aberto, por seu potencial de transformação e degradação da paisagem. Além disso, a mineração é capaz de alterar substancialmente a estrutura e configuração de agrupamentos sociais e comunidades, visto que reconfigura o território por completo e suas relações, (des)construindo referências espaciais e culturais. Há situações onde se observa a completa destruição de lugares, desvinculando as raízes e identidade de famílias e grupos com o lugar. (ACCIOLY, 2012, p.24.)

Deste modo, tem-se que a paisagem cultural minerária equivaleria a uma porção do território tal como percebida por um grupo social, na qual, o homem e a mineração são os agentes

⁹⁹ CARSALADE, 2017, p. 177.

transformadores do meio, sendo ambos condicionados e influenciados pelas possibilidades oferecidas pelo meio que o cerca, criando relações que irão se manifestar tanto materialmente no espaço, quanto de forma imaterial, a partir das subjetividades de suas manifestações e dos significados atribuídos pelo grupo social à paisagem. Tendo-se em conta que, este grupo é formado tanto pelas comunidades tradicionais que habitam o território, quanto pelos grupos provenientes, fixos e transitórios, propiciados pela vinda das empresas e do homem de modo geral, em busca de riqueza através da exploração da terra.

FIGURA 7 Mina de cobre abandonada em Burra (Austrália).



Fonte: Travelling Austrália, 2009. Disponível em: <http://www.travelling-australia.info/Journal2009/06MayP.html>

FIGURA 8 Mina de Águas Claras em Nova Lima/MG. Ao fundo, a Serra do Curral e a cidade de Belo Horizonte/MG.



Fonte: Fernando Rabela, 2014. Disponível em: <https://imagesvisions.blogspot.com/2014/02/o-desabamento-da-serra-do-curral.html>

3 PAISAGENS E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NAS PRÁTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Atacou a fundo a terra, escarificando-a nas explorações a céu aberto; esterilizou-a com os lastros das grupiarias; feriu-a a pontacos de alvião; degradou-a correndo-a com as águas selvagens das torrentes; e deixou, aqui, ali, em toda a parte, para sempre estéreis, avermelhando nos ermos com o intenso colorido das argilas revolvidas, onde não medra a planta mais exígua, as grandes catas, vazias e tristonhas, com a sua feição sugestiva de imensas cidades mortas, derruídas... Ora, estas selvaticezas atravessaram toda a nossa história. (CUNHA, 1985. p.132)

O reconhecimento e a valorização da paisagem cultural e do patrimônio industrial são práticas recentes, contemporâneas, fruto de uma ampliação na definição daquilo que se considera patrimônio cultural para a sociedade, através da expansão tipológica e cronológica do termo patrimônio, como visto no capítulo anterior, além da agregação dos estudos sobre o desenvolvimento sustentável e meio ambiente a este campo. A prática específica de salvaguarda das paisagens culturais minerárias vem sendo experimentada mais intensamente em alguns países pós-industrializados, como a Grã-Bretanha, França e Espanha, que tiveram grande importância como produtores de manufaturas a partir da Revolução Industrial, mas, com o declínio de sua indústria e de suas fontes de extração mineral, passaram a ter uma economia mais focada no setor de serviços e da tecnologia, transferindo seus centros de extração e produção industrial para países em desenvolvimento, que eram muitas vezes no passado, colônias destes, como Austrália e Chile.

Este deslocamento dos centros de produção resultou em grandes complexos industriais abandonados, cidades com alto índice de decréscimo populacional e áreas naturais degradadas devido aos longos anos de exploração. Frente a esta situação, tais países necessitaram criar planos nacionais para lidar com esta categoria de patrimônio, principalmente pelo fato de que, de uma hora para outra, além de passarem a ser considerados patrimônio cultural, essas estruturas se tornaram grandes incômodos para a sociedade, tornando-se obsoletas e conseqüentemente não gerando mais capital como no passado. Assim, surgiram diversas associações e rotas turísticas ao longo da Europa, transfronteiriças, muito influenciadas pela questão da criação da União Europeia e seu incentivo para os Estado-parte criassem políticas públicas que dialogassem entre si, a partir de diretrizes gerais e iguais a todos, como ocorreu com as Paisagens Culturais a partir da *Convenção Europeia Da Paisagem*.

FIGURA 9 Paisagem Minerária da Bacia de Nord Pas de Calais com seus típicos montes de rejeito mineral



Fonte: <https://tdsrc1ccoudedulepoi.wordpress.com/galerie/#jp-carousel-63>

FIGURA 10 Ilustração do jornal *Le petit journal* de 26 de março de 1906 a respeito da catástrofe



LA CATASTROPHE DES MINES DE COURRIÈRES

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cat%C3%A1strofe_de_Courri%C3%A8res#/media/File:Courri%C3%A8res_1906_LeJ.jpg

A atuação de dois países, Reino Unido e Espanha, será destacada neste trabalho, pois, ambos trabalham a questão específica das paisagens culturais minerárias em seus planos nacionais de paisagens culturais, além do patrimônio industrial. Ainda há a atuação da França, com casos mais pontuais, pois, diferente dos outros países, ela não possuiu tantas fontes de carvão mineral e minério de ferro para alavancar sua produção industrial no início da Revolução Industrial, sendo necessário importar a matéria prima durante este período, além de ter vivido a questão da Revolução Francesa, que, de acordo com alguns autores, auxiliou em atrasar o desenvolvimento industrial francês¹⁰⁰.

O caso mais emblemático de proteção à paisagem industrial francês, refere-se a Bacia minerária de *Nord Pas de Calais*, inscrita na lista do Patrimônio Mundial no ano de 2012 como paisagem cultural, nos critérios (ii) (iv) e (vi), com a justificativa de ser uma paisagem moldada por três séculos de exploração do carvão, com remanescentes de suas infraestruturas, estações ferroviárias, vilas operárias, instalações industriais, etc.; servindo ainda como testemunho de modelos de cidades operárias criadas entre o século XIX e 1960, ilustrando um período significativo da Europa industrial.¹⁰¹ Além disso, é interessante citar a respeito desta paisagem cultural, que ela é fortemente caracterizada pela presença de pilhas de rejeito mineral, e tendo também em sua história, assim como Bento Rodrigues, um grande desastre: a catástrofe de *Courrières*, um dos maiores acidentes minerários registrados na Europa, provocando a morte de 1099 mineiros, em 10 de março de 1906, devido à uma explosão ocasionada pelo contato de gases explosivos, oriundos da mineração, com as instalações elétricas precárias a época.

3.1. Reconhecimento e valorização

A fim de encontrar mais exemplos que pautassem a proteção da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, que subsidiassem sua classificação e justificativa como tal, além de buscar referências de proteção de casos deste tipo e de outros bens que tivessem histórias de conflito com a mineração, foi realizada extensa busca por bens e paisagens que tivessem sua história e proteção diretamente ligada à mineração e à indústria, principalmente à indústria siderúrgica

¹⁰⁰ SHARP; WEISDORF, 2011.

¹⁰¹ WHC, 2018.

neste último caso. O mapeamento foi realizado através da busca por palavras-chave dentro das listas de patrimônios culturais do Comitê do Patrimônio Mundial-UNESCO, do IPHAN, do IEPHA e do IPACMG¹⁰², e em seus respectivos sites e publicações.

Dentro do site do Comitê do Patrimônio Mundial, o conteúdo buscado foi realizado em inglês, e assim foram pesquisados os termos: *mining, silver, ore, mine, iron*; enquanto que na lista de proteção do IPHAN e do IPACMG, e nos Guias de Bens Tombados do IEPHA, foram buscados os termos: *minera (ção, do, ...), indústria, fabric(a, ação, ...), usina, complexo, cia., chamin, maquina, matad(ouro), ferr(o, ovia, ugem, ...), eng(enho, enheiro, enharia, ...), vapor, port (o, uária, ...)*. A escolha por estes termos se deu devido à referência direta ao tema buscado, ou a partir da observação da ocorrência de certos nomes e/ou radicais para nomear os bens relacionados à indústria e mineração, como complexo e cia. Os resultados acompanham este trabalho junto aos Apêndices.

A partir da busca, foram encontradas dentro do site do Comitê do Patrimônio Mundial, 87 bens num total de 1073 (8,1%); na lista de bens do IPHAN 57, de um total de 1229¹⁰³ (4,6%); no Guia de bens tombados do IEPHA, 39, de 143¹⁰⁴ (27,3%); e na lista do IPACMG 288 de um total de 3677¹⁰⁵ (7,8%) ou de um total de 2958¹⁰⁶ (9,7%) (ver Gráficos 1, 2, 3 e 4). Vale ressaltar, que dentro da lista dos bens do IPHAN pesquisados estão excluídos os bens da lista de Patrimônio Cultural Ferroviário, protegidos especificamente pela Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, que atribui ao IPHAN a “responsabilidade de receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal A.S. (RFFSA)”¹⁰⁷, totalizando 639 bens inscritos até o ano de 2015, e não contabilizados para esta pesquisa.

¹⁰² O IPACMG- Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais, é um programa de pesquisa dinâmica e sistemática para reconhecimento e levantamento das manifestações e bens culturais do Estado de Minas Gerais, regulamentado através da Lei 13.893/2000, como uma das exigências para pontuação do ICMS Patrimônio Cultural, iniciado na década de 1980, e posto mais enfaticamente em prática nos últimos 20 anos.

¹⁰³ Nesta contagem entram os bens listados como TOMBADOS, TOMBADOS EMERGENCIALMENTE, TOMBADOS APROVADOS, TOMBADOS PROVISÓRIAMENTE, HOMOLOGADOS da lista do IPHAN. Ainda há na lista 32 bens sob INSTRUÇÃO, 29 INDEFERIDOS, e 3 com PENDÊNCIA, relacionados à indústria e mineração.

¹⁰⁴ Há 134 bens listados no Guia de bens tombados do IEPHA/MG, 2014, mas o site do IEPHA informa em notícia de 02 de outubro de 2017 a existência de 143 bens protegidos.

¹⁰⁵ Nesta contagem incluem os itens listados como NH (núcleo histórico, centros históricos), CP (conjuntos paisagísticos urbanos e naturais), BI (bem imóvel – estruturas arquitetônicas isoladas) e BM (bem móvel/ bem móvel integrado) da lista do IPACMG exercício 2017.

¹⁰⁶ Neste caso exclui-se os BM (bem móvel/ bem móvel integrado) da contagem.

¹⁰⁷ Patrimônio ferroviário...IPHAN, 2018.

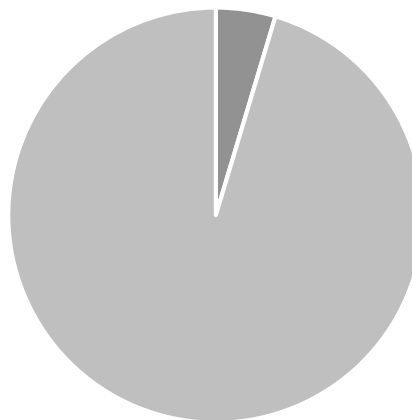
Paisagens e patrimônio industrial e minerário nas listas do patrimônio

GRÁFICO 1 WHC



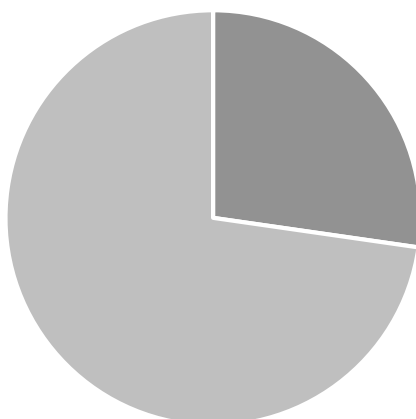
- Paisagens e patrimônio industrial e minerário 87
- Demais bens e paisagens 986

GRÁFICO 2 IPHAN



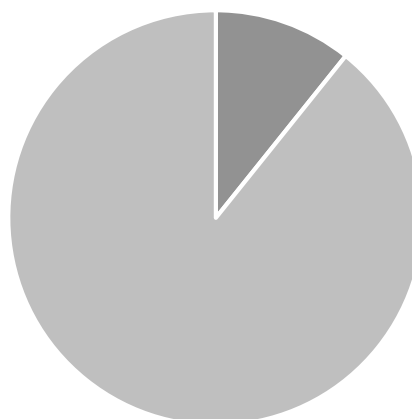
- Paisagens e patrimônio industrial e minerário 57
- Demais bens e paisagens 1172

GRÁFICO 3 IEPHA



- Paisagens e patrimônio industrial e minerário 39
- Demais bens e paisagens 104

GRÁFICO 4 IPACMG



- Paisagens e patrimônio industrial e minerário 288
- Demais bens e paisagens 2389

Ressalta-se ainda que tal computação de bens foi realizada não só através da contabilização da ocorrência das palavras-chave buscadas, como também a conferência de cada bem encontrado, verificando-se qual é sua correlação com a mineração e/ou indústria, podendo essas relações serem diretas ou indiretas, como de coexistência ou origem histórica (direta/indireta) ou mesmo de conflito. Para este último caso, destaca-se a ocorrência de 49 bens dentro da lista do Comitê do Patrimônio Mundial que possuem conflito direto com a mineração, podendo ter sua proteção ocorrido como forma de acautelamento, devido à ocorrência de mineração no seu entorno ou interesse em minerar a área do bem em questão, como em casos de reservas de biomas específicos como as áreas de proteção do Cerrado

Brasileiro: Parque da Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, inscritos na lista do Comitê do Patrimônio Mundial desde 2001 como sítios naturais sob os critérios (ix) e (x) ¹⁰⁸ e que cita em sua página de descrição no site do Comitê do Patrimônio Mundial que “alguns dos principais desafios para a gestão da propriedade são a luta contra os incêndios, a expansão agrícola, a *exploração minerária*, a extração de plantas, a caça e o turismo descontrolado”¹⁰⁹.

É importante também citar o fato de que, não foi possível verificar entre os bens do IPHAN e do IPACMG quantos destes estavam em conflito com a mineração, pois, as listas e os *sítes* de ambos não fornecem tais informações de forma clara e objetiva. Quanto aos bens do IEPHA foi possível chegar a tal informação através da descrição dos bens contida nos livros *Guia de bens tombados v.1 e v.2* (2014), sendo encontrados 15 casos em que os bens protegidos correm ou corriam risco devido à mineração, sendo possível ainda acrescentar outros bens a essa contagem que não possuíam tal fato em sua descrição, como as Antigas Ruínas da Vila de Gongo Soco (FIGURA 12), contabilizada nessa pesquisa na categoria de Patrimônio Minerário, e não como Patrimônio em conflito.

Ainda sobre a busca, é importante advertir de que, alguns bens que possuem relação direta ou indireta, com a mineração e a indústria, podem não ter sido contabilizados nesta pesquisa, pois, apenas foram listados aqueles que *explicitam em seus textos de proteção e inscrição, esta relação*. Sabe-se que algumas cidades inscritas na lista do Comitê do Patrimônio Mundial, por exemplo, e não contabilizadas nesta pesquisa, surgiram devido à exploração minerária em suas devidas regiões, mas, no texto que traz a justificativa para sua inscrição, tal fato não foi considerado relevante, portanto, descartou-se tais bens da listagem.

¹⁰⁸ Ver ANEXO – A - Critérios para inscrição na lista do Patrimônio Mundial desde 2005.

¹⁰⁹ Grifo nosso. Tradução nossa. UNESCO, 2017.

FIGURA 11 Vale da Lua em Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros/GO, sítio Patrimônio Mundial da UNESCO.



Foto: UNESCO/Bruno Poppe. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1035/gallery/>

FIGURA 12 Ruínas da Antiga Vila de Gongo Soco, Barão de Cocais/MG, patrimônio minerário de Minas Gerais.



Foto: Divulgação IEPHA Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acocoes/patrimonio-cultural-prottegido/bens-tombados/details/1/22/bens-tombados-conjunto-das-ru%C3%ADnas-de-gongo-soco>

Assim, chegou-se ao seguinte levantamento final:

TABELA 1 Bens relacionados à mineração e à indústria das listas de patrimônio protegido da UNESCO, do IPHAN, IEPHA e IPACMG

		CÔMITE DO PATRIMÔNIO MUNDIAL	IPHAN	IEPHA	IPACMG	TOTAL
1	Paisagem cultural minerária	5	0	0	0	5
2	Patrimônio minerário	13	0	1	3	17
3	Núcleos urbanos originados por atividade minerária	16	8	14	0	38
4	Paisagem cultural industrial	3	0	0	0	3
5	Patrimônio industrial (engenhos, fábricas e bens integrados)	1	32	12	58	103
6	Patrimônio ferroviário	0	13	2	224	239
7	Núcleos urbanos originados por outras atividades industriais	0	4	2	2	8
8	Patrimônio em conflito/risco devido à mineração	49	0	15	0	64
	TOTAL	87	57	46	287	477

Correspondendo as categorias à:

- Paisagem Cultural Minerária: bens listados como paisagens culturais, que tenham relação direta com a mineração, podendo ser cidades, vilas operárias, instalações industriais, antigas cavas, antigos sistemas de mineração, complexos minerários desativados, etc.;
- Patrimônio Minerário: bens que tenham relação direta com a mineração, podendo ser instalações industriais, antigas cavas, antigos sistemas de mineração, complexos minerários desativados, antigos núcleos urbanos em ruínas/abandonados, etc.;
- Núcleos urbanos originados por atividade minerária: bens listados como cidades, vilas operárias, capelas (representando seus respectivos núcleos urbanos) e fazendas, que tiveram sua origem diretamente relacionadas às atividades de mineração;
- Paisagem cultural industrial: bens listados como paisagens culturais, que tenham relação direta com a história da industrialização, podendo ser cidades, vilas operárias, instalações industriais, complexos industriais desativados, etc.;
- Patrimônio Industrial: bens que tenham relação direta com a história da industrialização, podendo ser instalações industriais, complexos industriais desativados, engenhos, fábricas, antigos núcleos urbanos em ruínas/ abandonados e bens integrados como maquinário, ou pontes metálicas e outros símbolos da industrialização e siderurgia;
- Patrimônio Ferroviário: bens que tenham relação direta com ferrovias e seus equipamentos e maquinários, como estações desativadas, antigas locomotivas, galpões de manutenção, etc.;

- Núcleos urbanos originados por outras atividades Industriais: bens listados como cidades, vilas operárias, capelas (representando seus respectivos núcleos urbanos) e fazendas, que tiveram sua origem diretamente relacionadas às atividades industriais;
- Patrimônio em conflito: bens listados que contenham em sua justificativa ou descrição risco devido à existência de mineração ou interesse de mineração em sua área protegida ou seu entorno imediato, e/ou que tenham sido protegidos/inscritos devido ao risco que corriam de desaparecerem devido à este tipo de atividades exploratórias.

A partir do mapeamento foi possível perceber que já existe uma valorização e reconhecimento do patrimônio industrial e minerário tanto no Brasil quanto no mundo, mas o foco de ambos, quanto ao que se proteger, se diferencia muito, além de constatar que tais experiências foram mais evidentemente postas em prática, a partir da década de 1980. Na lista do Patrimônio Mundial encontra-se a presença de bens listados como paisagem cultural, sendo cinco relacionados à mineração¹¹⁰ e três relacionados à indústria¹¹¹, enquanto que em nenhuma das listas brasileiras ainda há a ocorrência desta classificação. Mas, na lista do IPACMG por exemplo, dos 287 bens levantados, 54 são listados como Conjunto Paisagísticos (18,81%), e dois como Núcleos Urbanos (0,68%), enquanto que na lista do IEPHA, dos 46 bens, 29 deles são inscritos no livro do tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (63%), e na lista do IPHAN, dos 57 bens, 15 estão inscritos neste livro também (26%). Observa-se também, que a maior parte das inscrições no livro do tombo Paisagístico do IPHAN ocorreu nesta última década (66,6%), sendo os bens mais conhecidos inscritos neste livro nos primeiros anos do IPHAN (antigo SPHAN) as cidade de Ouro Preto e de Congonhas, a primeira inscrita em 1938 apenas no livro de Belas Artes, e em 1986 reinscrita também nos livros Histórico e Paisagístico, enquanto a segunda, inscrita apenas no livro Paisagístico no ano de 1941.

Relacionando os anos de tombamento com o tipo de bens protegidos, percebe-se também uma predominância no IPHAN em sua primeira fase (1937-1970) por realizar e priorizar o tombamento de Engenhos, principalmente nos Estados da Bahia e Sergipe, além dos núcleos

¹¹⁰ Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape, Blaenavon Industrial Landscape, Cornwall and West Devon Mining Landscape, Iwami Ginzan Silver Mine and its cultural landscape e Nord-Pas de Calais Mining Basin. UNESCO, 2018.

¹¹¹ Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila, Coffee Cultural Landscape of Colombia e Fray Bentos Industrial Landscape. UNESCO, 2018.

urbanos mineiros ligados a história da ocupação do Estado e conseqüentemente da mineração: Diamantina, Serro, Ouro Preto, São João del Rei, Tiradentes e Mariana, além de alguns poucos exemplares de vilas coloniais portuárias, e um exemplar de patrimônio ferroviário. Tal fato enfatiza o pensamento vigente dentro do órgão em seus primeiros anos de atuação, conhecidos como “fase heroica”¹¹², em que, se priorizavam algumas fases do desenvolvimento e da história brasileira em detrimento de outras, na escolha dos bens para acautelamento, escolhendo assim qual seria a dita identidade brasileira, e qual memória deveria ser preservada¹¹³.

Sobre sua segunda fase (1970-1988), podemos afirmar que o IPHAN começa a ter mais abertura a outros tipos de bens industriais, tombando alguns complexos ferroviários como os de São João del Rei – Tiradentes, e algumas antigas fábricas desativadas. Já em sua última e atual fase, pós-Constituição de 1988, o tipo de bens tombados, assim como as categorias em que são inscritos, diversificando-se, surgindo novos complexos industriais desativados acautelados, assim como antigas vilas operárias como a Vila Serra do Navio no Amapá.

Nas últimas décadas, foram reconhecidos como Patrimônio Cultural Brasileiro conjuntos urbanos construídos em períodos mais recentes, **testemunhos do processo de industrialização** pelo qual o país passou a partir do final do século XIX, a exemplo da Vila Ferroviária de Paranapiacaba - Santo André (SP), ou com linguagens arquitetônicas e urbanísticas características do século XX, a exemplo do conjunto arquitetônico e urbanístico art déco de Goiânia (GO), da Vila Serra do Navio (AP), e do conjunto urbanístico de Brasília (DF), símbolo internacional do Movimento Moderno que recebeu o título de Patrimônio Mundial Cultural, concedido pela Unesco. (Conjuntos urbanos...IPHAN, 2018.)

É interessante também observar os processos indeferidos e de instrução ao longo dessas fases, de modo a entender melhor o pensamento vigente no órgão e no país. A partir do levantamento, foram encontrados 29 processos indeferidos de bens relacionados à indústria e mineração, e 32 de instrução. Nestes, encontramos engenhos, antigas estações, complexos ferroviários, algumas embarcações, pontes, além de complexos industriais e antigas vilas operárias, com processos indeferidos ao longo das três fases, sendo a maior parte dos engenhos indeferidos, concentrados na primeira fase, complexos e estações ferroviárias ao longo da segunda, e o restante distribuído entre as três. Entre as instruções, há apenas quatro

¹¹² Rodrigo Melo... IPHAN, 2018.

¹¹³ CASTRIOTA, 2009.

processos não finalizados durante a primeira fase, destacando-se as Ruínas da Real Fábrica de Ferro em Morro do Pilar/MG no ano de 1944. Dos 10 processos de instrução da segunda fase, três são engenhos, três vilas operárias, três patrimônios ferroviários e um complexo fabril. Já na terceira fase, existem 18 processos de instrução, sendo duas vilas operárias, 11 patrimônios ferroviários, dois engenhos, dois complexos fabris, e o Conjunto arquitetônico e paisagístico portuário de Vitória (FIGURA 18).

GRÁFICO 5 Bens relacionados à mineração e à indústria das listas de patrimônio protegido da UNESCO, do IPHAN, IEPHA e IPACMG

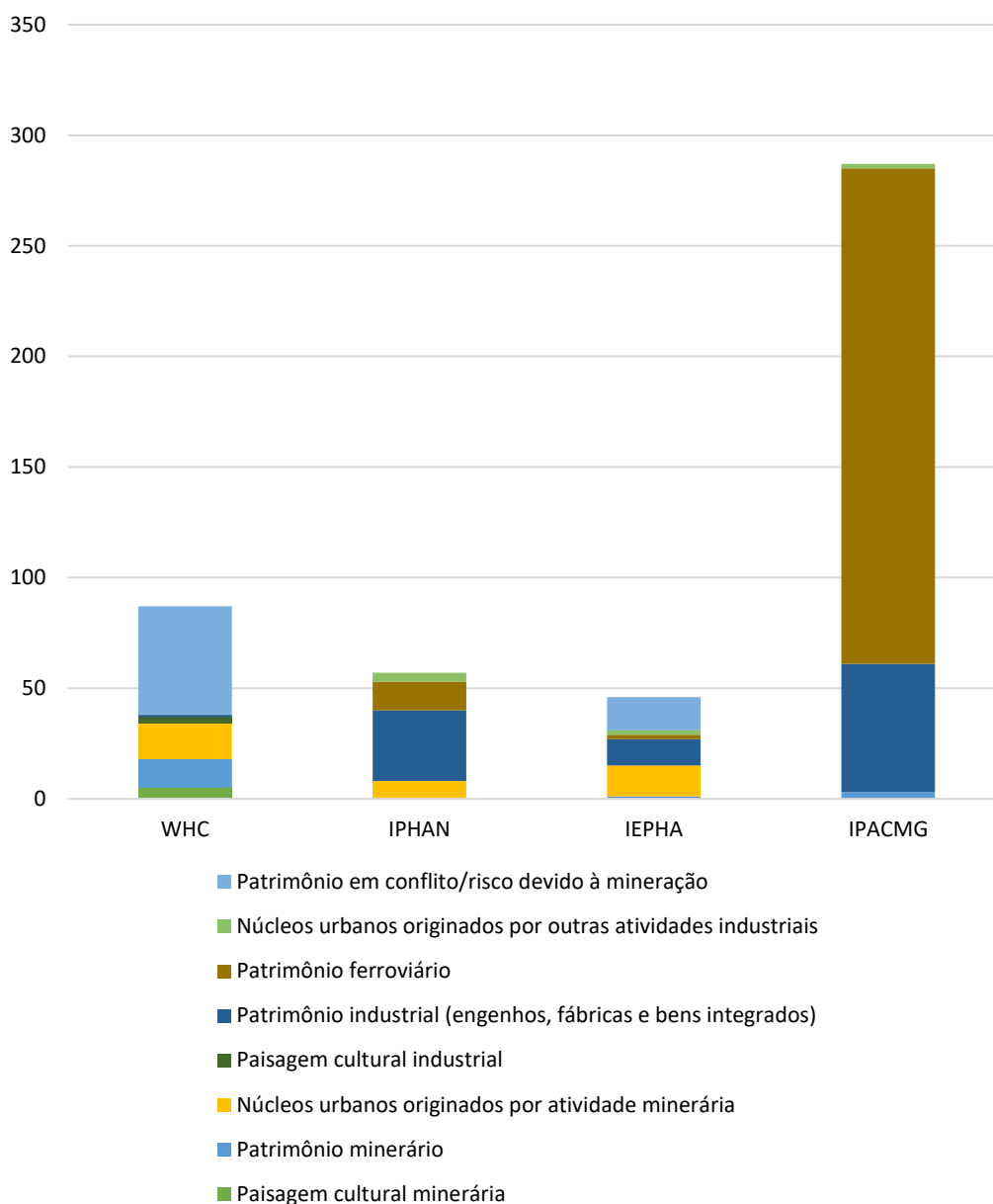


FIGURA 13 Congonhas vista desde o Santuário de Bom Jesus do Matozinhos, patrimônio cultural do IPHAN.



Foto: Divulgação IPHAN Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/370/>

FIGURA 14 Igreja de Nossa Senhora da Conceição e casario em Ouro Preto/MG, patrimônio cultural do IPHAN.



Foto Anielle Freitas, 2016

FIGURA 15 Ruínas da Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar-MG.



Foto: Divulgação/SENAC/Diego Gazola Disponível em: http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=99&cod_atrativo=1691

FIGURA 16 Vila Ferroviária de Paranapiacaba, Santo André/SP, patrimônio industrial do IPHAN.



Foto: Divulgação IPHAN Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1523/>

FIGURA 17 Construções da Vila Serra do Navio, no Amapá, cidade planejada e erigida entre as décadas de 1950 e 1960.



Foto: Divulgação IPHAN Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/108/>

FIGURA 18 Fachada do Porto de Vitória com processo de Instrução aberto no IPHAN desde 2015.



Foto: Divulgação/CASACOR Disponível em <https://casacor.abril.com.br/noticias/casacor-es-2017-transforma-o-porto-de-vitoria-em-sua-sede/>

Já em relação aos bens do IEPHA/MG, percebe-se que sua ação buscou complementar a ação do IPHAN em relação aos bens já protegidos, visto que, o número de bens protegidos por este já era bastante alto, devido ao expressivo número de tombamentos realizados nas cidades mineiras coloniais na primeira fase de atuação do órgão federal. Assim, observa-se que o IEPHA/MG buscou preencher certas lacunas, temporais e estilísticas, das fases e tipos de bens acautelados em Minas Gerais.

Numa primeira leva de proteções, durante as primeiras décadas de atuação do órgão, entre 1971 e 1988, coincidindo com a segunda fase do IPHAN, há um grande número de edifícios singulares tombados, principalmente aqueles de arquitetura eclética, relacionados em sua grande parte, de forma indireta, à história da industrialização, devido ao uso de técnicas e materiais específicos (como as grandes escadarias metálicas importadas da Inglaterra encontradas nos palácios da Praça da Liberdade, ou os vitrais do Cineteatro Brasil, ambos em Belo Horizonte), além de diversos tombamentos realizados como forma de prevenção da destruição dos respectivos bens, devido à conflitos com a mineração, como a Serra de Ouro Branco, a Capela de Nossa Senhora do Rosário (FIGURA 30) e a Ermida de Santa Efigênia (FIGURA 31), as últimas duas localizadas em Mestre Caetano, Distrito de Sabará.

Já em sua segunda e atual fase de ação, o IEPHA ampliou ainda mais a tipologia de bens protegidos e inclui-se aqui as Antigas Ruínas da Vila de Gongo Soco (FIGURA 22) em Barão de Cocais, tombadas em 1995, também devido ao risco causado pela proximidade da mineração e sua expansão sob o sítio arqueológico, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri (FIGURA 20), em Diamantina em 1998 e o Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça (FIGURA 21), inscrito no livro do Tombo Paisagístico em 1999, devido ao risco iminente de seu desaparecimento, para a construção de uma barragem para uma usina hidroelétrica em Salto da Divisa. Esse último caso foi alvo um longo processo de tentativa de salvaguarda das cachoeiras movido pelo Ministério Público Estadual, o poder executivo estadual e o município, que ao fim resultaram em apenas ações mitigadoras e compensatórias, como criação de reservas de mata, porém, todavia, as cachoeiras foram submersas, privando a população desse bem cultural.

Enfim, nessa história sobre as cachoeiras do Tombo da Fumaça, a tônica dominante foi a do aproveitamento dos recursos naturais a serviço de um suposto progresso. Se na primeira parte da história os antagonistas para o chamado progresso foram os nativos brasileiros e as corredeiras, na segunda, os obstáculos eram os habitantes da região e seu modo de vida que o patrimônio cultural tentava preservar. A cooptação e o extermínio foram as armas empregadas contra os primeiros. Sofisticadas e penosas tramas jurídicas foram necessárias para suplantar os segundos. Por fim, o que se viu

foi um descaso com a cultura nos seus aspectos tangíveis e intangíveis, com a memória histórica de um povo e com os lugares onde a comunidade estabeleceu vínculos práticos e afetivos. O que resta então é a memória. Nesse sentido, a manutenção do tombamento do bem cumpre seu papel simbólico como um meio de manter na lembrança das futuras gerações a perda de um importante patrimônio cultural. (Guia de bens... v.2. IEPHA, 2014, p.148.)

FIGURA 19 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri em 1946, quando a fábrica ainda estava ativa.

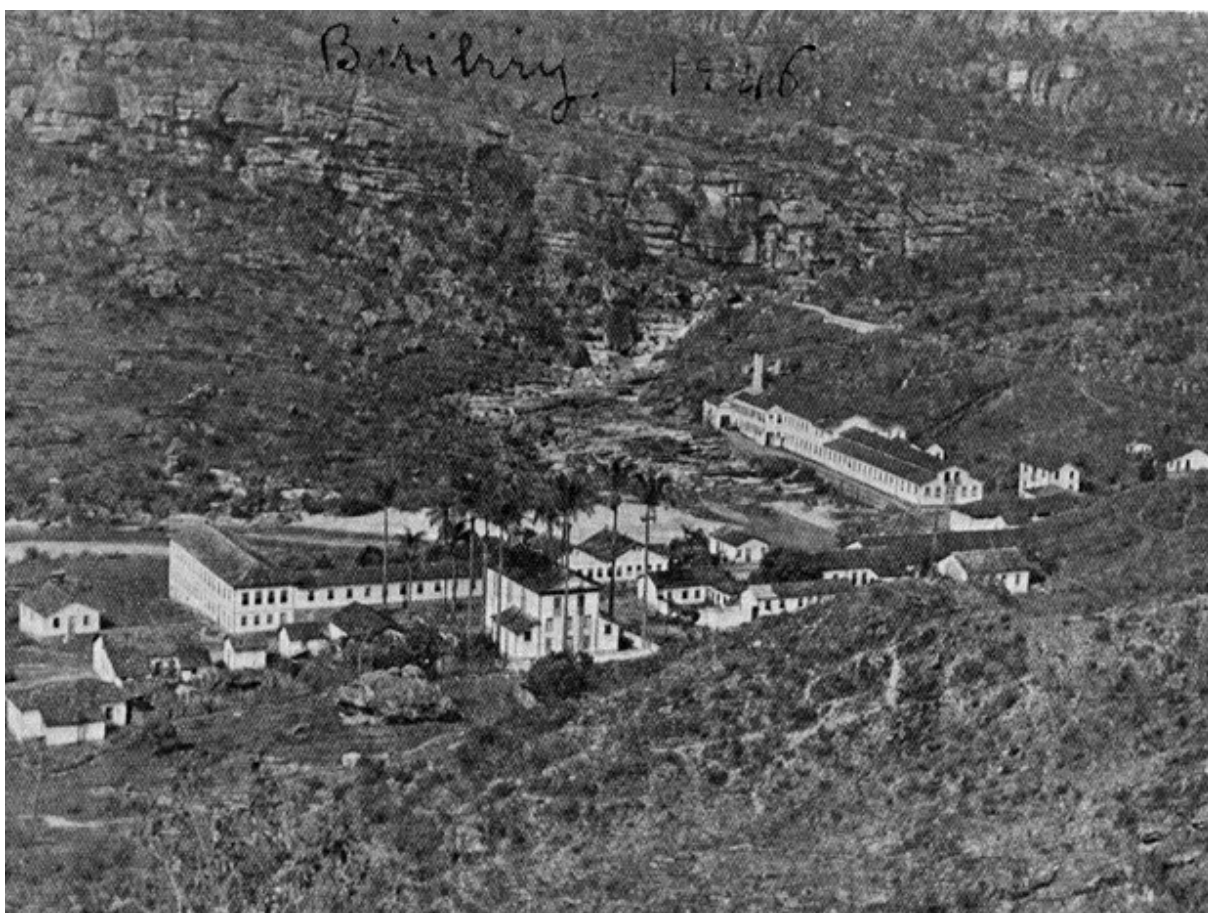


Foto: Acervo/IEPHA

FIGURA 20 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri nos anos 2000.



Foto: Acervo/IEPHA Disponível <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/125/bens-tombados-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-de-biribiri>

FIGURA 21 Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça antes de serem submersas.

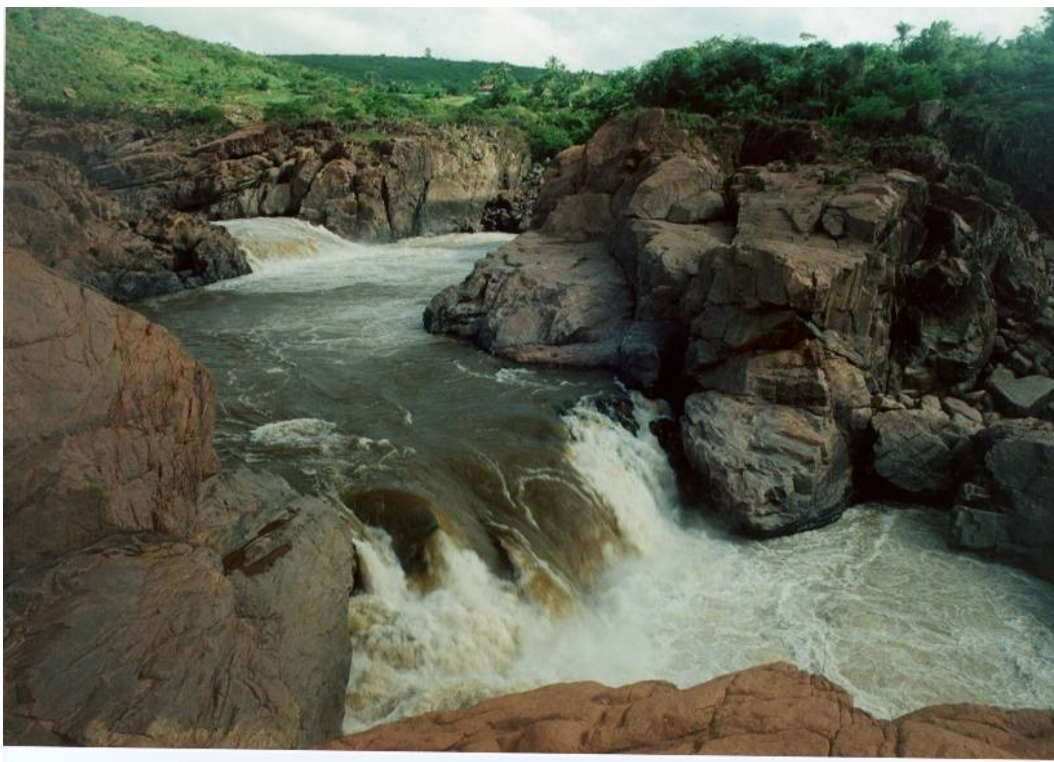


Foto: Divulgação IEPHA Disponível em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/158-conjunto-paisag%C3%ADstico-das-cachoeiras-do-tombo-da-fuma%C3%A7a>

FIGURA 22 Ruínas da antiga Vila de Gongo Soco em Barão de Cocais



Foto: Divulgação IEPHA Disponível em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/49-conjunto-das-ru%C3%ADnas-de-gongo-soco>

FIGURA 23 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão.



Foto: Divulgação IEPHA Disponível em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/150-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-da-vila-elisa,-vila-oper%C3%A1ria-e-antiga-f%C3%A1brica-de-tecidos-de-marzag%C3%A3o>

Já dentro de suas últimas duas décadas de atuação, são acautelamentos relevantes a serem destacados, o do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão (FIGURA 23 e FIGURA 24) em Sabará no ano de 2004 e o Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada (FIGURA 25), no ano de 2008, além de diversos complexos naturais que convivem diretamente com a ameaça da expansão da mineração, como a Serra dos Cristais (FIGURA 26), em Diamantina no ano de 2010, e o Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade (FIGURA 27), declarado monumento natural através da Constituição Mineira em 1989, e reinscrito no ano de 2006 nos livros do tomo Paisagístico, Histórico e de Belas Artes.

FIGURA 24 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão.

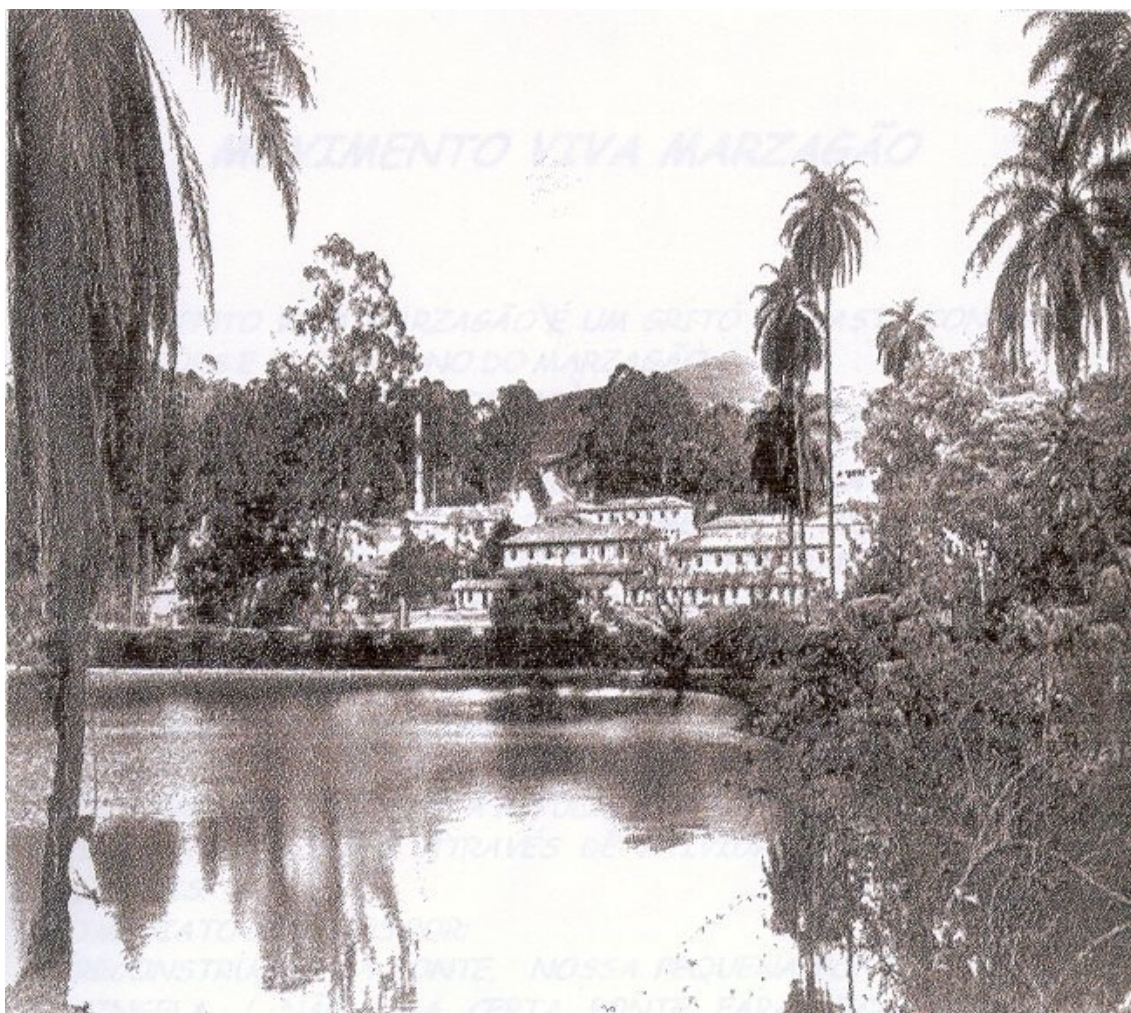


Foto: Divulgação IEPHA Disponível em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/150-conjunto-arquitet%C3%B4nico-e-paisag%C3%ADstico-da-vila-elisa,-vila-oper%C3%A1ria-e-antiga-f%C3%A1brica-de-tecidos-de-marzag%C3%A3o>

FIGURA 25 Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada com o Forte Brumadinho ao fundo no centro da foto.



Foto: Divulgação IEPHA Disponível em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/14-patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/157-conjunto-hist%C3%B3rico-e-paisag%C3%ADstico-da-serra-da-cal%C3%A7ada>

FIGURA 26 Serra dos Cristais em Diamantina



Foto: Divulgação MPMG Disponível em https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-promove-audiencias-publicas-para-discutir-a-preservacao-da-serra-dos-cristais-em-diamantina.htm#.WvtHtSBv_Dc

FIGURA 27 Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade



Foto: Divulgação Disponível em <http://www.conhecaminas.com/2016/01/santuario-da-serra-da-piedade-em-caetemg.html>

Enquanto isso, a experiência do IPACMG¹¹⁴, mais recente e que envolve a participação dos agentes locais na escolha e mapeamento dos bens culturais de seus respectivos municípios, mostra uma predominância na escolha dos bens de tipologias como usinas elétricas desativadas, e principalmente, patrimônio ferroviário, como antigas estações, sendo estas a maior parte dos bens listados e levantados na pesquisa. Há apenas um bem classificado como Patrimônio Minerário nesta lista, que não havia aparecido em nenhuma das listas anteriores, sendo o Conjunto Histórico e Paisagístico dos Túneis de Mineração, na cidade Araponga, tombado pela municipalidade no ano de 2015. Todos os demais 63 bens (excluindo dessa contagem os de natureza ferroviária) se resumem a complexos industriais e seus elementos característicos, como chaminés e galpões, além de algumas pontes de ferro, símbolos do desenvolvimento da indústria siderúrgica.

Além dos bens levantados pela pesquisa dentro das listas do patrimônio citadas, tem-se ainda no Brasil, diversas ruínas do período extrativista, bem como edificações industriais que se tornaram obsoletas. A maioria é encontrada em centros urbanos, concentradas principalmente

¹¹⁴ Ver nota 1022, página 62.

na região Sudeste, como na capital e no interior do Estado de São Paulo, fruto da intensa história de industrialização que o Estado teve, que se iniciou no final do século XIX, intensificou-se durante os anos 1930-1950 e que entrou em declínio a partir dos anos 1990, quando outros polos industriais cresceram e tomaram a liderança da produção industrial brasileira, como a Zona Franca de Manaus (AM) e o Centro Industrial de Aratu (BA), criados em 1967 nas respectivas zonas Norte e Nordeste e o Porto Digital de Pernambuco, criado em 2002.

Nas outras regiões do Brasil, devido ao fato de ainda ocorrerem atividades industriais configuradas por um ciclo tardio de industrialização, não há existência de muitos bens relacionados ao patrimônio industrial, pois, os exemplares que poderiam se tornar “bens patrimoniais” ainda se encontram em plena atividade laboral. Quando são encontrados exemplos nessas regiões, estes ou se referem à primeira fase da industrialização brasileira, representados pelos Engenhos de Cana de Açúcar ou são algum antigo complexo portuário, patrimônio ferroviário, ou vilas operárias desativadas, como a Vila Serra do Navio (FIGURA 17). Tal modalidade de bem, também é encontrado em grande número em Minas Gerais e no restante da região Sudeste. Em alguns casos, essas vilas operárias acabaram sendo incorporadas aos núcleos urbanos que cresceram a partir delas, ou núcleos que eram adjacentes a elas e, quando tal fato não ocorre, acabam por se tornar locais de interesse histórico e cultural, posteriormente acauteladas, como nas já citadas vilas operárias de Gongo Soco (FIGURA 22), de origem inglesa, e as vilas de Biribiri (FIGURA 20) e Marzagão (FIGURA 24), ambas relacionadas a indústria têxtil mineira.

Por fim, a questão dos “patrimônios em risco”, mais evidente a partir da lista do Patrimônio Mundial, devido à existência de relatórios constantes quanto à conservação de seus bens listados, podem ser analisados a partir destes relatórios emitidos pelo órgão, desde 1979. No total, desde essa data foram emitidos 3471 relatórios, correspondentes à 551 bens ou propriedades em 144 países¹¹⁵. Chegando assim às seguintes informações:

- O primeiro relatório a respeito de ameaças relacionadas às áreas industriais data de 1989, e desde então foram emitidos 39 relatórios a 11 bens da lista. A maior parte desses, incide sobre bens de natureza cultural (73%), e são em grande parte sobre o perigo de expansão desenfreada de áreas industriais sobre os bens, e consequente aumento da poluição local, principalmente da água, devido ao lançamento de rejeitos industriais e produtos químicos tóxicos nos cursos d'água.

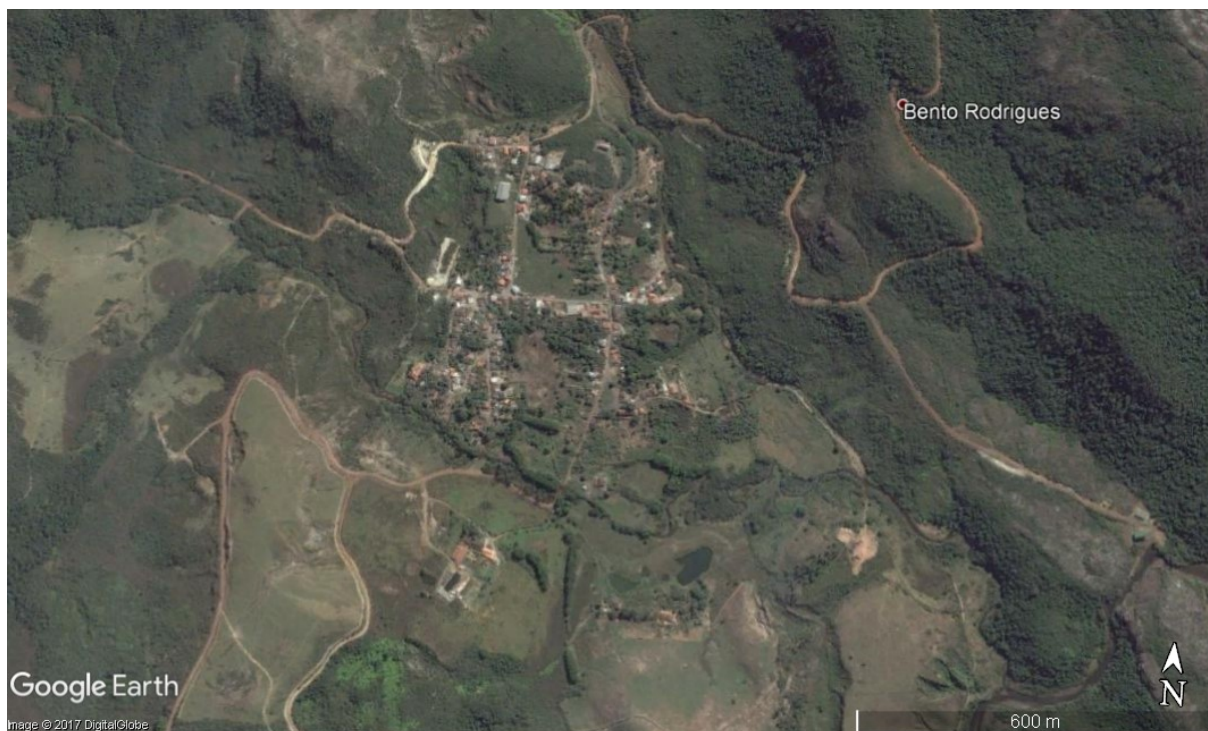
¹¹⁵State of conservation... UNESCO, 2018.

- Na última década, foram emitidos 196 relatórios sobre ameaças relacionados à mineração, de um total de 342 relatórios, desde 1984 (quando o primeiro relatório relacionado foi emitido). Foram direcionados a um total de 57 bens ou propriedades, em 39 países diferentes. Não há nenhum relatório emitidos para os bens brasileiros neste tópico, sendo eles distribuídos principalmente para a África, Europa e Oceania. Na América Latina, há diversos relatórios para o Parque Nacional Huascarán, no Peru, sobre as atividades de pequenas minerações ao redor do bem, e da necessidade do envolvimento das empresas que atuam neste entorno para participarem das decisões sobre o parque (neste caso específico, para definir e gerir problemas relacionados com o acesso à área protegida). O Peru ainda tem relatórios de risco relacionados à atividade minerária ilegal para as Linhas de Nasca e Palpa, sobre a instalação de uma extração de rochas na região no ano de 2011.
- Existem 53 relatórios de ameaças direcionados à 11 bens brasileiros, sendo os mais recentes direcionados à Brasília, sobre a necessidade de elaboração e melhora de seu Plano de Gestão. Outros bens brasileiros como as áreas de proteção do Cerrado, Ouro Preto, as Missões Jesuíticas e a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro, também possuem relatórios parecidos, requisitando a revisão, ou mesmo a realização de seus respectivos Planos de Gestão.

Nacionalmente, devido à inexistência desse tipo de relatório contínuo e de fácil acesso à população, torna-se difícil realizar este trabalho comparativo. De todo modo, existem alguns casos de patrimônios em risco devido à mineração, que são conhecidos através da ação da mídia sobre eles e também devido à atuação do MPMG na salvaguarda destes bens.

O mais conhecido destes, na contemporaneidade, sem dúvidas, corresponde ao tópico principal deste trabalho, é o povoado de Bento Rodrigues, devastado pela tragédia de 05 de novembro de 2015, quando uma onda de rejeitos minerários destruiu o povoado que surgiu no início do século XVIII, levando com a lama, casas, móveis, registros, a capela principal da localidade e seus bens integrados, além de uma fração da história dos antigos moradores, agora conhecidos sob a alcunha de “atingidos”. Neste caso, parte do patrimônio foi perdido, levado pela lama até o Oceano Atlântico ou soterrado sob espessa camada de rejeito, hoje seco sobre o solo, mas, parte ainda resiste junto aos moradores e no território da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, como será tratado no capítulo seguinte.

FIGURA 28 Povoado de Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem de rejeitos, em 20 de julho de 2015.



Fonte: Google Earth, 2018.

FIGURA 29 Povoado de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem de rejeitos, em 11 de novembro de 2015.



Fonte: Google Earth, 2018.

Além de Bento Rodrigues, a partir do contato com o MPMG foi possível levantar uma série de mais de 20 localidades em Minas Gerais, com conflitos relacionados com a mineração no

momento, como pequenos povoados pertencentes à Conceição do Mato Dentro, como o Arraial do Sapo, em conflito desde a instalação da Anglo American na região, Miguel Burnier, pertencente à Ouro Preto, em conflito constante com a mineradora Gerdau, formações naturais como o Pico do Itabirito – Itabirito/MG e a Serra do Curral – Belo Horizonte/Nova Lima/MG, áreas já pós-mineradas, e cidades como Congonhas e o conflito constante com as minerações que cercam todo o núcleo urbano, provocando intenso tráfego de veículos pesados pela cidade, com conseqüente aumento da poluição do ar e da água, além das cicatrizes na paisagem criadas pelas cavas de mineração a céu aberto e Itabira, que neste momento vive futuro incerto já que há projeções para que as reservas de ferro da região se esgotem em no máximo 50 anos.¹¹⁶

Também, existem os casos de bens acautelados pelo IEPHA, em que seus conflitos com a mineração e industrialização chegam a ser citados no livro *Guia de bens tombados* da instituição. Dentre estes exemplos, temos o Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça, já citado, que desapareceu submerso para a criação de uma barragem de água no final da década de 1990. Anterior a este caso, temos um dos primeiros tombamentos realizados como forma de acautelamento de bens frente a mineração, a Capela de Nossa Sra. do Rosário (FIGURA 30) e a Ermida de Santa Efigênia (FIGURA 31), ambas localizadas em Mestre Caetano, distrito de Sabará, tombadas em 1978. No caso da Capela de Nossa Sra. essa localiza-se muito próximo à sede da empresa, sendo possível visualizar desde a capela a edificação industrial da sede da mineradora AngloGold ao fundo no alto do morro, como pode ser visto na foto que segue.

Atualmente, localizam-se isoladas dentro de área pertencente à Mineradora Anglo Gold Ashanti, e não possuem uso para ritos religiosos desde a década de 1990, quando a mineração na região foi reativada. Ambas as edificações foram restauradas no ano de 2009/2010 através de convênio entre a mineradora e o IEPHA/MG, mas permanecem fechadas com acesso restrito. A partir desta restauração também foi elaborado um Plano de Gestão a cargo da empresa Estilo Nacional (2015), como medida compensatória para a liberação da Licença de Operação para o empreendimento “Alteamento da Barragem de Deposição de Rejeitos da Mina Cuiabá”. As edificações são os únicos edifícios remanescentes do antigo povoado de mineração aurífera da Vila de Cuiabá (distrito de Mestre

¹¹⁶ CAMARA DOS DEPUTADOS, 2018.

Caetano, em Sabará), localizando-se em terreno de difícil acesso, foram acauteladas pelo IEPHA por constituírem autênticos remanescentes “de construção religiosa de natureza rural (...) (da) religiosidade das populações mineiras afastadas dos grandes centros”.¹¹⁷

FIGURA 30 Capela Nsa. Sra. do Rosário a época do tombamento, quando essa se encontrava em péssimo Estado de conservação, sendo possível avistar a sede da empresa mineradora no alto ao fundo.



Foto: Acervo IEPHA. IEPHA, 2014, p112.

FIGURA 31 Ermida de Santa de Efigênia e edificação industrial da mineradora ao alto a direita na foto.



Foto: ESTILO NACIONAL. Disponível em <http://www.estilonacional.com.br/web/?p=801>

¹¹⁷ IEPHA, 2014, p.114.

Outro tombamento importante a ser destacado, como forma salvaguarda do bem frente à mineração é o do Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade (FIGURA 27), tombado estadualmente através pela Constituição Mineira de 1989, através do art.84 dos Atos das Disposições Transitórias, juntamente a outras formações naturais, como a Serra do Caraça (FIGURA 32), e ratificado em 19 de maio de 2006 com sua inscrição nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; de Belas Artes; e Histórico, devido à sua relevância em diversos aspectos para o patrimônio cultural mineiro, sendo também considerado como Sítio da História da Geologia e da Mineração, pertencente ao programa de Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil, administrado pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos¹¹⁸. O conjunto também possui tombamento federal como Santuário de Nossa Senhora da Piedade: conjunto arquitetônico e paisagístico, nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico do IPHAN, sendo inscrito no ano de 1956, e ratificado em 2015, com a ampliação de sua área de proteção agregando-se os valores de paisagem cultural na análise.

O pedido do primeiro tombamento realizado em 1956, feito pelo Frei Jofilly (LAGE, 2010), em carta encaminhada ao então Chefe da Seção de História do DPHAN, Carlos Drummond de Andrade, que dá parecer favorável à proteção da área, já alega a necessidade de salvaguarda do Santuário, não só por seus aspectos arquitetônicos e históricos, mas devido ao risco do avanço da mineração na região, com conseqüente degradação do Santuário ambientalmente e esteticamente.

... as estradas, que abrem nossas belezas naturaes ao público, trazem frequentemente a devastação. (...) A estrada que o atual Arcebispo de S. Paulo, o cardeal Mota, há 36 anos construiu, ligando o asilo de orfãos a Caeté, determinou uma mineração inquietante na base da Serra. Justamente por que as jazidas são finas, a destruição se estende rapidamente. (Frei Jofilly apud LAGE, 2010.)

É interessante notar, que a descrição do bem no *Guia de bens tombados* (2014), trata a área como paisagem cultural, principalmente pelo simbolismo religioso atribuído, sendo esta classificação defendida por Laura Lage em sua dissertação de mestrado “*Paisagem Cultural da Serra da Piedade: Caeté/MG*” (2010), através do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, a partir do viés de que a Paisagem Cultural poderia corresponder a uma “interface entre o patrimônio ambiental e patrimônio cultural”¹¹⁹,

¹¹⁸ IEPHA, 2014, p.256.

¹¹⁹ LAGE, 2010.

e sendo realizada a análise da Serra da Piedade a partir desta ótica e dos instrumentos de proteção que ela possui, tanto relacionados ao patrimônio cultural, quanto as normativas de proteção da legislação ambiental.

FIGURA 32 Trecho da Serra do Caraça avistado desde a estrada de acesso à Bento Rodrigues.



Fonte: Anielle Freitas, 2016.

3.2. Paisagens culturais minerárias europeias: planos e políticas públicas nacionais

Neste tópico serão abordados casos específicos encontrados internacionalmente, tanto na lista do Patrimônio Mundial, quanto objetos de políticas públicas na Europa, incentivada principalmente pela *Convenção Europeia da Paisagem*, a fim de entender o contexto de suas proteções, e principalmente quais conceitos, metodologias e justificativas foram utilizados para suas inscrições e/ou reconhecimento como patrimônio cultural. O foco será direcionado à Inglaterra e Espanha, como já dito anteriormente, devido à existência de programas e planos mais sólidos de caracterização e salvaguarda das paisagens culturais e do patrimônio industrial em ambos os países.

3.2.1. A experiência britânica

A experiência inglesa em mapeamento e proteção de suas paisagens se inicia nos anos 1970, com a atuação da *The Countryside Agency* (ou *Countryside Commission*), na gestão dos parques e áreas naturais inglesas¹²⁰. Nesta época, a ideia que se trabalhava de paisagem buscava analisá-la através da “avaliação da paisagem”¹²¹, baseada no julgamento a partir de valores quantitativos, reduzindo a complexidade que a paisagem realmente abarca à uma análise de dados. A partir dos anos de 1980, a metodologia se amplia e torna-se conhecida como “análise da paisagem”¹²², sendo um novo tipo de abordagem com foco na busca naquilo que torna uma paisagem distinta, diferentes umas das outras, e não apenas avaliá-la a partir de seus valores relativos. A evolução da metodologia levou à publicação no ano de 1993 da *Análise de Caracterização da Paisagem*¹²³, que se tornou um dos principais estudos de base para elaboração de instrumentos de planejamento regional na Grã-Bretanha¹²⁴, de forma que, a *Análise* elaborada ajude a incorporar a diversidade da paisagem nas políticas públicas atuais e não sirva apenas como um estudo que vise prevenir o acontecimento de atividades e modificações na paisagem, como ocorre na maioria dos estudos e políticas públicas de conservação do patrimônio.

Com o tempo, a *Análise de Caracterização da Paisagem* se tornou uma poderosa ferramenta de apoio à decisão para planejadores, gestores e legisladores, desde sua criação, descrevendo os padrões característicos de determinada área e como ela se desenvolveu ao longo do tempo, não julgando sua identidade, apenas registrando-a de forma sistemática. Possui quatro objetivos principais, sendo eles: fornecer o contexto de uma paisagem; orientar o desenvolvimento de políticas públicas auxiliando no direcionamento de recursos, identificar oportunidades de ações locais, e fornecer base para aconselhamento¹²⁵, o instrumento também incorpora análises ambientais e geográficas, além da *Caracterização Histórica da Paisagem*¹²⁶, que será tratada a seguir, criada para suprir a ausência de um estudo histórico da paisagem dentro do instrumento da *Análise*.

¹²⁰ NATURAL ENGLISH, 2014, p.7.

¹²¹ LE/ Landscape evaluation.

¹²² LA/ Landscape assessment.

¹²³ LCA/ Landscape Character Assessment.

¹²⁴ TP 1. TCA; SNH, 2002.

¹²⁵ NATURAL ENGLISH, 2014, p.7.

¹²⁶ HLC/ Historic Landscape Characterization.

Com o tempo, a partir da aplicação do instrumento da *Análise*, percebeu-se que essa em seus primeiros anos era feita por profissionais técnicos para técnicos, não envolvendo outros atores¹²⁷ nem nas análises prévias, nem nas decisões futuras, e, entendeu-se que era necessário gerar maior envolvimento da comunidade, além das demais partes envolvidas com as paisagens analisadas. Esta consciência da necessidade do maior envolvimento dos atores na tomada de decisões, também foi um reflexo da ênfase dada pelo governo britânico à época em envolver mais as comunidades no planejamento, no desenvolvimento de planos de gestão e na análise posterior dos indicadores avaliativos¹²⁸, de forma a conseguir uma gestão mais participativa e democrática. O TCA (The Countryside Agency), responsável pelo desenvolvimento e aplicação do método da *Análise de Caracterização da Paisagem*, relata em um dos seus relatórios a respeito do método, o quanto ainda se faz necessário melhorar as estratégias de engajamento comunitário dentro do processo, e que essa deve ser uma de suas principais áreas de investimento.

TABELA 2 Evolução do método de Análise de Caracterização da Paisagem britânico.

Avaliação da Paisagem	Análise da Paisagem	Análise de Caracterização da Paisagem
<ul style="list-style-type: none"> • Foco nos valores quantitativos da paisagem; • Comparação de valores de uma paisagem para a outra; • Baseado na mensuração dos elementos da paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento das subjetividades e objetividades da paisagem; • Diferenças mostradas através de inventário, classificação e avaliação da paisagem; • Possibilita a incorporação da percepção das pessoas sobre a paisagem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Foco no caráter/personalidade da paisagem; • Processo de caracterização a partir de opiniões; • Enfatiza o potencial para o uso em diversas escalas de decisão; • Conecta-se com a Caracterização Histórica da Paisagem; • Ênfase mais recente na necessidade de envolvimento dos atores.
A partir dos anos 1970	A partir de meados dos anos 1980	A partir de meados dos anos 1990

Fonte: TP 1. TCA; SNH, 2002, p.3 adaptado pela autora.

Ponto importante a ser ainda ressaltado do instrumento de *Análise*, é que ele tem foco na análise e caracterização das paisagens não urbanas, não se aplicando tão bem à questão urbana, por não levar em consideração a análise das tipologias arquitetônicas ou da morfologia urbana como objetos de análise; porém, sua base teórica pode ser facilmente

¹²⁷ O termo atores será utilizado como tradução do termo *Stakeholders*, que pode ser entendido como “as partes interessadas num projeto/empresa/atividade”.

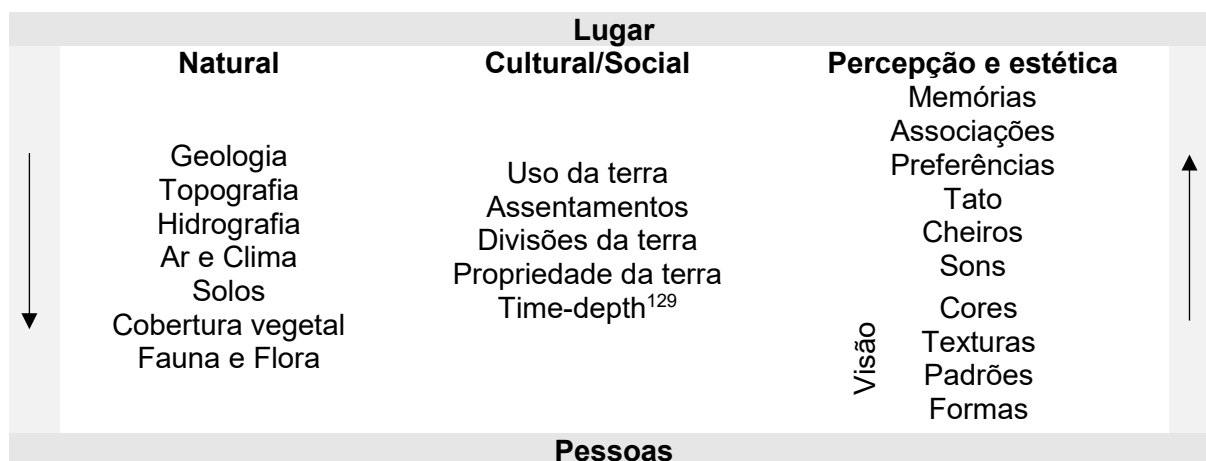
¹²⁸ TP 1. TCA; SNH, 2002.

adaptada a este tipo de caracterização. Seus principais itens de caracterização se referem à caracterização geológica, topográfica, ecológica, fauna e flora, histórica, usos da terra (recreativos ou de produção), além das avaliações quantitativas e de qualidade do ar e da água.

Além disso, a *Análise* caracteriza *todas as paisagens* que compõem o território inglês, não descartando nenhuma tipologia, pois, acredita-se que

Há uma percepção crescente de que o campo não pode ser protegido simplesmente focando nos “melhores” pedaços, e cada vez mais está sendo reconhecido que não é suficiente proteger apenas nossas paisagens mais valorizadas (mesmo se houvesse um consenso sobre quais são), mas que cada paisagem faz uma contribuição - não importa quão pequena - para o quadro geral. (The Landscape Character Assessment Process. TCA, 2018.)

TABELA 3 Elementos que compõem a paisagem de acordo com a Análise de Caracterização da Paisagem.



Fonte: NATURAL ENGLISH, 2014, p.9, adaptado pela autora.

No ano de 2002 foi então elaborado um guia¹³⁰ para aplicação da metodologia, que é dividida em duas grandes fases, e outras seis sub-etapas, sendo elas:

1. Fase 1: Caracterização - Processo de identificação das áreas de caráter similar, mapeando-as e classificando-as, e descrevendo seu caráter.
 - a. Etapa 1: Definição do escopo – para que servirá a análise posteriormente? A que ela subsidiará?

¹²⁹ Time-depth refere-se à um período de tempo durante o qual uma cultura, língua, ou grupo vem se desenvolvendo independentemente em determinado lugar.

¹³⁰The Landscape Character Assessment: Guidance for England and Scotland. 2002.

- b. Etapa 2: Estudos em escritório - Revisão de relatórios, estudo de dados disponíveis e/ou informações mapeadas em outros trabalhos.
 - c. Etapa 3: Levantamento de Campo – Recolhimento de dados de forma consistente e rigorosa para testar e refinar os resultados do estudo documental e para identificar qualidades estéticas e perceptivas; além de identificar a condição atual dos elementos da paisagem.
 - d. Etapa 4: Classificação e Descrição - Classificação dos resultados em áreas tipológicas de paisagem, estabelecendo descrições precisas de seu caráter e seus elementos, e reconhecendo quais são as forças atuantes de mudança.
2. Fase 2: Fazendo julgamentos / decidindo juízos de valor - dependerão dos propósitos da análise.
- a. Etapa 5: Decidindo sobre os juízos de valor - Decisão sobre a necessidade de mais trabalho de campo especializado, contribuições das partes interessadas e outras evidências.
 - b. Etapa 6: Criando juízos de valor - Dependendo do objetivo da avaliação; os principais usos desta etapa são para a determinação de estratégias para a abordagem futura da paisagem, elaboração de diretrizes, anexação de status ou valor às paisagens; e/ou identificação da capacidade paisagística de adaptação à mudanças.

O *Guia* ainda explica como realizar a identificação dos atores, podendo ser eles agentes governamentais, departamentos governamentais, autoridades locais, ONGs, etc., sendo posteriormente necessário classificá-los de acordo com seus graus de envolvimento com a paisagem e com o processo de identificação e de gestão posterior. O menor grau de envolvimento neste caso é o do ator que apenas recebe as informações, sendo os graus seguintes o de ator consultado, o do ator que participa da tomada de decisões, o do ator agente vinculado à algum órgão, ou um ator agente independente.

Após a definição do nível de envolvimento de cada um, existem diversas possibilidades de estratégia de envolvimento para cada nível, podendo se usar desde métodos tradicionais, como a simples escolha entre opções, a partir de uma pré-orientação técnica a respeito das mesmas, até métodos mais interativos como *workshops*, grupos focais, grupos de discussões, etc. Dentro do contexto de elaboração da *Análise de Caracterização da Paisagem*, o *Guia* apresenta diversas metodologias que podem ser utilizadas para cada tipo de informação que se deseja acessar, como atividades entre atores de diferentes faixas etárias, para que compartilhem suas experiências sobre uma mesma paisagem, ou *workshops* de desenho sobre o passado e sobre situações ideais futuras, além de atividades com mapas, ou mesmo métodos mais tradicionais como pesquisas com a comunidade local através de questionários.

Como benefícios listados do envolvimento dos atores na *Análise* pelo TCA (2002), cita-se que, o processo pode ajudar as pessoas a entender e a ter mais consciência da paisagem, desenvolvendo maior ligação com ela e com os demais atores, desta forma, novas informações surgem para contribuir à pesquisa, além das adquiridas através dos chamados “estudos de escritório”. Outro ponto importante é que a participação no processo faz com que as partes interessadas se envolvam mais, estando mais propensas a se comprometerem a participar ativamente para se alcançar os resultados esperados.

Também é mencionado que gerar tal envolvimento exige esforço e recursos consideráveis por parte do agente convocador do processo; porém, os resultados são bastante benéficos. Algumas das dificuldades citadas pelo TCA são relacionadas à disponibilidade de tempo para envolvimento das partes interessadas, sendo seu envolvimento diretamente relacionado à tópicos que elas acham relevante ao seu futuro. Além disso, é necessário envolver facilitadores e negociadores, para garantir reuniões democráticas, com envolvimento de todos, encontrando práticas que se adaptem as possibilidades (físicas e de tempo) das partes envolvidas, poupando tempo e melhorando a qualidade do processo como um todo.

Ainda, sobre o instrumento da *Análise* é interessante notar que ela busca analisar as paisagens sob os aspectos da “fragilidade” e da “capacidade”¹³¹, ao invés de usar a “integridade” e “autenticidade” como faz o Comitê do Patrimônio Mundial com suas paisagens culturais. A “fragilidade” corresponderia à estabilidade da paisagem em manter seu caráter, sua personalidade, frente às mudanças com o tempo, sendo uma paisagem frágil aquela que, uma vez perdido seu caráter, seria difícil recuperá-lo ou restaurá-lo, necessitando muito cuidado para que ele sobreviva¹³². Já a capacidade, está relacionada a capacidade de restauração ou manutenção do caráter/personalidade da paisagem frente às mudanças.

Quanto à *Caracterização Histórica da Paisagem*¹³³, um dos estudos que compõem a *Análise de Caracterização da Paisagem*, ela possui metodologias específicas diferentes na Inglaterra e na Escócia, desenvolvidas por seus próprios órgãos de proteção ao patrimônio cultural. Sua inclusão dentro da *Análise* se faz extremamente necessária para não haver divergências entre a definição das áreas tipológicas de paisagem entre os dois estudos, e assim, divergência entre os planos futuros para as regiões.

¹³¹ *Sensibility e Capacity*.

¹³² John Benson apud TP 6. TCA; SNH, 2002, p.4.

¹³³ *Historic landscape characterisation*

Diferente da *Análise*, a *Caracterização Histórica* dá enfoque à história de ocupação do território, sendo todos os aspectos levados em conta para este estudo, sejam monumentais ou características mais “simples” realizando uma leitura e descrição da paisagem como é hoje, criada a partir de seus ciclos de ocupação, mas, colocando muitas vezes em uma segunda categoria a análise dos aspectos geográficos do mesmo. Esta leitura e descrição caracteriza-se por ser mais do que simplesmente apontar lugares e monumentos num mapa, visto que, para a *The Countryside Agency*, a “Paisagem é uma ideia, não uma coisa, ela construída por nossa mente e por nossas emoções a partir da combinação e das interrelações criadas entre os objetos no espaço”¹³⁴, e, assim, a análise deve ser feita por regiões e não por pontos.

Pode-se ainda afirmar que, a *Caracterização Histórica* está intimamente ligada a *Convenção Europeia da Paisagem*¹³⁵ e à sua definição de que a paisagem é definida como é “percebida pelas pessoas, como resultado da ação e interação entre o meio natural e os fatores humanos”, como já visto no capítulo anterior deste trabalho. A *Convenção* foi ratificada pela Inglaterra em 2004, dez anos após o primeiro estudo de *Caracterização Histórica da Paisagem*, realizado na região da Cornualha¹³⁶, servindo como teste para o método de caracterização. Alguns anos depois, o resultado deste estudo seria utilizado para a candidatura da região como paisagem cultural da UNESCO, como será visto a seguir.

Já a respeito da questão da industrialização na Grã-Bretanha, mais especificamente na Inglaterra, o *Historic England*¹³⁷ cita que o movimento de proteção aos bens de origens industrial se intensifica a partir da década de 1960, com a salvaguarda de alguns edifícios e complexos fabris de suas respectivas demolições, tornando-se a primeira política pública estabelecida para o seguimento feita no ano de 1963: o *Industrial Monuments Survey*, logo após a demolição de um importante arco londrino.¹³⁸

O órgão ainda cita que após a criação do Programa de Proteção aos Monumentos Nacional em 1989 e conseqüentemente das listas de áreas e edifícios de interesse histórico para conservação, foram criadas diretrizes para a escolha dos bens que seriam inventariados e acautelados, sendo as prioridades para os anos de 2011-2015 a inscrição de assentamentos

¹³⁴ Tradução nossa. TP 5. TCA; SNH, 2002, p.3.

¹³⁵ NATURAL ENGLISH, 2014.

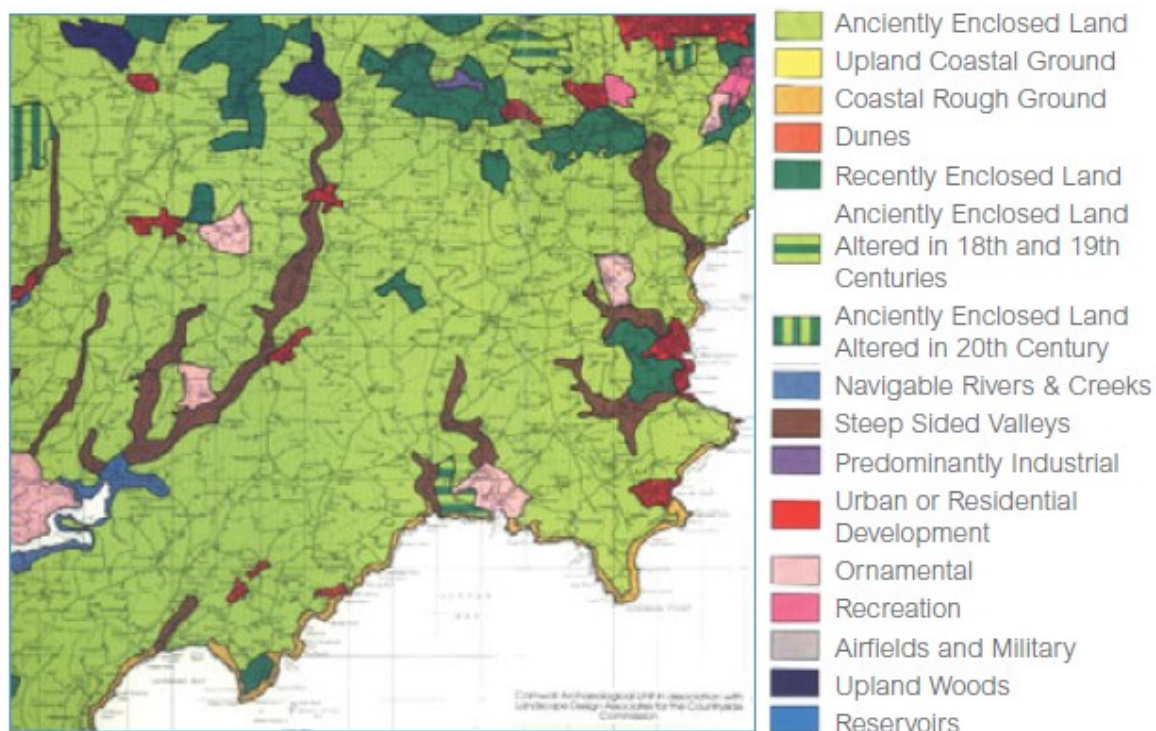
¹³⁶ ENGLISH HERITAGE; LANCASHIRE COUNTY COUNCIL, 2004, p.1.

¹³⁷ Agência do governo inglês responsável pela promoção e salvaguarda do patrimônio cultural da Inglaterra desde 2015. A agência é fruto de uma divisão do antigo English Heritage, que em 1º de abril de 2015 se dividiu entre a agência governamental, Historic ENGLISH, e um uma instituição de caridade, English Heritage, sendo a primeira responsável pelos inventários, gestão e planejamento do patrimônio cultural inglês, e a segunda responsável por cuidar do acervo de bens patrimoniais, principalmente edifícios históricos. HISTORIC ENGLISH, 2018.

¹³⁸ HISTORIC ENGLISH, 2018.

urbanos industriais do século XX, canais e rios navegáveis com seus respectivos portos, patrimônio ferroviário, edificações da indústria têxtil, minas subterrâneas desativadas e ainda um breve estudo sobre vilas operárias.

FIGURA 33 Caracterização histórica da paisagem da área de Brodugan - Cornualha, Inglaterra.



Fonte: ENGLISH HERITAGE; LANCASHIRE COUNTY COUNCIL, 2004.

Além disso, a respeito do patrimônio industrial como um todo, há um grande incentivo vindo do órgão, consequentemente do governo inglês, para o reaproveitamento das edificações industriais para novos usos, sendo adaptados, por exemplo, para moradia, criação de espaços para pequenos negócios, ou hotelaria¹³⁹, visando prioritariamente a questão da regeneração econômica dos lugares e do capital agregado que os bens patrimoniais possuem.

A respeito dos casos britânicos que retratam a junção das duas experiências, da paisagem cultural e o patrimônio industrial, foram escolhidos dois estudos de casos de paisagens culturais minerárias que estão inscritas na lista do Patrimônio Mundial: Blaenavon e Cornualha. Ambas as paisagens foram inscritas na lista de tentativa no ano de 1999 após terem sido analisadas a partir das metodologias já apresentadas da *Caracterização Histórica da Paisagem e Análise de Caracterização da Paisagem*, servindo de base para a criação de

¹³⁹ HISTORIC ENGLISH, 2018.

seus documentos de nomeação. Diferente dos estudos nacionais, para inscrição junto à UNESCO, as paisagens também foram analisadas sob os aspectos da integridade e autenticidade, classificadas quanto à sua tipologia nos moldes da lista do Patrimônio Mundial, sendo ambas paisagens relíquias.

3.2.1.1. Blaenavon Industrial Landscape – Gales

A cidade de Blaenavon, localizada ao sudeste do País de Gales, viveu seu apogeu durante a Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, sendo um importante centro de produção siderúrgica e mineração de carvão para a Grã-Bretanha. Boa parte da cidade foi construída pelas empresas *Big Pit*, de mineração, e *Ironworks*, indústria de ferro, para abrigar seus trabalhadores oriundos de outras partes do país, pois Blaenavon não dispunha de mão de obra qualificada e suficiente para atender a demanda de trabalho. A indústria controlou o crescimento urbano e a construção de moradias até meados do século XIX, quando então esta função passou a ser de responsabilidade da administração pública e a posse das moradias, dos residentes. A siderúrgica sobreviveu até 1938, enquanto a mineração durou até 1980. Com isso, a cidade passou por grande declínio econômico a partir da década de 1920, além de sofrer um considerável decréscimo populacional durante o mesmo período. Desde então, a cidade procurou se reconstruir, principalmente economicamente.

Na tentativa de não esquecer sua história, conservando suas instalações industriais e potencializando seu caráter turístico, o governo local entrou com o processo de registro da Paisagem Industrial de Blaenavon junto à UNESCO no ano de 1999, conseguindo-o no ano seguinte durante a 24ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, a partir dos critérios (iii) e (iv), sendo considerada uma paisagem relíquia, “excelente caso sobre declínio urbano e regeneração econômica”.

Com uma população atual entorno de 6 mil habitantes, constituída em sua maioria de idosos, a designação da área como Patrimônio Mundial em dezembro de 2000 veio para auxiliar na promoção de sua regeneração social e econômica. Sua paisagem, para a inscrição na lista do Patrimônio Mundial foi descrita como um reflexo de toda a experiência humana da industrialização:

O capitalismo empresarial, a filantropia e a exploração, a inovação tecnológica, o trabalho penoso dos trabalhadores, a determinação dos trabalhadores em estabelecerem seus sindicatos, partidos políticos,

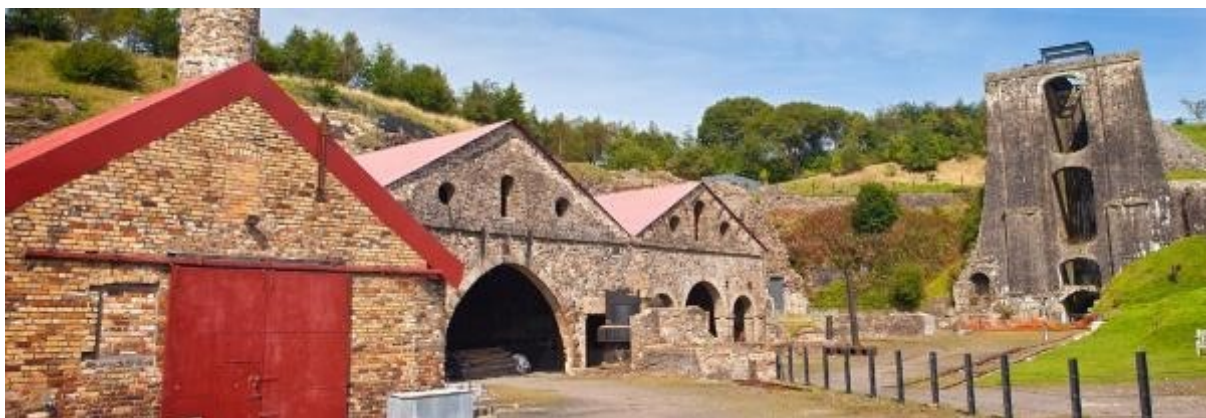
congregações religiosas, corais e clubes esportivos. (BLAENAVON PARTNERSHIP, 2000, p. 8)¹⁴⁰

FIGURA 34 Antigas instalações da Big Pit



Fonte: Karen Ajmes, 2008 Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/12730691> Acesso em: 31 de agosto de 2016

FIGURA 35 Ruínas da Blaenavon Ironworks



Fonte: Visit Wales Disponível em: <http://www.visitwales.com/things-to-do/attractions/castles-heritage/world-heritage-sites/blaenavon> Acesso em: 31 de agosto de 2016

¹⁴⁰ Tradução nossa.

Inscrita como Paisagem Cultural evoluída organicamente, sendo uma paisagem relíquia com excepcionais evidências do seu passado industrial, possui como âncoras a *Blaenavon Ironworks* e a *Big Pit*, que já são sítios protegidos pelo governo da Grã-Bretanha, sendo o primeiro um Monumento Antigo Inventariado sob a tutela da Secretaria do Estado da Cultura, Comunicação e Esporte e o segundo um museu sobre a mineração sob tutela do *National Museums Wales*. A sua tentativa de inscrição se baseou em 4 critérios: (ii), (iii), (iv) e (v), sendo aceitos apenas o (iii) e o (iv).

(iii) Blaenavon é um monumento à cultura da classe trabalhadora, que surgiu a partir da Revolução Industrial nos vales do sul de Gales, e floresceu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Possui muitos pontos em comum com outras culturas de áreas industriais como o Vale do Ruhr, os campos de carvão do norte da França, ou as cidades do norte da Itália, e outros assentamentos de mineração e metalurgia em todo o mundo. As tensões entre empregador e empregado, a Igreja e as tensões de desacordo entre os falantes de Galês e os falantes de Inglês, podem ser observadas em muitas características da área. A grande extensão e sobrevivência extraordinária da paisagem de trabalho e da sociedade criada em Blaenavon fornece um testemunho excepcional à cultura do início da industrialização.

(iv) Blaenavon ilustra com clareza os estágios formativos do início da Revolução Industrial em relação aos desenvolvimentos cruciais que ocorreram na fabricação do ferro e mineração de carvão no final do século XVIII e início século XIX. A importância dos monumentos tecnológicos, como os altos-fornos, a torre de elevador, e a mina de carvão (Big Pit), é amplamente reforçada pela sobrevivência da paisagem circundante da exploração dos recursos e da criação de uma infraestrutura para a industrialização, que incluiu sistemas de transporte, extração mineral e desenvolvimento de comunidades industriais e urbanas. Todos os elementos cruciais da Revolução Industrial podem ser observados, incluindo o contínuo avanço tecnológico, a conversão das matérias orgânicas para as matérias minerais, o crescimento sustentado no produto, o aumento da capitalização da produção, a especialização regionalizada, a urbanização e as mudanças nas relações sociais. (984...UNESCO, 2000, p. 18)¹⁴¹

¹⁴¹ Tradução nossa.

FIGURA 36 Centro histórico de Blaenavon



Fonte: Blaenavon's heritage. Disponível em: <https://blaenavon.wordpress.com/> Acesso em: 31 de agosto de 2016

Para a preservação e promoção da área, foi elaborado um primeiro Plano de Gestão da Paisagem em 1999, para os anos de 2000-2010, posteriormente atualizado no ano de 2010, para os anos de 2011-2016. Além disso, a área contou com um plano de gestão complementar nomeado de *Forgotten Landscape*, ou “Paisagens Esquecidas”, elaborado no ano de 2008 e apresentado à sociedade em 2009, para um período de ações de cinco anos, e uma área de abrangência que incorporava as zonas tampões da área protegida pela UNESCO. A elaboração deste último, teve como suporte três outros documentos: “*Landscape character study, 2009*”; “*Audience development and access plan, 2008*” e “*Education and training plan, 2008*”. Com diretrizes e ações que procuraram sempre aumentar a participação da comunidade local e dos visitantes para a tomada de decisões, abrangendo áreas de atuação tanto sociais e econômicas, quanto de desenvolvimento urbano. O plano foi ambicioso e seu principal ponto consistia na transformação da área num grande pólo turístico e de pesquisas sobre a questão industrial no século XIX, desde a criação de um centro de dados, museu sobre a mineração, visitas aos campos de extração de minerais, aproveitamento da paisagem natural para turismo de aventura, além do fortalecimento da produção agrícola local.

FIGURA 37 Keeper's Pond, antigo reservatório construído em 1817 para fornecer água para as indústrias de Blaenavon, sendo desativado dessa função já em 1860.



Fonte: FREITAS, 2016.

3.2.1.2. Cornwall and West Devon Mining Landscape – Inglaterra

A região da Cornualha e West Devon, assim como Blaenavon, em 1999 foi colocada na lista de tentativa de inscrição do Comitê do Patrimônio Mundial como exemplo da industrialização da Grã-Bretanha, mas só foi realmente inscrita no ano de 2006, a partir de sua aprovação durante a 29ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, ocorrida em Durban, na África do Sul no ano de 2005.

Moldada por intensa atividade industrial, entre os anos de 1700 e 1914, a paisagem de mineração da Cornualha, abarca 10 áreas isoladas sob o território de sua região, constituindo o maior patrimônio mundial dentro da Grã-Bretanha em área. A região forneceu matéria-prima durante a Revolução Industrial da Grã-Bretanha e foi pioneira de diversas melhorias tecnológicas ainda em uso na indústria. Uma das principais invenções da Revolução

Industrial, os motores a vapor, é citada como de autoria de Richard Trevithick¹⁴², que buscava uma forma de bombear a água para fora das minas e a partir de tal invenção foi possível desenvolver os trens a vapor, que mudaram drasticamente as relações da sociedade da época e o transporte de pessoas e mercadorias em todo mundo.

Durante seus tempos áureos, a região foi uma das principais áreas de mineração de metais não ferrosos, como cobre, estanho e arsênico, usados como matéria-prima por diversas outras indústrias, como citado na Declaração de Significância, do Dossiê de inscrição do bem. O estanho era utilizado para soldas e para as latas de enlatados. Ligando-se ao cobre, tinha utilizações industriais como rolamentos e hélices de navios. Por sua vez, este sozinho, servia para cobrir os cascos dos navios britânicos e fazer moedas. Já o arsênico, era usado como pesticida e na indústria do vestuário.

Além disso, diversas soluções de engenharia foram desenvolvidas na área e exportadas para o restante do mundo, bem como para outras partes da Grã-Bretanha, em decorrência da intensa migração ocorrida, devido ao fechamento de diversos empreendimentos da região, por causa do aumento da concorrência global, com o início da mineração em outras partes do mundo, como Brasil e Austrália.

Os remanescentes da indústria, agora completamente abandonados, criaram uma paisagem cultural industrial que é da mais alta qualidade, tanto esteticamente, quanto em termos da história tecnológica. O Estado signatário, através de suas políticas central e regional, pôs em prática louváveis políticas de proteção e conservação, a fim de preservar esta paisagem excepcional para e em nome, das gerações presentes e futuras. (Henry Cleere apud ENGLISH HERITAGE, 2006, p.ii.)¹⁴³

Sua inscrição foi pautada na justificativa da necessidade de valorização do patrimônio industrial, que seria então sub-representado na lista do Patrimônio Mundial, sendo no ano de 2004 apenas 36 bens de um total de 788, e quase nenhum deles relacionados à mineração de metais não ferrosos. O Dossiê de candidatura faz, inclusive, uso de comparações com outros bens da lista do Patrimônio Mundial relacionados com a mineração, demonstrando como a *Cornwall Mining* se diferencia desses, de forma a justificar sua inscrição, como representante único. Comparando a outros bens da Grã-Bretanha, justifica-se que dos 24 representantes do país na lista, cinco são relacionados a Revolução Industrial, sendo um

¹⁴² CORNWALL... PARTNESHIP, 2018.

¹⁴³ Tradução nossa.

sobre carvão e ferro (*Blaenavon*), uma paisagem industrial representada pela primeira ponte metálica (*Ironbridge*), uma fábrica e um moinho relacionados à indústria têxtil (*Derwent Mills* e *New Lanark*), e ainda uma cidade industrial (*Saltaire*). Comparando a outros bens mundiais, como Ouro Preto, Potosí e Guanajuato, demonstra que nenhum deles possui minerações de estanho ou arsênico, ou instalações dos primórdios do desenvolvimento dos motores a vapor. Ainda, usa como critério de justificativa para sua inscrição, a existência em outros locais do mundo de instalações industriais inventadas, desenvolvidas e exportadas pela Cornualha.

A industrialização é uma das contribuições mais significativas e duradouras da Grã-Bretanha para a sociedade global. Os patrimônios industriais selecionados para inclusão na lista de tentativa (de inscrição no Comitê do Patrimônio Mundial) de 1999 foram cuidadosamente escolhidos porque foram fundamentais para o desenvolvimento da sociedade moderna, sendo excepcionais locais representativos das origens e do desenvolvimento da industrialização, do processamento e da manufatura, além do desenvolvimento dos meios de transporte e do virtuosismo em engenharia civil. (Sir Neil Cossons apud ENGLISH HERITAGE, 2006, p.iii.)¹⁴⁴

Inscrita sob os critérios (ii), (iii), e (iv), seu plano de gestão é pequeno e busca principalmente melhorar o acesso dos visitantes às diversas áreas protegidas, de forma com que, estes visitem tanto as atrações menores quando as atrações de maior relevância e potencial, integrando todo o conjunto. O plano também não cria leis ou dita maiores diretrizes, mas, une as existentes buscando também integrar as diversas instâncias de poder local na administração e gestão do bem.

Critério (ii): O desenvolvimento da mineração industrializada na Cornualha e West Devon entre 1700 e 1914, e particularmente o uso inovador do motor de vapor de alta pressão, levou à evolução de uma avançada sociedade industrializada, manifestada na transformação da paisagem através da criação de pequenas propriedades, ferrovias, canais, docas e portos, além da criação ou remodelação de cidades e aldeias. Juntos, tais fatores tiveram um impacto profundo no crescimento da industrialização na Grã-Bretanha e, conseqüentemente, na mineração industrializada em todo o mundo.

Critério (iii): A extensão e o alcance dos remanescentes da mineração de cobre e estanho, e a transformação associada das paisagens urbana e rural, apresentam um testemunho vívido e legível do sucesso da mineração

¹⁴⁴ Tradução nossa.

industrializada da Cornualha e West Devon, quando a região dominava a exportação de cobre, estanho e arsênico.

Critério (iv): A paisagem mineira da Cornualha e West Devon, e particularmente suas características casas de máquinas e motores à vapor, como um conjunto tecnológico na paisagem, refletem a contribuição substancial da área para a Revolução Industrial e para mudanças na formação das práticas de mineração em todo o mundo. (UNESCO, 2018.)¹⁴⁵

FIGURA 38 Mina Levant, com seu sistema primitivo de motor a vapor.



Foto Barry Gamble. Disponível em http://www.cornish-mining.org.uk/sites/default/files/styles/imagebrowser_zoom/public/imagebrowser/A1%20Levant%20Mine%203-%20Ainsley%20Cocks.jpg?itok=DAZ7R1oz

¹⁴⁵ Tradução nossa.

FIGURA 39 Mina Levant, um dos lugares pertencentes a paisagem cultural da Cornualha e West Devon.



Foto Barry Gamble. Disponível em <http://www.cornish-mining.org.uk/gallery?page=1&filter=11>

FIGURA 40 Patrimônio Mundial Owles and Edward, um dos lugares pertencentes a paisagem cultural da Cornualha e West Devon.



Foto Ainsley Cocks. Disponível em <http://www.cornish-mining.org.uk/gallery?page=1&filter=11>

3.2.2. A experiência espanhola

Diferentemente da experiência britânica com as paisagens culturais, a prática em mapeamento e valorização desta categoria de patrimônio na Espanha é de caráter mais recente, sendo impulsionada pela ratificação à *Convenção da Paisagem Europeia* em 26 de novembro de 2006. A ratificação corroborou com a elaboração do *Atlas de Paisagem Espanhol* em 2004 (reimpresso em 2010), que realizou o mapeamento de todo o território espanhol, classificando-o principalmente a partir de suas características geomorfológicas, através de três níveis de unidades escalares da paisagem, sendo o menor a unidade de paisagem, os tipos de paisagem a classificação intermediária e as associações de tipos de paisagem a unidade maior, “reproduzindo a imagem física das grandes áreas da paisagem, com suas formas mais evidentes e as características climáticas e hidrológicas fundamentais”¹⁴⁶ sendo 34 possibilidades nesta última classificação, como campinas, grandes cidades e áreas metropolitanas, vales, e maciços montanhosos.¹⁴⁷ Para Ribeiro (2007, p.112), esta experiência se aproximou muito da proposta de análise da paisagem da Escola de Berkeley, mais focada nas questões morfológicas da paisagem sobre o território, deixando de lado certas abordagens de análise, como as questões associativas para a definição das porções de paisagem.

Além deste mapeamento geomorfológico, há o *Plano Nacional de Paisagem Cultural* espanhol, que entrou em vigor em 4 de outubro de 2012,¹⁴⁸ que buscou mapear e descrever as paisagens culturais que previamente já haviam sido consideradas de interesse cultural, a partir de critérios e objetivos específicos, levando em consideração a questão do dinamismo da paisagem e a complexidade de sua gestão. O *Plano* compõe uma série de planos nacionais para a salvaguarda das diversas tipologias do patrimônio cultural espanhol possuindo ainda planos nacionais específicos para catedrais, abadias/monastérios/conventos, arquitetura defensiva, patrimônio industrial, patrimônio do século XX, arquitetura vernacular, patrimônio cultural imaterial, investigação e conservação, conservação preventiva, patrimônio fotográfico, educação para patrimônio, emergências e risco, e por fim o patrimônio subaquático.

Quanto às paisagens culturais dentro do *Plano*, elas são divididas em categorias como agrícola, industriais (envolvendo atividades de mineração, grandes indústrias, energia), associativas de caráter lúdico (simbólicas, relacionadas à acontecimentos históricos,

¹⁴⁶ Tradução nossa. MAPAMA, 2018.

¹⁴⁷ MAPAMA, 2018.

¹⁴⁸ MECD, 2018.

religiosas, artísticas...), ofensivo-defensiva (instalações defensivas como fortalezas e campos de batalhas), grandes infraestruturas (de comunicação, transporte, hidráulicas, etc.), ou pertencentes a itinerários e rotas. O objetivo de seu mapeamento é a sua salvaguarda, entendendo-a como uma garantia de viabilidade de continuação da paisagem, a partir de sua “identificação, caracterização, documentação, investigação, proteção, melhora e revitalização”, abrangendo os aspectos necessários para garantir sua gestão através da perspectiva do desenvolvimento sustentável.¹⁴⁹

FIGURA 41 Paisagem minerária de Rio Tinto



Fonte: INCUNA, s.d. Disponível em: <http://mineriaypaisaje.com/rio-tinto/>

Assim, como citado nos exemplos anteriores, o MECD (Ministério da Educação, Cultura e Esportes espanhol), registra em seu site (MECD, 2018) a grande vulnerabilidade na manutenção dos valores da paisagem, e o escasso aparato legal para sua salvaguarda, tendo o *Plano* como objetivos, além do mapeamento, promover e impulsionar o reconhecimento social e sensibilizar as administrações públicas sobre a dimensão e os valores que compõem as paisagens culturais, além de possibilitar e impulsionar a cooperação internacional através

¹⁴⁹ MECD, 2018.

das redes de paisagens culturais europeias, para a troca de experiências de êxito na salvaguarda e gestão das mesmas.

Metodologicamente falando, o *Atlas das Paisagens* espanholas difere da *Análise de Caracterização da Paisagem* britânica, ao considerar como principal aspecto de seu mapeamento as questões morfológicas da paisagem, não sendo encontrado em nenhum momento por esta autora, a citação do envolvimento dos atores na identificação e definição de diretrizes às paisagens como visto no caso britânico, acarretando no trabalho espanhol, um trabalho feito por técnicos, para técnicos. Além disso, o *Plano de Paisagem Cultural* espanhol foi elaborado para ser aplicado à apenas porções pré-definidas do território, que possuem interesse histórico cultural identificado previamente, e que não possuem definição de perímetros equivalentes, ou ao menos próximos, daqueles definidos pelo *Atlas*, de forma a unir ambos os estudos.

De todo modo, o *Plano de Paisagem Cultural* espanhol, é a abordagem mais próxima da *Análise de Caracterização da Paisagem* britânica e da *Caracterização Histórica da Paisagem*, pois, leva em consideração a percepção dos grupo sociais para a definição e descrição das paisagens culturais, bem como, também cita, que a participação cidadã deve ser um aspecto fundamental dentro do processo, de reconhecimento, valorização e no estabelecimento de propostas. Para isso, as metodologias propostas são as de consultas públicas, entrevistas e *workshops*, além de painéis expositivos, sendo necessário o envolvimento e a coleta de informações mesmo daqueles atores que discordem e tenham interesses divergentes, pois, é necessária “a diversidade das visões e percepções da população, da comunidade local, dos criados e dos detentores da paisagem, dos usuários, e dos que requerentes da paisagem”.¹⁵⁰

Em relação ao patrimônio industrial, o interesse em investigá-lo na Espanha surge por volta da década de 1980, de acordo com a *Asociación de Arqueología Industrial* (2018), quando começam a se realizar uma série de inventários e documentações a respeito do patrimônio que surgiu devido à Revolução Industrial no país, e que com o tempo, vinha desaparecendo, sem que se houvesse um registro de sua existência. Tal interesse cresceu com o tempo culminando na criação do *Plano Nacional de Patrimônio Industrial* no ano de 2001, pertencente a série de planos nacionais do patrimônio cultural espanhol, já citado anteriormente.

¹⁵⁰ Tradução nossa. MECD, 2018.

Para este *Plano*, ficou-se entendido, de acordo com o MECD (2018), que compõem o patrimônio industrial espanhol não só os bens móveis e imóveis, mais comumente valorizados, mas também toda “a paisagem no qual se inserem as relações industriais sobre as quais se estruturam, a arquitetura que o caracteriza, as técnicas utilizadas e seus procedimentos, os arquivos gerados durante seu período de atividade, assim como suas práticas de caráter simbólico”,¹⁵¹ mostrando assim que as interações entre homem-indústria, indústria-meio, são também importantes para serem estudadas, bem como a questão do patrimônio imaterial decorrente da industrialização.

Além disto, este *Plano*, buscou ampliar temporalmente a proteção do patrimônio cultural, até exemplos de bens mais recentes, pois, o que vinha se protegendo até então, constitui-se no que se pode dizer como bens pré ou protoindustriais, como salinas, moinhos, minerações arcaicas, valorizados por seus valores etnográficos e não por seus valores industriais.

¹⁵¹ Tradução nossa. MECD, 2018.

FIGURA 42 Localização da Paisagem minerária de Rio Tinto.

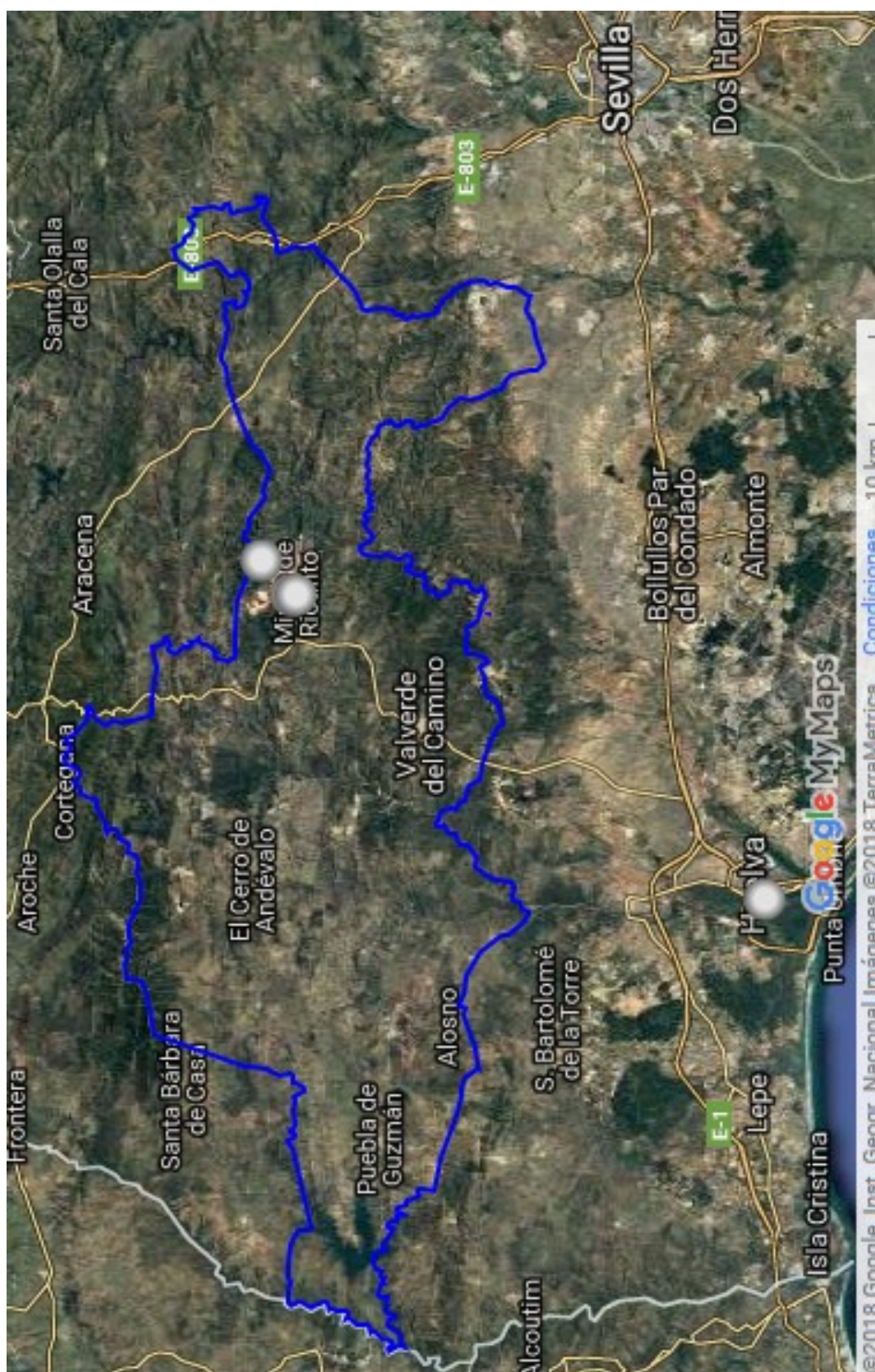
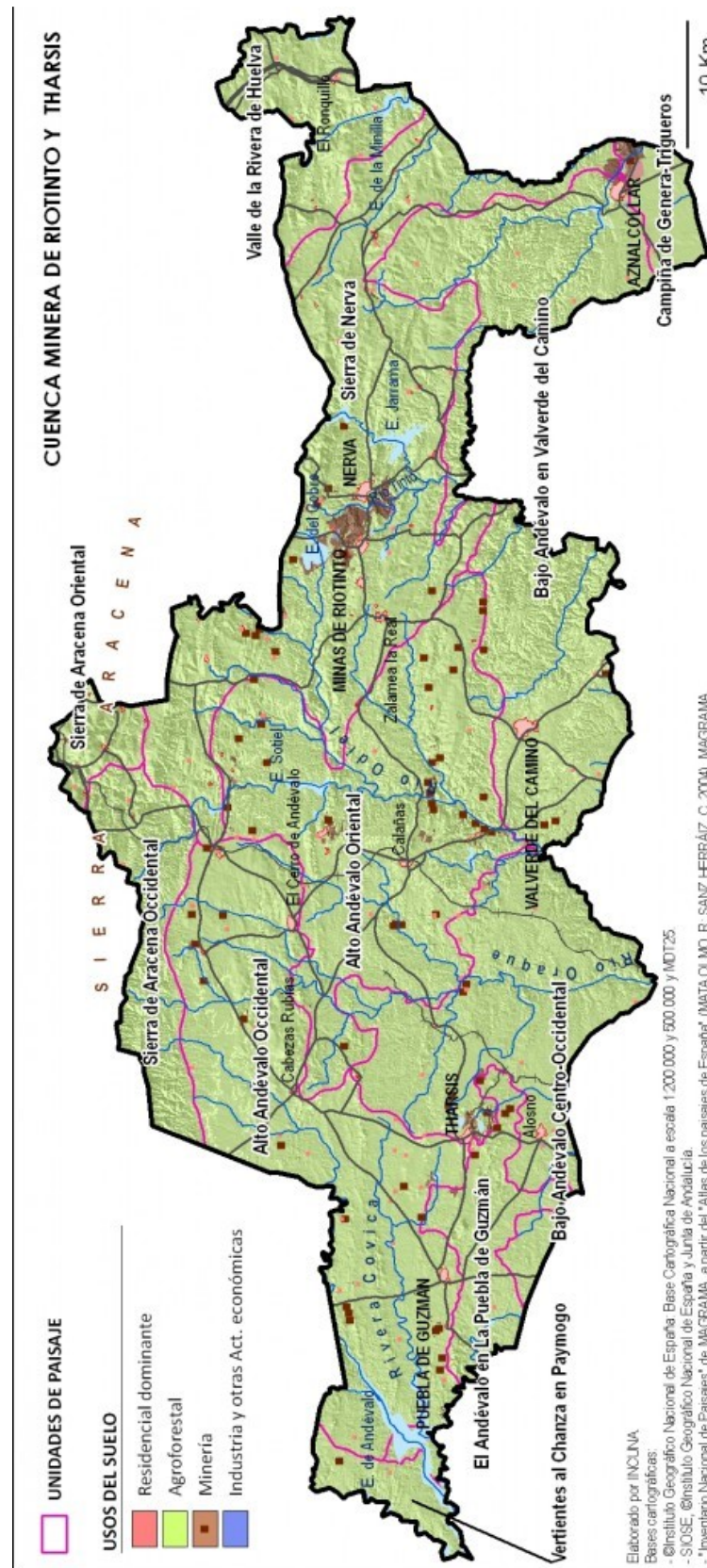


Foto: Google Earth, 2018, editado por INCUNA. Disponível em: <http://mineriayspaisaje.com/rio-tinto/>

FIGURA 43 Paisagem minerária de Rio Tinto classificada por suas unidades de paisagem do Atlas de paisagem espanhol



Fonte: INCUNA, s.d. Disponível em: <http://mineriaypaisaje.com/rio-tinto/>

FIGURA 44 Paisagem minerária de Rio Tinto classificada por seus tipos de paisagem do Atlas de paisagem espanhol

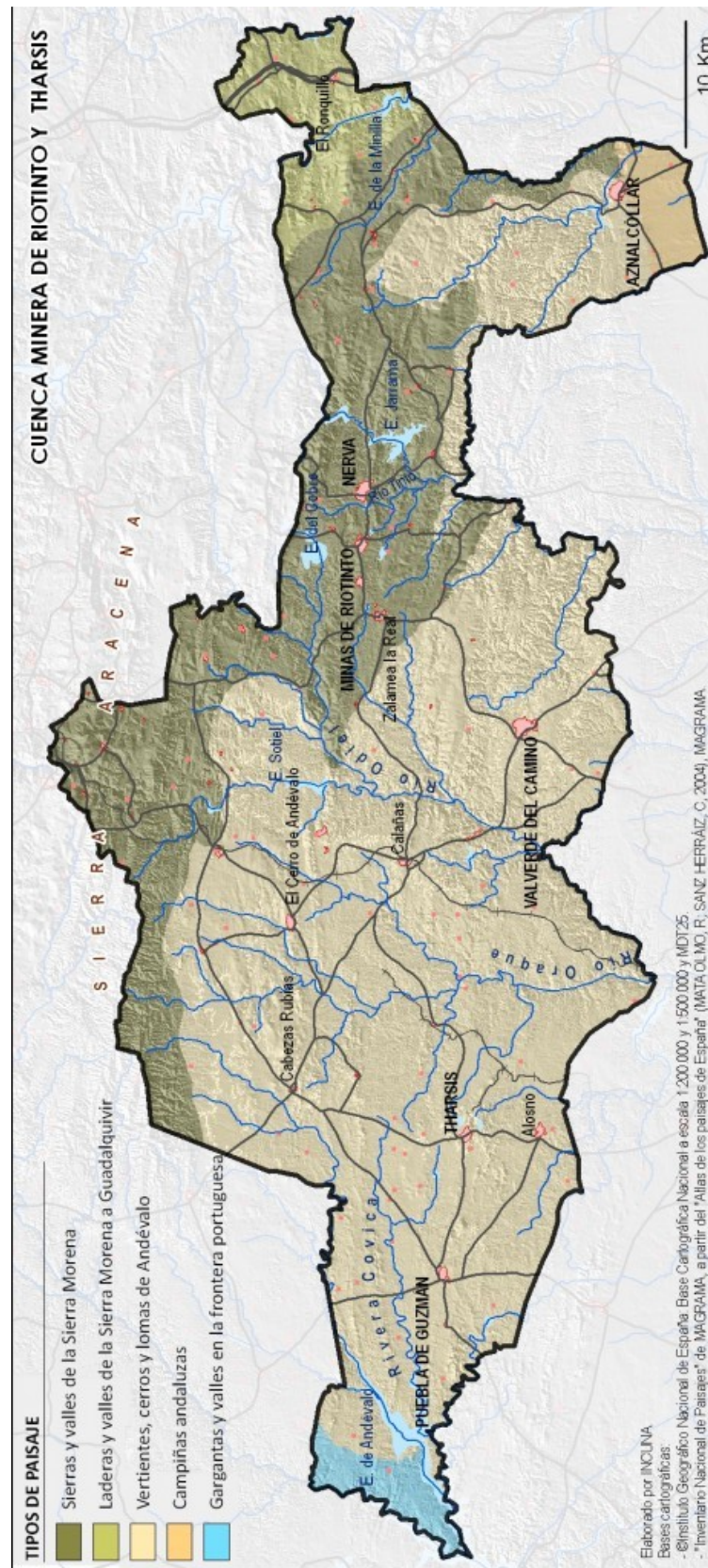


Foto: INCUNA, s.d. Disponível em: <http://mineriapaisaje.com/rio-tinto/>

Metodologicamente falando, o *Plano Nacional de Patrimônio Industrial*, possui cinco campos de trabalho para a análise e valorização dos bens de origem industrial: a paisagem industrial (seja urbana ou rural), o monumento, o artefato ou maquinário, o documento, e o “testemunho das formas de ver e compreender a vida nas atividades industriais”,¹⁵² e dentro de seus objetivos principais está a identificação das paisagens culturais industriais mais importantes do país, para que sejam elaborados planos de gestão e proteção em conjunto com os agentes locais para sua salvaguarda, pois, de acordo com o Anexo I de 2007 do *Plano Nacional de Patrimônio Industrial (2002)*, elas representam a expansão máxima do conceito de patrimônio, ao incorporarem a dimensão espacial e as relações entre homem e natureza, e neste caso, o homem representado pela sua criação: a indústria.

Ainda dentro do contexto de criação do *Plano Nacional de Patrimônio Industrial*, há que se destacar o trabalho do TICCIH¹⁵³, que no ano de 2003 lança em Moscou a Carta de Nizhny Tagil do Patrimônio Industrial, no qual reconhece os aspectos especiais que diferenciam este tipo de patrimônio. Sobre a atuação do TICCIH na Espanha, destaca-se a iniciativa do levantamento de uma mostra representativa do patrimônio industrial do país, cujo pesquisa resultou em uma publicação e um site sobre os “100 elementos do Patrimônio Industrial da Espanha”.¹⁵⁴

Quanto à lista do Patrimônio Mundial, a Espanha figura com três paisagens culturais, Aranjuez (inscrita em 2001), Serra de Tramuntana (inscrita em 2011) e Pireneus-Mont Perdu (inscrita em 1997), não possuindo nenhum caso de paisagem cultural industrial ou minerária nesta lista.¹⁵⁵ Mas, são vários os casos de reconhecimento nacional identificados a partir do *Plano Nacional de Paisagens Culturais* e pelo *Plano Nacional de Patrimônio Industrial*, como a Paisagem Industrial de Ojos Negros¹⁵⁶, a Paisagem Industrial de la Sierra Minera de Cartagena-La Unión¹⁵⁷, a Paisagem Minerária e fábrica de zinco de Arnao, a Paisagem Minerária do Vale do Turón, a Real Fábrica de latão de San Juan de Alcaraz, a Mina de La Jayona, a Paisagem das minas de sal de Cardona, a Paisagem Minerário de Cabarga, a Paisagem Minerária de Almadén, a Paisagem Minerária de Riotinto, o Conjunto minerário de

¹⁵² MECD, 2018.

¹⁵³ Comitê internacional para a conservação do patrimônio industrial.

¹⁵⁴ <http://www.100patrimonioidustrial.com/>

¹⁵⁵ Ver Apêndice A.

¹⁵⁶ MECD, 2015.

¹⁵⁷ MECD, 2015.

San Cristobal e Los Perules, o Povoado minerário de Fontao, a Paisagem das minas de chumbo de Bellmunt del Priorat, a Paisagem minerária de Val de Ariño e a Paisagem minerária de La Arboleda,¹⁵⁸ entre outros exemplos, totalizando 26 paisagens minerárias de acordo com o INCUNA.¹⁵⁹

Aqui, cabe destacar que também existem uma série de grupos de pesquisa e ONGs sendo criados e desenvolvidos pelo país para pesquisar a questão das paisagens e do patrimônio industrial, como os Grupo de Pesquisa *Nuevas Dimensiones del Paisaje Minero* e a *Fundação Miguel Aguiló* da Universidade Politécnica de Madrid¹⁶⁰, a *Fundação Sierra Minera* dos povoados que compõem a Serra Minerária de Cartagena – La Unión, além da plataforma online *Paisajes mineros de España*, pertencente a INCUNA - Asociación Arqueología Industrial, Patrimonio Cultural y Natural¹⁶¹.

FIGURA 45 Paisagem cultural do Pyrénées - Mont Perdu.

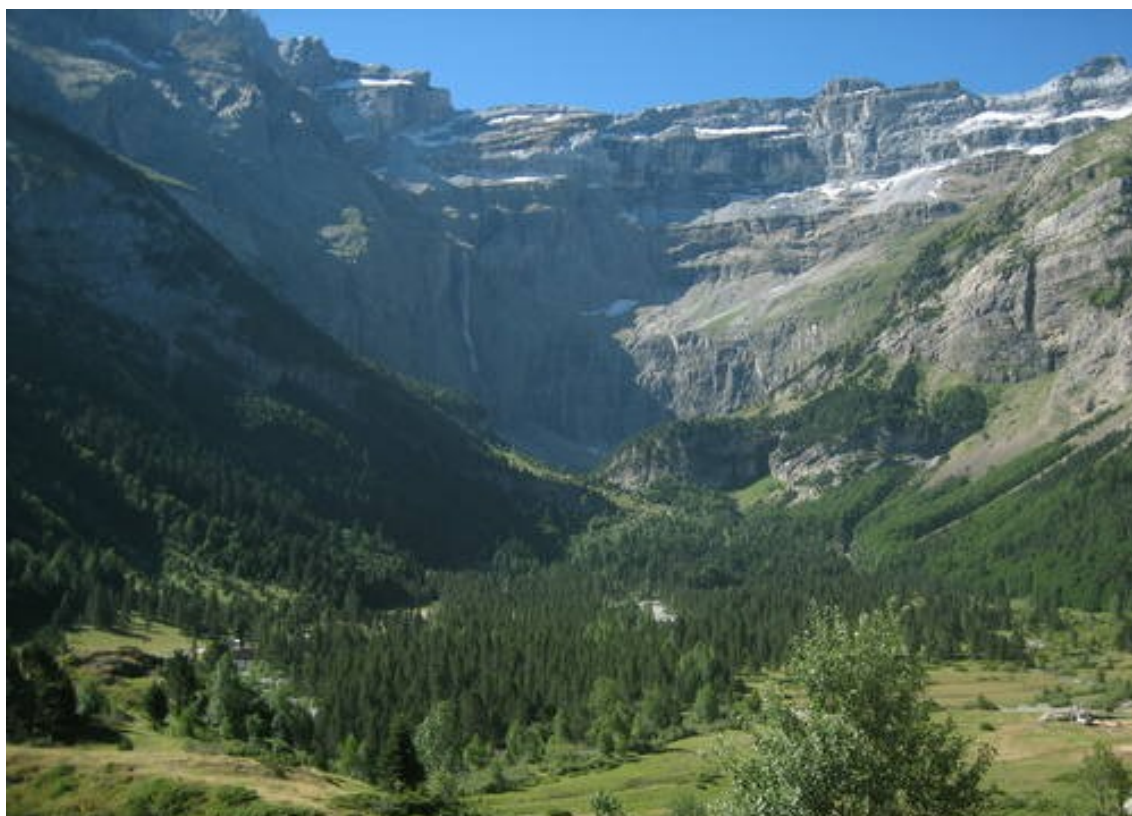


Foto: Junaid Sorosh-Wali/UNESCO, s.d. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/773/gallery/>

¹⁵⁸ TICCIH-ES, 2018.

¹⁵⁹ INCUNA, 2018.

¹⁶⁰ CASTRIOTA; MONGELLI, 2017, p.12.

¹⁶¹ <http://mineriaypaisaje.com>

FIGURA 46 Paisagem Cultural da Serra da Tramuntana



Foto: Marcos Molina/UNESCO Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1371/gallery/>

FIGURA 47 Paisagem Cultural de Aranjuez.



Foto: José Luis Municio/UNESCO, 2011 Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/1044/gallery/>

FIGURA 48 Paisagem minerária de Cartagena - La Unión.



Foto: TICCIH-ES, s.d. Disponível em <http://www.100patrimonioidustrial.com/Ficha.aspx?id=93>

FIGURA 49 Paisagem minerária do Vale do Ariño



Fonte: TICCIH-ES, <http://www.100patrimonioidustrial.com/Ficha.aspx?id=28>

FIGURA 50 Conjunto minerário de San Cristobal e Los Perules



Foto: TICCIH-ES, s.d. Disponível em <http://www.100patrimonioindustrial.com/Ficha.aspx?id=91>

FIGURA 51 Paisagem das minas de chumbo de Bellmunt del Priorat



Foto: TICCIH-ES, s.d. Disponível em <http://www.100patrimonioindustrial.com/Ficha.aspx?id=61>

3.2.3. Análise das experiências

Sobre os exemplos apresentados, vale ressaltar que foi dada maior ênfase a experiência britânica, pois, essa se estende desde a década de 1970 na elaboração de métodos de leitura, análise, caracterização e gestão da paisagem e do patrimônio industrial, enquanto a experiência espanhola se iniciou em nível nacional, quase 30 anos após a da Grã-Bretanha, não sendo possível assim, analisar e avaliar os métodos já aplicados e sua eficácia e adaptabilidade.

Sobre a experiência mais antiga, a britânica, observa-se que essa vem evoluindo e modificando-se com o tempo, de forma a se adaptar aos novos pensamentos e às políticas públicas em desenvolvimento no país. Ainda é válido citar que a Grã-Bretanha já tratava de suas paisagens muito antes do assunto vir à tona no WHC ou junto ao Conselho Europeu; enquanto a Espanha, podemos dizer que teve suas políticas públicas na área, criadas e desenvolvidas apenas após este incentivo externo.

4 PAISAGEM CULTURAL DE BENTO RODRIGUES

Estes lugares trazem vergonha para nós agora, por causa da crueldade e da futilidade dos eventos que ocorreram neles, assim como das ideologias que eles representam. No entanto, eles são cada vez mais considerados “patrimônios culturais”, muito longe da visão do patrimônio que prevaleceu até uma geração atrás, quando estávamos quase inteiramente preocupados com a proteção de belas e grandes criações do passado, reflexos do gênio criativo do homem, e não do seu reverso - o lado destrutivo e cruel da história. (LOGAN; REEVES, 2008).¹⁶²

A última parte deste trabalho, compreende a análise e caracterização de Bento Rodrigues e seu território expandido, através do conceito da paisagem cultural minerária, abordado ao final do primeiro capítulo deste documento. A maior parte dos dados e informações aqui encontrados surgiram em decorrência do grupo de pesquisa interdisciplinar da Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, que desde 2016 vem desenvolvendo uma série de trabalhos a respeito da área, desde estudos morfológicos urbanos à elaboração de uma Declaração de Significância do sítio e um estudo preliminar para um Dossiê de Tombamento da localidade. Através deste grupo de pesquisa, foi possível ter acesso à uma série de documentos e mapeamentos, além de áudios de grupos focais realizados com o grupo de “atingidos”, realizados para a elaboração dos documentos da Declaração de Significância e do Dossiê. Assim, se usará das mesmas fontes utilizadas para o desenvolvimento destes trabalhos citados, mas, realizando uma nova leitura da área a partir da questão da paisagem cultural.

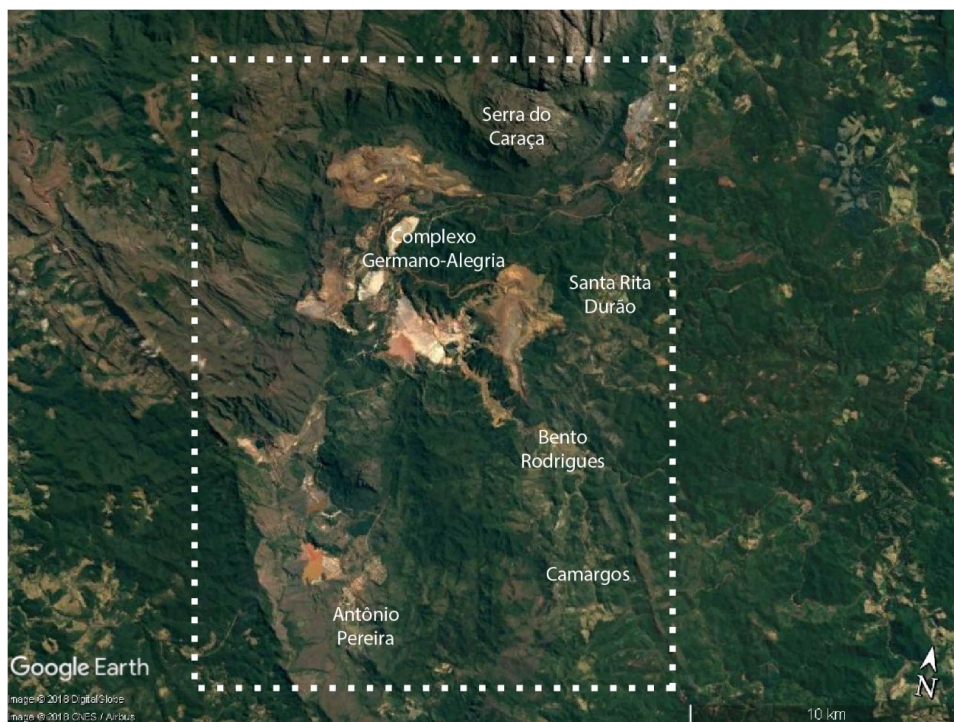
Metodologicamente, este trabalho seguirá o conceito de “paisagem cultural minerária” defendido no primeiro capítulo, e a abordagem de análise da paisagem baseada na experiência britânica (ENGLISH HERITAGE, 2004; TCA, 2018), juntamente com outras metodologias de abordagem de acesso à valores e à significância cultural de um bem, desenvolvidas pelo Getty Conservation Institute (MYERS, et al. 2010; MYERS, et al. 2016); pois, entende-se que ambas as metodologias possuem base teórica similar, principalmente, por focarem na questão dos valores da paisagem, seus significados e a necessidade do envolvimento dos atores nos diversos níveis do trabalho. Sobre este aspecto, é importante ressaltar que não houve envolvimento dos “atingidos” diretamente com este trabalho, sendo então a leitura da paisagem baseada na interpretação de suas falas, encontradas em diversas

¹⁶² Tradução nossa.

publicações, além das opiniões contidas nos áudios dos grupos focais, bem como baseada na interpretação das falas e percepções de outros grupos de atores (empresas, órgãos de preservação, órgãos administrativos, etc.), das quais se teve acesso através das mídias e de eventos.

Importante ressaltar que a Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, corresponde territorialmente a uma porção maior do que apenas o território relativo ao povoado devastado pelo desastre tecnológico¹⁶³, pois, acredita-se que é necessário para sua análise e caracterização, acrescentar os territórios adjacentes à localidade, que possuem influência direta sobre a paisagem bentorodriguense de hoje, bem como sua com sua formação histórica, como os territórios hoje ocupados pelo Complexo Minerário Germano-Alegria, os povoados de Santa Rita Durão, Antônio Pereira e Camargos, e a Serra do Caraça. Além disso, há que se levar em conta que todo o território é paisagem cultural, devendo ele ser analisado por inteiro. Mas, devido ao recorte das fontes de dados desta pesquisa, optou-se por classificar toda a região delimitada para este estudo com as unidades de paisagem, mas, caracterizar apenas algumas, sendo as demais apenas nomeadas a partir de seus caracteres.

FIGURA 52 Território analisado da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues



Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.

¹⁶³ Ver nota 4, página 14.

Assim, a análise de caracterização da paisagem cultural minerária de Bento Rodrigues foi dividida em duas etapas: primeiramente, um breve histórico da região, buscando contextualizar de forma geral o surgimento e ocupação da área e seu desenvolvimento ao longo do tempo, até culminar na paisagem cultural como descrita hoje; e posteriormente, a análise e caracterização da paisagem cultural geral e em unidades de paisagens, realizando para cada uma destas unidades a descrição das características naturais, culturais e sociais da paisagem, a partir da combinação da análise de mapas históricos e de análises geomorfológicas; a descrição dos valores e significados culturais das unidades da paisagem, carâteres, interações, vulnerabilidades e forças de mudança.

4.1. Metodologia de análise e caracterização da paisagem

4.1.1. Caracterização da paisagem

A caracterização da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues foi realizada através da classificação da área estudada em três escalas de paisagem, a partir de como a paisagem é “lida” hoje, sendo estas escalas:

- as “unidades de paisagem”, a menor divisão possível da paisagem, identificada a partir de seu caráter mais expoente;
- os “grupos de paisagem”, agrupamentos de unidades de paisagem organizados a partir de valores ou características comuns; e
- as “tipologias de paisagem”, sendo essa uma classificação intermediária entre as duas escalas anteriores.

Quanto aos grupos de paisagem, eles foram definidos a partir do cruzamento de dados dos usos da terra (industrial, rural, urbano, natural) com o mapeamento dos sítios arqueológicos e pontos de interesse socioculturais e as formações geomorfológicas. A partir deste cruzamento de dados, chegou-se a seis grupos de paisagem, sendo eles: Sítio Arqueológico, Assentamento, Industrial, Formação Geomorfológica, Rural, Natural, ao qual foi acrescentado o grupo Desastre Tecnológico, que é compreendido por territórios relacionados ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão.

O primeiro grupo de paisagem compreende áreas onde existem sítios arqueológicos registrados, nos quais os outros usos da terra não se sobrepõem à esta característica. O grupo Assentamento é compreendido por áreas de aglomerações humanas, desde metrópoles à pequenas aglomerações, como povoados e vilas, não incluindo aqui edificações rurais isoladas, que se classificariam no grupo Rural, juntamente com áreas de plantações e pastagens. No grupo Industrial, classificam-se áreas de mineração, de complexos fabris, bem como as áreas onde localizam-se barragens de rejeitos e/ou outros tipos de depósito de

materiais. No grupo Formação Geomorfológica incluem-se áreas de serras, picos e montanhas que, em muitos casos, configuram marcos¹⁶⁴ da paisagem e que se diferem do grupo Natural, por serem identificadas por estas formações, como seria o caso da Serra do Caraça versus uma área de mata nativa num fundo de vale. Por fim, o grupo Desastre Tecnológico compreende as áreas que poderiam ser classificadas em quaisquer um dos outros grupos, mas que possuem como diferencial dos demais o fato de terem sido atingidas pela lama de rejeito de minério, proveniente do rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

Já a classificação por tipologias de paisagem compreende um agrupamento a partir de características em comum de certas áreas, dentro de seus grupos de paisagem. Esta classificação se torna útil para que, em etapa posterior, facilite a elaboração de diretrizes de gestão para regiões que possuem características comuns como, por exemplo, áreas de barragem de rejeitos, que são uma tipologia do grupo Industrial ou assentamentos do Ciclo do Ouro, que são uma tipologia dentro do grupo Assentamento. É válido ressaltar que os Grupos de paisagem devem ser definidos previamente ao início do trabalho, sendo variáveis de acordo com o objetivo final do trabalho. Quanto as tipologias, estas surgem a partir dos estudos da área e dos caracteres comuns que vão sendo encontradas a partir da leitura e análise da paisagem atual.

Quanto às unidades de paisagem, essas são definidas a partir de seus caracteres únicos. Suas bordas se definem a partir do cruzamento de todos os mapeamentos previamente realizados, como os já citados, usos da terra, formações geomorfológicas, pontos de interesse sociocultural, sítios arqueológicos, topografia e hidrografia, etc. acrescida à questão da percepção dos grupos sociais relacionados com a região. Sua delimitação, bem como sua nomeação, são diretamente relacionada com como e até onde os grupos sociais identificam aquela porção de paisagem através de sua toponímia, por exemplo, e das relações e valores que atribuem à ela. No total, foram identificadas 34 unidades de paisagem na região, divididas nos sete grupos de paisagem já citados.¹⁶⁵

¹⁶⁴ De acordo com Lynch (2011) os marcos são um tipo de referência no espaço na qual o observador é externo a ela. São elementos geralmente “distantes, tipicamente vistos de muitos ângulos e distâncias, acima do ponto mais alto de elementos menores e usados como referências radiais.” Lynch fala ainda sobre a importância desses referenciais na paisagem e no papel social que desempenham, e de como a paisagem é parte integrante das culturas, e cita casos em que os grupos sociais possuem forte ligação com a terra, trabalhando, criando e interagindo diretamente com a natureza, possuindo grande identificação com seu meio e relutando em deixá-lo, pois este “representa a continuidade e estabilidade num mundo incerto”.

¹⁶⁵ Ressalta-se que as demarcações das unidades de paisagem não são tão precisas, pois foram geradas a partir de mapas em escalas muito grandes e, quando ampliados diversas vezes perdem parte da informação e da precisão. Em uma experiência posterior recomenda-se a utilização de dados georreferenciados para a criação dos mapas.

Além disso, este trabalho tem caráter experimental, como exercício acadêmico, não devendo, portanto, ser considerado como documento oficial e sim material de consulta metodológica, subsidiando futuras caracterizações da paisagem que deverão ser feitas por equipe interdisciplinar, envolvendo os atores durante todo o processo

Faz-se necessário esclarecer que, apenas algumas unidades de paisagem foram caracterizadas devido ao recorte realizado a partir da escolha das fontes de pesquisa e das possibilidades encontradas. Uma caracterização geral demandaria maior pesquisa de campo, documental, e conseqüentemente envolvimento de mais atores no processo. O trabalho realizou uma etapa inicial de estudos, sendo necessário depois de sua realização, retornar a campo para validar as informações coletadas junto aos atores e, posteriormente, elaborar um plano de gestão ou adaptar a caracterização para a criação de políticas públicas voltadas para a paisagem analisada.

4.1.2. Caracterização das unidades de paisagem

A partir da delimitação das unidades de paisagem, estas foram caracterizadas em fichas síntese, baseadas na metodologia britânica de caracterização da paisagem previamente citada. Tais fichas são divididas nos tópicos: Categorização, Descrição, Processo histórico, Elementos típicos, Interações com outras unidades, Valores, Forças de mudança e Vulnerabilidades e Representações. Cada item será abordado a seguir, explicando o que este representa e qual o método utilizado para acessar tal informação.

4.1.2.1. Categorização

A categorização da unidade da paisagem se dá através dos três níveis de paisagem previamente explicados, sendo necessário classificar primeiro qual seu grupo e sua tipologia, para posteriormente nomear a unidade de paisagem. Esta nomeação se dá a partir de seu caráter principal, geralmente sendo a toponímia daquele lugar. Unidades são únicas e, portanto, seus nomes não devem se repetir.

4.1.2.2. Descrição

A descrição da unidade de paisagem compreende em uma descrição narrativa, quase literária, das percepções sensoriais que a unidade transmite. Devem ser citadas cores, cheiros, sons, entre outras características, de modo que alguém que leia tal descrição consiga imaginar como é aquela paisagem e algumas das sensações que ela transmite. Tal descrição deve basear-se nas percepções dos atores envolvidos e narrar como a paisagem é no momento presente. É importante que a descrição não faça julgamentos e tente retratar a realidade de forma neutra.

4.1.2.3. Processo histórico

Neste item é feita uma pequena descrição dos processos históricos que formaram aquela paisagem, devendo conter apenas seus processos formativos fundamentais, como eventos marcantes, desde que estes sejam elementos chave na atribuição de valores à unidade de paisagem descrita.

4.1.2.4. Elementos típicos

Este item consiste na enumeração dos elementos caracterizadores da unidade que está sendo descrita. Podem ser elementos visuais, auditivos, olfativos, sociais, naturais, entre outros; elementos que são lembrados de imediato quando se pensa sobre aquela unidade de paisagem, aquilo que vem à memória quando se é perguntado sobre o lugar.

4.1.2.5. Interações com outras unidades

Este item consiste na descrição de interações que ocorrem na referida unidade para com outras unidades próximas. Descreve-se com quais outras unidades ela mantém relações harmônicas ou é afetada por, ou é dependente, etc... e como estas interações se dão.

4.1.2.6. Valores

Como sabemos, a questão a respeito dos valores de um bem, seja ele um local, uma zona, um edifício ou outro tipo de obra construída, é iniciada a partir do texto de Aloïs Riegl de 1903 *O culto moderno dos monumentos* (2016), que nos apresenta aos valores por ele identificados aos bens de interesse cultural, como o valor histórico, o valor de rememoração, o valor de anciandade e o valor de contemporaneidade, bem como à divisão dos monumentos entre intencionados (*Denkmale*) criados com a função de rememorar fatos, pessoas ou momentos históricos, e os monumentos históricos, que em oposição aos primeiros, são não-intencionados, ao adquirirem seus valores de reconhecimento com o tempo, não tendo sido criados com propósitos específicos, como já abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Esta discussão, retomada na década de 1980 através da *Carta de Burra* (2013), nos trará a questão da significância cultural, que diz que a significância “designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras”. Posteriormente, lidam com o tema o *Getty Conservation Institute* em *Assessing the Values of Cultural Heritage: research report* (2002), o *English Heritage* em *Using Historic Landscape Characterisation* (2004) e o guia *Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collection* (2009), elaborado pelo Comitê de Patrimônio da Austrália.

No texto *Assessing the Values of Cultural Heritage: research report* (2002), Randall Mason nos diz que os valores em geral são utilizados em dois sentidos: “primeiro, como moral,

princípios ou outras ideias que sirvam como guias para as ações (individuais ou coletivas); e segundo, como referência as qualidades e características observadas nas coisas, em particular as características positivas (atuais e potenciais)”.¹⁶⁶ Tal perspectiva possui uma visão antropológica de análise do bem, e serve como forma de analisar de maneira mais ampla os processos de atribuição de valores ao bem, em oposição a opinião vigente no campo do patrimônio de análise, que privilegia os valores artísticos e históricos sobre os demais, assim como as questões da autenticidade e integridade.

Ken Taylor em seu texto *Reconciling Aesthetic Value and Social Value: Dilemmas of Interpretation and Application* (1999), traz pontos relevantes à discussão da adoção da metodologia a respeito dos valores, ao dizer que nesta prática, adotada a partir da visão australiana da *Carta de Burra*, a conservação se foca nos lugares¹⁶⁷, ao invés dos sítios, edificações ou monumentos intencionados. A mudança na ênfase dada pela *Carta de Veneza* (1964), em direção ao conceito mais abrangente da significância cultural, marca uma mudança de atitude, que culminou na criação da tipologia de paisagem cultural no início dos anos 1990. Mais do que “pontos isolados num mapa”, os lugares do patrimônio devem ser vistos inseridos em seu contexto cultural, junto tanto de seus valores sócio históricos, quanto do simbolismo gerado por sua forma física. Taylor ainda coloca em debate a dificuldade da questão da diferenciação entre os termos “*intactness*” e “*integrity*” na conservação de um bem a partir do momento em que este é analisado não apenas pelos valores históricos e estéticos, e como visto no segundo capítulo, acabam por se tornar obsoletos na questão da análise de paisagens culturais, sendo substituídos por outros tipos de classificação, como fragilidade e capacidade, como ocorre com as paisagens culturais britânicas.

A respeito disto, o *English Heritage* (2004) coloca que muitas vezes a autenticidade de um lugar, reside na realidade, na mudança como resultado da evolução da sociedade e da ligação com as pessoas com a paisagem. A autenticidade já não se trata de um valor fixo do passado, mas está condicionada, neste caso, a uma contínua atribuição de significado, e consequente apropriação, pela sociedade de determinada paisagem.

¹⁶⁶ Tradução nossa.

¹⁶⁷ De acordo com a geografia humanista, o lugar poderia ser definido mais como uma experiência em relação ao espaço, do que simplesmente uma concepção relacionada a localização, sentido utilizado principalmente pelo senso comum. Através das relações intersubjetivas entre o sítio (*site*), com o seu entorno (*environs*) e da ligação do indivíduo com este, se dá o lugar, ele é o espaço vivido, possuindo personalidade e sentido (HOLZER, 1999).

Tendo isto em mente, o primeiro trabalho de *Caracterização Histórica da Paisagem*, realizado na Grã-Bretanha, sobre a paisagem cultural de Cornwall¹⁶⁸ vem trabalhar com a idéia de quatro tipologias de valores, sendo eles os valores:

- Indicial, depende de evidências físicas (ex. sítios arqueológicos, escritos, pinturas antigas, etc...);
- Histórico, podendo ser ilustrativo ou associativo, sendo ele independente de evidências físicas;
- Comuns, divididos em valor social (sociabilidade, identidade), comemorativo ou simbólico;
- E Estético, podendo ser de design (esforço artísticos) ou relativo (assim como em Riegl, é o valor estético que “emociona” a pessoa, ou o que em muitas vezes faz com que a pessoa sinta que parece ser algo harmonioso).

A respeito do valor histórico, alega-se que este valor é dependente da experiência direta com o tecido e de como a paisagem sobreviveu do passado, não sendo tão facilmente reduzido por uma mudança ou uma substituição parcial física, como ocorre com o valor indicial. Este valor só é prejudicado na medida em que as mudanças da paisagem ocultem ou os oblitere, tornando-os ilegíveis, embora a completude da paisagem ainda reforce o valor histórico ilustrativo.

Sobre os valores comuns, cita-se que estes estão diretamente relacionados às memórias que as pessoas possuem em comum a respeito da paisagem, sendo um valor entre o valor histórico e o valor estético, porém, com aspectos específicos ditados principalmente pela questão da percepção e das associações emocionais das pessoas para com esta paisagem. Estes valores ainda não costumam ser facilmente identificados por aqueles que o compartilham, muitas vezes vindo à tona apenas quando o lugar sofre alguma ameaça ou está em risco.

Mas, mesmo que este trabalho leve em conta a metodologia britânica de caracterização da paisagem, os valores que serão utilizados para a análise, serão aqueles contidos na primeira versão da Carta de Burra (2013) (os valores estético, histórico, científico e social), acrescidos do valor econômico, como no caso de Jarash, desenvolvido pelo *Getty Conservation Institute*¹⁶⁹. Tal escolha foi realizada pois, acredita-se que os valores da Carta de Burra são mais difundidos e associados pela academia, sendo melhor compreendidos. Ainda, acredita-

¹⁶⁸ CORNWALL COUNTY COUNCIL, 2008, p.3.

¹⁶⁹ MYERS, D.; SMITH, S. N.; SHAER, M. 2010.

se que não há necessidade de separar o valor espiritual do social, como a versão de 1999 e 2013 da Carta fazem. Além disso, julga-se muito importante incorporar a questão do valor econômico, visto que, um dos grandes fatores de atrito entre os atores, principalmente no caso de Bento Rodrigues, são relacionados à questão econômica das paisagens.

A partir disso, compreende-se que o valor estético esta relacionado às percepções sensoriais que a experiência do lugar proporciona, isto é, como “respondemos aos aspectos visuais e não visuais, como sons, cheiros, e outros fatores que impactam os sentidos humanos, sentimentos e atitudes”.¹⁷⁰ Enquanto o valor histórico, mais facilmente reconhecido, se relacionará à todo tipo de associação que se possa fazer com a história, seja a partir da associação do bem/lugar com eventos ou mesmo pelas evidências que existam de tempos passados. Já o valor científico esta relacionado com as possibilidades que o lugar possui em transmitir conhecimento, seja de forma direta ou fornecendo possibilidades de investigação, como sítios arqueológicos. Quanto aos valores sociais, referir-se-á às associações que certos grupos sociais ou culturais possuem com o bem/lugar, e os significados que estes o atribuem, quanto aos valores intangíveis e significados que um bem/lugar evoca, que são relevantes para a formação da identidade espiritual ou para os valores tradicionais de um determinado grupo social. Por fim, o valor econômico é facilmente compreendido, a partir do momento em que os atores atribuem à paisagem (ou outro tipo de bem) valores financeiros, utilizando-se da paisagem ou bem, como fonte de capital, direta ou indiretamente.

Para acessá-los foi utilizado o material didático do caso de Jarrash, que nos apresenta a uma metodologia bastante simples no qual são explicados quais são os valores à um grupo e posteriormente cada membro do grupo deve responder à um questionário dizendo o que para ele representa cada um daqueles valores. Posteriormente as respostas são comparadas e discutidas, chegando-se à uma resposta consensual final. Tal método foi aplicado junto ao grupo que elaborou o Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues e os resultados da atividade foram utilizados para este trabalho. Ressalta-se aqui, que muitas das descrições dos valores referem-se a uma análise e percepção desta autora, portanto, não representam em sua totalidade os valores que seriam identificados a partir da participação de outros grupos de atores nas atividades de análise e caracterização da paisagem.

¹⁷⁰ AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p.3

4.1.2.7. Forças de mudança e vulnerabilidades

Neste item é realizada a descrição das forças de mudança e vulnerabilidades as quais a unidade de paisagem descrita está susceptível, sendo definidas através da interação com as outras unidades, com os riscos e problemas encontrados internamente à unidade. Também se classificam como vulnerabilidades os conflitos existentes entre os atores envolvidos e os problemas relacionados à existência ou ausência de legislação e/ou políticas públicas que tornam susceptível o desaparecimento e/ou mudança da unidade, de forma que se alterem os valores atribuídos à unidade.

4.1.2.8. Representações

Por fim, o item de representações consiste, como o próprio nome já diz, em representações, sendo elas preferencialmente imagens e/ou vídeos, não descartando textos como poemas e relatos de viajantes, por exemplo, que ilustrem a unidade que está sendo caracterizada, como ela se encontra hoje.

4.2. Análise e caracterização da paisagem

4.2.1. Histórico

A história de formação dos primeiros núcleos urbanos do Estado de Minas Gerais e principalmente aqueles inseridos no Quadrilátero Ferrífero, está fortemente ligada à exploração minerária e à siderurgia na região, o que faz com que estejam sempre suscetíveis as transformações exigidas por essa indústria e seus impactos na paisagem e no território. O Quadrilátero Ferrífero (FIGURA 53) é uma região no centro do Estado de Minas Gerais com em torno de 7200km²,¹⁷¹ explorada mineralmente há quase 300 anos, sendo uma das grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico e pela ocupação do território da região ao longo dos anos, sendo também palco de intensos processos de disputa territoriais, ocasionados pelas mesmas empresas que proporcionaram seu desenvolvimento urbano e econômico.

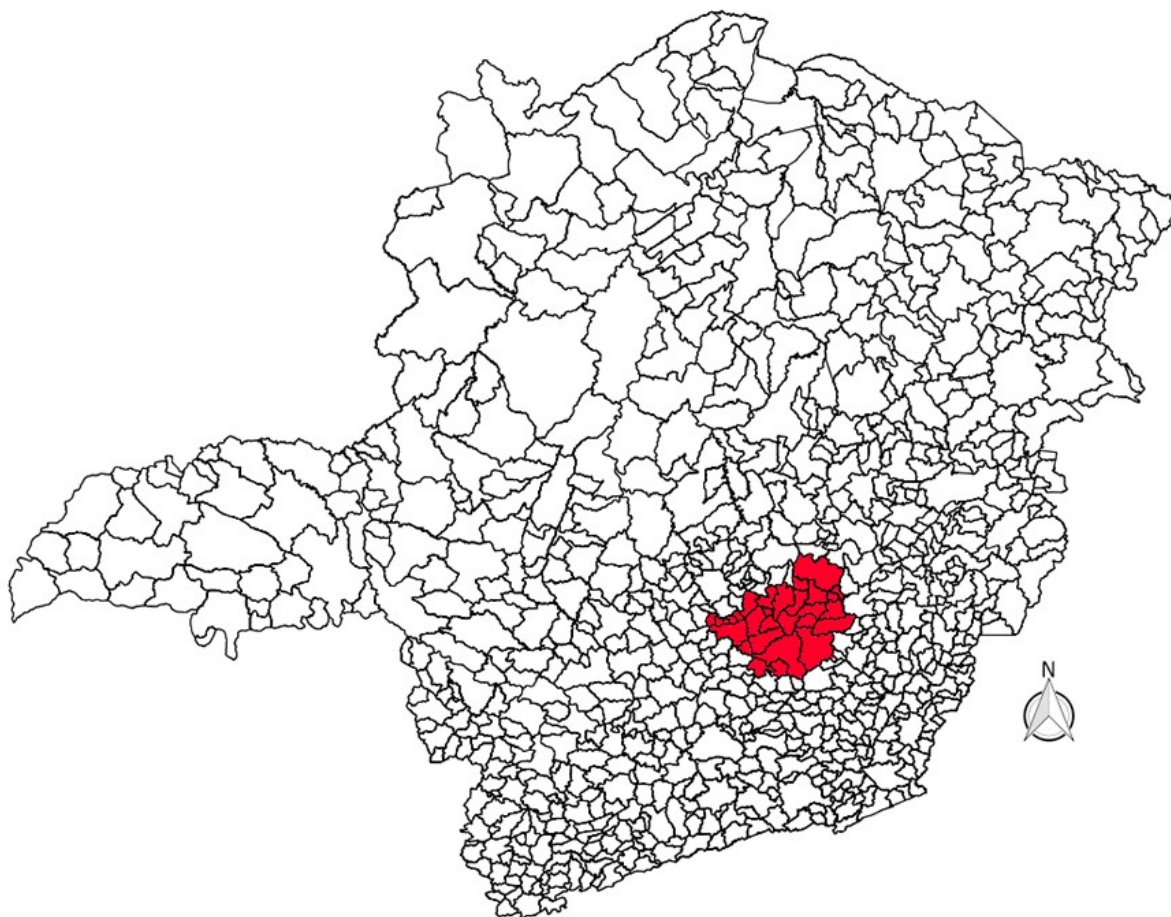
De acordo com Milton Santos (2008), existem cinco períodos históricos importantes dentro do contexto do desenvolvimento do comércio e da indústria em nível internacional, que definiram como a sociedade mudou o espaço dentro da sociedade ocidental, sendo eles:

¹⁷¹ CPRM, 2007.

I-O período do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620). II- O período manufatureiro (1620-1750). III- O período da Revolução Industrial (1750-1870). IV- O período industrial (1870-1945). V- O período tecnológico. (SANTOS, 2008, p.38.)

Para o autor, os períodos compreendidos pelo comércio em grande escala, o industrial e o tecnológico, foram aqueles que causaram a mais profunda transformação espacial nos países desenvolvidos. Porém, há que se ressaltar a importância do período II (1620-1750) como intenso modificador espacial dentro do contexto da região em estudo, visto que é neste período que iniciasse a ocupação do espaço através da corrida minerária pelo ouro, e o período seguinte, III, quando há o exaurimento das minas de ouro acarretando no esvaziamento dos núcleos mineiros e seu conseqüente declínio.

FIGURA 53 Quadrilátero Ferrífero - Minas Gerais



Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do Mapa político de Minas Gerais, IBGE, 2015.

Os períodos I e II, são, de acordo com Santos (2008), uma fase na qual o “espaço produtivo ainda está extremamente relacionado com as possibilidades diretamente oferecidas pelo meio natural”, mas, ele não é necessariamente o fator determinante. Já nos períodos seguintes (períodos III e IV), a evolução dos meios de produção e das tecnologias disponíveis possibilitou que o espaço produtivo se desvinculasse em parte dos fatores naturais, através

da criação dos canais de comunicação à distância, das estradas de ferro e de rodagem, entre outros. Sendo no caso dos países subdesenvolvidos, reconhecível nitidamente a separação entre “espaços de produção, isto é, campos cultivados, zonas de mineração e espaços de consumo, representados essencialmente pelas cidades”¹⁷². Enquanto que, na fase atual (período V), para o autor, todos os espaços podem ser compreendidos como espaços de produção e de consumo.

Quanto ao território compreendido pela Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, não há muitos registros de sua ocupação durante o período compreendido por Santos como do “comércio em grande escala” (período I), pois, durante este período (1500-1620), o Brasil, recém “descoberto”, vivia os ciclos econômicos do Pau-Brasil e da Cana-de-Açúcar, estando a ocupação do território brasileiro, por parte dos europeus, concentrada na costa. Segundo José,¹⁷³ a região de Bento Rodrigues, nesta época, seria possivelmente ocupada por integrantes dos grupos indígenas Cataguás e Guarachués, do tronco linguístico *Jé*, que posteriormente seriam dizimados e expulsos de seus territórios, além de serem usados como mão de obra escrava num primeiro momento da exploração minerária da região.

Em relação aos primeiros registros de ocupação do território de Bento Rodrigues, eles datam de entorno de 1690, quando o bandeirante paulista homônimo, em busca do ouro recém descoberto nas Minas Gerais, se aventurou através da região junto à bandeira de Pe. João de Faria Fialho, e após esta se estabelecer próxima ao Ribeirão do Carmo, resolveu seguir viagem e se fixar as margens de um riacho há algumas léguas de distância. O primeiro relato da ocorrência de atividade mineradora na região data de 1697, transcrito por Barbosa (1979) no *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, trata a localidade como “famoso arraial, centro de mineração”.

Uma destas [bandeiras] descobriu e socavou o ribeirão que se chamou Bento Rodrigues, nome do cabo, de tanta grandeza, que tiraram nele bateiadas de 200 e 300 oitavas, sendo a pinta geral de duas a três oitavas e foi tanta a gente que concorreu, que, no ano de 1697, valeu o alqueire de milho sessenta e quatro oitavas e o mais na proporção. (BARBOSA, 1979, p.69)

No que se refere aos povoados vizinhos, Camargos, Antônio Pereira e Santa Rita Durão, citados pelo mesmo autor, esses também têm sua fundação entre os anos de 1690-1700. A respeito do primeiro, Camargos, consta no “Livro de Lotação das Freguesias e Bispados”,

¹⁷² SANTOS, 2008, p.56.

¹⁷³ José 1965, p. 19 e 28 apud MOURA, 2009, p. 6

citado por Barbosa (1979), a existência da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Camargos entre os referidos anos, sendo sua origem ligada ao bandeirante Tomás Lopes de Camargo, que também pertencia a bandeira de Pe. João de Faria Fialho.

Já Antônio Pereira se constituiu a partir da fixação do bandeirante Antônio Pereira Machado nas terras à beira do Ribeirão do Carmo, as quais deu o nome de Bonfim do Mato Dentro, permanecendo ali até 1703. Ali foram abertas numerosas minas, como as de Romão, Mata-mata, Macacos, Capitão Simão, Fazenda do Barbaçal, Mateus e da Rocinha, sendo a fundação de sua primeira igreja, Nossa Senhora da Conceição da Lapa (conhecida atualmente como Igreja Queimada), em 1716, curada como igreja matriz em 1720 e colativa em 1752.¹⁷⁴

Quanto à Santa Rita Durão, esse tem seu início a partir da fixação do bandeirante Salvador Faria de Albernás em 1702, quando se descobriu ouro na região, conhecida à época como Inficcionado.¹⁷⁵ O povoado ganha sua primeira igreja entre os anos de 1702 e 1707, pois consta neste último ano, a criação da paróquia do Inficcionado, citada no Dossiê de tombamento desse núcleo histórico, elaborado pelo Prefeitura de Mariana no ano de 2009.¹⁷⁶

Em relação à Bento Rodrigues, sua primeira capela, a Capela primitiva de São Bento, data de 1718 de acordo com Barbosa (1979), já num período em que o ouro de aluvião começa a dar seus primeiros sinais de esgotamento, fazendo com que se iniciasse um processo de decadência do jovem arraial, começando pelo rebaixamento da Paróquia de Bento Rodrigues ao status de capela curada em 1721, passando então a ser subordinada à de Catas Altas. Além disso, uma série de revoltas contra as mudanças na forma de cobrança dos impostos através dos quintos, a proibição da circulação de ouro em pó, a criação das casas de fundição, entre outros motivos como relatado por Sylvio de Vasconcellos (1977), auxiliaram no processo. Data da mesma época a descoberta dos diamantes na região do Serro e Diamantina, surgindo como um novo vetor de crescimento urbano e acarretando num consequente esvaziamento da Comarca de Vila Rica. Devido à esses motivos, muitos mineiros passam então a se dedicar à lavoura, para abastecer principalmente a cidade de Mariana, Sede do primeiro Bispado da Capitania. A lista¹⁷⁷ dos 35 homens relacionados em 1777 na 6ª Companhia do Regimento Auxiliar da Cidade de Mariana em Bento Rodrigues

¹⁷⁴ BARBOSA, 1979.

¹⁷⁵ O nome pode referir-se tanto a baixa qualidade do ouro encontrado na região, quanto ao grande número de desordeiros que habitavam a região, segundo Barbosa (1979).

¹⁷⁶ MARIANA, 2009.

¹⁷⁷ Lista das companhias do... 1777.

comprova tal fato. Destes, há uma predominância entre os proprietários de roças (17) (dos quais seis também declaravam possuir lavra), perante aos demais ofícios registrados como: pedreiro, alfaiate, carpinteiro, celeiro, comerciantes e mineiros.

FIGURA 54 Carta da Capitania de Minas Gerais entre o Rio Paraopeba e Ribeirão do Carmo, elaborada por Padre Diogo Soares (1684-1748) em 1734/1735. É possível visualizar os nomes dos povoados de (Ribeirão do) Carmo (atual Mariana), Camargos, Bento (Rodrigues), Inficionado e Antônio Pereira.



Fonte: Rede Memória, 2018, recorte feito pela autora. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/123456789/301451>

O período III de Santos¹⁷⁸, compreendido pela Revolução Industrial na Europa é marcado pela vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808, e pelo exaurimento das minas de ouro em Minas Gerais no final do século XVIII, possibilitando o surgimento dos primeiros empreendimentos siderúrgicos e de exploração do minério de ferro no Estado, liberados através de uma série de decretos durante o reinado de Dom João VI, por influência de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, que visava o desenvolvimento econômico do país.

¹⁷⁸ SANTOS, 2008, p.38.

Em um contexto geral, em relação ao Quadrilátero Ferrífero, quanto à mineração do ferro, ela se inicia em diversos pontos do Estado, geralmente próximo às localidades que já exploravam o ouro. De início, apenas com empresas familiares e de maneira desorganizada, e, a partir das publicações das Cartas Régias de Dom João VI e seus incentivos à indústria nacional, essa exploração se torna mais expressiva, com a vinda de empresas de capital estrangeiro, principalmente inglesas e belgas, que já possuíam a experiência da exploração destes minerais em seus respectivos países.

Em relação à fabricação do ferro, são conhecidas duas tentativas num primeiro momento que ocorrem em Morro do Pilar e em Congonhas do Campo, sendo a primeira de investimento estatal e a segunda particular. Há também uma terceira tentativa de desenvolvimento da indústria siderúrgica em Congonhas, através do Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, importante personagem na história da geologia e metalurgia no Brasil e então proprietário da Mina de Passagem, localizada entre Ouro Preto e Mariana. Ainda, há um último empreendimento que ocorre durante o período colonial, em 1817, quando Jean-Antoine Félix Dissandes de Monlevade, vem ao Brasil, recém-formado engenheiro de Minas pela Escola Politécnica de Paris, para pesquisar recursos minerais. De início, se instala em Caeté, não obtendo muito sucesso, se transfere em 1825, para terras que adquire próximo ao Arraial de São Miguel do Piracicaba (atual Rio Piracicaba), onde constrói uma pequena Forja Catalã, aproveitando as potencialidades da região, com suas jazidas de minério de ferro e florestas de fácil reprodução, mantendo a forja em funcionamento até sua morte em 1872.

Quanto ao povoado de Bento Rodrigues, é durante este período III, de 1750-1815, que ocorre a construção da segunda capela da localidade¹⁷⁹, a Capela de Nossa Senhora das Mercês, em contraponto com a tradição oral que data a construção da mesma em 1849. Lima (2016) defende a construção da capela dentro do período de 1750-1815, pois os registros contidos no livro de recibo de sermões, missas e serviços de capelães à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Bento Rodrigues¹⁸⁰ comprovam atividade na referida capela já no início do

¹⁷⁹ Existe ainda a construção da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento, de 1718 em alvenaria de pedra, dentro da propriedade Gregório Pereira Lima, posteriormente de posse de João Gonçalves Fraga, no local conhecido hoje como Morro do Fraga. As ruínas da capela estão localizadas à alguns metros acima da Capela de Nsa.Sra. das Mercês, seguindo o curso do córrego Ouro Fino e, portanto, não é considerado que estão dentro da área do povoado urbanizado. PPGAPCS, 2018.

¹⁸⁰ O documento encontra-se disponível no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Lima diz que, das 78 páginas numeradas, a parte correspondente da página 4 a 77 foi retirada, restando apenas as páginas 1-3 e 78.

século XIX. Rodrigues e Assunção (2010) ainda citam o fato de, em 1801, existirem seis eremitas em atividade em Bento Rodrigues, sendo uma delas a de Nossa Senhora das Mercês. O relatório do MPMG de 2015 cita que “na época [a capela] já [contava] com dois altares construídos”, podendo ser estes os dois altares transferidos da Capela de São Bento para a Capela das Mercês, citados em algumas fontes.

Outro fato importante que marca a ocupação dessa região nesse período, refere-se à compra da sesmaria do Caraça pelo Irmão Lourenço, e a posterior criação do Santuário dedicado à Nossa Senhora Mãe dos Homens, inicialmente apenas provido de pequena ermida com capacidade para entorno de 100 pessoas, de acordo com a descrição de Saint-Hilaire¹⁸¹. O complexo religioso será de grande importância em anos posteriores, sendo referência como centro de peregrinação e ponto de hospedagem aos viajantes das Minas Gerais, além de se tornar reconhecido como centro de estudos, após a criação do Colégio do Caraça no ano de 1820.¹⁸²

FIGURA 55 Capela de São Bento a direita e “Bar da Sandra” a esquerda.



Fonte: Gratiae Urbs Consultoria, julho de 1999. Disponível em <https://direitoeurbanismo.wordpress.com/2015/11/23/sobre-o-rio-de-lama-e-os-moradores-de-bento-rodrigues/>

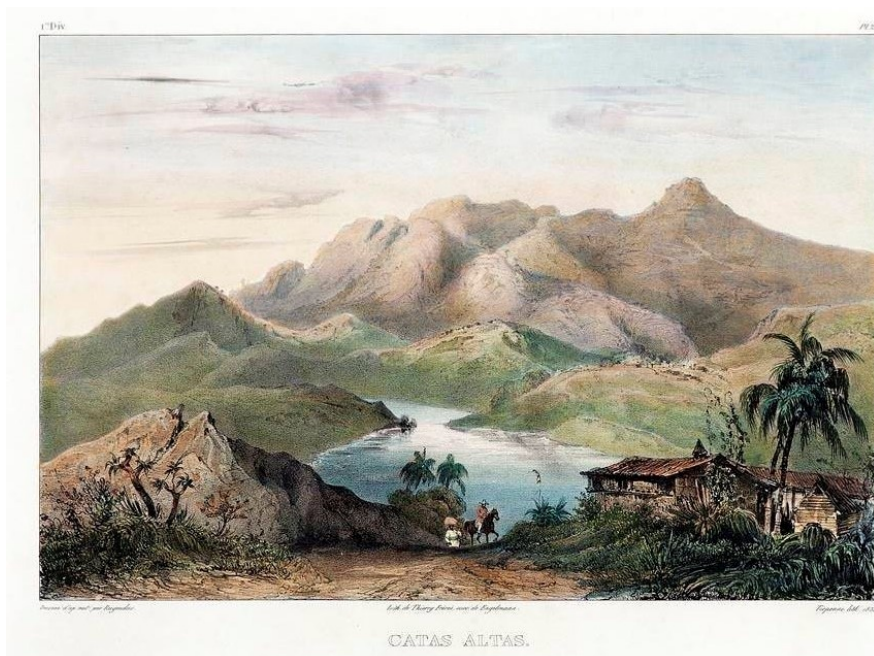
Bento Rodrigues e sua paisagem ainda figuram entre os relatos de alguns viajantes de passagem pelo caminho dos Diamantes como Auguste Saint-Hilaire, botânico naturalista francês, que viajou alguns anos pelo Brasil durante o século XIX, relatando os costumes e a paisagem brasileira e também dos naturalistas bávaros Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius, ambos citados no relatório técnico do MPMG, além do Barão

¹⁸¹ SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2018.

¹⁸² SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2018.

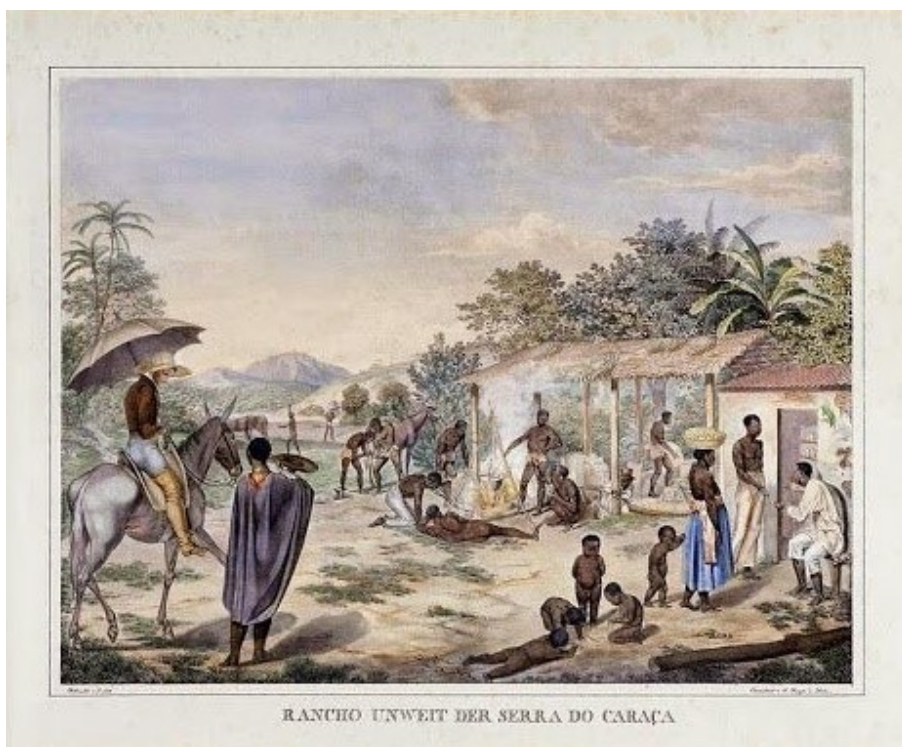
George Heinrich von Langsdorff, naturalista, explorador e diplomata russo que relata sobre o povoado em 1824.

FIGURA 56 Catas Altas, Rugendas, 1834. Ao fundo, avista-se trecho da Serra do Caraça, pertencente a cadeia da Serra do Espinhaço.



Fonte: <https://www.leilaoarte.com/leilao/2014/junho/16/johann-moritz-rugendas-catas-altas-3294/>

FIGURA 57 Rancho na região da Serra do Caraça. Spix & Martius, 1817.



Fonte: <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/familias-escravas-no-brasil/>

A região que atravessamos entre Mariana e a povoação de Camargos, em que fizemos alto, não apresenta nenhum vestígio de cultura. Camargos, sede de uma paróquia, está situada a margem de um regato em posição bastante triste, rodeada de morros desolados, esburacados pelos mineradores de ouro. Seus atuais habitantes são muito pobres; possuem muito poucos escravos para manter lavagens de certa importância, e suas casas estão mal conservadas. (...) A distância pouco considerável de Camargos, passamos por Bento Rodrigues, outra povoação situada à margem de um córrego, entre morros pouco elevados, e que apresenta aspectos bastante pitoresco com a presença de numerosas bananeiras plantadas pelos habitantes em torno de suas casas. (SAINT-HILAIRE, 1975 apud MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015)¹⁸³

Da fábrica de ferro, seguimos na direção N.E para o arraial de Bento Rodrigues, distante duas léguas e meia. A região é montanhosa, e a superfície do solo em grande parte coberta com a formação de minério de ferro contendo ouro, e dá indicio da atividade dos faiscadores pelos numerosos fossos e trincheiras ali abertos. Muito singular nos pareceu o fato de se encontrar nesta aldeia, assim como em muitas outras, poucos vestígios de riqueza. As casas estão em ruínas, muito pobres no interior, e seus moradores tem aparência pobre. Tudo demonstra que a florescência desde distrito já passou e mal aparecem alguns restos da antiga opulência. (...). Na região de Bento Rodrigues, acha-se ouro por toda parte, na argila vermelha, que jaz por cima do xisto quartzítico. Como o modo de exploração dessas minas não divergia do que até aqui havíamos visto, não nos demoramos na estrada real, que leva a cidade de Mariana, distante três léguas ao sul de Bento Rodrigues, para regressarmos a Vila Rica, onde, com felicidade, chegamos de novo a 28 de abril. (SPIX E MARTIUS, 1981 apud MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015.)¹⁸⁴

De madrugada, segui para Bento Rodrigues através de bosques e montanhas, grande parte delas com hematita. Vi vários bandos de cavalos em Bento Rodrigues. O local parece próspero, com boas casas, distante 2

¹⁸³ SAINT-HILAIRE, A. D. *Viagem pelas província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975 apud MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015.

¹⁸⁴ SPIX E MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 apud MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015.

pequenas léguas de Timbopeba¹⁸⁵. Cheguei ao lugar antes da tropa, que veio ontem de Mariana para cá. (LANSGSDORFF in SILVA, 1997. p. 185-186.)

Os demais povoados da região também são citados pelos viajantes, sendo alguns também representados através de gravuras, como nas imagens a seguir (FIGURA 56 e FIGURA 57).

Voltando a Bento Rodrigues, se sabe através de um recenseamento datado de 1831, que haviam 454 habitantes na localidade, destes, 30% escravos, e que em 1838, através da lei nº102, o distrito é então suprimido e sua área englobada ao território de Mariana. Em 1868 é elevado a condição de distrito da paz, revogado em 1871. Em 1880, passa então de povoado de Mariana para sede da Freguesia de Camargos e posteriormente é declarado subdistrito subordinado à Santa Rita Durão.

O período IV, compreendido pela fase industrial (1870-1945), é uma fase na qual não há muitos registros da área de Bento Rodrigues, em contraposição dos tempos em que figurava como um grande arraial minerador no auge do Ciclo do Ouro. Possui no entanto, alguns fatos que valem a pena ser mencionados em relação à localidade, tais como: a passagem do Imperador do Brasil, Dom Pedro II, em 1881 a caminho do Santuário do Caraça, a instalação do fio telegráfico em 1884, a criação de uma escola pública e de um hotel em 1887, e o fechamento dos correios à mesma época, com sua posterior reabertura em 1882.¹⁸⁶

Ao final deste período, a região sofre um decréscimo de sua população, que migra para outros núcleos urbanos em busca de emprego, abandonando o campo, movimento esse que ocorre em todo o país,¹⁸⁷ além de ser nessa época que surgem os primeiros empreendimentos de mineração de minério de ferro nos arredores da localidade, como a Sociedade de Mineração Morro do Fraga (1915) e a da Fazenda Mirandinha (1932).¹⁸⁸

Dentro do contexto nacional, este período entre 1870 e 1945, é marcado por grandes mudanças no Brasil, tanto no campo político, quanto no social, como a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, além do desenvolvimento da indústria

¹⁸⁵ Timbopeba ficava próximo a Antônio Pereira. Hoje a região pertence ao município de Ouro Preto, sendo uma mina explorada pela Vale do Rio Doce.

¹⁸⁶ PPGACPS, 2018.

¹⁸⁷ PPGACPS, 2018.

¹⁸⁸ PPGACPS, 2018.

nacional em diversas áreas do país, sendo alavancada a questão siderúrgica em Minas Gerais, principalmente com o governo Vargas (1930).

Dentro do contexto regional, a Mina de Passagem, adquirida pela *The Ouro Preto Gold Minas of Brazil Ltda.* em 1883, torna-se uma das mais importantes minas do país já nos primeiros anos da República;¹⁸⁹ além disso, há a mudança do nome do povoado do Inficionado para Santa Rita Durão, em homenagem ao poeta José de Santa Rita Durão.¹⁹⁰

Já no período V, a partir de 1945 até a contemporaneidade, ocorre a redescoberta da região por empresas mineradoras, em um novo ciclo explorando não só o ouro (agora encontrado apenas em grandes profundidades), mas também a bauxita e o minério de ferro, caracterizando o ciclo econômico do período tecnológico da área. São concessões de minas liberadas dentro deste período para a região: Timbopeba, através da Concessão de Lavra - DNPM: 2.132/1952; Fábrica Nova, através da Concessão de Lavra - DNPM 2692/1959 - Morro do Fraga e suas expansões em 2011¹⁹¹ e 2012¹⁹²; Germano, através da Concessão de lavra - DNPM 2264/1967 e sua expansão em 2002 junto ao Corpo Alegria através do ALVARÁ Nº 6596 de 26/09/2002 - DNPM nº 831478/2002-0010; Corpo Alegria, através da Concessão Corpo Alegria Centro: DNPM 2265/67 e do Decreto nº 65.123, de 10 de setembro de 1969.¹⁹³

Ponto importante na narrativa da região neste período é a construção da Barragem de Fundão (FIGURA 58), em 2007, pertencente ao complexo minerário Germano-Alegria, da propriedade da empresa Samarco Mineração S.A., que possui como acionárias a brasileira Vale do Rio

¹⁸⁹ ÁLVARES, 2003.

¹⁹⁰ MARIANA, 2009.

¹⁹¹ IEF, 2011.

¹⁹² IEF, 2012.

¹⁹³ "Decreto nº 65.123, de 10 de setembro de 1969 concede à S.A. Mineração da Trindade a concessão para lavrar minério de ferro, no município de Mariana Estado de Minas Gerais. Corpo Alegria Este-Oeste: DNPM no 6499/61 "Art. 1º Fica outorgada à S.A. Mineração da Trindade - SAMITRI concessão para lavrar minério de ferro em terrenos de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, nos lugares denominados Alegria Oeste e Alegria Este, Distrito de Santa Rita Durão, Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, numa área de novecentos e noventa e quatro hectares, seis ares e vinte centiares (994,0620ha), delimitada por um polígono irregular, que tem um vértice a quatrocentos e noventa metros (490m), no rumo verdadeiro de sessenta e nove graus e trinta minutos nordeste (69°30'NE), da confluência do Córrego João Manoel com o Rio Piracicaba e os lados a partir desse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: mil e oitenta metros (1.080m), oeste (W); mil seiscentos e sessenta metros (1660m), cinquenta e três graus e quarenta e cinco minutos noroeste (53°45'NW); novecentos e quarenta e sete metros (947m), norte (N); dois mil quinhentos e quarenta e dois metros (2 542m), setenta e dois graus nordeste (72°NE); três mil setecentos e vinte e cinco metros (3725m), cinquenta e oito graus e trinta minutos sudeste (58°30'SE); quatrocentos metros (400m), sul (S); três mil cento e noventa e seis metros e vinte e quatro centímetros (3196.24m), oitenta e três graus e vinte e quatro minutos sudoeste (82°24'SW)."

Doce e a anglo-australiana BHP Billiton. A barragem havia sido projetada e licenciada para suportar um volume de até 111 milhões de m³ de rejeitos de minério de ferro e possuía, no momento de seu rompimento, às 15:30 de 05 de novembro de 2015, 55 milhões de m³. Destes, 32,6 milhões de m³ desceram de Fundão, se diluíram com a água da barragem de Santarém, e desceram pelo córrego homônimo, atingindo rapidamente Bento Rodrigues, localizada a oito quilômetros do local das barragens.¹⁹⁴

Ainda dentro da narrativa recente da região, ocorreu depois do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a criação de dois diques para a filtragem da água, que ainda desce carregada de rejeitos minerários, desde a mineração, levando-os para o Rio Gualaxo, afluente do Rio Doce. O primeiro dos diques, o S3, acabou alagando uma porção do território, onde no passado localizava-se o campo de futebol de Bento Rodrigues, e um sítio arqueológico de mineração do Ciclo do Ouro. Já o dique S4, alagou parte do povoado que já havia sido atingido pela lama, incluindo diversos vestígios arqueológicos, como muros de pedra do século XVIII, chegando a água bem próxima às ruínas da Capela de São Bento.

¹⁹⁴ SAMARCO, 2015

FIGURA 58 Localização das barragens de rejeito de Germano e Fundão, barragem de água de Santarém e o povoado de Bento Rodrigues em 20 de julho de 2015.



Fonte: Google Earth, 2018, editado pela autora.

FIGURA 59 Bento Rodrigues logo após o rompimento da barragem, em 2015.



Fonte: Ricardo Moraes/Reuters, 2015.

FIGURA 60 Bento Rodrigues logo após o rompimento da barragem, em 2015.



Fonte: Rogério Alves/TV Senado, 19 de novembro de 2015.

FIGURA 61 Bento Rodrigues um ano após o rompimento da barragem, em 2016.



Fonte: Anielle Freitas, 2016.

FIGURA 62 Localização dos diques S3 e S4 em relação ao povoado de Bento Rodrigues.



Fonte: SAMARCO, 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/noticia/decreto-do-governo-estadual-viabiliza-obras-do-dique-s4/>

FIGURA 63 Dique S4 e povoado de Bento Rodrigues ao fundo, dois anos após o rompimento da barragem.



Fonte: SAMARCO, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8TN1RUItO2I>

FIGURA 64 Dique S4 e povoado de Bento Rodrigues a esquerda da imagem, dois anos após o rompimento da barragem.



Fonte: SAMARCO, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8TN1RUItO2I>

4.2.2. Análise e caracterização geral

A área da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues é composta principalmente por duas unidades geomorfológicas, sendo elas o *quadrilátero ferrífero* e os *planaltos dissecados*. A primeira é caracterizada pela Serra do Caraça, onde se localizam os pontos mais altos da área, sendo eles o Pico do Sol, a 2072m de altitude e o Pico do Inficionado a 2068m.¹⁹⁵ Já a segunda, caracteriza-se principalmente pela região na qual se localizam os núcleos urbanos da área, conformada por altitudes muito variáveis, oscilando entre 500 e 800 metros de altitude nos vales e 1.000 e 1.200 metros nas cristas, possuindo um relevo suave-ondulado.

A região pertence a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, tendo como principais cursos d'água os córregos Ouro Fino, Bento Rodrigues e Santarém (também conhecido na região como Moisés), e os Rio Piracicaba e Gualaxo do Norte.

A cobertura vegetal da região caracteriza-se como uma zona de transição de biomas entre Cerrado e Mata Atlântica, com vegetação predominante de áreas de campos naturais, com presença de gramíneas e ciperáceas, áreas destinadas à pastagem e pequenas plantações, e locais de mata naturais com árvores de grande e médio porte.¹⁹⁶ Verifica-se a predominância de vegetação de Floresta Estacional Semidecidual¹⁹⁷, também conhecida como subcaducifólia, característica de regiões menos úmidas, com chuvas intensas de verão, seguidas de períodos de estiagem.

De acordo com Godoy (2017), também se encontram na região áreas definidas pelo *Manual Técnico da Vegetação Brasileira* como campos sujos (Savana Parque), caracterizados como “subgrupo de formação constituído essencialmente por um estrato graminóide, integrado por hemicriptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados”,¹⁹⁸ bem como áreas de Florestas de Galeria, caracterizadas por massas de vegetação que acompanham cursos d'água de pequeno porte, formando corredores fechados, principalmente em fundos de vale e cabeceiras de drenagem. O principal tipo de

¹⁹⁵ BALTAZAR; RAPOSO, 1993.

¹⁹⁶ SEMAD, 2018.

¹⁹⁷ PPGACPS, 2018.

¹⁹⁸ MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA apud GODOY, 2017, p.19.

vegetação deste tipo são espécies arbóreas perenifólias, sendo encontradas poucas espécies caducifólias.¹⁹⁹

Quanto ao clima, de acordo com a classificação climática Köppen-Geiger, a região possui clima subtropical de altitude – Cwb, com invernos secos e verões amenos, com temperaturas médias entre 18°C a 22°C²⁰⁰. O índice pluviométrico varia entre 1.000 a 1.500mm/ano, sendo as precipitações mais intensas entre dezembro-fevereiro. Godoy (2017), também chama atenção para a presença marcante de neblina na região, principalmente no período matutino.

FIGURA 65 Neblina no amanhecer em Bento Rodrigues



Fonte: GODOY, 2017, p.27.

A região ainda é marcada pela grande presença de sítios arqueológicos, principalmente da época do Ciclo do Ouro, destacando-se antigas instalações de mineração (Mina Ouro Fino e Santo Antônio), ruínas de fazendas (Padre Fraga, Ouro Fino, Nossa Sra. dos Remédios), aquedutos, capelas (São Gregório), muros e currais de pedra, entre outros. Muitos encontram-se registrados junto ao IPHAN, existindo ainda um sítio rupestre (Mirandinha), que durante o período do Ciclo do Ouro é registrado como conhecido abrigo de viajantes. Os sítios

¹⁹⁹ RATTER et al., 1973; RIBEIRO & WALTER 2008, apud, GODOY, 2017, p. 21

²⁰⁰ SIMÕES et al., 2015 apud PPGACPS, 2018.

arqueológicos são listados na FIGURA 67 a seguir, elaborada a partir de levantamento realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais após o desastre.

Quanto ao uso da terra, grande parte da região é ocupada por áreas industriais de mineração, destacando-se regiões de lavra em bancadas à céu aberto, com barragens de retenção de rejeitos minerários à montante, e algumas barragens de água, de origem em sua maioria na segunda metade do século XX. Existem pequenas aglomerações urbanas, caracterizadas pelos quatro povoados já citados neste trabalho, Bento Rodrigues, Antônio Pereira, Santa Rita Durão e Camargos, todos de origem no século XVIII, a partir da exploração do ouro na região em questão, que estão em sua maioria, instalados em fundos de vale junto aos leitos dos cursos d'água. As áreas residuais, caracterizam-se por áreas de matas e campos, com porções destinadas à pastagem e pequenas áreas de plantação, não sendo a atividade agropecuária expressiva na região.

4.2.2.1. Mapas

Os mapas que se seguem correspondem a etapa de análise de dados necessária para a criação do mapa final com as unidades de paisagem, identificadas a partir do cruzamento das informações contidas nesta etapa e com os trabalhos desenvolvido junto aos atores. As paisagens identificadas serão caracterizadas na etapa seguinte.

Os mapas foram feitos com editores de imagem sobre base do Google Earth (2018), possuindo bordas retificadas e simplificadas. Ressalta-se que o ideal para a realização desta etapa seria a utilização de dados georreferenciados tratados em software específico para mapeamentos, como o ArcGIS.

Pág.145

FIGURA 66 Pontos referenciais da área da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.

Pág.146

FIGURA 67 Sítios arqueológicos e locais de interesse histórico da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018 e PRISTINO; NUCAM; MPMG, 2016. Elaborado pela autora.

Pág.147

FIGURA 68 Mapa Geológico da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do Mapa Geológico do Estado de Minas Gerais. CPRM – Serviço geológico do Brasil, 2003. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/5016>

Pág.148

FIGURA 69 Usos da terra da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pela autora.

Pág.149

FIGURA 70 Mapa topográfico/hidrografia da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues Fonte: Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do mapa topográfico Topographic-map. Disponível em: <http://pt-br.topographic-map.com/places/Minas-Gerais-1337808/>

Pág. 150

FIGURA 71 Unidades de paisagem de Bento Rodrigues Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pela autora.

Pág. 151

FIGURA 72 Área da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues. Fonte: Google Earth, 2018. Modificado pela autora.



LEGENDA

a) Serra do Caraça
 b) Mina Alegria
 c) Mina Fazendão
 d) Mina Fábrica Nova

e) Pico do Frasão
 f) Barragem de Fundão
 g) Barragem de Germano
 h) Barragem Santarém
 i) Timbopeba

j) Santa Rita Durão
 k) Bento Rodrigues
 l) Camargos
 m) Antônio Pereira
 n) Vila Samarco



LEGENDA

arq1 Faz. Nossa Sra. dos Remédios
 arq2 Mirandinha
 arq3 Ruínas edificações
 arq4 Natividade

arq5 Mina Santo Antônio
 arq6 Faz. Ouro Fino
 arq7 Bento Rodrigues
 arq8 Lasca de Quartzzo
 arq9 Faz. Gualaxo

arq10 Padre Fraga
 hist1 Núcleo histórico
 Santa Rita Durão
 hist2 Igreja Mercês
 hist3 Igreja "queimada"



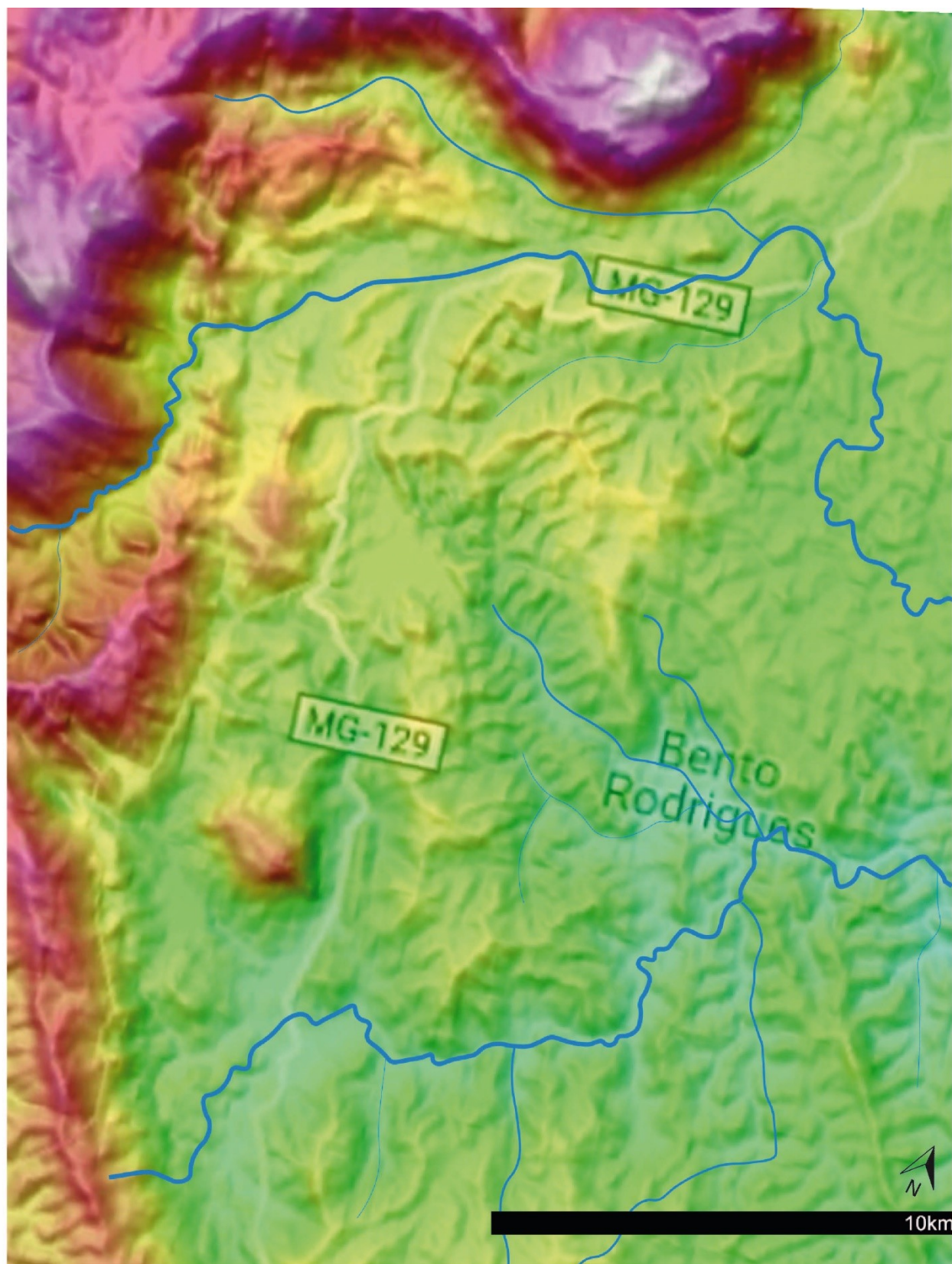
LEGENDA

- | | | |
|-------------------------------|------------------|-----------------|
| Ouro | Grupo Piracidaba | Grupo Itabira |
| Ferro | Grupo Caraça | Grupo Nova Lima |
| Gnaisse, migmalito, granulito | Grupo Sabará | Grupo Itacolomi |



LEGENDA

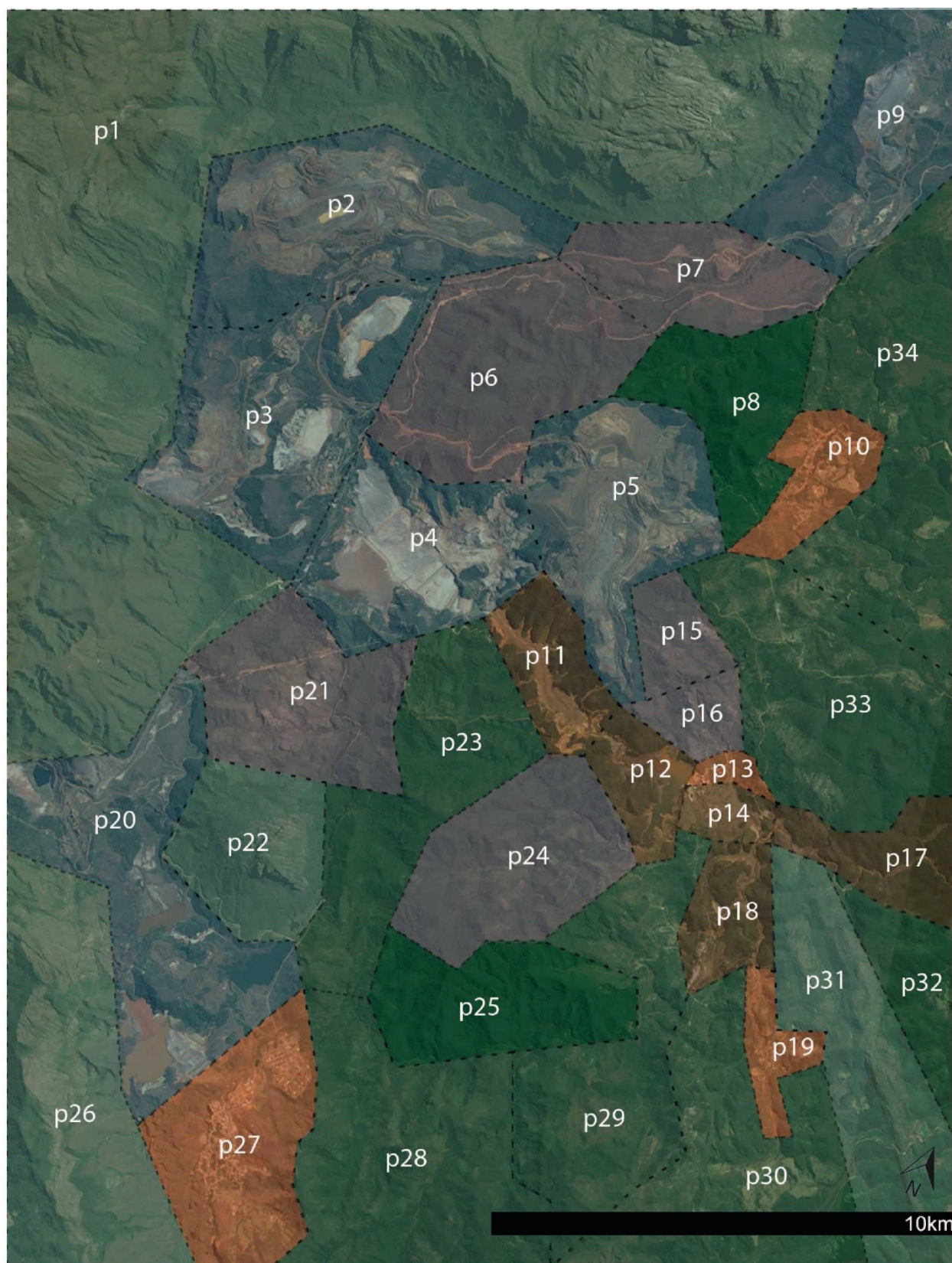
- | | | | |
|--|---|--|---|
|  Industrial |  Rural |  Urbano |  Natural |
|--|---|--|---|



LEGENDA

 Cursos d'água  Talvegue





LEGENDA

- | | | | | | |
|--|--|---|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> Sítio Arqueológico Assentamento Desastre tecnológico Industrial Formação geomorfológica Rural Natural | <ul style="list-style-type: none"> p1 Caraça p2 Alegria 1 p3 Alegria 2 p4 Germano p5 Fábrica Nova p6 Mirandinha p7 Remédios | <ul style="list-style-type: none"> p8 Piracicaba 1 p9 Fazendão p10 Santa Rita p11 Santarém p12 S3 p13 Bento p14 Bento S4 | <ul style="list-style-type: none"> p15 Morro do Fraga p16 Ouro Fino p17 Gualaxo 1 p18 Gualaxo 2 p19 Camargos p20 Timbobepa p21 Natividade | <ul style="list-style-type: none"> p22 Frasão p23 Itacolomi 1 p24 Quartzo p25 Itacolomi 2 p26 Espinheiro 1 p27 Antônio Pereira p28 Itabira | <ul style="list-style-type: none"> p29 Piracicaba 2 p30 Estrada Real 1 p31 Nova Lima 1 p32 Nova Lima 2 p33 Estrada Real 2 p34 Estrada Real 3 |
|--|--|---|--|---|--|



4.2.3. Unidades de paisagem

p1 Caraça

1- Categorização

Formação geológica > Serra > Caraça

2- Descrição

A unidade p1 Caraça é marcada pela formação da Serra do Caraça, parte integrante da Serra do Espinhaço, localizada entre os municípios de Mariana, Catas Altas e Santa Bárbara. A Serra, grande paredão de montanha contínua, avistada de toda a área da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, constitui importante marco²⁰¹ territorial para região, principalmente pelas formações do Pico do Inficionado e Pico do Sol, que constituem nos pontos mais altos de toda a Serra do Espinhaço, que vai desde o Pico do Itacolomi ao sul de Ouro Preto até o sul do Estado da Bahia. A Serra, recebe o nome de Caraça por assemelhar-se, dependendo do ponto de vista, à silhueta de uma pessoa deitada, sendo bem definida pela imagem de um rosto de perfil (Caraça = cara/rosto grande)²⁰². Sua formação rochosa de tonalidades cinza e azul escuro, é bem marcada na porção superior do maciço, e é coberta por vegetação de tons verde claro na porção inferior. A parte superior rochosa é constantemente coberta pela neblina característica da região, principalmente nos períodos da manhã, ressurgindo à medida em que o dia esquenta e a neblina se esvai, revelando o topo da Serra.

3- Processo histórico

A Serra do Caraça em si não possui relatos de ocupação como os territórios de seu entorno, como Santa Rita Durão, Catas Altas ou o próprio Santuário do Caraça. A Serra, durante o início do Ciclo do Ouro chegou a ser explorada, porém, o ouro encontrado nessa região não era de boa qualidade (região do Pico do Inficionado e Santa Rita Durão), sendo a exploração finalizada em pouco tempo. Em seu território é encontrado minério de ferro; porém, por ser uma área de RPPN além de uma área tombada estadualmente²⁰³, a mineração é vetada na região da serra, ocorrendo apenas em seu entorno imediato (p2 Alegria 1).

²⁰¹ Ver nota 164, página 117.

²⁰² Há também a versão de que Caraça significa em tupi-guarani, desfiladeiro ou bocaina; sendo a denominação destinada a nomear o vale entre os Picos do Sol e do Inficionado. Esta versão foi dada por Auguste de Saint-Hilaire (1816) e acolhida por José Ferreira Carrato, em sua tese de doutorado sobre o Caraça (*As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*), publicada em 1963, de acordo com o site oficial do Santuário do Caraça. SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2018.

²⁰³ IEPHA, 2014.

4- Elementos típicos

Paredão rochoso com cobertura vegetal nas partes inferiores menos íngremes; Pico do Sol; Pico do Inficionado; cachoeiras; vegetação rasteira nos campos da parte superior do maciço; neblina encobrindo parte superior do maciço; complexo do Santuário do Caraça.

5- Interações com outras unidades

As minerações existentes em p2, p3, p9 e p20, constituem em constante ameaça à existência da Serra. De modo geral, esta unidade interage com todas as demais listadas dentro da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, ao constituir marco territorial desta paisagem, avistado de toda a região, servindo como guia aos viajantes da região desde os bandeirantes.

6- Valores

Estético

A paisagem é marcada pela presença imponente da formação rochosa, típica da Serra do Espinhaço. A Serra do Caraça, presente no imaginário e nas narrativas sobre a região, desde a época dos viajantes bandeirantes até o momento, figura como um personagem entre as histórias, graças à sua beleza, onipresença na paisagem e pela sua característica formação rochosa antropomórfica.

Histórico

A Serra do Caraça serve, e serviu, como marco e guia na paisagem desde o tempo dos bandeirantes, e também anteriormente aos povos indígenas que habitaram a região, possuindo assim relevância histórica durante todo o período de ocupação humana da região, como elemento estruturante da paisagem.

Científico

Devido à sua importância ao longo da história da ocupação da região da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, é possível descobrir explorando a área do Caraça, registros de antigas comunidades que habitaram ou passaram pela região e que usaram a área da Serra como abrigo, passagem ou como fonte de matéria prima para extração. Além disso, a Serra oferece diversas possibilidades de pesquisas geológicas e arqueológicas.

Social

Devido ao fato de ser avistada de todo o território da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues, a Serra é sem dúvidas um marco identitário que possui profunda relação com os moradores da área. Seja pelo ato de caminhar e escalar a Serra, ou sua mera contemplação, este elemento da paisagem emoldurou a vida das pessoas que passaram e habitaram essa

região.²⁰⁴ O Caraça devido à existência do Santuário católico no seu território, possui caráter espiritual evidente, sendo ponto de peregrinação, recolhimento e meditação desde o século XVIII.

Econômico

A Serra possui valor econômico de exploração do ecoturismo, turismo religioso/holístico, além de possibilidades de extração de minerais.

7- Forças de mudança e vulnerabilidades

Embora devido à topografia acidentada e íngreme da região, se espera que isto dificulte a exploração minerária da área, existe a pressão constante para pesquisa mineral na região e avanço da mineração em seu entorno. A sua proteção como RPPN e Monumento Natural auxilia a barrar esta degradação.

8- Representações

FIGURA 73 Perfil da formação rochosa antropomórfica que dá nome ao Caraça



Fonte: Pe. Lauro Palú, C.M. Disponível em <http://www.santuariodocaraca.com.br/primordio-do-caraca/>

²⁰⁴ Tal importância também é defendida por Godoy, que diz que: “assim como o Pico do Itacolomi é para os ouropretanos, o Corcovado é para os Cariocas, a vista para a Serra do Caraça é um marco na paisagem para os moradores de Bento Rodrigues.” (2017, p.27).

FIGURA 74 Serra do Caraça vista desde o Santuário do Caraça ao centro na parte inferior da fotografia.



Fonte: <https://i0.wp.com/roteiroestrada-real.com.br/wp-content/uploads/2017/05/serra-do-caraca-catas-altas-estrada-real.jpg>

FIGURA 75 Pintura do Santuário do Caraça encomendada por D. Pedro II à Georg Grimm em 1885



Fonte: Pintura de Georg Grimm de 1885, localizada no Santuário do Caraça. Disponível em <http://comidaantiga.blogspot.com/2013/09/caraca-natureza-fe-arte-cultura-e.html>

p2 Alegria 1

1- Categorização

Industrial > Lavra à céu aberto > Alegria 1

2- Descrição

A paisagem da Mina de Alegria é marcada por formações montanhosas recortadas em “degraus”. Algumas possuem cobertura vegetal tipo grama, outras, cores variando entre o cinza, roxo, azul metálico e laranja, típicos de áreas de mineração de minério de ferro. Há um certo brilho nas áreas mineradas, proporcionado pelo reflexo do sol nos minerais. A região é seca, e possui poeira em suspensão dando a tudo um tom laranja. Existem diversos núcleos industriais espalhados pontualmente pela paisagem, com galpões, lagos e piscinas com água tonalizada de laranja devido à presença do minério, esteiras e aquedutos. Veículos fora de estrada e de tração 4x4 são elementos sempre presentes nesta paisagem, assim como pessoas uniformizadas, com capacetes, botinas, máscaras e óculos de proteção.

3- Processo histórico

A Mina de Alegria, hoje pertencente à Samarco S/A, iniciou sua operação em 1969, através da liberação pelo Decreto nº 65.123, de 10 de setembro de 1969, quando foi autorizado à S.A. Mineração de Trindade (SAMITRI) a concessão para lavrar minério de ferro no terreno de propriedade da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, denominado Corpo Alegria - Oeste, com uma área equivalente de 497,40ha. A área concedida para lavra é aumentada para 994,0620ha em 1977, e tem sua posse transferida para a SAMARCO em 2000, quando esta compra as ações da SAMITRI²⁰⁵.

4- Elementos típicos

Lavra a céu aberto em bancadas; instalações industriais de processamento do minério lavrado; presença de veículos traçados e fora de estrada; áreas de bancadas com cobertura vegetal tipo grama; presença da Serra do Caraça.

5- Interações com outras unidades

A p2 Alegria 1 interage diretamente com p3, p9, p20, p4 e p5, ao constituírem o mesmo complexo minerário denominado Complexo de Germano-Alegria. Também interage com p1 Caraça, devido à sua proximidade direta, com p11, p12, p14, p17 e p18 devido ao desastre

²⁰⁵ VALE, 2010.

tecnológico, do qual parte do rejeito existente na barragem de Fundão era proveniente desta mina, e interage com p27, p14, p13 e p10, ao constituir fonte de emprego para os habitantes dessas localidades, e aos seus funcionários utilizarem-nas para curtas estadias ou para alimentação. Também interage com p21, p6 e p7, que são sítios arqueológicos que estão dentro da área do complexo minerário, e que são áreas que não podem ser mineradas devido à existência desses sítios arqueológicos.

6- Valores

Estético

A extração mineral por lavras à céu aberto em bancadas são características das minerações de minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, devido ao fato do mineral ser encontrado facilmente, junto à superfície do terreno, geralmente junto à grandes afloramentos rochosos. As edificações industriais também são características destes empreendimentos, geralmente construídas em estruturas metálicas com fechamentos por placas também metálicas, sendo bastante resistentes, porém, constituindo em edificações de vida curta.

Histórico

A maioria das indústrias extrativas não se preocupa em remover vestígios de ocupações anteriores da terra em que estão explorando, salvo quando estes estão nas áreas de lavra, assim, geralmente há vestígios nesses locais de tecnologias anteriores de extração, antigas edificações reaproveitadas como abrigos administrativos, etc. A região como um todo possui diversos sítios arqueológicos, muitos de mineração durante o Ciclo do Ouro, que por vez possam ser encontrados na área em questão. Não há nenhum sítio arqueológico registrado nessa área, mas devido à presença nas áreas vizinhas, cogitasse a existência destes vestígios também nesta região.

Científico

A área de p2 Alegria 1, possibilita, além das pesquisas arqueológicas sobre antigos assentamentos do Ciclo do Ouro e de épocas anteriores, a investigação sobre a evolução dos métodos de extração de minerais na região, bem como a possibilidade de desenvolvimento de novos métodos de extração menos invasivos, além de formas de recuperação das áreas exploradas.

Social

A história de ocupação da região da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues está intimamente ligada com a mineração, seja ela do ouro ou do minério de ferro. Assim, existe um forte apego entre certos setores da sociedade com esta atividade econômica. São sentimentos complexos, em grande parte, de dependência, devido à geração de empregos, sendo por estas pessoas também associados os sentimentos de progresso, desenvolvimento e orgulho pelo trabalho humano de transformação, de poder frente à natureza. Para outros, essas paisagens são pouco atrativas, perigosas e até mesmo repulsivas.

Há ainda a crença no trabalho e desenvolvimento humano, de que a atividade extrativa é fonte de progresso à sociedade brasileira. Este valor, esta crença, une os trabalhadores destes locais sob uma forte identidade de grupo, intimamente ligado à empresa e aos valores dessa, de forma com que suas ações sobre o território sejam justificadas por esta crença no desenvolvimento e progresso.

Econômico

A paisagem p2 tem forte valor econômico, devido às atividades extrativistas, sendo ela uma das principais fontes econômicas desta região do Estado de Minas Gerais, dependendo o município de Mariana em grande parte da renda arrecadada pelos impostos e pela renda indireta oriunda dos trabalhadores desta atividade econômica.

7- Forças de mudança e vulnerabilidades

Minas de extração mineral possuem prazo de validade, pois sua fonte de matéria prima é finita. Assim, essa paisagem está fadada ao fim de sua atividade, restando o território explorado para ser utilizado por novas atividades econômicas (ou não). A entrada nesses locais durante seu período de funcionamento é bastante restrita devido à normas de segurança, sendo necessário após o encerramento das atividades, a inspeção do local para garantir segurança aos novos frequentadores e para investigar possibilidades de recuperação e reutilização do território fragilizado.

8- Representações

FIGURA 76 Mina da Alegria, Complexo Germano-Alegria



Fonte: VALE; Skyline Films Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kk2HT4FjCw4>

FIGURA 77 Mina da Alegria, Complexo Germano-Alegria



Fonte: Trainz Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svs0V2C1pAo>

p4 Germano

1- Categorização

Industrial > Barragem de contenção > Germano

2- Descrição

À primeira vista um grande campo plano, mesclando cores cinza claro, alaranjado e palha, onde não há escala humana para que seja possível perceber sua extensão. Nenhuma vegetação cresce sobre este terreno, formado por uma grande bacia de rejeitos minerários sedimentados. Ao lado, a antiga barragem de Fundão, hoje vazia, mostra o tamanho volumétrico do local que anteriormente armazenava os rejeitos minerários que desceram pela Bacia do Rio Doce até atingir o Oceano Atlântico no desastre de 2015. A paisagem é quase desértica: não há água, vegetação ou animais, apenas alguns veículos fora de estrada que as vezes pontuam na paisagem, dando escala à imensidão de rejeitos minerários. Nas bordas desses reservatórios, a vegetação é empoeirada e pálida, devido à quantidade de partículas em suspensão no ar, que se depositam sobre as folhagens.

3- Processo histórico

A barragem de Germano tem sua existência diretamente relacionada às minas da região (Alegria, Germano, Fábrica Nova, Timbopeba), servindo como principal bacia de rejeitos minerários até o ano de 2007, quando então foi construída a barragem de Fundão, projetada e licenciada para suportar um volume de até 111 milhões de m³ de rejeitos minerários. Em 05 de novembro de 2015, essa se rompeu despejando sobre a barragem de água de Santarém (p11) 32,6 milhões de m³ de rejeito, que se juntaram com a água e desceram pela Bacia do Rio Doce até encontrar o mar, matando toda forma de vida aquática pelo caminho, destruindo edificações, povoados, plantações, entre outros, além de modificar profundamente as relações de milhares de pessoas que tinham suas vidas profundamente ligadas ao Rio e às terras às suas margens.

4- Elementos típicos

Planície desértica sem vegetação; poeira alaranjada claro; vegetações nas bordas da barragem pálidas devido à poeira; ausência de animais e água.

5- Interações com outras unidades

A p4 Germano interage diretamente com p3, p9, p20, p2 e p5, ao constituírem o mesmo complexo minerário denominado Germano-Alegria. Interage também com p11, p12, p14, p17 e p18 devido ao desastre tecnológico, do qual o rejeito minerário que carrou e se depositou

em parte sobre estas unidades foi proveniente da barragem de Fundão, localizada em p4. Interage ainda com p27, p14, p13 e p10, ao constituir fonte de emprego para os habitantes dessas localidades, e aos seus funcionários utilizarem-nas para curtas estadias ou para alimentação. Também interage com p21, p6 e p7, que são sítios arqueológicos que estão dentro da área do complexo minerário, e que são áreas que não podem ser mineradas ou utilizadas para barragens devido à existência desses sítios arqueológicos.

6- Valores

Estético

A deposição de rejeitos minerários em barragens a montante, constitui-se em elemento típico dos empreendimentos extrativos minerários do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. Estas barragens aproveitam-se das formações topográficas das regiões nas quais se instalam as minas para criar seus depósitos estéreis. A medida em que estes vales se enchem com rejeito e esses sedimentam, a paisagem se torna árida, desértica, pois este “solo” não é capaz de sustentar vegetação, pois, não encontram nele nutrientes suficientes para terem forças para brotar.

Histórico

A maioria das indústrias extrativas não se preocupa em remover vestígios de ocupações anteriores da terra em que estão explorando, salvo quando estes estão nas áreas de lavra; assim, geralmente, há vestígios nesses locais de tecnologias anteriores de extração, antigas edificações reaproveitadas como abrigos administrativos, além de registros dos mais diversos possíveis usos da terra que podem ter sido soterrados pelos rejeitos minerários. A região como um todo possui diversos sítios arqueológicos, muitos de mineração durante o Ciclo do Ouro, que talvez possam ser encontrados na área em questão. Não há nenhum sítio arqueológico registrado nessa área, mas devido à presença nas áreas vizinhas, cogita-se haver existência destes vestígios também nessa região, que podem estar ocultos sob espessa camada de rejeito sedimentado.

Científico

A área de p4 Germano, possibilita além das pesquisas arqueológicas sobre antigos assentamentos do Ciclo do Ouro e de épocas anteriores, a investigação sobre a evolução dos métodos de extração de minerais na região, bem como a possibilidade de desenvolvimento de novos métodos de criação de barragens mais seguras dos que as de montante, para que desastres como o de 2015 não voltem a ocorrer.

Social

A história de ocupação da região da Paisagem Cultural de Bento Rodrigues está intimamente ligada com a mineração, seja ela do ouro ou do minério de ferro. Assim, existe um forte apego entre certos setores da sociedade com esta atividade econômica. São sentimentos complexos, em grande parte de dependência, devido à geração de empregos, sendo por estas pessoas também associados os sentimentos de progresso, desenvolvimento, e orgulho pelo trabalho humano de transformação, de poder frente à natureza. Para outros, essas paisagens são pouco atrativas, perigosas, e até mesmo repulsivas. No caso de p4 Germano, geram espanto quanto à sua dimensão.

Ainda como em p2 Alegria 1, há a crença no trabalho e desenvolvimento humano, de que a atividade extrativa é fonte de progresso para a sociedade brasileira. Este valor, esta crença, une os trabalhadores destes locais sob uma forte identidade de grupo, intimamente ligado à empresa e aos valores dessa, de forma com que suas ações sobre o território sejam justificadas por esta crença no desenvolvimento e progresso.

Econômico

A paisagem p4 tem forte valor econômico, devido às atividades extrativistas, sendo ela uma das principais fontes econômicas desta região do Estado de Minas Gerais, dependendo o município de Mariana em grande parte da renda arrecadada pelos impostos e pela renda indireta vinda dos trabalhadores desta atividade econômica. De forma antagônica, reside também sobre p4 o vulto do prejuízo causado pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão, rememorando as diversas perdas que este acontecimento acarretou à Samarco e às diversas pessoas ao longo da Bacia do Rio Doce.

7- Forças de mudança e vulnerabilidades

Assim como as minas de extração mineral possuem prazo de validade, as barragens de rejeitos minerários possuem expiração, pois, sua capacidade é finita. Assim, essa paisagem está fadada ao fim de sua utilidade, restando o território explorado para ser utilizado por novas atividades econômicas (ou não). A entrada nesses locais durante seu período de funcionamento é bastante restrita devido às normas de segurança, sendo necessário após o encerramento das atividades, a inspeção do local para garantir segurança aos novos frequentadores, e para investigar possibilidades de recuperação e reutilização do território fragilizado.

8- Representações

FIGURA 78 Barragem de Germano a frente, e ao fundo, trecho da Mina da Alegria.



Fonte: Alice Floripes, 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P_WLbSsWZns

FIGURA 79 Barragem de Germano e cava onde localizava-se a Barragem de Fundão a direita.



Fonte: Reprodução/TV Globo. Disponível em <https://organicsnewsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2016/11/rio-de-lama.jpg>

p13 Bento

1- Categorização

Assentamento > Assentamento do século XVIII > Bento

2- Descrição

A paisagem do povoado de Bento Rodrigues, mais especificamente a parte não atingida pela onda de rejeitos minerários, é marcada por edificações de diversos períodos construtivos, desde casas de pau-a-pique e adobe com telhas de barro, tipicamente coloniais, remanescentes do início da ocupação do território, até edificações mais recentes, em tijolo cerâmico e cobertura metálica. As edificações estão dispostas no terreno em arruamento irregular, com ruas estreitas, estando elas implantadas lado a lado, junto à rua, em lotes também de formato irregular com pomar ao fundo, sem possuir diversas vezes afastamento laterais. Atualmente as edificações encontram-se em sua grande maioria saqueadas, não possuindo mais telhados ou esquadrias. O terreno sobe em direção ao norte, na porção mais alta localiza-se a Capela de Nossa Senhora das Mercês, que permanece oculta da visão de boa parte do território dessa unidade. Da Capela é possível avistar a Serra do Caraça e o final da barragem do Dique S4, onde este esse se encontra com o Rio Gualaxo do Norte. A região ainda se caracteriza pela neblina baixa durante as manhãs, relatada por moradores, encobrendo os morros e a vegetação do restante do vale.

3- Processo histórico

O início da ocupação do território de Bento Rodrigues data do século XVIII com a vinda de bandeirantes em busca de ouro na região. O território viveu fase próspera durante parte do Ciclo do Ouro, foi abandonado parcialmente ao final do ciclo, quando o ouro se tornou escasso e de difícil extração. Após esta fase, os moradores da região passam a viver de pequenos empreendimentos agropecuários, já no século XX, também do turismo proporcionado pelo circuito da Estrada Real.

4- Elementos típicos

Edificações de um e dois pavimentos sem esquadrias e coberturas; lotes irregulares com pomar ao fundo; traçado irregular com ruas estreitas com calçamento em paralelepípedo organizado através de eixo principal; neblina matutina; Capela Nossa Senhora das Mercês e cemitério; cruzeiro com base de pedra; terreno pouco íngreme na porção sul; presença de árvores de médio porte entre as edificações; festas populares e religiosas após o desastre no terreno da Capela.

5- Interações com outras unidades

A p13 está diretamente ligada à p14 Bento S4 e p12 S3 ao formarem o território do mesmo povoado, bem como sua história de formação está ligada à p10 Santa Rita, p19 Camargos, p16 Ouro Fino e p15 Padre Fraga, e às demais paisagens da Estrada Real p30, p33 e p34. Além disso p1 Caraça é um marco territorial a esta unidade, e a paisagem atual de p13 possui relação direta com o desastre de 2015, decorrente das ações nas paisagens p2, p3, p4, p5, p9, p20, p11, todas pertencentes ao Complexo Minerário Germano-Alegria.

6- Valores

Estético

As casas saqueadas constituem em elemento típico dessa paisagem, dando aspecto semelhante a uma cidade que passou por conflitos armados, ou que ainda está em construção, inacabada, tendo sido abandonada às pressas. A existência da Capela de Nossa Senhora das Mercês ajuda a datar o início de ocupação desse território por este povoamento, como arraial mineiro típico do século XVIII.

Histórico

Bento Rodrigues constitui exemplar típico de pequeno povoamento rural mineiro que tem suas origens em decorrência da exploração do ouro durante o século XVIII. Seu assentamento possibilita analisar diversas fases e tipologias de construções residenciais, possuindo desde exemplares de tipologia colonial até edificações mais contemporâneas de auto-construção. A Capela de Nossa Senhora das Mercês, típico exemplar da arquitetura religiosa mineira colonial, com altares em talha de madeira com policromia, cemitério lateral e cruzeiro de madeira com base de pedra, representa a construção típica que marca os pequenos povoados mineiros do século XVIII.

Científico

Os remanescentes do povoado de Bento Rodrigues permitem a investigação a respeito da evolução urbana deste povoado, analisada por sua morfologia urbana e arquitetônica, assim como possui vestígios de tempos passados, que ajudam a entender como os antigos habitantes das Minas Gerais viviam, ocupavam a terra e quais eram as crenças que os moviam.

Social

Os antigos moradores da localidade ainda voltam para visitar esta parte do povoado de Bento Rodrigues, diversas vezes pernoitando nas edificações que foram saqueadas, que foram adaptadas provisoriamente para abrigá-los quando retornam ao território para realizar suas

festividades, sejam elas religiosas ou não, ou mesmo apenas para visitar o território e ali permanecer durante os finais de semana. Há uma forte coesão social entre o grupo dos atingidos e um forte senso de pertencimento. Mesmo que o território tenha sido arrasado, a necessidade de retornar a esta unidade de paisagem, a qual eles reconhecem como lar é evidente, sendo demonstrada constantemente pelos atingidos ao expressarem o desejo de voltar ao território que lhes pertence, sem que haja nenhuma restrição.

P13 Bento constitui em importante formador da identidade Bento Rodriguense, tendo qualidades de grande relevância para seus moradores, sendo o lugar aos quais esses se reconhecem e atribuem à sua formação, abrigando a história de seus antepassados, e local onde muitos pretendiam criar seus filhos e netos, e permanecer ao longo da vida.²⁰⁶ Tal reconhecimento da importância do lugar como formador de suas identidades é reforçado pelo retorno dos antigos moradores à localidade para realizar o sepultamento de seus mortos no cemitério da Capela de Nossa Senhor das Mercês, bem como as demais festividades religiosas, que outrora eram divididas entre a respectiva capela e a Capela de São Bento, localizada na parte atingida pela lama do território do povoado.

Econômico

O povoado é parte integrante do Circuito Estrada Real e no passado desfrutava disto ao receber principalmente aos finais de semana, viajantes e trilheiros, que passeavam pelo Circuito. Possuíam também uma cooperativa de produção de geléia de pimenta biquinho, que foi interrompida devido ao desastre.

7- Forças de mudança e vulnerabilidades

O povoamento ainda está em área de risco e possui entrada restrita no momento, controlada pela empresa SAMARCO. Mesmo com tal controle na entrada, o local é alvo constante de saqueadores que destroem o que restou das edificações não atingidas pelo rejeito, sendo esta ação mais uma violência para com os antigos moradores. Por falta de uso constante, a Capela das Mercês também experencia um processo de degradação mais acelerado.

²⁰⁶ PPGAPS, 2018.

8- Representações

FIGURA 80 Edificação de Bento Rodrigues saqueada após o desastre em 2016.



Fonte: Lucas Salgado, 2016.

FIGURA 81 Área de Bento Rodrigues com edificações que não foram atingidas pelo desastre



Fonte: Anielle Freitas, 2016.

p14 Bento S4

1- Categorização

Desastre tecnológico > Assentamento do século XVIII > Bento S4

2- Descrição

Vista de longe, a unidade p14 Bento S4 aparenta ser um grande campo de vegetação rasteira verde com pequenos cocurutos, como cupinzeiros, dispersos pelo território, ao lado de um lago, localizada no fundo de um vale. Quando se aproxima da área, é então possível observar, em primeiro plano, que os cocurutos se tratam na verdade das ruínas das edificações da localidade, que foram atingidas pela onda de rejeitos minerários e adquiriram coloração alaranjada devido à oxidação dos minerais. O verde, proveniente da vegetação plantada sobre a camada de lama de rejeitos, ajuda a amenizar o impacto da destruição, escondendo sob moitas de capim e mamona, as ruínas e a camada de rejeito sedimentado, não se assemelhando em nada às imagens impactantes do povoado logo após o desastre. Em segundo plano, o terreno é cortado por diversas curvas de nível feitas para o trânsito dos caminhões que transitavam pelo local realizando obras de construção dos diques S3 e S4. Para um desavisado, o dique S4 é apenas um lago ao lado de um antigo povoado. Para quem conhece a história, ele esconde sob outra camada, mais uma parte da verdadeira Bento, como diriam os atingidos. Abaixo do espelho d'água, há resquícios arqueológicos do Ciclo do Ouro, as casas dos atingidos, mais uma parte da história escondida. Ao longe, como pano de fundo, é possível avistar a Serra do Caraça, marcando sua presença junto ao povoado, além de parte da barragem de Germano, não nos deixando esquecer do perigo iminente das ações decorrentes da atividade minerária. Além disso, ainda é possível distinguir na paisagem algumas árvores dispersas, que sinalizam a altura em que a lama chegou durante o desastre e que ainda insistem em sobreviver no território arrasado. Muitas já morreram, apenas permanecem ali como lembrança de tempos de outrora, assim como as ruínas da Capela de São Bento ao lado do S4, que marcam a paisagem ajudando a se localizar pelo território. Também se encontram pelo caminho diversos objetos pessoais dos atingidos espalhados pelo terreno, juntamente com mensagens de resistência e protesto escritas nas paredes das edificações que restaram de pé.

3- Processo histórico

O início da ocupação do território de Bento Rodrigues data do século XVIII com a vinda de bandeirantes em busca de ouro na região. O território viveu fase próspera durante parte do Ciclo do Ouro, foi abandonado parcialmente ao final do ciclo, quando o ouro se tornou escasso e de difícil extração. Após esta fase, os moradores da região passam a viver de pequenos

empreendimentos agropecuários e já no século XX do turismo proporcionado pelo Circuito da Estrada Real. Em 05 de novembro de 2015 a área é atingida pela onda de rejeitos minerários oriundos da barragem de Fundão, levando consigo grande parte das edificações e demais materialidades existentes no território, deixando espessa camada de lama, soterrando as pré-existências. Posteriormente parte da área é alagada pela construção do dique S4, que em teoria, possui caráter provisório.

4- Elementos típicos

Marcas de lamas nas edificações; capim, cana-de-açúcar, mamona e outras vegetações crescendo sobre a camada de rejeitos de minério; dique S4 alagando grande parte da área encobrendo edificações destruídas pela lama e sítios arqueológicos; muros de pedra; ruínas da Capela de São Bento e seu assoalho de campas de madeira; vestígios da Praça de São Bento; pertences pessoais dos atingidos espalhados sobre a lama e a vegetação; árvores dispersas pelo terreno sem folhas, mortas, com marcas de lama e objetos pendurados; diques de contenção em pedra.

5- Interações com outras unidades

A p14 está diretamente ligada à p13 Bento e p12 S3 ao formarem o território do mesmo povoado, bem como sua história de formação está ligada à p10 Santa Rita Durão, p19 Camargos, p16 Ouro Fino e p15 Padre Fraga, e às demais paisagens da Estrada Real p30, p33 e p34. Além disso, p1 Caraça é um marco territorial a esta unidade, e a paisagem atual de p14 possui relação direta com o desastre de 2015, decorrente das ações nas paisagens p2, p3, p4, p5, p9, p20, p11, todas pertencentes ao Complexo Minerário Germano-Alegria.

6- Valores

Estético

A experiência estética causada por Bento Rodrigues é marcada pelo constraste entre a natureza pujante do vale no qual se localiza e as ruínas do antigo povoado, com seu cenário de destruição, com edificações arruinadas, objetos espalhados e a marca da lama em todo o

lugar que se olha.²⁰⁷ A vegetação plantada sobre a camada de lama ameniza a visão para quem avista a localidade de longe.

Histórico

Os remanescentes de Bento Rodrigues são os testemunhos do desastre ocorrido em 2015, sendo evidências de parte do antigo povoado que outrora ali existiu, “elo entre o que foi e o que ainda é significativo para seus antigos moradores”.²⁰⁸ O local se tornou símbolo do desastre, se tornando referência nacional e internacional das consequências e dos impactos causados devido à atividade minerária.

Científico

Os remanescentes do povoado de Bento Rodrigues constituem testemunhos do passado e possuem grande potencial para investigação arqueológica a respeito desse assentamento, sua história e desenvolvimento. As ruínas da base da Capela de São Bento merecem destaque devido ao potencial arqueológico, pela existência de campas mortuárias no piso da antiga nave, além de, sob o espelho d'água existirem diversos elementos com potencial de investigação arqueológica, como os muros de pedra e outras construções datadas do Ciclo do Ouro.

Social

Há uma forte coesão social entre o grupo dos atingidos e um forte senso de pertencimento. Mesmo que o território tenha sido arrasado, a necessidade de retornar a esta unidade de paisagem, a qual eles reconhecem como lar, é evidente, sendo demonstrada constantemente pelos atingidos ao expressarem o desejo de voltar ao território que lhes pertence, e de se conectar ao seu lugar de origem, atribuindo inclusive a esses valores sociais a sua sobrevivência ao desastre.²⁰⁹ “Para os atingidos, a manutenção desse lugar e de suas práticas é condição fundamental para a continuidade dos valores sociais e espirituais que conformam sua identidade e preservam sua memória.”²¹⁰

Os remanescentes do povoado simbolizam a sobrevivência dos antigos moradores ao desastre, sendo também símbolo da resistência dessas pessoas e de sua identidade como grupo. Sua ligação com o lugar é tão forte, que os atingidos retornam constantemente ao

²⁰⁷ PPGACPS, 2018.

²⁰⁸ PPGACPS, 2018, p.4.

²⁰⁹ PPGACPS, 2018.

²¹⁰ PPGACPS, 2018, p.4.

território atingido para a realização de suas festividades religiosas como a festa de São Bento, realizada no ano seguinte a tragédia sobre os remanescentes da Capela.

Econômico

O vale no qual se localiza Bento Rodrigues sempre foi de interesse de aquisição da empresa SAMARCO, por constituir em local propício à construção de uma barragem de contenção de água, para a filtragem da água proveniente das barragens de contenção de rejeito a montante antes de ser despejada no curso d'água a jusante. Devido ao desastre, isto realmente ocorreu através da construção do dique S4, que explora parte desse potencial. Esta unidade ainda oferece possibilidades de exploração econômica através do turismo com o Circuito Estrada Real, além do turismo proporcionado pela visitação do povoado atingido pelo desastre.

7- Forças de mudança e vulnerabilidades

O dique S4, que em teoria possui caráter de existência provisório, esconde sob seu espelho d'água diversos sítios arqueológicos, e outros remanescentes do povoado. Ainda não se sabe qual o nível de deterioração que esse alagamento irá causar ao terreno e a estes remanescentes, sendo apenas possível medir isto após seu esvaziamento, marcado para final de 2019. O povoado ainda se encontra em área de risco, sendo possível avistar ao longe a barragem de Germano, que assim como Fundão se rompeu, esta também pode se romper em determinado momento. Há por parte da empresa SAMARCO o desejo de voltar suas atividades minerárias na região, aumentando a potencialidade da vulnerabilidade desta unidade de paisagem.

8- Representações

FIGURA 82 Edificações atingidas de Bento Rodrigues em 2016.



Fonte: Anielle Freitas, 2016

FIGURA 83 Dique S4 a direita, e povoado de Bento Rodrigues a esquerda da imagem, dois anos após o rompimento da barragem.



Fonte: SAMARCO, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8TN1RUItO2I>

FIGURA 84 Dique S4



Fonte: SAMARCO, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8TN1RUItO2I>

FIGURA 85 Inscrição nas paredes das edificações remanescentes: “Jesus ama o povo de Bento Rodrigues” e “SAMARCO queria nos matar, mas Jesus nos salvou”



Fonte: Anielle Freitas, 2016

FIGURA 86 Árvores remanescentes do terreno



Fonte: Anielle Freitas, 2016

p15 Morro do Fraga

1- Categorização

Sítio arqueológico > Sítio arqueológico Ciclo do Ouro > Morro do Fraga

2- Descrição

A paisagem da unidade p15 Morro do Fraga é marcada pelo vale do leito do córrego Ouro Fino, que possui nascente nessa área, que corta a área de norte ao sul, sendo um talvegue que possui a mina de Fábrica Nova como limite ao norte junto a cumeada do morro. O local, conhecido como Morro do Fraga, possui este nome devido à existência durante o Ciclo do Ouro de uma fazenda e de um núcleo de mineração pertencentes à João Gonçalves Fraga. Hoje, as ruínas dessas instalações encontram-se escondidas entre a mata fechada, sendo acessadas através de trilhas que partem desde a Estrada Real mais ao norte, ou desde o povoado de Bento Rodrigues subindo o leito do córrego. Além da ruína da Capela de São Gregório, das quais as bases e a fachada frontal de pedra se revelam por entre a mata, existem áreas onde foram encontrados fragmentos de louça azul, que ajudaram a dar nome a um dos sítios arqueológicos da região.

Cheguei finalmente ao Morro do Fraga. Raramente vi um casarão tão bonito quanto esse: uma fazenda solitária situada em cima de uma colina verde, composta da casa principal e muitas habitações secundárias de tamanho menor e que ladeavam um terreiro quadrado muito limpo. Do lado oposto da casa havia, nos cantos, duas guaritas e, ao centro, um grande portão de ferro. A fazenda fica perto do arraial Bento Rodrigues e próxima à estrada, dominando os arredores. Desse modo pude avistá-la já de longe (HASENCLEVER, 2015. p.161)²¹¹.

3- Processo histórico

A ocupação de p15 Morro do Fraga também data do século XVIII através da corrida pelo ouro nas Minas Gerais. Inicialmente a região foi ocupada pelo Sargento-mor Gregório Pereira Lima, que posteriormente vende as terras à João Gonçalves Fraga, tendo a Capela do terreno data

²¹¹ Descrição de Erns Hasenclever, comerciante alemão, da área do Morro do Fraga quando em visita por Minas Gerais durante o ano de 1839.

de construção anterior a 1732.²¹² A fazenda que outrora ocupava este território possuía além de pequenas plantações voltadas à subsistência, uma pequena lavra, além de um pequeno alambique de produção de aguardente, sobre o qual os antigos moradores de Bento Rodrigues, relatam que abastecia as lojas de bebidas e empórios do local. Posteriormente a João Fraga, as terras foram ocupadas por seu sobrinho Estevão Gonçalves Fraga e por volta de 1770, por Domingos Pereira Fraga, que havia se ordenado padre.²¹³ Este pequeno sítio se tornou referencial geográfico aos viajantes que iam de Bento Rodrigues para Santa Rita Durão, sendo inclusive descrito em relatos de viajantes, como por Ernst Hasenclever em 1839.

4- Elementos típicos

Ruínas de pedra da capela de São Gregório e outras edificações; restos de louças azul; vale definido pelo curso do córrego Ouro Fino; corredor de vegetação de mata fechada sobre curso d'água; terreno íngreme; presença de trilha utilizada por caminhantes ou motocross, provavelmente mesmo caminho utilizado pelos antigos viajantes na região (a estrada atual não passa mais por este vale).

5- Interações com outras unidades

Sua história de ocupação está diretamente ligada com p13, p14, p16, e com a existência do caminho que passava por estas unidades, além de p19, p18, p33 e p10. Na atualidade está diretamente relacionada com a expansão de p15, sendo a cumeada que faz seu limite ao norte a barreira física de expansão da mina de Fábrica Nova sobre o talvegue do córrego Ouro Fino e os sítios arqueológicos da região.

6- Valores

Estético

As ruínas encontradas em p15 Morro do Fraga possuem claro valor de anciandade,²¹⁴ despertado pela experiência estética que estas construções possuem. As ruínas exercem sobre o homem moderno, de acordo com Riegl (2016), um efeito tranquilizador, sendo elas testemunhas do inalterável curso da natureza, ao qual estamos todos sujeitos, diferente das ruínas do povoado de Bento Rodrigues, que tiveram sua existência bruscamente alterada através do desastre de 2015, que provoca inquietude.

²¹² CASA SETECENTISTA. Patrimônio (Escritura de dote e hipoteca) da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento. Livro de Notas 41 (1731-1733), 1º Ofício, p.11. apud PÓLEN, 2017

²¹³ PPGACPS, 2018.

²¹⁴ RIEGL, 2016.

Histórico

As ruínas de p15 Morro do Fraga, são relatos de um período passado, no qual as técnicas construtivas e as formas eram diferentes das atuais, possuindo valor de ancianidade, juntamente com valor estético e valor histórico agregado, já que o valor de ancianidade esta associado a esta instância dupla de valoração. P15 Morro do Fraga ainda faz parte do antigo caminho utilizado pelos bandeirantes e outros viajantes, entre Bento Rodrigues e Santa Rita Durão, configurando-se em local de pouso, bem como local de mineração à mesma época. Suas ruínas constituem registros de antigas formas de morar, da religiosidade dos moradores da região e das formas de minerar do passado.

Científico

Como sítio arqueológico registrado possui grande possibilidade para pesquisas arqueológicas sobre métodos de mineração durante Ciclo do Ouro, formas de viver e técnicas construtivas com pedra, principalmente.

Social

A região possui diversas trilhas de acesso a pé ou por motos, sendo ponto de referência para aqueles que buscam atravessar o território da região não utilizando das estradas convencionais, explorando os morros e matas da área, para turismo de aventura ou trekking. Ainda, as ruínas da Capela de São Gregório (FIGURA 87) possuem valor espiritual ao constituírem em remanescentes das práticas espirituais de outrora.

Econômico

A região possui grande potencial para práticas de ecoturismo, trekking e motocross. Também possui potencial de exploração minerária, que não ocorre na região devido à existência do sítio arqueológico registrado junto ao IPHAN e da nascente do córrego Ouro Fino.

7- Forças de mudança e vulnerabilidades

A área de p15 faz divisa com p5, área na qual se localiza a mina de Fábrica Nova, que possui direito de lavra até a cumeada do vale que faz a divisa entre essas duas áreas. Assim, a expansão desta lavra constitui em risco para p15, além de modificar as vistas do seu entorno. Não há também uma delimitação específica do sítio arqueológico da região, protegido apenas pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Além disso, as ruínas existentes na área sofrem deterioração por intemperismos e pela ação antrópica, principalmente devido às práticas de motocross, entre outras atividades não regulamentadas, dentro da área do sítio arqueológico, que não possui nenhum tipo de controle de entrada ou diretrizes de conservação.

8- Representações

FIGURA 87 Ruínas da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Lucas de Godoy, 2017. PPGACPS, 2018.

4.2.4. Validação da análise e caracterização da paisagem

Por fim, como visto nos diversos estudos utilizados como estudos de caso e apresentados parcialmente neste trabalho, reforça-se o caráter didático acadêmico desta análise e caracterização da paisagem, não tendo ela, objetivo de se tornar uma caracterização final do objeto de estudo, mas, apenas servir como um estudo preliminar, visando demonstrar a viabilidade da aplicação do método de análise e caracterização da paisagem sobre o território de Bento Rodrigues, bem como em outros territórios brasileiros.

Após as etapas supracitadas, reitera-se a necessidade de retorno a campo para conferência das informações descritas, além do acréscimo de novas informações que porventura possam surgir ao longo do trabalho, e, após isso, há a necessidade de realização de novas atividades e entrevistas com os atores, para que, desta forma, sejam validados os valores e atributos atribuídos a cada unidade de paisagem, a partir de suas perspectivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um tipo particular de paisagem industrial é o cenário da mineração. A mineração transforma a paisagem natural em uma paisagem industrial e, após seu fechamento (sic), torna-se uma paisagem cultural. Com o fim da exploração, a relação entre a natureza e o homem não desaparece. O lugar torna-se então o suporte da história, uma testemunha da memória coletiva das pessoas do lugar, e os diferentes elementos nela encontrados em símbolos e transmissores de significados que identificam uma comunidade. (MECD, 2015, p.10)²¹⁵

Como vimos, a construção do conceito de paisagem se consolida no mundo ocidental a partir da Revolução Industrial, quando o homem passa a conceber a noção de progresso como algo voltado ao mundo exterior e não mais ao crescimento interior do ser. Como constatado por John Ruskin, o homem passa a representar as paisagens a partir do momento em que essas estão sujeitas a fortes transformações e conseqüentemente ao desaparecimento. É a Revolução Industrial que faz o homem ocidental voltar seu olhar para a paisagem, passar a pintá-la, notá-la, nomeá-la. É a partir de seu distanciamento, da destruição da paisagem, que se tem ciência de sua existência e da necessidade de sua preservação. Aquilo que antes era uma imagem segura, passa a estar sujeita a se apagar, devido à velocidade das mudanças que o mundo moderno trazia consigo. É interessante notarmos, que vai ser neste mesmo período que também surgem os bens e paisagens que posteriormente serão valorizados e reconhecidos como “patrimônio industrial”. Dessa forma, podemos dizer que, a noção de paisagem e o patrimônio industrial surgem como antagonistas em um mesmo período; assim sendo, podemos perceber também que ambos os conceitos caminham juntos desde o princípio, constituindo-se em consequência e causa.

Sendo a paisagem detentora e portadora de identidade, é interessante notarmos que a paisagem industrial também possui tais atributos, mesmo que seja o fruto não “harmônico” da interação homem x natureza. De certo modo, ela é para alguns atores, símbolo do progresso e desenvolvimento, reflexo direto da visão de que a exploração faz parte do progresso, sendo uma dor necessária para se alcançar futuros avanços e recompensas. Analisando a história das indústrias, vê-se que essas buscavam criar entre seus trabalhadores, principalmente no século XX, uma noção de identidade de grupo, criando uma ligação entre essas pessoas diversas, que muitas vezes se aventuravam por terras desconhecidas em busca de trabalho.

²¹⁵Tradução nossa.

Tal ação se tornava necessária para que seja menos difícil sobreviver à distância de seus grupos sociais originais, ou mesmo frente às dificuldades impostas pelo trabalho, de modo com que trabalhem, lidem e preservem a empresa e suas práticas, e reproduzam seus valores, como se esses lhes fossem próprios. Assim, se a paisagem é o reflexo de como a sociedade entende a cultura e como a materializa no espaço, a paisagem industrial, sendo símbolo de seu trabalho árduo, será familiar àquele grupo que a cria e a modifica, atribuindo-lhe valores e significados que provavelmente não serão compartilhados com outros grupos de atores.

Como dito pelo *Ministerio de Educación, Cultura y deporte* espanhol (2015), a paisagem existe como tal, independente de seus méritos, independente dos julgamentos que fazemos sobre ela, sem que seja preciso descreve-la como notável ou bela, incorporando implicitamente a dimensão temporal, juntamente com a percepção, das relações entre as forças naturais e a ação do homem, que definem o caráter de cada paisagem, mostrando que, ela é uma entidade completa, na qual elementos naturais e culturais devem ser considerados simultaneamente²¹⁶, distanciando-se da ideia já ultrapassada, de que a paisagem deve merecer atenção apenas quando é pano de fundo à monumentos e outros elementos notáveis, ou que, deve ser bela para que seja merecedora de salvaguarda por si própria.

Quanto à questão do reconhecimento dessas paisagens culturais industriais, principalmente as paisagens culturais minerárias, bem como do patrimônio minerário em geral, vê-se que esta prática ainda é pouco difundida no Brasil, mas, já recebe em diversos países, especialmente naqueles pós-industrializados, maior atenção e reconhecimento, a partir da constatação de que todas as paisagens são paisagens culturais, e carecem de cuidado, sendo necessário determinar e analisar primeiro, qual é o caráter e os valores que definem essa paisagem e os atores que agem sobre ela, para que, posteriormente, decida-se como lidar com o dinamismo deste ambiente e sua gestão.

Os principais países onde encontramos este tipo de prática e reconhecimento das paisagens minerárias, com políticas públicas consolidadas, em sua grande parte estão localizados na Europa, devido à influência da Convenção Europeia da Paisagem. Destes, destacamos neste trabalho a Grã-Bretanha e Espanha, tendo o primeiro começado a desenvolver seus estudos de caracterização e análise da paisagem já nos anos de 1990, uma década antes da Convenção. A experiência de ambos os países é muito válida, principalmente quando se analisam as metodologias utilizadas sobre esta mesma tipologia de paisagem cultural.

²¹⁶ MECD, 2015, p.6.

Enquanto o primeiro realiza uma análise que se considera mais abrangente, incorporando melhor a questão da dimensão histórica e da percepção em seu instrumento nacional de caracterização das paisagens, o segundo, possui um instrumento que realiza uma análise que leva em conta mais as questões geomorfológicas da paisagem, porém, possui um plano nacional e um fórum²¹⁷ específicos para discutir e lidar com a questão do patrimônio industrial.

No caso de Minas Gerais, percebe-se que por mais que a ocupação do Estado tenha se dado devido à exploração minerária, e que, este ainda viva em grande parte desta atividade econômica, encontramos poucos exemplos de patrimônios industriais relacionados à mineração reconhecidos e salvaguardados. A grande maioria dos bens industriais que se encontra, se resumem às cidades de origem minerária do Ciclo do Ouro, antigas indústrias têxteis e usinas elétricas desativadas, fazendo com que ainda se tenham lacunas de certos períodos da industrialização e de certas tipologias.

Retomando a questão das paisagens culturais de modo geral, Ribeiro (2007) diz que, vai ser “na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado.”²¹⁸ No Brasil, o instrumento que havia se criado para lidar com esta tipologia de patrimônio, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira encontra-se sobrerrestado, devido principalmente à incapacidade de se conseguir criar o pacto inicial entre os atores, para a gestão compartilhada da paisagem nos moldes formulados pela Portaria 127/2009. Além disso, a Chancela apenas reconhece paisagens “notáveis”, relegando a segundo plano aquelas que não possuem caráter excepcional, o que nos faz refletir que a Chancela, vista como um instrumento de terceira geração de proteção²¹⁹, deveria explorar seu grande potencial para que, a salvaguarda e gestão das paisagens, seja vista de maneira mais integrada e abrangente, superando a ideia das “excepcionalidades”, que, de certa forma, ainda está contida na qualificação “notável”. Para isso, no entanto, dependeríamos de adaptações na própria normativa e no conceito de paisagem que se tem em conta para que o instrumento da chancela se torne possível, uma vez que, nenhum caso das paisagens culturais brasileiras já identificadas, conseguiu se adaptar e atender a todos os pré-requisitos necessários à sua aplicação.

²¹⁷ V Congreso para la Conservación del Patrimonio Industrial y la Obra Pública da España em Ferrol, 2009, promovido pelo TICCIH-ES.

²¹⁸ RIBEIRO, 2007, p.111.

²¹⁹ CASTRIOTA, 2009.

Assim, consideramos que, ainda é necessário pensar na paisagem e em seu instrumento de reconhecimento, análise e gestão, como algo que ultrapasse o campo do patrimônio cultural, se tornando um forte instrumento de gestão territorial, como visto no caso da análise e caracterização da paisagem britânica. Este trabalho buscou mostrar, a partir do exercício acadêmico de análise e caracterização da paisagem cultural de Bento Rodrigues, a aplicabilidade do método e algumas das possibilidades que se abrem a partir desta primeira etapa. No caso de serem reconhecidas paisagens que carecem de maior atenção que outras, observa-se que já possuímos no âmbito das normativas brasileiras diversos instrumentos que podem ser utilizados para sua salvaguarda, tais como, as normativas concernentes aos sítios arqueológicos e outras existentes em nossa legislação ambiental. Nessa perspectiva, esta primeira etapa de reconhecimento também possibilita que se tenha previamente uma noção das unidades de paisagens que poderiam, por exemplo, receber investimentos oriundos das atividades de compensação para direito de mineração ou da construção de barragens.

Outro ponto que procuramos demonstrar com este trabalho é que, a adoção da análise de paisagens e bens culturais a partir da significância cultural e dos valores torna sua leitura mais rica e abre maiores possibilidades de uma gestão e salvaguarda futuras, que estejam mais alinhadas com os atores envolvidos com o “objeto” em questão, podendo inclusive, tais ações servirem como possibilidades de abertura de diálogo entre esses atores. Monediaire (2010) reforça essa necessidade de envolvimento de todos os atores implicados, sejam eles institucionais ou da sociedade civil, dizendo que estes “devem poder tomar parte na concepção e realização das políticas da paisagem através de procedimentos de participação popular,”²²⁰ sendo preciso envolver mais os atores também para que os valores e atributos sejam melhor identificados e acessados, o que torna o trabalho de caracterização da paisagem mais rico e completo.

Fonseca (2005) diz que a análise a partir dos valores ainda “põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc.”²²¹ que relativizavam o critério do saber e relegavam a questão do reconhecimento do patrimônio cultural mais a uma questão de relações de poderes. Ao mesmo tempo, esta perspectiva deslocaria o foco dos

²²⁰ MONEDIAIRE, 2010.

²²¹ FONSECA, 2005, p.112.

bens, valorizados antes por “sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico” para a “dinâmica de atribuição de sentidos e valores”, mostrando que os bens não valem mais por si mesmos, mas sim por valores subjetivos a eles atribuídos, pois, “quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido”²²²; sendo assim, o patrimônio cultural, então é, sempre uma construção social.

Além disso, da mesma forma que o *Cornwall County Council* (2008, p.2), afirma que toda a Cornualha e toda a Grã-Bretanha “são uma paisagem histórica”, que “nenhum lugar não é afetado pelas ações das pessoas” e que “tudo também é percebido, experimentado e considerado pelas pessoas”, não havendo, portanto, nenhum lugar que se considere puramente natural, podemos considerar também que o território de Bento Rodrigues e adjacências constitui uma paisagem histórica, conseqüentemente uma paisagem cultural, sendo a compreensão do que ela é hoje produto da ação e da percepção humana, que construíram a paisagem ao longo do tempo, resultando na paisagem cultural hoje existente. Deste modo, a paisagem cultural de Bento Rodrigues seria então, um representante significativo dentro da cultura minerária brasileira, da forma como um grupo social materializou no espaço seu entendimento perante a natureza e a forma como enxerga o mundo: terreno para exploração, a serviço do homem e de seu progresso.

Além disso, podemos notar que, especificamente as unidades de paisagem p13 Bento e p14 Bento S4, que foram caracterizadas neste trabalho, podem, a nosso ver, ser reconhecidas ainda como “patrimônios da dor”, da mesma forma que o Memorial do Holocausto em Berlim ou o Memorial da Bomba Atômica em Hiroshima. Esses lugares devem ser preservados para que, os acontecimentos a eles ligados sejam lembrados, para que tais partes da história contemporânea não sejam esquecidas e que essas experiências dolorosas possam ser refletidas, repensadas. Nesses casos, eles podem servir também para que o modo como lidamos, como sociedade, com os outros homens e com a natureza, possa ser revisto, contestado, relembrando o poder destrutivo que o homem possui, e que, conseqüentemente, se reflete na busca pelo progresso desenfreado visando primeiramente o lucro, sem se importar com as conseqüências.

Ainda pode-se dizer que, mesmo com a sua destruição física, essas unidades de paisagem continuam constituindo referências no tempo e no espaço para o grupo social que ali vivia e para aqueles que ali passavam. Neste caso, a paisagem pós-desastre, símbolo da tragédia socioambiental do rompimento da barragem de Fundão, constitui parte importante da história

²²² FONSECA, 2005, p.112.

deste grupo, como também faz parte, por sua magnitude e simbolismo, sem dúvida, da história de nosso país. O desastre, mesmo não sendo um evento benéfico, faz parte da história daquela paisagem cultural, assim como fazem parte da paisagem de Hiroshima ou de Berlim os eventos que originaram aqueles locais associados à dor e à vergonha que citamos anteriormente. Nesta linha, podemos ainda afirmar que a proteção e o reconhecimento de Bento Rodrigues como símbolo da tragédia do rompimento da Barragem do Fundão e da destruição do Rio Doce está ligado diretamente à questão da necessidade de se criarem suportes para a memória, como defendido por Françoise Choay (2009), pois, os meios físicos auxiliam na transmissão das memórias a gerações futuras e presentes, que não vivenciaram os fatos ali ocorridos ou para aqueles que não possuem vínculos com esta determinada paisagem.

Bento (representada por p13 e p14) antes da tragédia era apenas mais uma das tantas paisagens culturais minerárias que compõem o Estado de Minas Gerais, mais uma entre tantas outras, mais um povoado entre tantos outros que surgiram com a mineração durante o século XVIII. No entanto, estas unidades específicas da paisagem acabam se tornando excepcionais a partir do desastre, que as eleva a outra categoria, ganhando a importância como “sítio de memória” que pode vir a se transformar num “sítio de consciência”, como defendido no Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues (2018) que vem sendo elaborado por equipe ligada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da UFMG e o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL) desde 2016.

Por fim, podemos observar que essas unidades, por mais que possuam seus territórios arrasados, representam a força e o poder de renascimento, a partir de seus ex-moradores, os atingidos, que desde o desastre buscam se refazer, reconstruir suas histórias e manter seus valores, que ainda se mantêm ligados com a paisagem cultural, mesmo que a materialidade tenha se modificado profundamente. O valor ainda resiste, o valor ainda permanece, por mais que a “verdadeira Bento”, como eles a conheciam, não exista mais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Renata Ribeiro. **Recuperação de áreas degradadas pela mineração em regiões de interesse patrimonial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- ACCIOLY, Sabrina M. D. L. **Uso futuro de áreas mineradas e o meio urbano: o caso de Águas Claras**. Belo Horizonte: UFMG, 2012. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ALBA DORADO, María Isabel. El paisaje industrial: enfoques metodológicos en su investigación desde su consideración como paisaje cultural. 2016. In **I Congreso Internacional de Patrimonio Industrial y de la Obra Pública: Nuevas estrategias en la gestión del Patrimonio Industrial**. Sevilla: Fundación Patrimonio Industrial de Andalucía, 2016. p.478-484.
- ALBA DORADO, María Isabel. Paisajes de la memoria: Hacia una definición del paisaje industrial como paisaje cultural. 2009. In **Patrimonio industrial y paisaje**. V Congreso Conservación del Patrimonio Industrial y de la Obra Pública en España. Ferrol, 2009. p.447-452.
- ALBA DORADO, María Isabel; ALBA DORADO, María Araceli. El paisaje industrial: estrategias de intervención y gestión. 2015. In **Espacios Industriales abandonados**. Gestión del Patrimonio y Medio Ambiente. v15. CICEES, 2015. p.593-599.
- ÁLVARES, Karlla Valladares. **O Eixo Turístico Mariana-Santa Bárbara: paisagens e lugares turísticos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. O tombamento na preservação de áreas naturais. p.41- 44. In SPHAN. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº19**. Rio de Janeiro, 1987.
- ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. São Paulo, 1936. in IPHAN. Mário de Andrade. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº30**. Rio de Janeiro, 2002.
- ASOCIACIÓN DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL. INCUNA – Industria, cultura, naturaliza. 2018 Disponível em < <http://incuna.es/> > Acesso em 15 de maio de 2018.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994
- AZEVEDO, Gabriela; PONTUAL, Virginia; ZANCHETTI, Silvio. “Declaração de significância; um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico.” In **XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado**. Bauru, SP, 2014.
- BALTAZAR, Orivaldo Ferreira; RAPOSO, Frederico Ozanam (Orgs.). **Mariana: folha SF.23-X-B-I: Estado de Minas Gerais. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil - PLGB**. Brasília: DNPM; CPRM, 1993.
- BARBOSA, Liriane Gonçalves; GONÇALVES, Diogo Laercio. As paisagens em geografia: diferentes escolas e abordagens. **Élisée**, Revista de Geografia da UEG, v.3, n.2, p.92-110, UEG: Anápolis, 2014
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1979.
- BAUDELAIRE, C.; RUSKIN, J.; KERN, D. **Paisagem moderna: Baudelaire e Ruskin**. Tradução de Daniela Kern. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BENTLEY-FOX, H.; ROGERS, S. **Forgotten Landscapes: Landscape Strategy**. Blaenavon: Torfaen County Borough Council, 2008.
- BERQUE, A. **Landscape and the overcoming of modernity - Zong Bing's principle**. The cultural approach in Geography. Seoul: IGU Study Group. Agosto 2000.

BLAENAVON PARTNERSHIP. **Blaenavon Industrial Landscape World Heritage Site Management Plan 2011-2016**. Blaenavon: Torfaen County Borough Council, 2011.

BLAENAVON PARTNERSHIP. **Blaenavon Industrial Landscape, proposed World Heritage Site: Management Plan**. Blaenavon: Blaenavon Partnership, 1999.

BLAENAVON PARTNERSHIP. **Blaenavon World Heritage Site**, 2016. Disponível em: <<http://www.visitblaenavon.co.uk/en>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

BLAENAVON PARTNERSHIP. **Nomination of the Blaenavon industrial landscape for inclusion in the World Heritage List**. Blaenavon: Blaenavon Partnership, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 24.642 de 10 de julho de 1934**. Código De Minas Da Republica Dos Estados Unidos Do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24642.htm>. Acesso em: 29 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 44.851, de 11 de novembro de 1958**. Promulga a Convenção e Protocolo a proteção de bens culturais em caso de conflito armado. Haia, 1954. 1958

BRASIL. **Decreto nº 9.002 de 20 de fevereiro de 1946**. Autoriza a Companhia Siderúrgica Nacional a desapropriar os bens que menciona. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9002-20-fevereiro-1946-416902-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto nº7.257, de 4 de agosto de 2010**. Regulamenta a Medida Provisória no 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre o reconhecimento de situação de emergência e Estado de calamidade pública, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7257.htm> Acesso em 05 de maio de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Histórico da flora de Ipanema. **Floresta Nacional de Ipanema**. 2018. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/flonaipanema/quem-somos/historico-da-flona-de-ipanema.html>> Acesso em 05 de maio de 2018.

BRASIL. **Instrução normativa nº01, de 24 de agosto de 2012**. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou Estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Brasília. 2012.

BRASIL. **Lei 11.483, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Brasília, 2007 Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm> Acesso em 05 de maio de 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, 1961. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm> Acesso em 05 de maio de 2018.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Itabira: "Cidade do Ferro" vive futuro incerto com a possibilidade do fim do minério. **Mineração**. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/camara-noticias/camara-destaca/mineracao/itabira-cidade-do-ferro-vive-futuro-incerto-com-a-possibilidade-do-fim-do-minerio>> Acesso em: 05 de maio de 2018.

CANADIAN REGISTER OF HISTORIC PLACES. **Writing Statements of significance**. 2006. Disponível em: <http://www.historicplaces.ca/media/21054/sos_guide_final_e_new_design.pdf> Acesso em: 08 de junho de 2017.

CARSALADE, Flávio. Mineração e patrimônio cultural: uma análise comparada entre a experiência brasileira e internacional. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.173-192.

Carta De Atenas. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus. 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 4 de março de 2018.

Carta De Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em 4 de março de 2018.

CARTA RÉGIA de 12 de agosto de 1817. **Estatutos para as Sociedades das lavras das minas de ouro que se hão de estabelecer na Capitania de Minas Gerais, e a que se refere a Carta Regia acima.** Brasil, 1817. In: Collecção das Leis Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

CASTRIOTA, Leonardo B. Paisagem Cultural e Patrimônio: desafios e perspectivas. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.17-28.

CASTRIOTA, Leonardo B.; MONGELLI, Mônica (org). **Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto.** Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumento.** São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 3ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Florianópolis: UFSC, 1999.

COMPAT, Conselho de Patrimônio Cultural de Mariana. **Deliberação nº002.** Mariana, 2016.

CONSELHO DA EUROPA. **Recomendação Europa – Recomendação R (05) 9.** 1995 Disponível em <> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. **Convenção Europeia da Paisagem.** Florença, 2000.

CORNWALL AND WEST DEVON MINING LANDSCAPE BID PARTNERSHIP. **Cornish mining:** World heritage. 2018. Disponível em < <http://www.cornish-mining.org.uk/> > Acesso em 05 de maio de 2018.

CORREIA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. **Espaço aberto**, Rio de Janeiro: PPGG – UFRJ, V.4, n.1, p-37-46, 2014. Disponível em < <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431> > Acesso em 15 de novembro de 2017.

CORWALL COUNCIL. **Cornwall Historic Landscape Character:** texts. Truro, 2008

COSTA, José Pedro de Oliveira. Patrimônio Natural e Estatuto do Tombamento: reflexões sobre a estratégia da preservação. p.21-25 In SPHAN. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº21.** Rio de Janeiro, 1987.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e cultura.** n.15. IGEO, UERJ, 2003

COSTA; DANIELO; VIANNA; NEVES; ANDRADE; STUBBS; HUACO; REZENDE; XAVIER. O resgate da morfologia urbana de Bento Rodrigues. in **PNUM 2017 - Morfologia Urbana: Território, Paisagem e Planejamento.** Vitória, 2017.

CPRM. **Excursão virtual pela Estrada Real no Quadrilátero Ferrífero.** Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao_territorial/geoparques/estrada_real/index.html> Acesso em: 18 de outubro de 2017

CRESPO, Jeanne C. M. **Das "Minas" e suas Serras: narrativas de construção das paisagens da mineração no Quadrilátero Ferrífero (MG)**. Belo Horizonte: UFMG, 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CRESPO, Jeanne C. M. Reflexões sobre a patrimonialização das paisagens no Quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, MG. In **Anais IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre, julho 2016.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Brasiliense, Secretaria do Estado da Cultura, 1985. p.132

DE LA TORRE, Marta. **Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report**. Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10020/gci_pubs/values_cultural_heritage> Acesso em: 08 de junho de 2017.

DELPHIM, Carlos Fernando. Paisagem Cultural, patrimônio e projeto: desafios e perspectivas. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.251-256.

ENGLISH HERITAGE; CORNWALL AND WEST DEVON MINING LANDSCAPE BID PARTNERSHIP; GAMBLE, Barry. **Cornwall and West devon Mining Landscape**. Truro: Cornwall, 2006

ENGLISH HERITAGE; LANCASHIRE COUNTY COUNCIL. **Using Historic Landscape Characterisation**. 2004

ESTILO NACIONAL. Plano de Gestão de Proteção ao Patrimônio Cultural da Área Remanescente do Povoado de Cuiabá. **Estilo Nacional, Arquitetura, Cultura e Preservação**. 2015. Disponível em <<http://www.estilonacional.com.br/web/?p=801>>. Acesso em 05 de maio de 2018.

FARIA, Simone Cristina de. **Os “homens do ouro”**: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

FIGUEIREDO, Carmen Lúcia Negreiris de. Crítica à invenção do Brasil: Paisagem, identidade, literatura. **Terra Roxa e outras terras, Revista de estudos literários**, Londrina, v. 2, 2002. ISSN 1678-2054.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FOWLER, Peter. World Heritage Cultural Landscapes, 1992-2002: A Review and Prospect. 2002 in UNESCO. Cultural Landscapes: The Challenges of Conservation. **World heritage papers**. v7. Ferrara, Itália. 2002.

FRANCO, Lizandro E.C. M. **Arquitetura e arqueologia industrial em Minas Gerais: o período inglês**. Belo Horizonte, 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

FREITAS, Anielle. A Experiência Do Caso Blaenavon: como utilizar dos instrumentos de Gestão da Paisagem para reabilitar áreas de mineração e siderurgia desativadas. In: **4º Colóquio Ibero-americano de Paisagem cultural, patrimônio e projeto**, 2016, Belo Horizonte. Anais do 4º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, patrimônio e projeto, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/trabalho/71/a-experiencia-do-caso-blaenavon> Acesso em 06 de agosto de 2017.

FREITAS, Anielle. **Plano de Gestão da Paisagem do Centro Industrial de João Monlevade**. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

FREITAS, Anielle; CASTRIOTA, Leonardo B. Conservação e valores na proteção da paisagem cultural de Bento Rodrigues. In: **ArquiMemória 5: Sobre preservação do patrimônio edificado**, 2017. Anais do ArquiMemória 5: Sobre preservação do patrimônio edificado, Salvador, 2017.

FREITAS, Anielle; DUTRA, Kelly Juliane; DORES, Daniel; FERRAZ, Tamires. Vilas Operárias Do Quadrilátero Ferrífero: registros em desaparecimento. In: **1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil**, 2017, Belo Horizonte. Anais do 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/59570.pdf> Acesso em 06 de maio de 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Produção de ouro e população mineira no século XVIII. **Atlas histórico do Brasil**, 2016. Disponível em: <http://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18>. Acesso em: 18 de outubro de 2017

GOBIERNO DE ESPAÑA. **Atlas de los paisajes de España**. 2004. Disponível em <http://www.mapama.gob.es/es/biodiversidad/servicios/banco-datos-naturaleza/informacion-disponible/Paisajes.aspx> Acesso em 10 de abril de 2018.

GODOY, Lucas. Relatório Técnico de Geografia. In PÓLEN. **Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da Barragem de Fundão**. Lagoa Santa, 2017.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus – Revista eletrônica em ciências humanas**. Ano 08. Nº13. 2008.

GUERRERA, Giuseppe. **Le diverse forme del paesaggio**. Palermo, 2013.

HASENCLEVER, Ernst. **Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Org. Débora Bendocchi Alves. Tradução Friedrich E. Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015. Disponível em: https://issuu.com/edsonbrandao/docs/hasenclever_em_baixa. Acesso 15 em novembro de 2017.

HISTORIC ENGLISH. **Historic English**. 2018. Disponível em <https://historicengland.org.uk/> Acesso em 05 de maio de 2018.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. In **Revista Território**, ano IV, nº7, 67-78. Rio de Janeiro, 1999.

HUYSEN, Andreas. Authentic Ruins: products of Modernity. In HELL, J.; SCHONLE, A. **Ruins of Modernity**. Duke University Press: London, 2010.

ICOMOS Austrália. **Charter for Places of Cultural Significance**, The Burra Charter. Austrália, 2013. Disponível em: <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>.> Acesso em: 08 de junho de 2017

ICOMOS Australia. **Understanding and assessing cultural significance**. Novembro, 2013.

IEF. **Parecer único de compensação ambiental GCA/DIAP No 015/2011**. Belo Horizonte, 2011.

IEF. **Parecer único de compensação ambiental GCA/DIAP No 150/2012**. Belo Horizonte, 2012.

IEPHA. **Guia de bens tombados. v1**. 2.ed. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014.

IEPHA. **Guia de bens tombados. v2**. 2.ed. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014.

IEPHA. **IEPHA completa 46 anos de atuação em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em <http://iepha.mg.gov.br/index.php/noticias/273-iepha-mg-completa-46-anos-de-atuacao-em-minas-gerais> Acesso em 05 de maio de 2018.

IEPHA. **Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 – exercício 2017**. Belo Horizonte, 2017

INCUNA - Asociación Arqueología Industrial, Patrimonio Cultural y Natural. **Paisajes Mineros de España**. 2018 Disponível em <http://mineriaypaisaje.com/paisajes-mineros/> Acesso em 15 de maio de 2018

IPERÓ. **Ipanema após o fim da Real Fábrica de Ferro**. 2018. Disponível em: <<http://www.cidadeipero.com.br/ipanema-apos-o-fim-da-real-fabrica-de-ferro/>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

IPHAN. **Conjuntos urbanos tombados (Cidades históricas)**. IPHAN, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN. **Lista de bens tombados e processos em andamento**. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

IPHAN. Mário de Andrade. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº30**. Rio de Janeiro, 2002.

IPHAN. **Patrimônio Ferroviário**. IPHAN, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/127>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

IPHAN. **Portaria 127, de 30 de abril de 2009**: Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, 2009. Disponível em: <<https://iphanparana.files.wordpress.com/2012/09/portaria-iphan-chancela-da-paisagem-cultural.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto de 2016.

IPHAN. **Rodrigo Melo Franco de Andrade**. IPHAN, 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>> Acesso em: 01 de maio de 2018.

J. MENDO CONSULTORIA. CONTRATO Nº 48000.003155/2007-17: Desenvolvimento de estudos para elaboração do Plano Duodecenal (2010-2030) de Geologia, Mineração e Transformação mineral. **Ministério Brasileiro de Minas e Energia**, 2009. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1256650/P09_RT18_Perfil_da_Mineralizacao_de_Ferro.pdf/e9ef3b57-cbdb-4166-b39d-f0f26f28e3ca. Acesso em 01 de setembro de 2017.

LAGE, Laura; CASTRIOTA, Leonardo. Paisagem Cultural Da Serra Da Piedade: A Interface Entre Patrimônio Ambiental E Patrimônio Cultural. 2010 in In: **1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem cultural, patrimônio e projeto**, 2010, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, patrimônio e projeto, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/3411399/A_Paisagem_Cultural_da_Serra_da_Piedade_A_Interface_entre_Patrim%C3%B4nio_Ambiental_e_Patrim%C3%B4nio_Cultural?auto=download. Acesso em 06 de agosto de 2017.

LIMA, Kleverson. **Histórico da Capela de Nossa Senhor das Mercês de Bento Rodrigues**. Mariana-MG, 2016.

LINS, Ana Paula M. B. C. A Declaração de Significância como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural. **Architecton - Revista De Arquitetura E Urbanismo**, Vol. 04, Nº 07. 2014.

Lista das companhias do regimento auxiliar da cidade de Mariana aquarteladas em Furquim, Mariana, São Sebastião, Arraial do Pinheiro, Arraial de Bento Rodrigues de Camargos, Arraial do Sumidouro e São Caetano. Manuscrito da Coleção Casa dos Contos. Ouro Preto, 1777. Disponível em <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/286204>> Acesso em 31 de agosto de 2017.

LOGAN, William; REEVES, Keir. **Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult Heritage'** (Key Issues in Cultural Heritage). Taylor & Francis, 2008.

LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. p.77-98. in MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº01. Rio de Janeiro, 1937.

LUBBE, Hermann. Esquecimento e historicização da memória. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.29. nº57. p.283-298. 2016

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3a ed. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MAPAMA – Ministerio de agricultura y pesca, alimentacion y medio ambiente. Atlas de los Paisajes de España. **Ministerio de agricultura y pesca, alimentacion y medio ambiente**. Madrid, 2018.

Disponível em < http://www.mapama.gob.es/es/biodiversidad/servicios/banco-datos-naturaleza/informacion-disponible/Paisajes_descargas.aspx > Acesso em 15 de maio de 2018.

MARIA, Yanci Ladeira. **Paisagem: entre o sensível e o factual.** Uma abordagem a partir da geografia cultural. São Paulo: USP, 2010. Dissertação (Mestrado Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARIANA, Prefeitura de. **Dossiê de Tombamento Núcleo Histórico Urbano Distrito de Santa Rita Durão.** Mariana, 2009.

MARX, Ivan Claudio. Sociedade civil e sociedade civil organizada. **Jus.com.br.** 2006 Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/8257/sociedade-civil-e-sociedade-civil-organizada> > Acesso em 05 de maio de 2018

MECD – Ministerio de Educación, Cultura y deporte – Gobierno de España. Plan Nacional de Paisaje Cultural. **Ministerio de educación, cultura y deporte.** Madrid, 2018. Disponível em < <http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/planes-nacionales/paisaje-cultural.html> > Acesso em 15 de maio de 2018.

MECD – Ministerio de Educación, Cultura y deporte – Gobierno de España. Plan Nacional del Patrimonio Industrial. **Ministerio de educación, cultura y deporte.** Madrid, 2018. Disponível em < <http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/planes-nacionales/patrimonio-industrial.html> > Acesso em 15 de maio de 2018.

MECD – Ministerio de Educación, Cultura y deporte – Gobierno de España. **Plan Nacional de Paisaje Cultural.** Madrid, 2015. Disponível em < <http://www.mecd.gob.es/planes-nacionales/planes-nacionales/patrimonio-industrial.html> > Acesso em 15 de maio de 2018.

MEMÓRIA ARQUITETURA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural.** Mariana, 2004

MINAS GERAIS. **Lei 13.803, de 27 de dezembro de 2000.** Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Belo Horizonte, 2000. Disponível em < <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2387> > Acesso em 05 de maio de 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Nota técnica nº108/2015.** Belo Horizonte, 2015.

MINTZ, Sidney W. **Cultura: uma visão antropológica.** 2009. Tradução do ensaio “Culture: An Anthropological View publicado originalmente em The Yale Review, XVII (4), 1982, p. 499-512. Revisão de Leda Maia, Maria Regina Celestino de Almeida e Cecília Azevedo. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a10v1428.pdf> > Acesso em 15 de novembro de 2017.

MONEDIAIRE, Gérard. As paisagens do direito – Florença 2000. Tradução Luciana Caplan. In **Cadernos Jurídicos.** Ano I, v.1, nº1. UNISAL: Campinas, 2010. p.01-12.

MOUNT, D. **Forgotten Landscapes: Evaluation of the Forgotten Landscapes Partnership Scheme 2010-2015.** Blaenavon: Countryside Training Partnership, 2015.

MOURA, Maria Teresa T. et al. **Relatório Final do Diagnóstico Arqueológico da Expansão da Mina Fábrica Nova.** Belo Horizonte: Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda, 2009.

MPMG, Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Nota técnica nº108/2015.** Belo Horizonte, 2015

MURARI, Luciana. **Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira.** São Paulo: USP, 2002. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MYANAKI, Jacqueline. **Geografia e Arte no Ensino Fundamental: reflexões teóricas e procedimentos metodológicos para a leitura da paisagem geográfica e da pintura abstrata.** Tese de doutorado. São Paulo: USP/FFLCH, 2008.

MYERS, D.; SMITH, S. N.; OSTERGREN, G. **Consensus Building, Negotiation, and Conflict Resolution for Heritage Place Management.** Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2016. Disponível em < <http://www.getty.edu/conservation/publicationsresources/pdfpublications/consensusbuilding.html> > Acesso em 08 de junho de 2017.

MYERS, D.; SMITH, S. N.; SHAER, M. **A Didactic Case Study of Jarash Archaeological Site, Jordan: Stakeholders and Heritage Values in Site Management.** Los Angeles, CA; Amman, Jordan: Getty Conservation Institute, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/10020/gci_pubs/jarash_case_study> Acesso em 08 de junho de 2017.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**. V.6, n.2. 2010. p.163-186.

NATURAL ENGLAND; TUDOR, Christine. **An Approach to Landscape Character Assessment.** Natural England, 2014.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, Dezembro 1993.

PÉREZ-MONEO, Luciano Sánchez; BENZ, Lea Sánchez; ESPINOSA, Agustín Martín. **Identificación paisajística de las reservas de la biosfera española em el marco del convenio europeo del paisaje.** Espanha, 2011.

PÓLEN. **Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da Barragem de Fundão.** Lagoa Santa, 2017.

PPGACPS. **Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues.** Belo Horizonte, 2018.

PRIORI, Ângelo A.; PAIXÃO, Letícia A. A paisagem como fonte histórica e como produtora de memória. **História revista**. v.20, n.1. 2015

PRISTINO; NUCAM; MPMG. **Laudo técnico emergencial: IP.052.2016.** Belo Horizonte, 2016

RAMSAR. **Convention on Wetlands.** 2018. Disponível em <<https://www.ramsar.org/>> Acesso em 03 de maio de 2018.

Requerimento dos moradores do arraial de Bento Rodrigues, freguesia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Camargos, bispado de Mariana, solicitando provisão para poderem pedir esmola para as obras da capela de São Bento. Biblioteca digital Luso-Brasileira, 1853. Disponível em <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/345551>> Acesso em 31 de agosto de 2017.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN / COPEDOC, 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. Um conceito, várias visões: Paisagem Cultural e UNESCO. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.29-50.

RICOEUR, P. Pierre Nora: insólitos lugares de memória. In: RICOEUR, P. **La memória, la historia, el olvido.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 518-529.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos.** Tradução: Leonardo Barci Castriota, Belo Horizonte, 2016.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo A. Arqueologia industrial e patrimônio industrial: “novo” enfoque à memória cultural. **Fórum Patrimônio**. v.2, n.2. 2009.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo A. Paisagem Cultural Industrial: memórias de um patrimônio da contemporaneidade. **Revista labor & engenho**. v.5, n.1. 2011.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. Arqueologia Industrial, Memória e Documentação: Os Registros das Vilas Operárias Siderúrgicas de Sabará - Minas Gerais. In: **30. SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO**, 2013, Belo Horizonte - MG. Anais do 30. Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte: IEDS - UFMG, 2013.

RODRIGUES DA SILVA, Ronaldo André. Empresa, Patrimônio, Memória e Cultura: Enfoques Interdisciplinares entre a Arqueologia e a Administração. In: **XXXVIº ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD**, 2012, Rio de Janeiro - RJ. Anais do XXXVI EnANPAD. Rio de Janeiro - RJ: ANPAD, 2012.

RODRIGUES, MONS. F. C.; ASSUNÇÃO, L. V. **As visitas pastorais de Dom Frei Cypriano de São José, 5º Bispo de Mariana** (1798-1817). Edição: Dom Viçoso. v6, 2010.

ROGERS, S. **Forgotten Landscapes: Landscape Conservation Action Plan**. Blaenavon: Torfaen County Borough Council, 2008.

ROGERS, STEVEN. **Forgotten Landscapes: Landscape Character Study**. Blaenavon: Torfaen County Borough Council, 2008.

ROSA, João Guimarães. **O recado do morro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

RUCHKYS, Úrsula de Azevedo. Paisagens geológicas do Geoparque Quadrilátero Ferrífero. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.436-446.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 2ed. Cotia-SP: Ateliê editorial, 2015.

RUSSELL, ROSLYN, E KYLIE WIKWORTH. **Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collection**. Collections Council of Austrália, 2009.

SABATÉ, Joaquin. De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. **Identidades: território, cultura, patrimônio**, 1 ed. Barcelona, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SAMARCO. **Rompimento da barragem de Fundão**. Samarco, 2015. Disponível em: <<http://www.samarco.com/rompimento-da-barragem-de-fundao/>>. Acesso em: 31 agosto 2017.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo em Perspectiva**. v.15. n2. São Paulo, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200007> Acesso em 02 de abril 2017.

SANTOS, Luana Carola dos e KIND, Luciana. **Narrativas sobre a lama no município de Mariana: Costuras sobre a vida e a morte**. XII Encontro Regional Sudeste de História Oral. Alteridades em tempos de (in) certeza: escutas sensíveis. 2017. Disponível em <www.sudeste2017.historiaoral.org.br> Acesso em: 30 março 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ed. 2ªreimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986

SANTOS, Regina. **Vilas operárias como patrimônio industrial: como preservá-las?** 2002. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t2_vilas_operarias.pdf> Acesso em 02 de abril 2017.

SANTUÁRIO DO CARAÇA. **Primórdio do Caraça**. Santa Bárbara, 2018. Disponível em <<http://www.santuariodocaraca.com.br/primordio-do-caraca/>> Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *Ra'ega – O espaço geográfico em análise*. n.7. Editora UFPR: Curitiba, 2003. p.79-85

SCHLEE, Andrey R. O primeiro passo é a metade do caminho. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.5-8.

SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **SEMAD**. Disponível em: <<http://flora.meioambiente.mg.gov.br/webgis/semadmg/viewer.htm>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

SHARP, Paul; WEISDORF, Jacob. French Revolution or Industrial Revolution? A note on the Contrasting Experiences of England and France up to 1800. 2011 In **CGEH Working Paper Series**. nº12. University Utrecht: Utrecht, 2011.

SIMMEL, Georg. **A ruína**. Disponível em < http://www.academia.edu/4145349/A_ru%C3%ADna_Georg_Simmel_tradu%C3%A7%C3%A3o_portugu%C3%AAs_> Acesso em 10 de maio de 2017.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 11, 2005. ISSN 1678-4944.

SPHAN. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. nº22. Rio de Janeiro, 1987.

SPIX E MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

TAYLOR, Ken. Reconciling Aesthetic Value and Social Value: Dilemmas of interpretation and Application. **APT Bulletin**, Vol. 30, No. 1, Landscape Preservation Comes of Age, 1999.p 51-55.

TCA -The Countryside Agency; SNH – Scottish Natural heritage. TOPIC PAPER 1: Recent practice and the Evolution of Landscape Character Assessment. **Landscape Character Assessment: Guidance for England and Scotland**. 2002. Disponível em: <www.countryside.gov.uk/cci/guidance> Acesso em 05 de maio de 2018

TCA -The Countryside Agency; SNH – Scottish Natural heritage. TOPIC PAPER 5: Understanding Historic Landscape Character. **Landscape Character Assessment: Guidance for England and Scotland**. 2002. Disponível em: <www.countryside.gov.uk/cci/guidance> Acesso em 05 de maio de 2018

TCA -The Countryside Agency; SNH – Scottish Natural heritage. TOPIC PAPER 6: Techniques and Criteria for Judging Capacity and Sensitivity. **Landscape Character Assessment: Guidance for England and Scotland**. 2002. Disponível em: <www.countryside.gov.uk/cci/guidance> Acesso em 05 de maio de 2018

THOMAS, C. Appendix 1: Review of the First Ten years And Lessons Learned. In: THOMAS, C. **The Management of Blaenavon World Heritage Site 2011-2016**. Blaenavon: Torfaen County Borough Council, 2010.

THOMAS, C. **The Management of Blaenavon World Heritage Site 2011-2016**. Blaenavon: Torfaen County Borough Council, 2011.

TICCIH-ES. **100 elementos del patrimonio industrial em España**. 2018. Disponível em < <http://www.100patrimonioidustrial.com/>> Acesso em 15 de maio de 2018.

UNESCO. **Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila**. Disponível em <[http://C%C3%94mite do Patrim%C3%94nio Mundial.unesco.org/en/list/1209/](http://C%C3%94mite%20do%20Patrim%C3%94nio%20Mundial.unesco.org/en/list/1209/)>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. **Blaenavon Industrial Landscape**. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/984>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. **Cerrado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National parks**. 2017. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/1035>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. **Coffee Cultural Landscape of Colombia**. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/1121>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial Nomination Documentation: Blaenavon Industrial Landscape. **984**, Paris, 2000. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/en/list/984>>. Acesso em: 31 agosto 2016.

UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial Nomination Documentation: Cornwall and West devon Mining Landscape. **1215**. Paris, 2006. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/en/list/1215>>. Acesso em: 30 abril de 2018.

UNESCO. **Convenção sobre A Salvaguarda Do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

UNESCO. **Convenção sobre A Salvaguarda Do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 29 de setembro a 17 de outubro de 2003. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>> Acesso em 29 de março de 2017.

UNESCO. **Cornwall and West Devon Mining Landscape**. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/1215>>. Acesso em 30 de julho de 2017

UNESCO. **Cultural landscapes**. 2017. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

UNESCO. **Evaluation report on the implementation of the World Heritage Convention**. Comitê do Patrimônio Mundial.92/CONF/002/03. Santa Fé, 1992. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/sessions/16COM/documents/>>. Acesso em: 31 abril de 2018.

UNESCO. **Fray Bentos Industrial Landscape**. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/1464>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. **Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape**. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/806>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. **Iwami Ginzan Silver Mine and its Cultural Landscape**. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/1246>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. **Nord-Pas de Calais Mining Basis**. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/list/1360>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

UNESCO. **Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Center, 2008.

UNESCO. **State of Conservation**. 2018. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/soc>>. Acesso em 01 de maio de 2018.

UNESCO. **World Heritage**. 2017. Disponível em <<http://whc.unesco.org/en/>>. Acesso em 01 de setembro de 2017.

VALE. Fato relevante - aquisição da SAMITRI. **Investidores**. 2010. Disponível em <<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/information-market/press-releases/Paginas/fato-relevante-aquisicao-da-samitri.aspx>> Acesso em 05 de maio de 2018.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**: formação e desenvolvimento; residências. São Paulo. 1977.

VIEIRA FILHO, Dalmo. Palestra de Abertura: Paisagem cultural. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.241-250.

WEISSHEIMER, Maria Regina; MONGELLI, Mônica de M. Apresentação: Paisagem, território e patrimônio: o contexto institucional de 2010. In: **1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. 2010**, Belo Horizonte. Anais do 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p.235-240.

ZANCHETI, S. M.; HIDAKA, L. T. F., RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. **City & Time**. 2009. Disponível em <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2017.

APÊNDICE A – Lista de Paisagens e Patrimônios Industriais e Minerários da UNESCO

LEGENDA

1. Paisagem Cultural Minerária
2. Patrimônio Minerário
3. Núcleos Urbanos Originados Por Atividade Minerária
4. Paisagem Cultural Industrial
5. Patrimônio Industrial (Engenhos, Fábricas E Bens Integrados)
6. Patrimônio Ferroviário
7. Núcleos Urbanos Originados Por Outras Atividades Industriais
8. Patrimônio Em Conflito/Risco Devido À Mineração

DATA	NOME	LOCAL	FONTE	TAG	
1978	Wieliczka and Bochnia Royal Salt Mines	Polônia	UNESCO. Wieliczka and Bochnia Royal Salt Mines. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/32 >. Acesso em 30 de julho de 2017	cidade industrial; pós-minerado; sal; subterrâneo; whc; europa	3
1980	Historic Town of Ouro Preto	Brasil	UNESCO. Historic Town of Ouro Preto. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/124/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	cidade histórica; mineração; américa; whc; conflito; ouro; ferro; prata	3
1980	Røros Mining Town and the Circumference	Noruega	UNESCO. Røros Mining Town and the Circumference. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/55/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	cidade histórica; mineração; europa; whc; cobre	3
1980	Durmitor National Park	Montenegro	UNESCO. Durmitor National Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/100/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; europa; whc	8
1981	Kakadu National Park	Austrália	UNESCO. Kakadu National Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/147/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; arqueologia; oceania; parque; whc	8
1981	Mount Nimba Strict Nature Reserve	Costa do Marfim; Guiné	UNESCO. Mount Nimba Strict Nature Reserve. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/155/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito; mineração; whc; África	8
1982	Selous Game Reserve	Tanzânia	UNESCO. Selous Game Reserve. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/199/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito; buffer; whc; África	8
1983	Talamanca Range-La Amistad Reserves / La Amistad National Park	Costa Rica; Panamá	UNESCO. Talamanca Range-La Amistad Reserves / La Amistad National Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/205/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; parque; américa; whc	8
1984	Historic Centre of Cordoba	Espanha	UNESCO. Historic Centre of Cordoba. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/313/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	whc; europa; cobre; zinco; carvão; mineração; cidade histórica	3

1985	Ruins of the Buddhist Vihara at Paharpur	Bangladesh	UNESCO. Ruins of the Buddhist Vihara at Paharpur. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/322/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; mineração; templo; arqueologia; whc	8
1985	Petra	Jordânia	UNESCO. Petra. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/326/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	pós-minerada; cobre; mineração; whc; oriente médio; arqueologia	8
1986	Ironbridge Gorge	Reino Unido	UNESCO. Ironbridge Gorge. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/371/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; ferro; revolução industrial; tecnologia; whc; anglosaxão; europa	5
1986	Fatehpur Sikri	Índia	UNESCO. Mount Nimba Strict Nature Reserve. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/255/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito; mineração; ásia; whc; arqueologia	8
1987	City of Potosí	Bolívia	UNESCO. City of Potosí. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/420/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	pós-minerada; prata; mineração; whc; industrial; superfície; américa	3
1987	Kakadu National Park	Austrália	UNESCO. Kakadu National Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/147/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito mineração; pós-minerado; parque; arqueologia; urânio; anglo-saxão; whc	8
1987	Dja Faunal Reserve	Camarões	UNESCO. Mount Nimba Strict Nature Reserve. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/255/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; arqueológico; conflito buffer; whc; África	8
1988	Archaeological Sites of Bat, Al-Khutm and Al-Ayn	Omã	UNESCO. Archaeological Sites of Bat, Al-Khutm and Al-Ayn. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/434/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	arqueológico; conflito buffer; whc; oriente médio; ruína	2
1988	Historic Town of Guanajuato and Adjacent Mines	México	UNESCO. Historic Town of Guanajuato and Adjacent Mines. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/487/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	cidade industrial; pós-minerado; prata; américa; subterrâneo; whc	3
1991	Historic City of Sucre	Bolívia	UNESCO. Historic City of Sucre. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/566/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	whc; américa; cidade histórica; prata	3
1991	Shark Bay, Western Australia	Austrália	UNESCO. Shark Bay, Western Australia. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/578/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; gesso; oceania; marítimo	8
1991	Thungyai-Huai Kha Khaeng Wildlife Sanctuaries	Tailândia	UNESCO. Thungyai-Huai Kha Khaeng Wildlife Sanctuaries. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/591/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito; mineração; barragem; ásia	8
1992	Mines of Rammelsberg, Historic Town of Goslar and Upper Harz Water Management System	Alemanha	UNESCO. Mines of Rammelsberg, Historic Town of Goslar and Upper Harz Water Management System. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/623/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; cidade industrial; ferro; europa; whc; metalurgia; anglosaxão	3

1993	Engelsberg Ironworks	Suécia	UNESCO. Engelsberg Ironworks. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/556 >. Acesso em 30 de julho de 2017	ferro; mineração; industrial; agropecuária; metalurgia; europa; whc	2
1993	Historic Town of Banská Štiavnica and the Technical Monuments in its Vicinity	Eslováquia	UNESCO. Historic Town of Banská Štiavnica and the Technical Monuments in its Vicinity. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/618 >. Acesso em 30 de julho de 2017	pós-minerada; mineração; metalurgia; europa; whc; industrial; cidade industrial; ferro	3
1993	Historic Town of Banská Štiavnica and the Technical Monuments in its Vicinity	Eslováquia	UNESCO. Historic Town of Banská Štiavnica and the Technical Monuments in its Vicinity. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/618 >. Acesso em 30 de julho de 2017		3
1993	Historic Centre of Zacatecas	México	UNESCO. Historic Centre of Zacatecas. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/676 >. Acesso em 30 de julho de 2017	pós-minerada; prata; mineração; whc; américa; cidade industrial	3
1993	Whale Sanctuary of El Vizcaino	México	UNESCO. Whale Sanctuary of El Vizcaino. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/554 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; américa; whc; marítimo	8
1995	Kutná Hora: Historical Town Centre with the Church of St Barbara and the Cathedral of Our Lady at Sedlec	República Tcheca	UNESCO. Kutná Hora: Historical Town Centre with the Church of St Barbara and the Cathedral of Our Lady at Sedlec. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/732 >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; cidade industrial; prata; europa; whc	3
1995	Messel Pit Fossil Site	Alemanha	UNESCO. Messel Pit Fossil Site. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/720 >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; conflito; europa; whc; anglosaxão; arqueologia	8
1995	Waterton Glacier International Peace Park	Canadá; Estados Unidos	UNESCO. Waterton Glacier International Peace Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/354 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; aglosaxão; whc; conflito buffer	8
1997	Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape	Áustria	UNESCO. Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut Cultural Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/806 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; europa; mineração; sal; industrial; subterrâneo; whc; cidade histórica	1
1997	Las Médulas	Espanha	UNESCO. Las Médulas. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/803 >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; ouro; pós-minerado; europa	2
1998	Fuerte de Samaipata	Bolívia	UNESCO. Forte de Samaipata. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/883 >. Acesso em 30 de julho de 2017	whc; américa; ruína; prata	2
1998	East Rennell	Ilhas Salomão	UNESCO. East Rennell. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/854 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito; oceania; whc	8
1999	Historic Centre of the Town of Diamantina	Brasil	UNESCO. Historic Town of Ouro Preto. Disponível em	cidade histórica; mineração; américa;	3

			< http://whc.unesco.org/en/list/890/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	whc; conflito; ouro; ferro; prata	
1999	Fossil Hominid Sites of South Africa	África do Sul	UNESCO. Fossil Hominid Sites of South Africa. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/915 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; arqueológico; conflito buffer; whc; África	8
1999	iSimangaliso Wetland Park	África do Sul	UNESCO. iSimangaliso Wetland Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/914 >. Acesso em 30 de julho de 2017	titânio; conflito; mineração; whc	8
1999	Robben Island	África do Sul	UNESCO. Robben Island. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/915 >. Acesso em 30 de julho de 2017	museu; conflito; apartheid; África; whc	8
1999	Miguasha National Park	Canadá	UNESCO. Miguasha National Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/686 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; América; anglo-saxão; whc	8
1999	Lorentz National Park	Indonésia	UNESCO. Lorentz National Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/955 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; Oceania; whc	8
2000	Blaenavon Industrial Landscape	Gales; Reino Unido	UNESCO. Blaenavon Industrial Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/984 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; industrial; mineração; anglo-saxão; Europa; whc; revolução industrial; pós-minerado; carvão; ferro; superfície; subterrâneo	1
2000	Neolithic Flint Mines at Spiennes (Mons)	Bélgica	UNESCO. Neolithic Flint Mines at Spiennes (Mons). Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1006 >. Acesso em 30 de julho de 2017	pós-minerada; pedra; mineração; whc; Europa; subterrânea	2
2000	Maloti-Drakensberg Park	África do Sul; Lesoto	UNESCO. Maloti-Drakensberg Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/985 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; África; whc; conflito buffer	8
2000	Ischigualasto / Talampaya Natural Parks	Argentina	UNESCO. Ischigualasto / Talampaya Natural Parks. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/966 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; arqueologia; América; parque; whc	8
2000	Kinabalu Park	Malásia	UNESCO. Kinabalu Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1012 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; Oceania; conflito buffer; whc	8
2000	Central Suriname Nature Reserve	Suriname	UNESCO. Central Suriname Nature Reserve. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1017 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito; mineração; América	8
2001	Zollverein Coal Mine Industrial Complex in Essen	Alemanha	UNESCO. Zollverein Coal Mine Industrial Complex in Essen. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/975 >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; carvão; industrial; anglosaxão; Europa; whc; industrial	2
2001	Mining Area of the Great Copper Mountain in Falun	Suécia	UNESCO. Mining Area of the Great Copper Mountain in Falun. Disponível em	cidade industrial; mineração; cobre;	2

			< http://whc.unesco.org/en/list/1027 >. Acesso em 30 de julho de 2017	industrial; europa; paisagem	
2001	Historic Centre of the Town of Goiás	Brasil	UNESCO. Historic Centre of the Town of Goiás. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/993 >. Acesso em 30 de julho de 2017	cidade histórica; mineração; américa; whc; conflito	3
2001	Cerrado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National parks	Brasil	UNESCO. Cerrado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National parks. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1035 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito; mineração; parque; arqueologia; américa; whc	8
2001	Alejandro de Humboldt National Park	Cuba	UNESCO. Alejandro de Humboldt National Park Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/839 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; whc; conflito buffer	8
2002	Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape	Hungria	UNESCO. Tokaj Wine Region Historic Cultural Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1063 >. Acesso em 30 de julho de 2017	vinho, europa, paisagem cultural, conflito, buffer	8
2003	Mapungubwe Cultural Landscape	África do Sul	UNESCO. Mapungubwe Cultural Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1099 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; whc; África; parque; conflito; diamante; carvão	8
2003	Purnululu National Park	Austrália	UNESCO. Purnululu National Park. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1094 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; parque; arqueologia; anglosaxão; whc; proibição	8
2003	Three Parallel Rivers of Yunnan Protected Areas	China	UNESCO. Three Parallel Rivers of Yunnan Protected Areas. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1083 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; Ásia; whc	8
2004	Tropical Rainforest Heritage of Sumatra	Indonésia	UNESCO. Tropical Rainforest Heritage of Sumatra. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1167 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; oceania; whc	8
2004	Bam and its Cultural Landscape	Irã	UNESCO. Bam and its Cultural Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1208 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; oriente médio; whc; conflito buffer; arqueologia	8
2004	Orkhon Valley Cultural Landscape	Mongólia	UNESCO. Orkhon Valley Cultural Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1081 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; Ásia; arqueologia; whc	8
2005	Humberstone and Santa Laura Saltpeter Works	Chile	UNESCO. Humberstone and Santa Laura Saltpeter Works. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1178 >. Acesso em 30 de julho de 2017	industrial; whc; América; salitre; mineração; pós-minerado; ruína	2
2005	Vredefort Dome	África do Sul	UNESCO. Vredefort Dome. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1162 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; África; whc	8
2005	West Norwegian Fjords – Geirangerfjord and Nærøyfjord	Noruega	UNESCO. West Norwegian Fjords – Geirangerfjord and Nærøyfjord. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1195 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito; europa; mineração; whc	8

2006	Cornwall and West Devon Mining Landscape	Inglaterra; Reino Unido	UNESCO. Cornwall and West Devon Mining Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1215 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; industrial; mineração; anglo-saxão; europa; whc;	1
2006	Sewell Mining Town	Chile	UNESCO. Sewell Mining Town. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1214 >. Acesso em 30 de julho de 2017	industrial; whc; américa; cobre; mineração; pós-minerado; ruína	3
2006	Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila	México	UNESCO. Agave Landscape and Ancient Industrial Facilities of Tequila. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1209 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; industrial; whc; américa; agropecuária	4
2007	Iwami Ginzan Silver Mine and its cultural landscape	Japão	UNESCO. Iwami Ginzan Silver Mine and its Cultural Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1246 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; mineração; industrial; oriente; whc	1
2009	Ruins of Loropéni	Burkina Faso	UNESCO. Ruins of Loropéni. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1225 >. Acesso em 30 de julho de 2017	cidade minerária; mineração; África; whc; conflito; ouro	2
2010	Camino Real de Tierra Adentro	México	UNESCO. Camino Real de Tierra Adentro. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1351 >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; prata; américa; whc	2
2010	Papahānaumokuākea	Estados Unidos	UNESCO. Papahānaumokuākea. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1326 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; marítimo; anglo-saxão; paisagem cultural; whc; conflito buffer	8
2010	Putorana Plateau	Rússia	UNESCO. Putorana Plateau. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1234 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; parque; Ásia; whc	8
2010	Central Highlands of Sri Lanka	Sri Lanka	UNESCO. Central Highlands of Sri Lanka. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1203 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; arqueológico; conflito buffer; whc; Ásia	8
2011	Coffee Cultural Landscape of Colombia	Colômbia	UNESCO. Coffee Cultural Landscape of Colombia. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1121 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; industrial; agropecuária; mineração; conflito; whc; América	4
2012	Nord-Pas de Calais Mining Basin	França	UNESCO. Nord-Pas de Calais Mining Basin. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1360 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; mineração; industrial; europa; França; whc	1
2012	Major Mining Sites of Wallonia	Bélgica	UNESCO. Major Mining Sites of Wallonia. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1344 >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; carvão; subterrânea; revolução industrial; europa; tragédia; whc	2
2012	Heritage of Mercury. Almadén and Idrija	Espanha; Eslovênia	UNESCO. Heritage of Mercury. Almadén and Idrija. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1407 >. Acesso em 30 de julho de 2017	cidade industrial; mercúrio; prata; mineração; europa; whc	3

2012	Chengjiang Fossil Site	China	UNESCO. Chengjiang Fossil Site. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1388 >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito; mineração; whc; ásia; fosfato	8
2012	Archaeological Heritage of the Lenggong Valley	Malásia	UNESCO. Archaeological Heritage of the Lenggong Valley . Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1396 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; oceania; conflito buffer; whc; escavação; arqueologia	8
2012	Bassari Country: Bassari, Fula and Bedik Cultural Landscapes	Senegal	UNESCO. Bassari Country: Bassari, Fula and Bedik Cultural Landscapes. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1313 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; África;	8
2013	Namib Sand Sea	Namibia	UNESCO. Namib Sand Sea. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1430/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; whc; África; parque; marítimo; diamante	8
2013	Tajik National Park (Mountains of the Pamirs)	Taquistão	UNESCO. Tajik National Park (Mountains of the Pamirs). Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1430/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; oriente médio; whc; conflito buffer	8
2014	Okavango Delta	Botsuana	UNESCO. Okavango Delta. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1432/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito; mineração; whc; África; diamante	8
2014	Mount Hamiguitan Range Wildlife Sanctuary	Filipinas	UNESCO. Mount Hamiguitan Range Wildlife Sanctuary. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1403/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito buffer; whc; parque; oceania	8
2015	Sites of Japan's Meiji Industrial Revolution: Iron and Steel, Shipbuilding and Coal Mining	Japão	UNESCO. Sites of Japan's Meiji Industrial Revolution: Iron and Steel, Shipbuilding and Coal Mining. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1484 >. Acesso em 30 de julho de 2017	mineração; carvão; subterrânea; revolução industrial; Ásia; whc; industrial; ferro; metalurgia; cidade industrial	2
2015	Fray Bentos Industrial Landscape	Uruguai	UNESCO. Fray Bentos Industrial Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1464 >. Acesso em 30 de julho de 2017	paisagem cultural; industrial; América; agropecuária; whc	4
2015	Blue and John Crow Mountains	Jamaica	UNESCO. Blue and John Crow Mountains. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1356/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	conflito; mineração; América; whc	8
2015	Great Burkhan Khaldun Mountain and its surrounding sacred landscape	Mongólia	UNESCO. Great Burkhan Khaldun Mountain and its surrounding sacred landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1440/ >. Acesso em 30 de julho de 2017	arqueológico; conflito buffer; whc; Ásia; templo	8
2016	Zuojiang Huashan Rock Art Cultural Landscape	China	UNESCO. Zuojiang Huashan Rock Art Cultural Landscape. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1508 >. Acesso em 30 de julho de 2017	parque; conflito buffer; arqueológico; Ásia; whc; paisagem cultural	8
2017	Tarnowskie Góry Lead-Silver-Zinc Mine and its Underground Water Management System	Polónia	UNESCO. Tarnowskie Góry Lead-Silver-Zinc Mine and its Underground Water Management System. Disponível em < http://whc.unesco.org/en/list/1539 >. Acesso em 30 de julho de 2017	chumbo; zinco; mineração; subterrânea; Europa; whc	2

APÊNDICE B – Lista de Paisagens e Patrimônios Industriais e Minerários do IPHAN

LEGENDA

1. Paisagem Cultural Minerária
2. Patrimônio Minerário
3. Núcleos Urbanos Originados Por Atividade Minerária
4. Paisagem Cultural Industrial
5. Patrimônio Industrial (Engenhos, Fábricas E Bens Integrados)
6. Patrimônio Ferroviário
7. Núcleos Urbanos Originados Por Outras Atividades Industriais
8. Patrimônio Em Conflito/Risco Devido À Mineração

Nº PROC.	ANO	NOME	TIPO	ESTADO	CIDADE	SITUAÇÃO	PAIS	HIST	BELA	ART. APL.	
64	1938	Diamantina, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	Conjunto Urbano	M G	Diamantina	Tombado			mai-38		3
65	1938	Serro, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	Conjunto Urbano	M G	Serro	Tombado			abr-38		3
66	1938	Tiradentes, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	Conjunto Urbano	M G	Tiradentes	Tombado			abr-38		3
68	1938	São João del Rei, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	Conjunto Urbano	M G	São João del Rei	Tombado			mar-38		3
69	1938	Mariana, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	Conjunto Urbano	M G	Mariana	Tombado			mai-38		3
70	1938	Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	Conjunto Urbano	M G	Ouro Preto	Tombado	set-86	set-86	abr-38		3
31	1938	Fábrica de Ferro Patriótica: ruínas	Ruína	M G	Ouro Preto	Tombado		jun-38			5
47	1938	Engenho Aurora	Conjunto Arquitetônico	PB	Pedras de Fogo	Indeferido					5

157	1938	Jardim Botânico (Especificadamente o Portão da Antiga Fábrica de Pólvora e o Pórtico Da Antiga Academia Imperial de Belas Artes;	Jardim Histórico	RJ	Rio de Janeiro	Rerratific.	mai-38				5
85	1938	Fazenda do Engenho d' Água: casa (em Jacarepaguá)	Edificação	RJ	Rio de Janeiro	Tombado		jul-38	jul-38		5
238	1941	Congonhas, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	Conjunto Urbano	M G	Congonhas	Tombado	mar-41				3
269	1941	Engenho Embiara: sobrado	Edificação	BA	Cachoeira	Tombado			mar-43		5
284	1941	Prédio (parte antiga do sobrado de residência) do antigo Engenho Vitória, inclusive a Capela, o crucifixo do altar e, mais, uma senzala e o banheiro primitivo, ambos nas imediações do sobrado	Conjunto Rural	BA	Cachoeira	Tombado		mar-43	mar-43		5
287	1941	Engenho Retiro: casa e Capela de Santo Antônio	Conjunto Rural	SE	Laranjeiras	Tombado		ago-52			5
298	1941	Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	Conjunto Rural	SE	São Cristovão	Tombado		set-43	set-43		5
300	1941	Engenho Caieira: capela de Nossa Senhora da Conceição	Conjunto Rural	SE	Santo Amaro das Brotas	Tombado		jan-44	jan-44		5
308	1942	Engenho Jesus, Maria, José: capela	Edificação e acervo	SE	Laranjeiras	Tombado		mar-43	mar-43		5
308	1942	Engenho Nossa Senhora da Penha: capela	Edificação e acervo	SE	Riachuelo	Tombado		mar-43	mar-43		5

313	1942	Engenho Lagoa: sobrado e capela	Conjunto Rural	BA	São Sebastião do Passé	Tombado		jul-42	jul-42		5
322	1943	Engenho Freguesia: sobrado, fábrica de açúcar e Capela de Nossa Senhora da Piedade	Conjunto Rural	BA	Candeias	Tombado		set-44	set-44		5
323	1943	Engenho Matoim: sobrado e fábrica de açúcar	Conjunto Rural	BA	Candeias	Tombado		set-43			5
333	1944	Casa e Capela do Engenho S. José da Vila	Conjunto Rural	BA	São Francisco do Conde	Indeferido					5
334	1944	Engenho São Miguel e Almas: casa e capela	Conjunto Rural	BA	São Francisco do Conde	Tombado		jun-44	jun-44		5
386	1944	Casa e Capela do Engenho d'Água	Conjunto Rural	BA	São Francisco do Conde	Instrução					5
347	1945	Fazenda do Engenho d'Água: casa	Edificação	SP	Ilhabela	Tombado		out-51	out-51		5
358	1945	Engenho Poço Comprido: casa grande e capela	Conjunto Rural	PE	Vicência	Tombado			mai-62		5
439	1950	Engenho do Murucutu: ruínas e Capela de Nossa Senhora da Conceição	Ruína	PA	Belem	Tombado		out-81			5
440	1950	Capela do antigo Engenho Mataripe	Edificação e Acervo	BA	São Francisco do Conde	Indeferido					5
473	1953	Capela do Engenho Uma	Edificação e Acervo	PB	Santa Rita	Tombado			fev-55		5
506	1954	Trecho ferroviário Mauá-Fragoso	Infraestrutura ou equipamento urbano	RJ	Magé	Rerratific.		mai-54			6
515	1955	Vila colonial de Porto Calvo, AL: remanescentes	Edificação e Acervo	AL	Porto Calvo	Tombado	jan-55				7

514	1955	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas	Conjunto Arquitetônico	SP	São Vicente	Tombado	jan-55				7
539	1956	Ruínas: Real Fábrica de Ferro	Ruína	M G	Morro do Pilar	Instrução					5
576	1958	Capela e Aqueduto do Engenho da Ponta	Conjunto Rural	BA	Cachoeira	Indeferido					5
663	1962	Casa do Engenho do Ferreiro Torto	Edificação	RN	Macaíba	Indeferido					5
666	1962	Engenho do Cunhau: ruínas da capela	Ruína	RN	Canguaretama	Tombado	jun-64				5
678	1962	Engenho dos Erasmós: ruínas	Ruína	SP	Santos	Tombado	jul-63				5
719	1963	Edifício da antiga Estação Rodoviária de Paraibuna, Estrada União Indústria	Edificação	RJ	Comendador Levy Gasparian	Tombado	jun-67				6
727	1964	Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema	Conjunto Arquitetônico	SP	Iperó	Tombado	set-64				5
788	1966	Engenho Jesuíta, Estrada da Serra da Calçada e Ponte Bela.	Conjunto Rural	RJ	Itaguaí	Instrução					5
791	1967	Casa da Rua Paula Souza - Companhia Ituana de Força e Luz (hoje da São Paulo Ligth)	Edificação	SP	Itu	Instrução					5
858	1972	Estação: Ferroviária (Antiga)	Edificação	PB	Campina Grande	Instrução					6
872	1973	Engenho Morenos	Conjunto Rural	PE	Moreno	Pendência					5
904	1974	Casa do Engenho Itapuá	Edificação	PB	São Miguel do Taipu	Instrução					5
916	1974	Casa: Engenho Novo (Fazenda do)	Edificação	RJ	São Gonçalo	Indeferido					5

918	1974	Casa: Camaragibe (Engenho)	Edificação	PE	São Lourenço da Mata	Instrução					5
928	1975	Casa: Lages (Casa Grande do Engenho)	Edificação	PE	Ribeirão	Instrução					5
954	1977	Casa: Primeira Fábrica de Laticínios do norte do Brasil (Antigas Fazendas Nacionais)	Edificação	PI	Campinas do Piauí	Anexado					5
961	1977	Casa Estação Ferroviária	Edificação	SP	Cachoeira Paulista	Indeferido					6
976	1978	Prédio na Av. Rio Branco, nº 46, sede da Companhia Docas de Santos	Edificação	RJ	Rio de Janeiro	Tombado		jul-78	jul-78		5
1008	1979	Estação: Ferroviária	Edificação	RJ	Itaguaí	Anexado					6
1041	1980	Estação Ferroviária da antiga Central do Brasil de Guaratinguetá	Edificação	SP	Guaratinguetá	Instrução					6
1051	1981	Conj.Arq.: Ruas - Comércio, Conceição, Professor Lima, Honório Lima, Raul Pompéia, Travessa Santa Luzia e Rua do Comércio, em Mambucaba; Praças: Guarda Greenhald, Duque de Caxias; Chafarizes: Carioca, Saudade; Marco: Visita de D. Pedro, Fundação da Cidade; Engenhos: Bracuí, Freguesia; Fazenda: Grataú; Prédio do Mercado - Monumento do Aquidabã.	Conjunto Urbano	RJ	Angra dos Reis	Indeferido					5
1044	1981	Estação Ferroviária de Itaguaí; Chafariz	Edificação	RJ	Itaguaí	Indeferido					6
1054	1982	Fábrica de Vinho Tito Silva	Edificação	PB	João Pessoa	Tombado		ago-84			5
1086	1983	Máquina a vapor: Maria Fumaça	Bem móvel ou integrado	M G	Antônio Carlos	Indeferido					6

1096	1983	Ferrovária em Ribeirão Vermelho	Infraestrutura equipamento urbano	M G	Ribeirão Vermelho	Indeferido					6
1096	1983	Trecho da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas entre Aureliano Mourão, São João Del Rei e Antônio Carlos	Infraestrutura equipamento urbano	M G	Vários	Indeferido					6
1104	1983	Acervo Ferroviário da Estrada de Ferros Perus-Pirapora, Peus SP	Coleção ou acervo	SP	São Paulo	Indeferido					6
1112	1984	Embarcações a Vapor do Rio de Janeiro	Bem móvel ou integrado	M G	Pirapora	Indeferido					5
1119	1984	Engenho do Mate, Atual Museu Do Mate Com Todo O Seu Acervo e O Terreno	Conjunto Rural	PR	Campo Largo	Tombado		abr-85	abr-85		5
1111	1984	Vila Operária em Delmiro Gouveia	Conjunto Urbano	AL	Delmiro Gouveia	Instrução					7
1144	1985	Prédio da antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250	Edificação	M A	São Luis	Tombado		jul-87			5
1159	1985	Sede do Engenho Corredor: Casa da família de José Lins do Rego	Edificação	PB	Pilar	Pendência					5
1174	1985	Fábrica de Tecidos São Luiz	Edificação	SP	Itu	Instrução					5
1177	1985	Casa: Marquês do Monte Santo (Rua) - Fábrica de Papel da Bahia	Edificação	BA	Salvador	Indeferido					5
1143	1985	Estação Ferroviária	Edificação	M G	Lassance	Tombado		set-85			6
1166	1985	Ponte da RFFSA (Ponte metálica da Rede Ferroviária Federal)	Infraestrutura equipamento urbano	SC	Blumenau	Anexado					6
1178	1985	Casa: Estação Ferroviária (Antiga)	Edificação	M G	São João Nepomuceno	Indeferido					6

1184	1985	Ponte metálica da Rede Ferroviária Federal sobre o Rio Itajaí-Açú	Infraestrutura equipamento urbano	SC	Blumenau	Indeferido						6
1185	1985	Complexo ferroviário de São João del Rei a Tiradentes	Conjunto Arquitetônico	M G	São João del Rei	Tombado		ago-89	ago-89			6
1202	1986	Prédio do Engenho Central São Pedro, onde funcionou a Companhia Progresso Agrícola do Maranhão, inclusive a chaminé contígua	Conjunto Arquitetônico	M A	Pindaré-mirim	Tombado		dez-98				5
1204	1986	Estação Ferroviária de Além Paraíba	Edificação	M G	Pirapora	Instrução						6
1249	1987	Engenho Maranguape	Conjunto Rural	PE	Paulista	Indeferido						5
1220	1987	Pátio ferroviário da estrada de ferro Madeira-Mamoré, bens móveis e imóveis.	Conjunto Arquitetônico	RO	Porto Velho	Tombado	jan-08	jan-08				6
1252	1987	Vila Ferroviária de Paranapiacaba	Conjunto Urbano	SP	Santo André	Tombado		set-08				7
1242	1987	Vila Operária em Fernão Velho	Conjunto Urbano	AL	Maceió	Instrução						7
1258	1987	Vila da Estrela e Vila Inhomirim	Conjunto Urbano	RJ	Magé	Instrução						7
1300	1989	Ponte Metálica João Luís Ferreira	Infraestrutura equipamento urbano	PI	Teresina	Tombado	mar-11	mar-11				6
1314	1990	Pontes de ferro sobre o Rio Encano	Infraestrutura equipamento urbano	SC	Indaial	Pendência						6
1342	1994	Cataguases, MG: conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico	Conjunto Urbano	M G	Cataguases	Tombado	fev-03	fev-03	fev-03			7
1354	1995	Ponte: Ferroviária	Infraestrutura equipamento urbano	CE	Quixeramobim	Instrução						6

1382	1997	Museu do Trem: Acervo móvel e imóvel do Antigo Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio de Janeiro, situado na rua Arquias Cordeiro, nº 1046	Coleção ou acervo	RJ	Rio de Janeiro	Tombado		nov-14			6
1415	1998	Prédio da Estação Ferroviária de Crato	Edificação	CE	Crato	Instrução					6
1434	1998	Estação Ferroviária de Mayrink.	Edificação	SP	Mairinque	Tombado		jul-04			6
1447	1999	Prédio da estação ferroviária de Alegrete	Edificação	RS	Alegrete	Instrução					6
1485	2001	Conjunto de edificações e bens móveis da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.	Conjunto Arquitetônico	SP	Jundiaí	Tombado		jul-04			6
1479	2001	Vila Marzagão	Conjunto Urbano	M G	Sabará	Instrução					7
1527	2005	Pátio ferroviário, Usina de creosotagem e conjunto arquitetônico da Estação Francisco Bernardino	Conjunto Arquitetônico	M G	Juiz de Fora	Instrução					6
1536	2006	Complexo ferroviário da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – EFNOB, em Campo Grande	Conjunto Urbano	MS	Campo Grande	Tombado	set-14	set-14			6
1539	2007	Estação ferroviária de Engenheiro Passos	Edificação	RJ	Engenheiro Passos	Instrução					6
1548	2007	Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina - Estação Ferroviária	Edificação	SC	Joinville	Tombado		set-15	set-15		6

1567	2008	Vila Serra do Navio	Conjunto Urbano	AP	Serra do Navio	Tombado	jan-12	jan-12	jan-12		3
1561	2008	Estabelecimento das Fazendas Nacionais do Piauí: Fábrica de Manteiga e Queijo, no Município de Campinas do Piauí	Edificação	PI	Campinas do Piauí	Tombado		mai-15			5
1565	2008	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura	Conjunto Rural	SP	Iguape	Tombado	mar-13	mar-13	mar-13		5
1565	2008	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de chá Amaya	Edificação	SP	Registro	Tombado	mar-13	mar-13	mar-13		5
1565	2008	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de Chá Kawagiri	Edificação	SP	Registro	Tombado	mar-13	mar-13	mar-13		5
1565	2008	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de Chá e Residência Shimizu	Edificação	SP	Registro	Tombado	mar-13	mar-13	mar-13		5
1557	2008	Conjunto da Estação Ferroviária de Teresina	Conjunto Arquitetônico	PI	Teresina	Tombado		jun-13	jun-13		6
1577	2009	Ponte Ferroviária Eurico Gaspar Dutra sobre o Rio Paraguai	Infraestrutura ou equipamento urbano	MS	Corumbá	Tombado	out-14	out-14	out-14		6
1586	2010	Conjunto Arquitetônico da Antiga Fábrica Rheingantz	Conjunto Arquitetônico	RS	Rio Grande	Indeferido					5
1595	2010	ENGENHO DE MOROJÓ	Conjunto Rural	PE	Nazaré da Mata	Instrução					5
1601	2010	Engenho Gaipó	Conjunto Rural	PE	Pojuca	Instrução					5
1610	2010	Complexo Ferroportuário de Camocim	Conjunto Arquitetônico	CE	Camocim	Instrução					6

1611	2010	Ponte ferroviária de Granja	Infraestrutura equipamento urbano	CE	Granja	Instrução						6
1589	2010	VILA INDUSTRIAL MODERNISTA, DENOMINADA DESTILARIA CENTRAL	Conjunto Urbano	AL	Rio Largo	Instrução						7
1638	2011	Antiga Usina de Bondes, localizada na Estrada do Magarça, 01 - Guaratiba, Rio	Edificação	RJ	Rio de Janeiro	Indeferido						5
1631	2011	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BOQUIM	Conjunto Urbano	SE	Boquim	Indeferido						6
1657	2012	Prédio e Terreno da Ex-Fábrica Japy na Vila Arens	Edificação	SP	Jundiaí	Indeferido						5
1660	2012	Conjunto da Estação Ferroviária Conde de Araruama	Edificação	RJ	Quissamã	Indeferido						6
1670	2013	Antiga Estação Ferroviária de Japeri	Edificação	RJ	Japeri	Instrução						6
1675	2013	Estação Ferroviária de Capistrano	Edificação	CE	Capistrano	Indeferido						6
1681	2013	Vila Belga	Conjunto Urbano	RS	Santa Maria	Indeferido						7
1691	2014	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Museu Mariano Procópio	Conjunto Arquitetônico	M G	Juiz de Fora	Tombado	jan-14	jan-14	jan-14			5
1685	2014	Edificações fabris da massa falida da Companhia Brasileira de Antibióticos - CIBRAN	Edificação	RJ	Tanguá	Indeferido						5
1724	2014	Usina Hidrelétrica de Saia Velha	Infraestrutura ou equipamento urbano	GO	Cidade Ocidental	Indeferido						5
1699	2014	Estação Ferroviária de Dois Córregos	Edificação	SP	Dois Córregos	Instrução						6

1700	2014	Acervo da RFFSA, reunido no Museu Ferroviário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro	Coleção ou acervo	SP	Jundiaí	Instrução					6
1715	2014	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho	Conjunto Arquitetônico	M G	Ribeirão Vermelho	Instrução					6
1737	2015	Sede Social da Real Fábrica de Pólvora da Estrela	Edificação	RJ	Mage	Instrução					5
1753	2015	Complexo Lumber	Conjunto Arquitetônico	SC	Três Barras	Instrução					5
1756	2015	Remanescentes da Companhia Engenho Central de Quissamã	Conjunto Arquitetônico	RJ	Quissamã	Indeferido					5
1809	2015	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Vitória	Conjunto Arquitetônico	ES	Vitória	Instrução					5
1730	2015	Pátio Ferroviário das Cinco Pontas	Conjunto Arquitetônico	PE	Recife	Indeferido					6

APÊNDICE C – Lista de Paisagens e Patrimônios Industriais e Minerários do IEPHA

LEGENDA

1. Paisagem Cultural Minerária
2. Patrimônio Minerário
3. Núcleos Urbanos Originados Por Atividade Minerária
4. Paisagem Cultural Industrial
5. Patrimônio Industrial (Engenhos, Fábricas E Bens Integrados)
6. Patrimônio Ferroviário
7. Núcleos Urbanos Originados Por Outras Atividades Industriais
8. Patrimônio Em Conflito/Risco Devido À Mineração

Nº	ANO	NOME	LOCAL	PAISAG	HIST	BELAS	ARTES	OUTROS	
128	1989/ 2006	Conjunto Paisagístico da Serra da Piedade	Caeté; Sabará	X	X	X		X	8
1	1975	Palácio da Liberdade	Belo Horizonte	X	X	X			5
18	1977	Igreja de Nossa Senhora da Assunção da Lapa	Sabará	X		X			3
21	1977	Lagoa e Lapa do Sumidouro	Pedro Leopoldo	X				APA; ICMBio; IEF	8
30	1978	Serra do Ouro Branco	Ouro Branco	X					8
27	1978	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Sabará			X			8
28	1978	Ermida de Santa Efigênia	Sabará			X			8
35	1980	Casa de João Pinheiro (Solar do Tinoco)	Caeté	X	X				3
39	1980	Igreja Matriz de São Gonçalo	Serro	X		X			3
60	1985	Vapor Benjamim Guimarães	Pirapora	X					5
57	1985	Ponte Marechal Hermes	Pirapora; Buritizeiro		X				5
62	1988	Automóvel Clube	Belo Horizonte		X	X			5
70	1988	Secretaria de Agricultura	Belo Horizonte		X	X			5
64	1988	Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação)	Belo Horizonte	X		X			6
75	1989	Centro Histórico de Catas Altas	Catas Altas	X	X				3

77	1989	Igreja de Santo Antônio	Piranga	X	X	X	X		3
71	1989	Centro Histórico de Santa Bárbara	Santa Bárbara	X	X	X			3
72	1989	Núcleo Histórico do Distrito de Brumal	Santa Bárbara		X	X			3
79	1989	Fazenda Mundo Novo*	Simão Pereira	X	X				5
130	1989	Serra do Cabral	Augusto de Lima; Buenópolis; Francisco Dumont; Joaquim Felício; Lassance; Várzea da Palma					X	8
124	1989	Pico do Itabirito ou do Itabira	Itabirito					X	8
129	1989	Serra do Ibitipoca	Lima Duarte; Santa Rita do Ibitipoca					X	8
126	1989	Pico do Itambé	Santo Antônio do Itambé; Serra Azul; Serro					X	8
132	1989	Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha	Vale do Jequitinhonha					X	8
82	1995	Antigas Ruínas da Vila de Gongo Soco	Barão de Cocais	X	X				2
84	1996	Fazenda da Jaguará	Matozinhos	X	X				3
83	1996	Núcleo Histórico do Distrito de Santa Rita Durão	Mariana		X	X			3
84	1996	Fazenda da Jaguará	Matozinhos	X	X				5
87	1996	Conjunto Arqueológico e Paisagístico dos Poções	Matozinhos	X			X		8
90	1997	Fazenda São José do Manso	Ouro Preto	X	X	X			5
92	1998	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri	Diamantina	X	X				7
103	1999	Cine-Teatro Brasil	Belo Horizonte		X	X			5
95	1999	Fazenda Carreiras	Ouro Branco		X	X			8
102	1999	Conjunto Paisagístico das Cachoeiras do Tombo da Fumaça	Salto da Divisa	X	X				8
104	2001	Sobrado do Inconfidente	Berilo		X	X	X		3

		Domingos de Abreu Vieira							
97	2001	Núcleo Histórico de Córregos	Conceição do Matro Dentro		X				3
101	2002	Parque das Águas de Caxambu	Caxambu	X	X	X	X		5
107	2004	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fazenda Santo Antônio	Esmeraldas	X	X	X			3
106	2004	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Elisa, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão	Sabará	X	X				7
109	2005	Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e o Acervo do Museu Mariano Procópio (Museu Mariano Procópio)	Juiz de Fora	X	X	X	X		5
108	2005	Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e o Espaço Cultural da Usina de Marmelos Zero (Museu da Usina de Marmelos)	Juiz de Fora	X	X	X	X		5
110	2005	Conjunto Arquitetônico das Antigas Estações da Central do Brasil e da Estrada de Ferro Leopoldina e o Acervo do núcleo Histórico Ferroviário (Museu do Núcleo Histórico Ferroviário)	Juiz de Fora	X	X	X	X		6
116	2008	Centro Histórico de Pitangui	Pitangui		X	X			3
114	2008	Conjunto Histórico e Paisagístico da Serra da Calçada	Brumadinho; Nova Lima	X				APA	8
121	2010	Serra dos Cristais	Diamantina	X	X				8
123	2012	Casarão do Registro do Paraibuna	Simão Pereira	X	X	X			3

APÊNDICE D – Lista de Paisagens e Patrimônios Industriais e Minerários do IPACMG

LEGENDA

1. Paisagem Cultural Minerária
2. Patrimônio Minerário
3. Núcleos Urbanos Originados Por Atividade Minerária
4. Paisagem Cultural Industrial
5. Patrimônio Industrial (Engenhos, Fábricas E Bens Integrados)
6. Patrimônio Ferroviário
7. Núcleos Urbanos Originados Por Outras Atividades Industriais
8. Patrimônio Em Conflito/Risco Devido À Mineração

BI- Bem Imóvel CP-Conjunto Paisagístico BM- Bem Móvel

#2017	ANO TOMB. MUN.	NOME	LOCAL	CATEG.	NÍVEL	LEG.
3041		Ruínas da Fábrica de Ferro Patriótica	Ouro Preto	BI	F	2
254		Complexo Ruínas de Gongo Soco	Barão de Cocais	CP	E	2
2301		Conjunto Arquitetônico e Paisagístico das Antigas Estações Central do Brasil e da Estrada de Ferro Leopoldina e Acervo do Núcleo Histórico Ferroviário	Juiz de Fora	CP	E	6
3000		Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho (10,39 ha)	Ouro Preto	CP	E	6
3570		Conjunto arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho (10,39 ha) - Ano 2014	Ribeirão Vermelho	CP	E	6
4029		Complexo Ferroviário inclusive a Estação Ferroviária de Tiradentes	São João del-Rei	BI	F	6
4306		Estação Ferroviária	Tiradentes	BI	F	6
3682		Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Operária, antiga fábrica de tecidos de Marzagão e Vila Elisa	Sabará	CP	E	7
2288	1983	Antigas Instalações da Fábrica Bernardo Mascarenhas – atual Centro Cultural	Juiz de Fora	BI	M	5

2398	1983	Remanescentes das antigas instalações da Cia Mineira de Eletricidade (volumetria e fachadas) - rua Espírito Santo nº467 e s/nª, hoje pertencentes às Centrais Elétricas de Minas Gerais	Juiz de Fora	BI	M	5
2397	1983	Primeira Usina Hidrelétrica da América do Sul e suas instalações técnicas, localizada na Cachoeira de Marmelos	Juiz de Fora	CP	M; E	5
1523	1988	Usina Gravatá	Divinópolis	BI	M	5
1524	1988	Usina Hidrelétrica	Divinópolis	BI	M	5
2287	1988	Antigas instalações da Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri (volumetria e fachadas)	Juiz de Fora	BI	M	5
378	1990	Conjunto Arquitetônico da Indústria de Bebidas Antártica de Minas Gerais S.A.	Belo Horizonte	CP	M	5
2312	1994	Curtume Krambeck/ duas Chaminés e Parede da Fachada Revestida de Tijolos	Juiz de Fora	BI	M	5
546	1996 a 1999	Prédio da Antiga Estação Ferroviária da RFF/AS	Bicas	BI	M	6
1519	1996 a 1999/ 2001	Estação Ferroviária de Divinópolis	Divinópolis	BI	M	6
1635	1997	Usina de Energia Elétrica	Estrela do Sul	BI	M	5
2831	1997	Sede da Fazenda Montalverne	Muzambinho	BI	M	5
2519	1997	Maquinário e equipamento da Cervejaria "Genuína"	Lima Duarte	BM	M	5
1812	1997	Complexo da Estação Ferroviária	Guaranésia	BI	M	6
3295	1998	Fábrica da Cachoeira	Pedro Teixeira	BI	M	5
3752	1998	Usina Hidrelétrica Cajuru	Sacramento	BI	M	5
1980	1998	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Usina Ribeirão São José	Itabira	CP	M	5
42	1998	Ponte férrea sobre o Rio Paraíba do Sul	Além Paraíba	BI	M	6
43	1998	Prédio da Estação Ferroviária de Porto Novo	Além Paraíba	BI	M	6
166	1998	Estação Ferroviária	Araguari	BI	M	6
2801	1998	Conjunto Paisagístico das ruínas da antiga estrada de	Muzambinho	CP	M	6

		ferro de Muzambinho conhecido popularmente por "Pirâmides"				
3424	1998	Complexo Ferroviário de Mogyana – FEPASA	Poços de Caldas	BI	M	6
4401	1998	Máquina da Mogiana - "Maria Fumaça" - praça Dr. José Pereira Rebouças	Uberaba	BM	M	6
3741	1998	Estação Ferroviária de Jaguará	Sacramento	BI	M	6
4138	1998	Prédio da antiga Estação da Cia. de Estradas de Ferro Mogiana	São Sebastião do Paraíso	BI	M	6
829	1998 a 2001	Conjunto Arquitetônico da Rede Ferroviária Federal - Prédio da Estação - Casa do Agente - Estação Jarbas Gambogi - Pátio de manobras (8.971,73m ²)	Campo Belo	CP	M	6
1945	1998 a 2001	Antiga Estação Ferroviária de Ipatinga - Estação Memória	Ipatinga	BI	M	6
1993	1998 a 2001/2007	Conjunto da Área da Estação Ferroviária (1,47ha)	Itabirito	CP	M	6
1958	1998 a 2001/2009	Pontilhão de ferro sobre o ribeirão Ipanema	Ipatinga	BI	M	6
1959	1998 a 2001/2009	Pontilhão de ferro sobre o ribeirão Ipanema	Ipatinga	BI	M	6
200	1998 a 2002	Imóvel da Antiga Estação Ferroviária Sede da Fundação Cultural Calmon	Araxá	BI	M	6
1947	1998/1999/2000/2001	Antigas casas dos Ferroviários	Ipatinga	BI	M	6
2521	1998/1999/2000/2002/2003	O Pontilhão da Estrada de Ferro Central do Brasil e as pilastras	Lima Duarte	BI	M	6
1919	1998/1999/2001/2007	Ponte de ferro sobre o Rio São Francisco	Iguatama	BI	M	6
2321	1998/1999/2001/2007/	Estação Ferroviária de Valadares	Juiz de Fora	BI	M	6

	2008/ 2009					
1012	1998/ 1999/ 2002	Prédio da Antiga Estação Ferroviária da Cataguases*	Cataguases	BI	M	6
2815	1998/ 2000	Prédio da antiga Estação Ferroviária pertencente à Cooperativa Mineira Agropecuária de Muzambinho – atual Escola Municipal - Bairro Palméia	Muzambinho	BI	M	6
273	1998/ 2003	Conjunto Aruítetônico que constitui a Estação Ferroviária de Barbacena (ausência de área)	Barbacena	CP	M	6
2920	1998/ 2003	Estação Dr. Fromm	Oliveira	BI	M	6
38	1998/ 2006	Estação Ferroviária de São José	Além Paraíba	BI	M	6
3742	1998/1999	Estação Ferroviária do Cipó	Sacramento	BI	M	6
1246	1999	Bens imóveis constituídos pelas quatro Chaminés e pelo Prédio Administrativo da antiga CIA Portland Itaú AS.	Contagem	BI	M	5
240	1999	Barreto de Araxá	Baependi	CP	M	5
241	1999	Usina Nhá Chica (Pirambeira)	Baependi	CP	M	5
242	1999	Usina Ribeirão (Usina Velha) - (2,10ha)	Baependi	CP	M	5
2305	1999	Conjunto Paisagístico da Praça Antônio Carlos (Fábrica Bernardo Mascarenhas, CIA Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri, Instituto Est. De Educação de J.F./ Escola Normal) - (8,5985ha)	Juiz de Fora	CP	M	5
2306	1999	Conjunto Paisagístico da Praça da Estação / Praça Dr. João Penido Edifício Wagner Pereira, Associação Comercial de J.F, Cine São Luiz, Prédio da Estação da RFFSA, Anexo do Núcleo Hist. da RFFSA, Praça Dr. João Penido nº 44, Príncipe Hotel) - (9,4982ha)	Juiz de Fora	CP	M	5
1950	1999	Complexo Turístico Estação Pouso de Água Limpa (compreende a locomotiva Maria Fumaça e seus Carros	Ipatinga	BM	M	6

		de Passageiros, o prédio da estação Pouso de Água Limpa e a estrada de ferro Caminho das Águas)				
3058	1999	Prédio da antiga Estação da Estrada de Ferro	Paiva	BI	M	6
160	1999 a 2001	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da antiga Estação da Estrada de Ferro Goiás (16,9ha)	Araguari	CP	E / M	6
531	1999 a 2001	Estação Ferroviária	Betim	BI	M	6
2728	1999 a 2001/ 2007/ 2008	Prédio da antiga Estação Ferroviária - Casa da Cultura	Monte Carmelo	BI	M	6
3079	1999 a 2001/2011	Ex-Estação Ferroviária	Pará de Minas	BI	M	6
3465	1999/ 2000	Estação Ferroviária - Sucanga	Poté	BI	M	6
3466	1999/ 2000	Estação Ferroviária - Valão	Poté	BI	M	6
943	1999/ 2000/ 2003/ 2008/ 2009	Prédio da Estação Ferroviária	Caratinga	BI	M	6
2518	1999/ 2002	Imóvel onde se localiza o Prédio que era a Estação da Rede Ferroviária Nacional de Lima Duarte , com suas fachadas exteriores (plataforma), todas as áreas internas, tais como: salas, armazens e sala de espera.	Lima Duarte	BI	M	6
514	1999/ 2007/ 2008	Estação Ferroviária de Belo Vale (área não informada)	Belo Vale	CP	M	6
831	2000	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Natural da 1ª Usina Hidrelétrica de Campo Belo, conhecida como 'Usina do Tolica' (prédio, benfeitorias, recursos naturais) - (9.685,99 m²)	Campo Belo	CP	M	5
2804	2000	Escola Municipal do Bairro Moçambo (Antiga Estação Ferroviária do Moçambo da	Muzambinho	BI	M	6

		Cia. Mogyana de Estradas de Ferro)				
2517	2000 a 2002	Imóvel onde se localiza o Prédio da Estação Ferroviária Nacional de Orvalho, com suas fachadas exteriores (plataforma e quintal), todas as áreas internas: salas e armazens, salões.	Lima Duarte	BI	M	6
4523	2000 a 2002	Estação Ferroviária de Viçosa	Viçosa	BI	M	6
709	2000/2001	Prédio estilo neo-clássico da Estação Ferroviária	Buritizeiro	BI	M	6
1091	2000/2001	Estação Ferroviária de Cláudio (atual Museu Municipal Histórico Ídia Gregório de Araújo)	Cláudio	BI	M	6
1923	2000/2001	Sede da Estação Ferroviária de Garças	Iguatama	BI	M	6
2471	2000/2001	Antiga Estação Ferroviária	Lassance	BI	F;M	6
3468	2000/2001	Antiga Estação Ferroviária, Casa de Cultura Menotti Del Piccha	Pouso Alegre	BI	M	6
3893	2000/2001	Estação Ferroviária	Santo Antônio do Monte	BI	M	6
3712	2000/2001/2003/2007/2008	Ponte Ferroviária/ Pontilhão sobre o Rio das Velhas	Sabará	BI	M	6
3470	2000/2001/2007	Circuito Estrada de Ferro Sapucaí (2,5826 ha)	Pouso Alegre	CP	M	6
3711	2000/2001/2009	Ponte Ferroviária/ Pontilhão sobre o ribeirão do Gaia	Sabará	BI	M	6
2018	2000/2008/2012	Antiga Estação Ferroviária e depósito (atual Museu Wenceslau Braz)	Itajubá	BI	M	6
3381	2000/2011/2012	Antiga Estação Ferroviária	Pirapora	BI	M	6
527	2001	Casa de Máquina Usina Hidrelétrica Dr. Gravatá (Fazenda Cachoeira)	Betim	BI	M	5
1794	2001	Usina Italiana	Grão Mogol	BI	M	5
1941	2001	Máquina de Bordar (Singer Manufacturing)	Inimutaba	BM	M	5

2493	2001	Estação Ferroviária de S. Martinho	Leopoldina	BI	M	6
4469	2001	Estação Ferroviária - praça Matheus Tavares nº85	Varginha	BI	M	6
4522	2001/ 2002	Estação Ferroviária de Silvestre	Viçosa	BI	M	6
2331	2001/ 2002/ 2003/ 2007	Imóvel à av. Brasil, nº 2001 - Museu Ferroviário Estação Leopoldina (D 6461/ 1999) ou Imóvel à av. Brasil, nº 2001 de propriedade da Rede Ferroviária Federal AS - Volumetria e fachadas voltadas para a av. Brasil e para av. Francisco Bernardino (D. 6752 / 2000)]	Juiz de Fora	BI	M	6
558	2001/ 2003/ 2012	Estação Ferroviária de Bocaiúva	Bocaiúva	BI	M	6
918	2001/ 2007	Estação Ferroviária	Carangola	BI	M	6
929	2001/ 2007	Pontilhão de Ferro	Carangola	BI	M	6
2312	2002	Curtume Krambeck/ duas Chaminés e Parede da Fachada Revestida de Tijolos	Juiz de Fora	BI	M	5
2310	2002	Conjunto Paisagístico das Estações Ferroviárias do Centro de Juiz de Fora - Fachadas e volumetrias dos prédios que formam o conjunto (8,6388h)	Juiz de Fora	CP	M	6
1434	2002	Antiga Estação Ferroviária de Curvelo	Curvelo	BI	M	6
16*	2002	Estação Ferroviária Capitão Martins	Raul Soares	BI	M	6
17*	2002	Estação Ferroviária de Vermelho Novo	Raul Soares	BI	M	6
1639	2002/ 2003/ 2004/ 2006	Bem cultural situado no prolongamento da rua Custódio Ferreira s/nº	Ewbank da Câmara	BI	M	6
3308	2002/ 2013	Antiga Estação Ferroviária	Pequeri	BI	M	6
1273	2003	Usina de Açúcar do Esmeril	Coqueiral	BI	M	5
1274	2003	Usina hidrelétrica de Frei Eustáquio	Coqueiral	BI	M	5
2163	2003	Usina da Empresa Força e Luz Ituiutabana - Usina do Salto de Moraes	Ituiutaba	BI	M	5

2190	2003	Antiga Usina Hidrelétrica	Jacuí	BI	M	5
2132	2003	Cia Cimento Portland Itaú – Conjunto	Itaú de Minas	CP	M	5
1002	2003	Prédio da Fábrica Fiação e Tecelagem Cataguases	Cataguases	NH	F	5
11	2003	Antiga Estação Ferroviária de Acaiaca	Acaiaca	BI	,M	6
237	2003	Pontilhão da cidade	Baependi	BI	M	6
2277	2003	Conjunto Arquitetônico Estação Ferroviária e Igreja São Cristóvão de Juatuba	Juatuba	CP	M	6
1310	2003	Estação Ferroviária e o Acervo Ferroviário de Bens Imóveis (prédios, instalações, vias em trilhos, terrenos e anexos), bem como a Máquina Locomotiva nº 526	Corinto	BI	M	6
1534	2003	Pontilhão da RFFSA	Dom Silvério	BI	M	6
2168	2003	Estação Ferroviária de Itumirim	Itumirim	BI	M	6
2664	2003	Estação Ferroviária de Matozinhos	Matozinhos	BI	M	6
3114	2003	Centro Educacional e Cultural Amilcar de Castro – antiga Estação Ferroviária	Paraisópolis	BI	M	6
3380	2003	Ponte de ferro sobre o Rio Sapucaí	Piranguinho	BI	M	6
3590	2003	Antiga Estação Ferroviária	Rio Casca	BI	M	6
4116	2003	Antiga Estação Ferroviária	São Pedro Dos Ferros	BI	M	6
4272	2003	Estação Ferroviária	Soledade de Minas	BI	M	6
4553	2003 a 2005	Estação Ferroviária	Volta Grande	BI	M	6
1005	2003 a 2006/2007	Malha Ferroviária com seus trilhos e dormentes	Cataguases	BI	M	6
1406	2003/2004	Estação Ferroviária de Cristiano Otoni	Cristiano Otoni	BI	M	6
3526	2003/2004	Estação Ferroviária	Raposos	BI	M	6
4106	2003/2005/2007/2008	Bem cultural situado a R. Saturnino da Silveira, s/nº	São Pedro da União	BI	M	6
1004	2003/2007	Estações Ferroviárias Fazenda Sinimbu, Distrito de	Cataguases	BI	M	6

		Aracati, Distrito da Glória e Distrito de Sereno				
2632	2003/2007	Estação Ferroviária Mateus Leme	Mateus Leme	BI	M	6
2633	2003/2007	Fachada da Estação Ferroviária do Distrito de Azurita	Mateus Leme	BI	M	6
4490	2003/2007/2014	Estação Ferroviária Várzea da Palma	Várzea da Palma	BI	M	6
52	2003/2011	Prédio da Casa da Cultura	Alfenas	BI	M	6
1691	2004	Prédio da antiga Usina Hidrelétrica de Florestal	Florestal	BI	M	5
4485	2004	Chaminé da Caldeira - av. Barão do Guaicuí nº1142	Várzea da Palma	BI	M	5
4552	2004	Chaminé e Ruínas - Cia. Açucareira	Volta Grande	BI	M	5
168	2004	Estação Ferroviária de Stevenson	Araguari	BI	M	6
195	2004	Estação Ferroviária de Itaipu - MP 2202647 (área não informada)	Araxá	BI	M	6
911	2004	Pontilhão da Rede Ferroviária Federal	Carandaí	BI	M	6
2130	2004	Antigos Vagões da Cia. Mogiana	Itaú de Minas	BM	M	6
1615	2004	Pontilhão de Ferro de Espera Feliz	Espera Feliz	BI	M	6
1693	2004	Antiga Casa do Engenheiro da Estação Ferroviária	Formiga	BI	M	6
1739	2004	Estação Ferroviária Barão do Guaicuhy	Gouveia	BI	M	6
2852	2004	Conjunto da praça da Estação Ferroviária (1,54 ha)	Nova Era	CP	M	6
3283	2004	Conjunto da Estação Ferroviária Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo	CP	M	6
3575	2004	Locomotiva nº 315	Riberão Vermelho	BM	M	6
2943	2004	Estação Ferroviária	Oliveira Fortes	BI	M	6
3317	2004	Estação Ferroviária	Perdões	BI	M	6
3571	2004	Conserva Externa da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6
3576	2004	Oficinas da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6
3578	2004	Prédio da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6
3580	2004	Rotunda da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6

3581	2004	Ruínas do Restaurante da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6
3765	2004	Conjunto Ferroviário de Santa Bárbara	Santa Bárbara	BI	M	6
3850	2004	Estação Ferroviária	Santana de Cataguases	BI	M	6
1085	2004/ 2005	Conjunto de imóveis que constituem a Estação Ferroviária de Chiador (em ruínas)	Chiador	BI	M	6
2133	2004/ 2006/ 2007	Estação Ferroviária	Itaú de Minas	BM	M	6
1050	2004/ 2006/ 2007	Estação Ferroviária, bem como os bens inseridos no perímetro de tombamento, bem como os trilhos no entorno de 100m	Catuti	BI	M	6
950	2004/ 2007	Bem Cultural situado no Distrito Estação	Carmo da Cachoeira	BI	M	6
3565	2004/ 2007	Armazém da Baldeação da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6
3568	2004/ 2007	Casa Residencial do Agente da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6
3572	2004/ 2007	Consultório médico da Estação Ferroviária	Riberão Vermelho	BI	M	6
912	2004/ 2009	Prédio da Estação Ferroviária	Carandaí	BI	M	6
1310	2004/ 2011/ 2012	Estação Ferroviária e o Acervo Ferroviário de Bens Imóveis (prédios, instalações, vias em trilhos, terrenos e anexos), bem como a Máquina Locomotiva nº 526	Corinto	BI	M	6
2952	2005	Usina Formoso	Oliveira Fortes	BI	M	5
323	2005	Conjunto arquitetônico da Fazenda das Corvinas (edificações da sede - casa grande, engenho, garagem, caixa d'água, paiol, curral, terreiro de café, usina, escola, engenho de pedra e duas casas de colono) - (>2ha)	Barra Longa	CP	M	5
4062	2005	Conjunto da Antiga Usina Hidrelétrica	São João Evangelista	CP	M	5
150	2005	Bens móveis integrantes do Conjunto Arq.e Paisag. da Estrada de	Araguari	BM	M	6

		Ferro Goiás (A / B - Operatrizes; C - Ferraria; D - Calderaria; E – Seção de Ajustagem; F - Escola Profissional; G - Marcenaria; H - Serraria; I - Móveis do Prédio de Locomoção; J - Oficina Mecanizada; L - Oficina Diesel; M - Locomoção; N - Pátio; O - Locomotiva/ Vagões).				
108	2005	Conjunto da Estação Ferroviária de Antônio Carlos (ausência de área)	Antônio Carlos	CP	M	6
167	2005	Estação Ferroviária de Amanhece "Estação Marciano Santos"	Araguari	BI	M	6
333	2005	Imóveis da Antiga Rede Ferroviária Federal (Casa da Estação; Residência do Agente da Estação; Residência do Mestre Linha; Residência do Guarda-freios e outros imóveis secundários)	Barroso	BI	M	6
1207	2005	Estação Ferroviária de Lobo Leite	Congonhas	BI	M	6
3050	2005	Edificação da antiga Estação Ferroviária	Paiva	BI	M	6
3119	2005/ 2006	Ponte de ferro sobre o Rio Sapucaí-Mirim - estrada vicinal Paraisópolis/ Conceição dos Ouros	Paraisópolis	BI	M	5
847	2005/ 2006	Bem cultural situado à Praça Benedito Valadares, 75, Centro	Campos Altos	BI	M	6
4129	2005/ 2006/ 2007	Estação Ferroviária São Paulo e Minas	São Sebastião do Paraíso	BI	M	6
1706	2005/ 2006/ 2008	Estação Ferroviária	Formiga	BI	M	6
940	2005/ 2006/ 2010/ 2011	Estação Ferroviária de Dom Lara	Caratinga	BI	M	6
3377	2005/ 2007	Estação Ferroviária de Olegário Maciel	Piranguinho	BI	M	6
4307	2005/ 2008/ 2009	Estação Ferroviária César de Pina	Tiradentes	BI	M	6

2938	2005/ 2011	Antiga Estação Ferroviária - praça Bias Fortes s/nº	Oliveira Fortes	BI	M	6
4163	2005/ 2013	Estação Ferroviária	São Vicente de Minas	BI	M	6
674	2005/ 2016	Estação Ferroviária de Brumadinho	Brumadinho	BI	M	6
675	2005/ 2016	Estação Ferroviária de Marinhos	Brumadinho	BI	M	6
1689	2006	Bem cultural situado no povoado de Valentim, município de Florestal na antiga Usina Hidrelétrica de Florestal	Florestal	BI	M	5
2803	2006	Conjunto Arquitetônico e Histórico da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho	Muzambinho	CP	M	5
2582	2006	Estação Ferroviária	Mariana	BI	M	6
3585	2006	Estação Ferroviária	Rio Acima	BI	M	6
4205	2006	Prédio da antiga Estação Ferroviária	Seritinga	BI	M	6
4340	2006	Ponte de Ferro	Três Corações	BI	M	6
4335	2006/ 2007	Estação da Rede Ferroviária	Três Corações	BI	M	6
1638	2006/ 2007/ 2008	Prédio Municipal da Antiga Estação Ferroviária	Eugenopolis	BI	M	6
3278	2007	Antigas instalações da Fábrica de tecidos Cachoeira Grande	Pedro Leopoldo	BI	M	5
3281	2007	Casa de Máquina e Casa de Força da Fábrica de tecidos	Pedro Leopoldo	BI	M	5
3282	2007	Conjunto da antiga Companhia Industrial - Horizonte Têxtil	Pedro Leopoldo	BI	M	5
1114	2007	Conjunto Paisagístico da antiga Usina Hidrelétrica do Ribeirão do Canjica (1,7 ha)	Conceição da Barra de Minas	CP	M	5
575	2007	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico Vila Militar (8,5287ha)	Bom Despacho	CP	M	6
775	2007	Estrutura da caixa D'água da antiga Estrada de Ferro	Caiana	BI	M	6
1535	2007	Antiga Estação Ferroviária de Dona Euzébia	Dona Euzébia	BI	M	6
1897	2007	Estação Ferroviária	Ibituruna	BI	M	6
2202	2007	Estação Ferroviária	Jacutinga	BI	M	6
2480	2007	Estação Ferroviária Costa Pinto	Lavras	BI	M	6

2487	2007	Antiga Estação Ferroviária de Providência	Leopoldina	BI	M	6
2488	2007	Antiga Estação Ferroviária de Ribeiro Junqueira	Leopoldina	BI	M	6
2489	2007	Antiga Estação Ferroviária de Vista Alegre	Leopoldina	BI	M	6
2695	2007	Estação Ferroviária	Moeda	BI	M	6
3130	2007	Estação Ferroviária de Passa Quatro	Passa Quatro	BI	M	6
3498	2007	Antiga Estação Ferroviária	Pratápolis	BI	M	6
3594	2007	Estação Ferroviária	Rio Doce	BI	M	6
3974	2007	Estação Ferroviária	São Geraldo	BI	M	6
4330	2007	Antiga Estação Ferroviária	Tombos	BI	M	6
634	2007/ 2008	Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Sapucaí	Borda da Mata	BI	M	6
881	2007/ 2008	Prédio da Estação Ferroviária	Candeias	BI	M	6
2269	2007/ 2008	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Estação Ferroviária (2,3ha)	Joaquim Felício	CP	M	6
1106	2007/ 2008	Estação Ferroviária de Coimbra	Coimbra	BI	M	6
2481	2007/ 2008	Galpões da antiga Rede Ferroviária	Lavras	BI	M	6
3655	2007/ 2008	Estação Ferroviária	Rochedo de Minas	BI	M	6
607	2007/ 2008/ 2009	Prédio da Estação Ferroviária de Aureliano Mourão	Bom Sucesso	BI	M	6
136	2007/ 2008/ 2009 / 2015/ 2016 / 2017	Estação Ferroviária Bahia – Minas	Araçaí	BI	M	6
2495	2007/ 2009	Antiga Estação Ferroviária	Liberdade	BI	M	6
575	2007/ 2017	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico Vila Militar (8,5287ha)	Bom Despacho	CP	M	7
4426	2007/2008	Estação Sobradinho	Uberlândia	BI	M	6
1880	2008	Casa de visitas da Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes	Ibiraci	BI	M	5
1883	2008	Conjunto chaminé e máquina a vapor da Fazenda São Domingos	Ibiraci	BI	M	5
4311	2008	Matadouro Público	Tiradentes	BI	M	5
28	2008	Conjunto Paisagístico da Antiga Usina de Aiuruoca (0,8ha)	Aiuruoca	CP	M	5

54	2008	Estação Ferroviária – atual Casa de Cultura	Alfredo Vasconcelos	BI	M	6
72	2008	Fachada do prédio da antiga Estação Ferroviária Presidente Soares	Alto Jequitibá	BI	M	6
124	2008	Estação Ferroviária Central de Araçáí	Araçáí	BI	M	6
2278	2008	Estação Ferroviária	Juatuba	BI	M	6
3450	2008	Pontilhão Férreo	Ponte Nova	BI	M	6
4250	2008	Locomotiva a Vapor	Sete Lagoas	BM	M	6
667	2008/ 2009	Ponte de Ferro	Brazópolis	BI	M	6
2091	2008/ 2009	Conjunto Ferroviário Urbano de Itanhandu (0,54 ha)	Itanhandu	CP	M	6
2554	2008/ 2009	Antiga Estação Ferroviária	Mar de Espanha	BI	M	6
3584	2008/ 2009	Conjunto Paisagístico Estação Ferroviária (1,2344ha)	Rio Acima	CP	M	6
3184	2008/ 2009/ 2010	Estação Ferroviária	Patrocínio	BI	M	6
4251	2008/2010	Locomotiva sem Tender 7	Sete Lagoas	BM	M	6
1439	2009	Chaminé da antiga fábrica de óleo	Curvelo	BI	M	5
1527	2009	Complexo da Barragem (0,1713ha)	Dom Joaquim	CP	M	5
3385	2009	Complexo portuário da navegação do Rio São Francisco	Pirapora	CP	M	5
781	2009	Linha Férrea	Cajuri	BI	M	6
1460	2009	Edifício da Antiga Estação Ferroviária de Delfim Moreira	Delfim Moreira	BI	M	6
4170	2009	Conjunto da Estação Ferroviária	Sarzedo	CP	M	6
3003	2009/ 2010	Conjunto Urbano e Ferroviário Rodrigo Silva – Núcleo Histórico	Ouro Preto	NH	M	6
2905	2009/ 2011	Estação Ferroviária	Olimpio Noronha	BI	M	6
4153	2010	Usina Cachoeira do Vigia (1,54ha)	São Tiago	CP	M	5
101	2010	Estação Ferroviária de Andrelândia	Andrelândia	BI	M	6
862	2010	Pontilhão de Ferro	Cana Verde	BI	M	6
3499	2010	Conjunto Paisagístico Trecho urbano da Estrada de Ferro	Pratápolis	CP	M	6
4425	2010	Estação Ferroviária	Uberlândia	BI	M	6
599	2010/ 2011	Estação Ferroviária de Bom Sucesso	Bom Sucesso	BI	M	6

1894	2010/ 2011	Estação Ferroviária	Ibirité	BI	M	6
2410	2010/ 2011	Antiga Estação E.F.B.M. – atual Rodoviária	Ladainha	BI	M	6
3739	2010/ 2011	Conjunto Ferroviário da Jaguara	Sacramento	CP	M	6
1468	2010/ 2013/ 2014/ 2015/ 2016/ 2017	Estação Ferroviária de Conselheiro Mata	Diamantina	BI	M	6
2496	2010/ 2016	Antigo Prédio da Estação "Rede Ferroviária"	Liberdade	BI	M	6
1228	2011	Locomotiva Orenstein & Koppel	Conselheiro Lafaiete	BM	M	6
1306	2011/ 2012	Conjunto Urbanístico Ferroviário de Cordisburgo (3,05 ha)	Cordisburgo	CP	M	6
1694	2012	Antiga Fábrica de Banhas Didi	Formiga	BI	M	5
3867	2012	Ponte Usina Pacífico Mascarenhas	Santana do Riacho	BI	M	5
2670	2012	Fachadas da antiga Estação Ferroviária	Mercês	BI	M	6
4238	2012	Antiga Estação Ferroviária/ Museu do Ferroviário	Sete Lagoas	BI	M	6
1823	2012/ 2013	Antiga Estação Ferroviária	Guarani	BI	M	6
3002	2012/ 2013	Conjunto Ferroviário Miguel Burnier (1,0539ha)	Ouro Preto	CP	M	6
2841	2012/ 2013	Estação Ferroviária Povoado de Coqueiral	Nazareno	BI	M	6
3393	2012/ 2013	Antiga Estação Ferroviária e Armazém	Piraúba	BI	M	6
3188	2012/ 2013/ 2015	Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária (< 2ha)	Patrocínio do Muriaé	CP	M	6
4463	2013	Antiga Usina da Ilha Grande (6,3ha)	Varginha	CP	M	5
2086	2013	Conjunto Ferroviário (0,52 ha)	Itamogi	CP	M	6
1435	2013	Antiga Estação Ferroviária localizada em Mascarenhas	Curvelo	BI	M	6
2087	2013	Pontilhão Ferroviário	Itamogi	BI	M	6
4065	2013/ 2014	Antiga Estação Ferroviária	São João Nepomuceno	BI	M	6
1459	2013/ 2015	Conjunto Paisagístico dos Pontilhões Ferroviários de Delfim Moreira/MG -	Delfim Moreira	CP	M	6

2896	2013/ 2015/ 2016	Estação ferroviária da Bahia- Minas e casa do agente	Novo Cruzeiro	BI	M	6
2527	2014	Antigo galpão de máquinas	Luisburgo	BI	M	5
3537	2014	Conj. dos bens imóveis pertencentes à antiga Rede Ferroviária -(0,3577ha)- (E.F.Raul Soares ; Pontilhão Ferroviário da entrada de Raul Soares; Pontilhão F. no centro de Raul Soares; E.F. e Anexo Capitão Martins; E.F.Cornélio Alves; E.F., Anexo e Caixa d'água de Vermelho Velho; Pontilhão F.São Vicente da Estrela)	Raul Soares	CP	M	6
4290	2014	Túnel da antiga estrada de Ferro Bahia&Minas - Tunel A da Turma 38 - Km 09 da estrada Turma 38	Teofilo Otoni	BI	M	6
807	2014/ 2015/ 2016	Conjunto Paisagístico da antiga Estação Ferroviária (0,21ha)	Campanha	CP	M	6
744	2014/ 2016/ 2017	Antiga Estação Ferroviária	Caeté	BI	M	6
1088	2014/ 2017	Ponte de Ferro sobre o Rio Xopotó	Cipotânea	BI	M	6
181	2015	Conjunto Histórico e Paisagístico dos Túneis de Mineração (2,207ha)	Araponga	CP	M	2
4489	2015	Estação Ferroviária de Buritis das Mulatas - povoado de Buritis das Mulatas	Várzea da Palma	BI	M	6
1551	2015/ 2016	Estação Ferroviária Dolores do Indaiá	Dolores do Indaiá	BI	M	6
1344	2015/ 2016	Ponte Ferroviária da Fazenda Brogotó	Coronel Pacheco	BI	M	6
3546	2015/ 2016	Antiga Estação Ferroviária de Ressaquinha	Ressaquinha	BI	M	6
158	2015/ 2016 / 2017	Complexo imobiliário e equipamentos da Usina do Piçarrão (18,88ha)	Araguari	CP	M	5
1531	2016	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da antiga Estação Ferroviária de Dom Silvério (0,48ha)	Dom Silvério	CP	M	6
3250	2016	Estação Ferroviária do Pedrão	Pedralva	BI	M	6

2143	2017	Usina Ribeirão (Usina Velha) - (2,10ha)	Itaúna	RI	M	5
3533	2017	Pontilhões da estrada de ferro Dom Pedro II	Raposos	BI	M	6
2503	2017	Estação Ferroviária Deocleciano Vasconcellos (Estação Paradinha - Ruínas)	Lima Duarte	BI	M	6
2732	2017	Antiga Estação Ferroviária do Distrito Sede	Monte Santo de Minas	BI	M	6
3532	2017	Ponte de Ferro existente na antiga linha férrea sentido Raposos/ Honório Bicalho, a uma distância de aproximadamente 2,5 Km	Raposos	BI	M	6

ANEXO A - Critérios para inscrição na lista do Patrimônio Mundial desde 2005

- (i) – representar uma obra-prima do gênio criativo humano; ou
- (ii) – mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagem; ou
- (iii) – mostrar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido; ou
- (iv) – ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana; ou
- (v) – ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura (ou várias), especialmente quando se torna(am) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível; ou
- (vi) – estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal; ou
- (vii) – conter fenômenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância; ou
- (viii) – ser um exemplo excepcional representativo de diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos importantes; ou
- (ix) – ser um exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos ou aquáticos e comunidades de plantas ou animais; ou
- (x) – conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuem um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

ANEXO B - Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention (2008)

(trecho sobre paisagens culturais, páginas 85-87)

I. CULTURAL LANDSCAPES, TOWNS, CANALS AND ROUTES

5. The World Heritage Committee has identified and defined several specific types of cultural and natural properties and has adopted specific guidelines to facilitate the evaluation of such properties Patrimônio Mundial em nomination for inscription on the World Heritage List. To date, these cover the following categories, although it is likely that others may be added in due course:

- a) Cultural Landscapes;
- b) Historic Towns and Town Centres;
- c) Heritage Canals;
- d) Heritage Routes.

CULTURAL LANDSCAPES²²³

Definition

6. Cultural landscapes are cultural properties and represent the "combined works of nature and of man" designated in Article 1 of the *Convention*. They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal.

Guidelines on the inscription of specific types of properties on the World Heritage List Annex 3

²²³ This text was prepared by an Expert Group on Cultural Landscapes (La Petite Pierre, France, 24 – 26 October 1992) (see document *Cômite do Patrimônio Mundial-92/CONF.202/10/Add*). The text was subsequently approved for inclusion in the Operational Guidelines by the World Heritage Committee at its 16th session (Santa Fe 1992) (see document *Cômite do Patrimônio Mundial-92/CONF.002/12*).

7. They should be selected on the basis both of their outstanding universal value and of their representativity in terms of a clearly defined geo-cultural region and also for their capacity to illustrate the essential and distinct cultural elements of such regions.

8. The term "cultural landscape" embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment.

9. Cultural landscapes often reflect specific techniques of sustainable land-use, considering the characteristics and limits of the natural environment they are established in, and a specific spiritual relation to nature. Protection of cultural landscapes can contribute to modern techniques of sustainable land-use and can maintain or enhance natural values in the landscape. The continued existence of traditional forms of land-use supports biological diversity in many regions of the world. The protection of traditional cultural landscapes is therefore helpful in maintaining biological diversity.

Definition and Categories

10. Cultural landscapes fall into three main categories, namely:

(i) The most easily identifiable is the clearly defined **landscape designed and created intentionally by man**. This embraces garden and parkland landscapes constructed for aesthetic reasons. Patrimônio Mundialich are often (but not always) associated with religious or other monumental buildings and ensembles.

(ii) The second category is the **organically evolved landscape**. This results from an initial social, economic, administrative, and/or religious imperative and has developed its present form by association with and in response to its natural environment. Such landscapes reflect that process of evolution in their form and component features. They fall into two sub-categories:

- a relict (or fossil) landscape is one in Patrimônio Mundialich an evolutionary process came to an end at some time in the past, either abruptly or over a period. Its significant distinguishing features are, however, still visible in material form.

- a continuing landscape is one Patrimônio Mundialich retains an active social role in contemporary society closely associated with the traditional way of life, and in Patrimônio Mundialich the evolutionary process is still in progress. At the same time it exhibits significant material evidence of its evolution over time.

(iii) The final category is the **associative cultural landscape**. The inscription of such landscapes on the World Heritage List is justifiable by virtue of the powerful religious,

artistic or cultural associations of the natural element rather than material cultural evidence, Patrimônio Mundialich may be insignificant or even absent.

Inscription of Cultural Landscapes on the World Heritage List

11. The extent of a cultural landscape for inscription on the World Heritage List is relative to its functionality and intelligibility. In any case, the sample selected must be substantial enough to adequately represent the totality of the cultural landscape that it illustrates. The possibility of designating long linear areas Patrimônio Mundialich represent culturally significant transport and communication networks should not be excluded.

Guidelines on the inscription of specific types of properties on the

World Heritage List Annex 3

12. General criteria for protection and management are equally applicable to cultural landscapes. It is important that due attention be paid to the full range of values represented in the landscape, both cultural and natural. The nominations should be prepared in collaboration with and the full approval of local communities.

13. The existence of a category of "cultural landscape", included on the World Heritage List on the basis of the criteria set out in Paragraph 77 of the *Operational Guidelines*, does not exclude the possibility of properties of exceptional importance in relation to both cultural and natural criteria continuing to be inscribed (see definition of mixed properties as set out in Paragraph 46). In such cases, their outstanding universal value must be justified under both sets of criteria.